

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL - MINTER

**LÍZIA VIEIRA DE SOUSA GOMES**

**MEDIDAS CAUTELARES DE REDUÇÃO DE VAGAS APLICADAS AOS CURSOS  
DE DIREITO - UM ESTUDO À LUZ DO SISTEMA NORMATIVO**

BRASÍLIA/ANÁPOLIS

2012

**LÍZIA VIEIRA DE SOUSA GOMES**

**MEDIDAS CAUTELARES DE REDUÇÃO DE VAGAS APLICADAS AOS CURSOS  
DE DIREITO - UM ESTUDO À LUZ DO SISTEMA NORMATIVO**

Dissertação apresentada como requisito para conclusão do Mestrado Interinstitucional em Direito realizado pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e o Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva.

**BRASÍLIA/ANÁPOLIS**

2012

**LÍZIA VIEIRA DE SOUSA GOMES**

**MEDIDAS CAUTELARES DE REDUÇÃO DE VAGAS APLICADAS AOS CURSOS  
DE DIREITO - UM ESTUDO À LUZ DO SISTEMA NORMATIVO**

Dissertação apresentada como requisito para  
conclusão do Mestrado Interinstitucional em  
Direito realizado pelo Centro Universitário de  
Brasília – UniCEUB e o Centro Universitário  
de Anápolis – UniEVANGÉLICA.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto  
Barbosa da Silva.

Brasília, 28 de novembro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva

Orientador

Prof. Dr<sup>a</sup>. Deusa de Fátima Pereira

Examinadora

Prof. Dr. Francisco Itami Campos

Examinador

Prof. Ph.D. Roberto Freitas Melo

Examinador

Dedico este trabalho a:

Meu esposo, querido, pelo amor, paciência, abdicação e apoio irrestritos, sem o qual eu jamais teria conseguido concluir a árdua caminhada de mestranda;

A meus filhos pelas infindáveis horas de estudo roubadas do convívio familiar e pelas recepções calorosas, que me alentaram e impulsionaram;

À minha mãe que vê em mim, com seus olhos de amor, um ser muito mais capaz e melhor do que realmente sou, o que me estimula a aprender, lutar e a me superar;

A meus irmãos pela presença e apoio constantes e incondicionais, além das distintas contribuições que sempre me trazem;

Aos meus sobrinhos(as) e cunhados(as) que sempre me incentivaram e me animaram;

Às minhas queridas amigas, que sabem bem quem são, por acreditarem em mim e sempre me motivaram com palavras e atitudes.

Agradeço a Deus, por ter me dado sua presença, saúde, forças, sabedoria, recursos... Enfim, por ter provido todos os meios para que eu pudesse realizar este curso. “Não tenho palavras para agradecer tua bondade, dia após dia me cercas com fidelidade. Nunca me deixes esquecer que tudo o que tenho, tudo o que sou e o que vier a ter, vem de ti, Senhor (Diante do Trono)!”

Agradeço à UniEVANGÉLICA, na pessoa do Presidente da Mantenedora e do Reitor do Centro Universitário, pela parceria firmada com o UniCEUB, que viabilizou o Mestrado em Direito, tão esperado na cidade de Anápolis/GO.

Ao Dr. Francisco Itami Campos pelo esforço empreendido na realização deste Minter, por ter sido o meu primeiro incentivador e pelo apoio revelado até o fim desta trajetória.

A Dr<sup>a</sup>. Mirza Seabra Toschi que, desde o projeto de pesquisa, me orientou, encorajou e ensinou, sem qualquer obrigação ou retorno. Sua disponibilidade, responsabilidade, dedicação, competência, deixaram para mim o exemplo do que é ser, de fato, um educador.

A meu orientador, Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva, pelo companheirismo, ensinamentos, respeito e o partilhar de ideias.

A todos os professores do mestrado, cujo contato se revelou como uma rica oportunidade de aprendizado e crescimento.

Aos colegas de turma pela amizade e pelo compartilhar, com registro especial aos diletos colegas Kênia e Dr. Jessé, pela presença, apoio e estímulo constantes.

A cada um dos familiares e amigos que estiveram comigo e viabilizaram, por qualquer meio, a realização deste projeto.

“O problema com a avaliação do ensino superior brasileiro não é que ela exista, mas a forma como é feita e como os resultados são divulgados.”

Simon Schwartzman (2008)

## **RESUMO**

O objeto desta pesquisa é o estudo, à luz do sistema normativo, das medidas cautelares de redução proporcional de vagas aplicadas pelo Ministério da Educação, no ano de 2011, aos Cursos de Graduação em Direito com resultado insatisfatório no Conceito Preliminar de Curso (CPC). A análise das medidas cautelares é realizada sob três prismas: 1) de sua inserção no sistema de avaliação, regulação e supervisão da Educação Superior Brasileira e de seu regramento específico; b) da teoria geral do processo cautelar, que baliza as medidas cautelares judiciais e administrativas; c) do regime jurídico-administrativo a que se sujeita o ato administrativo e a atuação da Administração Pública. Foram utilizados referenciais teóricos diversos, que estão distribuídos em todo o corpo do trabalho. Mediante a organização, integração e análise das condicionantes teóricas e normativas a que se submetem as medidas cautelares, busca-se verificar se a medida cautelar de redução proporcional de vagas, tal como foi praticada aos Cursos de Direito no ano de 2011, diverge ou tem coerência com o sistema normativo vigente.

Palavras-chave: Avaliação da Educação Superior. Conceito Preliminar de Curso. Ensino Superior. Medidas Cautelares.

## **ABSTRACT**

The object of this research is the study, in light of the regulatory system, of precautionary measures of proportional reduction of vacancies implemented by the Ministry of Education, in 2011, for Law Undergraduate Courses with unsatisfactory results in the Preliminary Concept Course (CPC). The analysis of precautionary measures is performed from three points of view: 1) its insertion in the evaluation system, regulation and supervision of the Brazilian Higher Education and its specific regulatory 2) of the general theory of the process precautionary measures that balance the judicial and administrative 3) the legal and administrative subject to which the administrative act and the performance of public administration. I was used several theoretical frameworks that are distributed throughout the body of work. Through the organization, integration and analysis of the theoretical and normative constraints undergoing precautionary measures, we seek to verify that the precautionary measure of proportional reduction of vacancies, as practiced at Law Courses in 2011, diverges or has consistency with the existing regulatory system.

Keywords: Higher Education Evaluation. Concept Preliminary Course. Higher Education. Precautionary Measures.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
CI	Conceito Institucional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COREG	Coordenação-Geral de Regulação da Educação Superior
CPC	Código de Processo Civil
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DESUP	Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EXPANDIR	Programa de Expansão das Universidades Federais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante
IDD	Indicador da Diferença entre os Desempenhos esperado e obtido
IES	Instituição de Educação Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva

MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
STF	Supremo Tribunal Federal
TSD	Termo de Saneamento de Deficiências

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
 <b>CAPÍTULO 1. VISÃO PANORÂMICA DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>23</b>
1.1 Breves considerações sobre o desenvolvimento histórico da educação superior e da consolidação do segmento privado no Brasil .....	23
1.2 Políticas de avaliação da educação superior brasileira.....	37
1.3 As diretrizes de qualidade e as estratégias do Poder Público para sua efetivação .....	43
1.4 O Sistema Nacional de Avaliação Superior - SINAES .....	47
1.5 Os indicadores de qualidade da educação superior .....	50
1.5.1 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.....	51
1.5.2 Conceito Preliminar de Curso – CPC.....	53
1.5.3 Índice Geral de Cursos - IGC.....	56
1.6 A dinâmica dos processos de avaliação e regulação das Instituições de Educação Superior .....	57
1.6.1 Credenciamento e credenciamento .....	58
1.6.2 Autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento .....	59
 <b>CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS NORMATIVOS APLICÁVEIS AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO COM RESULTADOS INSATISFATÓRIOS EM AVALIAÇÕES DE QUALIDADE E A MEDIDA CAUTELAR APLICADA AOS CURSOS DE DIREITO COM RESULTADO INSATISFATÓRIO NO CPC.....</b>	<b>61</b>
2.1 Procedimentos normativos aplicáveis aos cursos de graduação com resultados insatisfatórios em avaliações de qualidade.....	61
2.1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.....	64
2.1.2 Lei do SINAES - Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 .....	65
2.1.3 Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.....	67
2.1.4 Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007.....	75

<i>2.1.5 O procedimento avaliativo previsto para os cursos de graduação com resultado insatisfatório no CPC</i> .....	77
2.2 As medidas cautelares aplicadas pelo Ministério da Educação aos Cursos de Graduação em Direito, como consequência de resultado insatisfatório no Conceito Preliminar de Curso (CPC).....	80
<i>2.2.1 Nota Técnica nº 13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC</i> .....	84
<i>2.2.2 Diferenças entre as medidas cautelares de redução de vagas aplicadas pelo Ministério da Educação aos Cursos de Graduação em Direito nos anos de 2007 e 2011</i> .....	88
<i>2.2.3 A medida cautelar aplicada em 2011 e seu enquadramento – regulação ou supervisão?</i> .....	92

### **CAPÍTULO 3. AS MEDIDAS CAUTELARES À LUZ DA TEORIA GERAL DO PROCESSO E DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....95**

3.1 Medidas cautelares judiciais – noções gerais .....	95
<i>3.1.1 Requisitos para concessão de uma medida cautelar</i> .....	100
<i>3.1.2 O poder geral de cautela</i> .....	102
3.2 Medidas cautelares administrativas.....	103
<i>3.2.1 O poder geral de cautela da Administração Pública</i> .....	106
<i>3.2.2 A medida cautelar administrativa ex officio, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa</i> .....	110
3.3 As normas gerais de Direito Administrativo .....	112
<i>3.3.1 O ato administrativo e a discricionariedade</i> .....	116
<i>3.3.2 A Lei nº 9.784/99 - Lei do Processo Administrativo</i> .....	119
<i>3.3.3 As normas de ensino e sua correlação com as normas de Direito Administrativo</i> ....	121

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 124**

### **REFERÊNCIAS ..... 139**

### **ANEXOS ..... 147**

Anexo I – Quadro expositivo de medidas cautelares aplicadas pelo MEC no ano de 2011 .....	147
Anexo II – Despacho nº 7/2011 MEC/SERES .....	150

Anexo III – Nota Técnica nº 13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC .....	152
Anexo IV – Alguns dispositivos da Constituição Federal de 1988 .....	159
Anexo V – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional .....	163
Anexo VI – Lei do Processo Administrativo.....	188
Anexo VII – Lei do SINAES.....	199
Anexo VIII – Decreto nº 5.773/2006.....	204
Anexo IX – Portaria Normativa MEC nº 40/2007.....	224
Anexo X – Portaria Normativa MEC nº 4/2008.....	255

## INTRODUÇÃO

O Sistema de Educação Superior no Brasil tem caráter nacional e é controlado pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação e de órgãos que o integram. Desde o período imperial, quando em 1808 teve seu início no país, o ensino superior é marcado pelos controles do Estado. Até a República, o ensino superior manteve-se exclusivamente público, sendo exclusivo do poder central. Com a Constituição Republicana, de 1891, houve a abertura do sistema nacional de ensino superior à iniciativa privada e aos governos de estado. A partir de então, mesmo não sendo mais detentor do monopólio do ensino superior, o Estado continuou a exercer seu controle e as instituições particulares estavam sujeitas às normas e regulamentos expedidos pelos órgãos de coordenação central.

Nota-se como característica do desenvolvimento do ensino superior no Brasil o controle do Estado sobre o sistema em geral, mas, especialmente, sobre o setor privado, que tem prevalência numérica na Educação Superior no Brasil. A posição majoritária do ensino privado data de meados dos anos 1960 e evidencia-se, segundo Sampaio (2000, p. 20), por o setor responder com mais agilidade e intensidade a duas demandas que se complementam: “a demanda da clientela estudantil por ensino superior e a demanda do mercado ocupacional por pessoas portadoras de diploma de nível superior”. Independente de quais sejam os mecanismos de controle, a instância executiva é sempre o Ministério da Educação (MEC)<sup>1</sup>, que concentra papel decisório quanto aos rumos do ensino superior privado no Brasil.

Regular a educação superior e sua expansão constituem atividades fortemente valorizadas pelo Estado, como se deduz pelos arts. 205 e 206, III da Constituição Federal. Mesmo com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/96, que tinha como eixos orientadores o da descentralização (expresso na discriminação de competências das unidades federadas e dos sistemas de ensino) e do estímulo à inovação (expresso pela margem de liberdade de processos que concede aos sistemas e às instituições de ensino), estabelecendo como pilares da política governamental para o ensino superior a *autonomia* e a *avaliação*, não houve mudança nas relações do Estado com a Educação Superior, prevalecendo o centralismo dos controles pela União. (RANIERI, 2000)

---

<sup>1</sup> Segundo a Lei nº 4.024/61, compete ao Ministério da Educação exercer as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo a ele formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o gerem.

Ressaltando o peso e as dimensões da intervenção e do controle do Estado brasileiro na Educação Superior, Ranieri (2000, p. 23) esclarece que:

O Estado brasileiro tem presença expressiva no campo da educação superior: planeja, define políticas e as executa; legisla; regulamenta; interpreta e aplica a legislação por meio dos Conselhos de Educação; financia e subvenciona o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços; mantém universidades e demais instituições públicas de ensino superior; oferece diretamente ensino de graduação e pós-graduação; autoriza, reconhece, credencia, recredencia, supervisiona cursos e instituições; determina suas desativações; avalia alunos, cursos e instituições por todo o País; interfere na organização do ensino; estabelece diretrizes curriculares etc. Tudo de dá na esfera pública e na privada, e em relação a todos os sistemas de ensino.

As políticas e mecanismos de regulação do ensino superior no país, segundo Sampaio (2000), oscilam entre as pressões para a ampliação do acesso e as demandas para a valorização e o reconhecimento da qualidade. A avaliação de qualidade da Educação Superior é uma política pública do Estado Brasileiro e tem por objetivo, aferir e preservar padrões aceitáveis para o ensino nacional.

A avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes direciona as atividades de regulação e supervisão realizadas pelos órgãos estruturais do Ministério da Educação. É o Estado que traça as diretrizes de atuação da atividade educacional superior mediante a definição de critérios de autorização, credenciamento, recredenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento, estabelecidos unilateralmente pelo MEC.

A necessidade de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público foi expressa no art. 209 da Constituição Federal, nos arts. 9º e 46 da LDB e na Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O panorama legal conformado pela Constituição Federal, pela LDB e pelo SINAES consolidou a avaliação como uma política nacional, de responsabilidade da União, onde os atos autorizativos tem prazos limitados e devem ser renovados periodicamente após processo regular de avaliação. O estabelecimento da avaliação permanente propiciou intensa atuação regulamentadora e controladora do Estado sobre os sistemas de ensino, especialmente sobre as instituições criadas e mantidas pela iniciativa privada, que prestam um serviço de natureza pública, mas não exclusivo do Estado.

As Instituições de Educação Superior (IES) privadas estão inseridas no sistema federal de ensino que compreende as instituições de ensino mantidas pela União, instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de

educação<sup>2</sup>. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2011), a Educação Superior Brasileira é composta por 2.365 instituições que abrigam 6.739.689 alunos, havendo 30.420 cursos de graduação presenciais e à distancia. Dentre o total das IES, 284 são públicas e 2.081 são privadas.

Os números revelam a grandiosidade do sistema, que é altamente complexo no campo organizacional, normativo e político. No campo organizacional, a administração de um sistema que reúne milhares de instituições, com naturezas jurídicas e vocações distintas, que, por sua vez, abrigam milhares de docentes e alunos, é por si só, um enorme desafio. No campo normativo, a multiplicidade e a provisoriedade das regras, bem como a variabilidade das fontes normativas, dificultam a compreensão e o atendimento da legislação educacional. No campo político a complexidade advém de fatores múltiplos como a dualidade histórica entre o setor público e o setor privado; a diversidade das organizações que formam o sistema; o diferenciado perfil dos atores; as dinâmicas, projetos, estilos, agendas e formas de atuação distintas das variadas entidades de representação.

Neste cenário a avaliação das instituições e cursos ganha especial relevância e tem por finalidade<sup>3</sup>, segundo o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanentemente da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES.

O sistema de avaliação da Educação Superior em vigor no Brasil é o SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/2004 e regulamentado por inúmeras portarias emitidas pelo MEC e/ou seus órgãos de apoio, que tem como objetivo<sup>4</sup> assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos seus estudantes.

O SINAES apresentou-se como um sistema abrangente e participativo que propunha a avaliação sistêmica das Instituições de Educação Superior (IES), valorizando a missão pública da educação superior, mas respeitando a diferença e a diversidade e buscando afirmar a autonomia e a identidade institucional<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Conforme art. 16 da Lei nº 9.394/96.

<sup>3</sup> Conforme art. 1º da Lei nº 10.861/2004.

<sup>4</sup> Conforme art. 1º da Lei nº 10.861/2004.

<sup>5</sup> Conforme art. 1º, § 1º da Lei nº 10.861/2004.



O SINAES substituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente conhecido como Provão, que fora amplamente criticado, segundo Polidori (2009), basicamente, por dois motivos: a) o fato de se utilizar o resultado do desempenho dos alunos para conceituar as IES; b) ter seu resultado apresentado em forma de *rankings*.

O SINAES, de acordo com Sordi (2008), trazia uma proposta vanguardista que defendia a *avaliação formativa*, onde a qualidade não seria mensurada por um único componente, mas pela totalidade dos fenômenos educacionais, tornando indissociáveis as leituras da avaliação institucional, da avaliação do curso e da avaliação do estudante. No entanto, conforme explica Schwartzman (2008), o SINAES não se implantou conforme fora idealizado, a proposta para avaliação institucional e de cursos se mostrou demasiadamente complexa e muito além dos recursos humanos e materiais disponíveis no MEC. De acordo com ele, na prática, a única coisa que funcionou, e que a sociedade tomou conhecimento, foi o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), implantado pelo INEP.

Conforme o art. 2º da Lei do SINAES<sup>6</sup>, nas avaliações de qualidade das instituições de educação superior e de seus cursos deve ser assegurada a visita *in loco* por comissões de especialistas designados pelo INEP, antes da emissão do Conceito Institucional (CI) ou do Conceito de Curso (CC). Ocorre que, segundo Frauches (2012), tendo que avaliar mais de 30 mil cursos e cerca de 1.400 IES, o MEC se deparou com limitações técnicas e estruturais que o levaram a simplificar o processo avaliativo mediante a criação dos indicadores de qualidade.

Ante a necessidade que o MEC teve de processualizar a avaliação institucional e de cursos e, especialmente, de suprimir a avaliação *in loco*, que não fora realizada nos prazos e na forma prevista na Lei do SINAES, foram instituídos como indicadores de qualidade da educação superior, o Conceito Preliminar de Curso – CPC, criado pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007, e o Índice Geral de Cursos da Instituição – IGC, criado pela Portaria Normativa MEC nº 12/2008.

Na Portaria Normativa MEC nº 40/2007 são citados como indicadores de qualidade o CPC, o IGC e o ENADE. A Lei do SINAES não faz referência aos indicadores de qualidade CPC e IGC, estabelecendo apenas dois conceitos de qualidade, quais sejam: o

---

<sup>6</sup> Art. 2º, da Lei 10.861/2004: “O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar: I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; [...]”

Conceito de Curso (CC) e o Conceito Institucional (CI). A referida lei instituiu o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - como parte integrante do SINAES.

Os indicadores de qualidade são calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria aprovada pela CONAES. O indicador de qualidade dos cursos superiores é o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o de instituições de educação superior é o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o de desempenho de estudantes é o obtido a partir dos resultados do ENADE. Os indicadores de qualidade orientarão as avaliações do ciclo avaliativo e gerarão conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores. (Arts. 33-A e 33-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007)

A partir do ano de 2007, os indicadores de qualidade passaram a ser utilizados pelo MEC para submeter às IES a processos de regulação e supervisão e para a aplicação de medidas cautelares administrativas que impunham obrigações ou restrições às instituições ou cursos que tivessem obtido resultado insatisfatório nos referidos indicadores.

As medidas cautelares são o expediente utilizado, em um processo judicial ou administrativo, para garantir de maneira provisória a efetividade de uma decisão, evitando que o tempo despendido entre o início e o fim do processo possa comprometer o resultado útil do provimento. É o meio de prevenir o risco de dano ao interesse protegido, e por isso sua natureza é “preventiva”, “conservatória”, visto que não antecipa a decisão, não declara direitos, mas somente afasta a situação de perigo, conservando um estado de fato ou de direito. (THEODORO JUNIOR, 2012)

Especialmente no ano de 2011, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), aplicou inúmeras medidas cautelares a variadas IES que tiveram conceitos insatisfatórios no CPC e IGC. As cautelares foram aplicadas por meio de “despacho” do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, após publicado no Diário Oficial da União, teve efeitos restritivos e obrigacionais imediatos.

As medidas apresentavam restrições diferenciadas, a depender dos casos, mas, em regra, determinavam: a) redução de vagas; b) suspensão das prerrogativas de autonomia universitária; c) vedação de novas matrículas; d) sobrestamento de processos de regulação em trâmite no e-MEC. Os Despachos, constando das medidas cautelares, geralmente, eram

destinados a várias instituições, que vinham elencadas em um anexo nominal, especificando o alcance que a medida teria em relação ao curso ou à própria instituição.

Além de restrições, as cautelares impunham obrigações às IES, também diversificadas a depender do ato que as determinou, variando entre: a) formalização de protocolo de pedido de renovação de reconhecimento; b) comprovação formal do cumprimento da cautelar; c) apresentação de plano de providências que seriam tomadas para sanar as deficiências; d) apresentação de relatórios que demonstrassem o cumprimento das obrigações assumidas; e) atualização das vagas no cadastro do e-MEC, conforme limitações estabelecidas; d) assinatura de protocolo de compromisso junto a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES); e) divulgação por todos os meios, inclusive o eletrônico, ao corpo discente, docente e técnico-administrativo das determinações constantes do despacho e ações que serão tomadas.

A aplicação das medidas cautelares gerou insatisfações e controvérsias administrativas e judiciais envolvendo Instituições de Educação Superior (IES) e entidades de classe. A discussão ainda não cessou e abrange questionamentos sobre a forma de aplicação, fundamentação jurídica, efeitos e a própria finalidade das medidas. Alega-se, especialmente, a incoerência das cautelares com as disposições normativas que regem o sistema nacional de avaliação do ensino superior e a inobservância de regras e princípios gerais de direito, tais como: legalidade e seus consectários, devido processo legal, motivação, entre outros.

A polêmica é intrigante e nos leva a suscitar alguns questionamentos. As reações contrárias às cautelares se apresentam como resistência das IES privadas à avaliação de qualidade da Educação Superior? Quais fundamentos jurídicos embasam as ações do Ministério da Educação, os pleitos das Instituições de Educação Superior e das entidades de classe? Em que contexto normativo estão inseridas as medidas cautelares? Há disciplina específica para o assunto? Está sendo observada? Enfim, as medidas cautelares tem coerência com o sistema normativo que rege a avaliação da educação superior no Brasil, com as normas gerais de direito inerentes às tutelas cautelares e à atuação da Administração Pública? Responder a esta questão será o objeto de nosso estudo.

Considerando que as medidas cautelares administrativas aplicadas pelo Ministério da Educação foram inúmeras e que tiveram objetivos variados<sup>7</sup>, nos fixaremos no estudo das

---

<sup>7</sup> Vide Anexo I, onde há uma relação, não exaustiva, das principais medidas cautelares aplicadas pelo MEC no ano de 2011.

medidas cautelares de redução de vagas aplicadas, no ano de 2011, aos Cursos de Direito que obtiveram Conceito Preliminar de Curso (CPC) insatisfatório. Procuraremos então responder à seguinte indagação: as medidas cautelares de redução de vagas aplicadas pelo Ministério da Educação, no ano de 2011, para os cursos de Direito com Conceito Preliminar de Curso (CPC) insatisfatório, tem coerência com o sistema normativo que rege a avaliação da educação superior no Brasil, com as normas gerais de direito inerentes às tutelas cautelares e à atuação da Administração Pública?

Antes de iniciarmos a incursão, torna-se necessário ponderar que o problema proposto advém de acontecimentos recentes, visto que as medidas cautelares de redução de vagas oriundas de resultado insatisfatório no CPC, para os cursos de Graduação em Direito, datam de 2011. A literatura que contempla o tema é escassa e pontual. Há manifestações espaçadas, resumidas em poucos artigos e outros poucos impressos<sup>8</sup> de entidades representativas da Educação Superior. Não encontramos produção científica sobre a controvérsia posta. Falta material que se proponha a analisar a questão de maneira mais detida e detalhada. Portanto, este estudo é primário e, por isto, enfrenta os riscos de não contemplar todas as facetas de uma questão complexa e que ainda se desenrola. Assim, nossa expectativa reside em contribuir para aprimorar o debate e a reflexão e não em esgotar o tema.

O estudo das medidas cautelares de redução de vagas aplicadas pelo Ministério da Educação, no ano de 2011, aos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no Conceito Preliminar de Curso (CPC), à luz do sistema normativo vigente, constitui-se o objeto deste trabalho. Nossa pretensão é explicitar as condicionantes teóricas e normativas a que se submetem as medidas cautelares, de modo que possamos verificar se a medida cautelar de redução de vagas, tal como foi praticada aos Cursos de Direito no ano de 2011, diverge ou tem coerência com o sistema normativo.

Analisaremos as medidas cautelares administrativas sob três primas: 1) de sua inserção no sistema de avaliação, regulação e supervisão da Educação Superior Brasileira e de seu regramento normativo específico; b) da teoria geral do processo cautelar, que baliza as medidas cautelares judiciais e administrativas; c) do regime jurídico-administrativo a que se sujeita o ato administrativo de aplicação da medida cautelar de redução de vagas, praticado Administração Pública.

O método utilizado para a realização deste estudo foi o teórico-documental, sendo

---

<sup>8</sup> Ofícios e orientações técnicas, por exemplo.

analisadas inúmeras leis, normativas infralegais, doutrina jurídica, dados oficiais, jurisprudência de tribunais regionais e superiores, livros, revistas e artigos correlatos ao tema.

Alguns esclarecimentos precisam ser feitos para melhor compreensão do texto e de seu desenvolvimento: 1) Na pesquisa a palavra *coerência* será utilizada com a significação de nexos, lógica, conexão, congruência, harmonia, falta de contradição ou disparidade. (DUROZOI; ROUSSEL, 1999) 2) Como se trata de uma análise normativa, por vezes, será inevitável transcrever literalmente os textos legais ou infralegais. 3) Não nos ateremos à análise da legalidade das normativas expedidas pelo Ministério da Educação e nem da legitimidade dos órgãos do Poder Executivo para emissão de atos normativos que criem direitos e obrigações. Sabemos que discussões sobre legalidade e legitimidade são recorrentes na Educação Superior, onde a regulação ocorre, em grande parte, por meio de atos infralegais, como Portarias, Portarias Normativas, Resoluções, Pareceres, Despachos, entre outros instrumentos. Entretanto, considerando que as normativas infralegais estão em pleno vigor e tem gerado efeitos empíricos, independentemente das discussões que as permeiam, as tomaremos como válidas. 4) Não faremos análise de *mérito* quanto a metodologia empregada no cálculo do Conceito preliminar de Curso (CPC). Analisaremos os fins para os quais o indicador foi criado, os fins para os quais está sendo utilizado e de que maneira o ENADE influi sobre ele. 5) Ao nos referirmos aos órgãos que integram o Ministério da Educação, por vezes faremos referência ao próprio Ministério.

O trabalho é composto por três capítulos relativamente independentes, porém complementares entre si. Optamos pela análise normativa sob mais de um prisma e não nos restringiremos ao Direito Educacional porque a questão é mais ampla do que parece. Conforme se verá, a medida cautelar de redução das vagas é um ato administrativo e por isso se sujeita aos princípios e normas do regime jurídico-administrativo que rege a Administração Pública, estudadas no Direito Administrativo. Ocorre que, o fundamento utilizado pelo MEC para aplicação da medida cautelar em estudo - o *poder geral de cautela da Administração Pública* oriundo do art. 45 da Lei 9.784/99 - não é regulamentado por normas de Direito Administrativo, pelo que temos que nos valer da disciplina inerente às tutelas de urgência do processo civil para conceituar as medidas cautelares e expor a teoria geral a que elas se submetem.

Assim, no primeiro capítulo apresentaremos uma visão panorâmica da Educação Superior Brasileira, de maneira a tornar claro o contexto em que as medidas cautelares de

redução de vagas estão inseridas. Faremos breves considerações históricas, explicando como se desenvolveu a Educação Superior no Brasil e como o setor privado se consolidou. Será necessário destacar o segmento privado pelo fato de nenhum Curso de Direito de instituição pública ter sido afetado pela medida cautelar de redução de vagas. Mostraremos como a avaliação da educação superior se estabeleceu como política pública e como chegamos até o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em vigor. A partir daí explicaremos o que é o SINAES, como ele funciona, e qual a função dos indicadores de qualidade – ENADE, CPC e IGC.

No segundo capítulo verificaremos o que dizem as normativas educacionais quanto às avaliações de cursos superiores de graduação e, especialmente, os procedimentos aplicáveis aos cursos que obtenham resultados insatisfatórios nos conceitos de qualidade e indicadores de qualidade, com destaque para o CPC. Faremos a análise individualizada das normativas educacionais e após a análise sistemática, vez que somente assim podemos assimilar qual o procedimento normativo aplicável aos cursos com resultado insatisfatório no referido indicador de qualidade, o que será esclarecido.

Também evidenciaremos, no capítulo segundo, como se deu a aplicação das medidas cautelares administrativas de redução de vagas dos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no Conceito Preliminar de Curso (CPC), no ano de 2011, quais seus fundamentos fáticos e normativos e quais são suas diferenças em relação às medidas cautelares de redução de vagas aplicadas ano de 2007 no processo de supervisão especial pelos quais passaram os Cursos de Direito.

No terceiro capítulo explicitaremos o que é uma medida cautelar, qual sua finalidade, requisitos e particularidades. Como as medidas cautelares são inerentes ao *processo*, seja ele judicial ou administrativo, a *teoria geral* utilizada para ambas será a mesma, proveniente do processo cautelar civil, uma vez que não há regramento específico que discipline as medidas cautelares oriundas do poder geral de cautela esculpido no art. 45 da Lei nº 9.784/99 – Lei do Processo Administrativo. De forma a facilitar a compreensão e destacar as particularidades de cada uma, apresentaremos as noções gerais tanto das medidas cautelares judiciais e como das administrativas.

Apresentaremos ainda, noções gerais sobre o regime jurídico-administrativo a que se submete o Ministério da Educação e os atos que ele pratica, de forma que tenhamos elementos suficientes para avaliar se sua atuação prática guarda coerência com o ordenamento

jurídico.

Nas considerações finais integraremos e organizaremos as informações dispostas nos capítulos de modo a apresentar, a partir de diferentes prismas, resposta ao nosso problema, apontando para a coerência ou divergência entre a normatividade formal e a ação prática do Ministério da Educação na aplicação da medida cautelar de redução de vagas aos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC.

# **CAPÍTULO 1. VISÃO PANORÂMICA DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Neste primeiro capítulo, de forma a apresentar o contexto em que se inserem as medidas cautelares de redução de vagas aplicadas pelo Ministério da Educação (MEC) aos cursos de graduação em Direito com Conceito Preliminar de Curso (CPC) insatisfatório, será apresentada uma visão panorâmica da Educação Superior no Brasil, mediante a disposição de informações que demonstrem sua evolução, organização, complexidade, normatização e as dimensões da avaliação, regulação e supervisão, bem como a tensão e os desafios que permeiam a expansão deste nível de ensino aliados à sua qualidade. Será dado destaque ao segmento privado pelo fato de nenhum Curso de Direito de instituição pública ter sido afetado pela medida cautelar em estudo.

## **1.1 Breves considerações sobre o desenvolvimento histórico da educação superior e da consolidação do segmento privado no Brasil**

Para verificar se há coerência entre as medidas cautelares administrativas e o sistema nacional de avaliação do ensino superior brasileiro, bem como com o sistema normativo que o rege, torna-se necessário entender a lógica e funcionamento deste sistema, que não pode ser compreendido somente a partir do que existe hoje. Sua compreensão está intrinsecamente ligada à história de sua formação e evolução, sendo essencial considerar como isto se deu, uma vez que todo e qualquer sistema é um produto histórico.

O estudo do desenvolvimento histórico da educação superior no Brasil, seus marcos normativos e a dinâmica existente entre o “público/privado”, revelam a postura do Estado quanto às políticas de expansão, regulação, avaliação e supervisão do ensino superior, ampliando a percepção e contextualizando as medidas cautelares como instrumento de “indução” de qualidade de instituições e cursos. Nesta perspectiva, esta parte do trabalho se propõe a demonstrar como se desenvolveu a educação superior no Brasil, como o segmento privado se consolidou e de que forma chegamos ao status atual.



As primeiras instituições de educação superior do Brasil foram públicas e criadas em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o país. Eram instituições mantidas pelo poder central e destinadas à elite. Assumiram, predominantemente, a formação profissional e visavam preparar intelectualmente um público seletivo para ocupar cargos estratégicos no poder e na máquina estatal (SOUSA, 2011).

A iniciativa privada começou a se fundar a partir de 1900, com a abertura trazida pela Constituição de 1891, e era representada, basicamente, por entidades confessionais católicas ou por elites locais que buscavam incrementar seus estabelecimentos com o ensino superior. O perfil predominante era o de instituições isoladas, voltadas para formação de profissionais liberais, com ensino dissociado da pesquisa. (SAMPAIO, 2000)

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920, no Rio de Janeiro, pelo governo federal (SOUSA, 2011). A então Universidade do Rio de Janeiro teve vícios de criação patentes e foi criada *in nomine* para satisfazer interesses políticos e protocolares (UFRJ, 2012). Assim, os anos 1920 foram marcados pelo movimento em prol da criação de uma verdadeira universidade no país, que teria como função abrigar a ciência, os cientistas, as humanidades em geral e promover a pesquisa. O modelo proposto era público, universal e gratuito, opunha-se ao modelo de instituições isoladas e idealizava a universidade como um centro de saber e não como uma mera instituição de ensino. Os nomes de maior destaque no movimento foram os de Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Manuel Lourenço Filho. Foi na esteira deste debate que o governo provisório de Getúlio Vargas instituiu, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde e promoveu uma ampla reforma educacional no país, editada em 1931. (SAMPAIO, 2000)

Em 1931 constitui-se um dos primeiros marcos estruturais regulatórios da Educação Superior no Brasil, o Estatuto das Universidades Brasileiras (SILVA; REAL, 2011). O Estatuto de 1931 ficou conhecido como “reforma Francisco Campos”, então primeiro ministro da educação. Abrangeu todos os níveis de ensino e para o ensino superior foi centralizador e previu a regulamentação pelo governo central de todo o setor, tanto público como privado. Além disto, determinou que, preferencialmente, o ensino superior se organizasse em instituições universitárias, definindo, pela primeira vez, o formato legal que as universidades deveriam obedecer. A reforma, contudo, não vetou a possibilidade de que as instituições isoladas continuassem a existir. Assim, “embora não se tivesse limitado a manter o ensino superior em seus moldes tradicionais de escolas isoladas voltadas para a formação de

profissionais liberais, a reforma de 1931 tampouco pôs em prática o ideal de universidade que mobilizara intelectuais e educadores dos anos 20” (SAMPAIO, 2010, 45-46).

Entre 1933 a 1945, os estabelecimentos privados passaram de 265 a 391 e a sua participação no número de matrículas passou de 43,7% a 48,0%, denotando um crescimento lento, porém contínuo. Em 1945, a educação superior abrigava cerca de quarenta mil estudantes em seu total e 19.668 deles já se encontravam matriculados em instituições particulares (SAMPAIO, 2000). Silva e Real (2011) afirmam que a isenção fiscal concedida a partir da Constituição de 1946, cujo art. 31 vedou a cobrança de impostos sobre instituições de ensino, favoreceu e propiciou o aumento das instituições privadas.

Na década de 1950 repetia-se o movimento dos anos 1920, que propunha a reformulação de todo o sistema de ensino superior, especialmente da universidade. Criticavam-se, basicamente, três coisas: primeiro, o sistema de cátedra, que simbolizava uma universidade rígida e anacrônica, visto que cada matéria ou área do conhecimento era de um professor vitalício – o catedrático; segundo, o compromisso efetuado na década de 1930 com escolas profissionais, que havia criado uma universidade compartimentalizada; e terceira, o caráter elitista da universidade, que atendia uma parcela mínima da sociedade, sobretudo as classes médias e altas. (SAMPAIO, 2000)

Em 1960 observou-se que, apesar da ampliação do número de estabelecimentos de ensino superior, havia mais demanda que oferta de vagas, o que ocasionou pressão do mercado para ampliação de acesso a este nível de ensino. Naquele ano, os estudantes universitários somavam 226.218, sendo que 93.968 encontravam-se no setor privado. Havia ainda 28.728 alunos excedentes que, apesar de aprovados nos vestibulares de universidades públicas, não se matricularam devido a falta de vagas. O país passava por uma série de transformações, como a ampliação dos setores produtivos e industriais que geraram a demanda por ensino médio e conseqüentemente uma nova clientela para o ensino superior, que via no diploma a garantia de acesso ao mercado de trabalho. (SAMPAIO, 2000)

Em 20 de dezembro de 1961, foi sancionada a Lei nº 4.024, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que tinha como foco regulamentar os mecanismos de expansão do ensino superior e consolidar a estrutura já existente. De acordo com Sampaio (2000), a LDB foi pragmática e seguiu a realidade do ensino superior à época. Reconheceu a organização do sistema também em moldes não universitários e voltou-se a mecanismos de regulamentação da expansão do ensino superior, demonstrando a percepção

da necessidade de se instituir mecanismos de controle na relação: ensino superior  $\times$  pressão do mercado. Estabelecendo uma nova sistemática, a LDB autorizou que as universidades (que gozavam de autonomia), os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação decidissem sobre a criação de novos cursos. Permitiu ainda que o ensino superior fosse ministrado em instituições isoladas, sem preferência pelas universidades, e garantiu à iniciativa privada a possibilidade de ministrar ensino em todos os níveis. Segundo Silva e Real (2011), tal como a Constituição de 1946 que trouxe isenções fiscais, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 também favoreceu o crescimento do setor privado, quando possibilitou às instituições particulares, para além das públicas, financiamentos com recursos públicos para a construção, reforma ou compra de prédios, instalações e equipamentos escolares.

Os dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, frustraram os reformadores dos anos 1950, que a consideraram “tímida” e sem efeitos relevantes na estrutura da universidade. Cunha (1985 apud SAMPAIO, 2000, p. 56) “considera que a LDB de 1961 representou a vitória da corrente privatista em detrimento da campanha do ensino público”.

A Lei nº 4.024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituiu o Conselho Federal de Educação. Foi este conselho que emitiu o Parecer 92/63 que veio a fundamentar o primeiro documento que fixou normas para autorização e reconhecimento de escolas de nível superior, a Portaria nº 4/63. O documento definiu que se comprovasse: a condição jurídica da mantenedora; condições fiscais e materiais, capacidade financeira; recursos docentes, comprovantes das condições materiais e culturais do meio; comprovante da real necessidade do curso para a região; apresentação de regimento contendo currículo e normas acadêmicas de funcionamento escola. Estas exigências, de natureza burocrática, eram cumpridas sem muitas dificuldades, o que mais favoreceu do que cerceou a abertura de novos estabelecimentos e cursos. (SAMPAIO, 2000).

Entre 1964 e 1985 o país vivenciou o período de ditadura militar, que não propiciou o crescimento das universidades públicas, então foco de contestação ao regime político ditatorial. Muitos autores, como Martins (ano), Cunha (ano) e Dourado (ano) atribuem ao regime militar a responsabilidade de impulsionar, na década de 1970, a expansão do ensino privado em detrimento do público, pela pesada repressão e vigilância que impôs às universidades públicas (tidas como focos de subversão) e aos movimentos estudantis (que tinham atuação social e política intensa). Entretanto, Sampaio (2010) adverte que este entendimento subestima a demanda reprimida por educação superior nos anos de 1960 e

1970, não suprida pelas entidades públicas, e, equivocadamente, trata o segmento privado como um desvio indesejado no sistema educacional.

Em 1968 ocorreu uma reforma universitária no país, instituída pela Lei nº 5.540, de 11 de novembro. “A reforma de 1968 ocorreu em clima de intimidação e deterioração dos direitos civis, em contexto de abuso do aparato repressivo do Estado, de destruição dos órgãos de representação estudantil” (SAMPAIO, 2000, p. 58). Paradoxalmente, segundo a mesma autora, a reforma inspirava-se em muitas das ideias do movimento estudantil e da intelectualidade ao longo dos anos que precederam a LDB de 1961. De acordo com ela, ao contrário da LDB de 1961, que se limitou a consolidar o sistema existente, a reforma universitária de 1968 foi profunda e extensa. Retomando a preferência pela organização universitária orientada na reforma de 1931, entre muitas outras alterações, sugeriu a aglutinação dos estabelecimentos isolados em Universidades e Federações de escolas, o que, no entanto, não se concretizou. “O que se verifica ao longo da década de 70 até meados dos anos 80 é uma sequência de decretos, resoluções, portarias e pareceres do CFE que abriram brechas na moldura legal maior instituída em 1968 tendo em vista permitir a criação de faculdades isoladas (SAMPAIO, 2000, p. 65)”.

O modelo universitário adotado no Brasil, até a reforma de 1968, era fortemente influenciado pelo europeu, prevalecendo “o modelo alemão da Universidade de Berlim, que defendia a integração entre ensino e pesquisa, e o modelo francês, com o regime de cátedras vitalícias” (SILVA; REAL, 2011, p. 143).

Segundo Oliven (2002 apud SILVA; REAL, 2011, p. 145), a Reforma Universitária de 1968 trouxe significativas modificações na estrutura acadêmica:

[...] as influências europeias nas universidades brasileiras foram dissolvidas em parte, já que o sistema de cátedras, até então vigente, foi substituído pelo sistema departamental, baseado no modelo norte-americano de universidade, que adotou o sistema de departamento para reunir os docentes da mesma área de saber. Nos departamentos, a gestão é realizada de maneira rotativa e a carreira docente é baseada na produção científica e na titulação. A Lei da Reforma Universitária instituiu também a dedicação exclusiva e o regime de tempo integral para os professores, o que propiciou condições favoráveis para o avanço da pesquisa e da pós-graduação no Brasil.

Com a Reforma Universitária de 1968, o setor público optou por universidades seletivas, em termos sociais e acadêmicos, que aliassem ensino e pesquisa, o que incorporava custos e limitava a expansão, oportunizando ao setor privado o atendimento complementar à

demanda de massa que o Estado não conseguia atender plenamente. Assim, houve na década de 1970 um vertiginoso crescimento das instituições privadas de ensino, sobretudo na forma de instituições isoladas de ensino. Havia a demanda reprimida composta pelos excedentes do sistema público, que não dispunha de vagas para todos, e ainda a ampliação da rede de segundo grau, cujos formandos a rede pública não conseguiria absorver na totalidade. A insuficiência do ensino público oportunizou à rede privada espaço de atuação (SAMPAIO, 2000). Por isso, “no Brasil, a tradição do ensino público tende a definir a escola particular como uma escola supletiva à escola pública, que vive à custa da insuficiência desta” (CUNHA, 1985 apud SAMPAIO, 2000, p. 68).

Segundo Sampaio (2000), no final da década de 1960, o setor privado já absorvia 46% das matrículas e no final da década seguinte respondia por 62,3%, sendo as maiores taxas de crescimento do setor privado registradas nos anos de 1968, 1970 e 1971. Houve crescimento significativo do ensino privado entre 1960 e 1980 quando, com o franco desenvolvimento industrial e urbano do país, o diploma significava garantia de acesso ao mercado de trabalho. “Nesse período as matrículas totais em ensino superior cresceram 480,3% ao passo que as matrículas do setor privado cresceram 843,7%” (SAMPAIO, 2000, p. 53).

Conforme Sampaio (2000), em meados dos anos 1980, com a diminuição da demanda por ensino superior, houve desaceleração do ritmo de crescimento do setor privado e a redução de sua participação no número de matrículas no sistema. O ápice da crise no setor privado deu-se no período de 1985 a 1990 e teve como principal fator o descompasso entre o volume de vagas oferecidas e o número reduzido de alunos concluintes do segundo grau, o que obviamente deixava muitas vagas não preenchidas. A conclusão imediata é que a oferta de vagas no ensino superior cresceu mais que a demanda, especialmente na região Sul e Sudeste. A redução da demanda leva o setor privado ao acirramento da competição e a necessidade de criar novas estratégias para captação de matrículas, como a desconcentração regional e instalação de estabelecimentos em localidades interioranas menos exploradas e a criação de novos cursos, menos saturados, em instituições já consolidadas.

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal, que trouxe disposições importantes para a educação superior. Gravou em seu texto: a obrigatoriedade de oferta de educação escolar com garantia de qualidade; a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais; prerrogativas de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e

patrimonial para instituições universitárias; o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para as universidades; a possibilidade de direcionamento de recursos públicos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas e manteve a liberdade de ensino à iniciativa privada. (SAMPAIO, 2000)

No final da década de 1980, houve um movimento para transformação de escolas isoladas e/ou federação de escolas em universidades particulares. Importante fator que influenciou a alteração da configuração institucional das instituições privadas foi a inovação trazida pela Constituição Federal de 1988, que implantou a denominada autonomia universitária, tanto às universidades públicas como para as particulares. Em termos práticos, a autonomia possibilitou às entidades libertarem-se dos controles exercidos pelo Conselho Federal de Educação. Dispondo desta prerrogativa os estabelecimentos privados poderiam atender de maneira mais ágil às demandas de mercado e sem submeterem-se ao trâmite burocrático dos processos de autorização de cursos e aumento de vagas. Ante as vantagens competitivas apresentadas pela autonomia universitária, intensificaram-se as mudanças de natureza institucional das privadas, de instituições isoladas para universidades. (SAMPAIO, 2000).

Os anos 1980 foram marcados por um período de quase estagnação do ensino superior brasileiro. No início da década de 1990 o crescimento do número de matrículas no ensino superior foi bastante pequeno, mas a partir de 1994 percebe-se uma tendência de crescimento contínuo, com taxas anuais acima de 4%. De 1994 a 1998, as matrículas nos cursos de graduação apresentaram taxa de expansão anual de 7% em média. Neste período de retomada do crescimento o ensino superior teve sua expansão, também, patenteada em grande parte pelo segmento privado. As instituições públicas continuaram elitistas e acolhendo público determinado, em regra, marcado pela distinção intelectual e social (MARTINS, 2000).

A partir da segunda metade dos anos 1990 o país assistiu a novo e expressivo surto de expansão da Educação Superior (o primeiro ocorreu na década de 1970), notadamente pela via privada. [...] os números permitem observar como a partir de meados de 1990 tem início uma explosão de IES e, por extensão, de vagas e matrículas. Houve aumento de 144,2% no total de estabelecimentos que ofertam Educação Superior no país (INEP, 2009), sendo que as IES públicas aumentaram 11,8% (de 211 para 236), enquanto as vinculadas ao setor privado aumentaram 183,5% (quinze vezes e meia mais que o percentual do setor público (TAVARES, et al, 2011, p. 86).

Particularmente nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>9</sup>, (de 1994 a 1997 e de 1998 a 2002), verificou-se uma redução de investimentos na educação superior pública e gratuita e a transferência da responsabilidade com a educação superior para o setor privado ou mesmo para a sociedade, fator este que teria influencia direta da própria Reforma do Estado. Ao mesmo tempo em que foram reduzidos os recursos destinados à manutenção das instituições públicas, aumentou-se o controle sobre o sistema, especialmente o da educação superior, adotando-se políticas de avaliação sob o discurso de se garantir certo nível de qualidade (SOUSA, 2011).

A Educação Superior passou a ser considerada de natureza pública, porém não necessariamente estatal. Segundo Tavares (2011, p. 87), “o Estado partia do princípio de que a Educação Superior podia ser oferecida por quem quisesse e pudesse, desde que habilitado às regras definidas pelo poder público”. Nesta lógica, o Estado avaliaria o desempenho das instituições e publicaria os resultados, cabendo ao interessado optar pela instituição que lhe interessasse. Se estabeleceria assim a “autorregulação” pelo próprio mercado, onde prevaleceriam as instituições que detivessem maior qualidade, que, em tese, seriam as procuradas pelos potenciais clientes.

Em 1995, antes da aprovação da LDB de 1996, foram sancionadas duas leis relevantes para o ensino superior. A Lei nº 9.131, datada de 24 de novembro, e a Lei nº 9.192, datada de 21 de dezembro. A Lei nº 9.131 alterou dispositivos da Lei nº 4.024/61, que havia instituído o Conselho Federal de Educação, e criou o Conselho Nacional de Educação. Além disto, tratou das avaliações periódicas das instituições e cursos de ensino superior, instituindo o Exame Nacional de Curso (ENC), que ficou conhecido como Provão. A Lei nº 9.192, por sua vez, alterou dispositivos da Lei nº 5.540/68 e regulamentou o procedimento de escolha dos dirigentes universitários. Os dirigentes de estabelecimentos privados seriam eleitos na forma de seus respectivos estatutos e regimentos. No caso de setor público federal, o reitor e o vice-reitor seriam nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuísem título de doutor, cujos nomes figurassem em listas tríplexes organizadas pelo respectivo colegiado máximo ou outro

---

<sup>9</sup> De acordo com Tavares (2011, p. 95), “Por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, criado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) em 1995, o governo defendeu a mudança de uma administração pública e entendida como burocrática e ineficiente para outra, de natureza gerencial, focada na obtenção de resultados, atendimento dos interesses dos cidadãos e na focalização do incentivo à criatividade e à inovação. Portanto, partia-se do princípio de que as funções do Estado deveriam ser coordenar e financiar as políticas e não executá-las, e explicitava-se que a sociedade devia socializar com a iniciativa privada a responsabilidade de diminuir as mazelas provocadas pelo mercado.

colegiado instituído especificamente para este fim. (SAMPAIO, 2000).

Depois de nove anos de discussões no âmbito do Poder Legislativo, em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trouxe inovações relevantes em relação ao estabelecido na Lei nº 5.540/68. A preferência pela universidade não permaneceu e os estabelecimentos isolados não foram mantidos como “desvio do sistema”. A LDB estabeleceu que a educação superior poderá ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. Também definiu o que vem a ser instituição universitária, o que entendeu como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Detalhou o princípio da autonomia universitária, instituído pela Constituição Federal de 1988, especificando as atribuições e prerrogativas a ele inerentes. (SAMPAIO, 2000, p. 140 - 141)

Quanto às questões relacionadas à qualidade da educação, o artigo 9º da LDB de 1996, determinou como atribuição e responsabilidade do Estado a avaliação do rendimento dos alunos, das instituições e dos cursos, o que legitimou a concepção de garantia de qualidade vinculada às avaliações em larga escala (SILVA; REAL, 2011). Neste mesmo sentido, o art. 46 estabeleceu que a educação superior continua sendo subordinada ao órgão central competente e mesmo as entidades que detenham autonomia passarão por processo regular e periódico de avaliação, cujos resultados implicarão na autorização e/ou reconhecimento de cursos, vez que os atos autorizativos terão prazos limitados.

O Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, ao regulamentar o sistema federal de ensino superior, institui a figura dos Centros Universitários que, como as universidades, detêm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos em suas sedes, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes. A criação desta figura, designada como instituição pluricurricular, que abranja uma ou mais áreas do conhecimento, que tenha ensino de excelência e corpo docente qualificado, resolveu o problema da busca dos estabelecimentos privados em se transformarem em universidade para deter autonomia e assim melhor interagir com as demandas de mercado (SAMPAIO, 2000). Os centros universitários se estabeleceram como as “universidades do ensino”, enquanto as universidades propriamente ditas continuaram a existir como as “universidades da pesquisa”. As reformas educacionais do governo FHC valorizaram expressivamente os



centros universitários, que aumentaram 97,4% de 1999-2002 (SOUSA, 2011).

De acordo com Silva e Real (2011), a nova LDB e os decretos subsequentes favoreceram o crescimento da educação superior observado na década de 1990, sobretudo pela diversificação e diferenciação educacional. A expansão do setor privado se deu particularmente pela implementação de instituições isoladas que, no ano de 2000, representavam 87% das instituições de Educação Superior privadas, estabelecidas como faculdades, escolas e institutos superiores.

No final dos anos 1990, as matrículas no ensino superior aumentaram, alavancadas em parte pela demanda dos egressos do ensino médio e em parte pela demanda de adultos que buscam o ensino superior para complementar seus conhecimentos, adquirir novas qualificações e títulos como forma de acesso ou busca de melhor colocação no mercado de trabalho. A demanda continuou sendo atendida, quase em sua integralidade, pelo setor privado. Em 1999, das 1097 instituições, 905 eram privadas (82,50%). O setor público não apresentou sinais de crescimento e sua estagnação, segundo Schwartzman (1998), se deve a duas causas principais. A primeira é o esgotamento da capacidade do governo federal e dos Estados em investir mais no ensino superior, dado, sobretudo, aos altos custos per capita dos sistemas públicos. A segunda é a ênfase destas instituições em formação de profissões tradicionais, com atendimento a público específico e não ao ensino de massa, o que revela a dificuldade de expansão sem perda de qualidade, vez que o público que busca profissões menos complexas, em regra, não é tão seletivo.

Ao termo do século XX, a complexidade e heterogeneidade do sistema de ensino superior já era visível e as diferenças não estavam mais limitadas apenas na distinção entre o que era público e privado, mas na pluralidade das instituições com naturezas jurídicas e vocações diferentes. São universidades, centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados, entidades com fins lucrativos, filantrópicas, comunitárias e confessionais, públicas federais e públicas estaduais, com focos de trabalho variáveis entre o ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Com a redução dos investimentos do Estado em educação superior, sua atuação se realiza via financiamento estudantil, sendo instituído em 2001, por meio da Lei nº 10.260, de 12 de julho, o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES), que veio a substituir o extinto Crédito Educativo (CREDUC).

No ano de 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro, demonstrou o interesse político de expandir a educação superior. O Plano teve como principal meta abrigar, pelo menos, 30% da população da faixa etária de 18 a 24 anos na Educação Superior até o ano de 2010. Segundo Sousa (2011), à época de aprovação do PNE, o Brasil possuía um dos índices mais baixos de acesso à educação superior (12%) de estudantes com idade entre 18 e 24 anos (taxa líquida), percentual que se mostrava bem abaixo do Chile (20%), Venezuela (26%) e Bolívia (24%). O PNE 2011-2020, que foi proposto pelo MEC, está sob análise do Congresso Nacional. Em junho de 2012 ele foi aprovado na Câmara dos Deputados com a meta de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

Conforme Tavares (2011), a despeito da meta do PNE de matricular 30% dos estudantes de 18 a 24 anos até 2010 e da definição de políticas relacionadas ao acesso a esse nível de educação (FIES e PROUNI), houve desaceleração no ritmo de expansão da Educação Superior no primeiro mandato do Governo Lula<sup>10</sup>. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) exerceu dois mandatos consecutivos, o primeiro de 2003 a 2006 e o segundo de 2007 a 2010.

De 2004 a 2008 com a desaceleração no crescimento do número de matrículas nas entidades privadas, houve um aumento substantivo de vagas ociosas. O acesso ao ensino superior parece ter chegado a um patamar-limite em razão do número de egressos do ensino médio. Em um movimento inverso ao que ocorreu nos anos 1990, onde houve grande expansão, o que se verifica neste período (2004 – 2008) é a estagnação das taxas de matrículas e concluintes do ensino médio. O sistema de ensino superior é maior que a demanda efetiva (SAMPAIO, 2010, p. 50 – 52).

No setor privado o movimento de transformar estabelecimentos isolados em universidades já não desperta mais tanto interesse, havendo maior expansão dos centros universitários, que dispõem de algumas prerrogativas da universidade, como aumentar o número de vagas, abrir e fechar cursos. O segmento dá sinais de que tenha percebido que a autonomia para criar cursos e aumentar o número de vagas não resolve os impasses que se instalaram no ensino superior privado, como a redução do número de inscritos, o número insuficiente de alunos matriculados e as altas taxas de evasão. Na busca de captação de

---

<sup>10</sup> O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) exerceu dois mandatos consecutivos, o primeiro de 2003 a 2006 e o segundo de 2007 a 2010.

clientela e sua manutenção, o novo ciclo do setor privado parece se orientar no discurso de educação continuada e juventude estendida, tendo ainda seu foco, em regra, no atendimento à demanda de massa. Percebe-se a tomada de novas iniciativas, entre as quais: investimento em novos cursos, níveis e modalidades de ensino, criação carreiras, investimento em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, oferta de ensino a distância. A regionalização e a interiorização da oferta permanecem. As matrículas crescem mais no interior que nas capitais, com maior destaque para as regiões Nordeste, Norte e Sul, que Sudeste e Centro-Oeste, mercados mais saturados (SAMPAIO, 2010, p. 51 - 56).

Silva e Real (2011) destacam que no governo Lula foram implementados alguns importantes programas em prol das universidades federais, sendo os de maior destaque o Programa de Expansão das Universidades Federais (EXPANDIR), lançado em 2003 e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Enquanto o programa EXPANDIR objetivava a criação de novas universidades e novos *campi*, o REUNI foi instituído com o objetivo de criar condições para ampliar o acesso e permanência no nível de graduação, com melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais.

Conforme Silva e Real (2011), visando a expansão da Educação Superior Pública, além do EXPANDIR e do REUNI, foram tomadas ainda outras iniciativas pelo governo, como: a criação de instituições de Educação Tecnológica (Lei nº 11.982, de 29 de dezembro de 2009); a criação da Universidade Aberta do Brasil (Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006), para ofertar cursos a distância; a criação do Programa Verde Amarelo, de incentivo à cooperação tecnológica entre universidades e centros de pesquisa e o setor produtivo; a criação de quatro universidades federais em regiões estratégicas para a integração regional e internacional, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

No que se refere à avaliação das condições de oferta de cursos e qualidade das instituições, no ano de 2004, foi criado, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) que, substituindo o ENC (Provão), veio como proposta para uma avaliação que respeite a autonomia e a identidade da IES.

Como importante política de acesso dos estudantes à educação superior, no ano de

2005 foi instituído, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro, o Programa Universidade para Todos – PROUNI. O programa destina-se à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. As bolsas são disponibilizadas a estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsistas integrais; a estudantes portadores de deficiência; aos professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia. O estudante a ser beneficiado pelo PROUNI é pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou outros critérios definidos pelo Ministério da Educação.

Em 2007 o governo lançou, por meio da Lei Decreto nº 6.094, de 20 de abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), propondo metas para enfrentar os desafios da qualidade, onde incluiu-se a educação superior. Entretanto, o plano tratou, sobretudo, da educação básica pública, sendo que de 30 metas, dezessete se referem à educação básica.

Até novembro de 2012 não verificamos grandes alterações nas políticas estatais para a Educação Superior em relação ao governo Lula. Há ações no sentido de continuar o estímulo ao programa de expansão, inclusive com objetivos mais ousados. Conforme PNE 2011-2020, com redação final já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados<sup>11</sup>, a meta para inclusão de jovens de 18 a 24 anos na educação superior deve passar de 30% para 33%, de forma que o Brasil se aproxime dos índices alcançados pela maioria dos países latino-americanos.

O Estado tem estimulado a política de expansão da Educação Superior há vários anos, permitindo e estimulando significativa participação do segmento privado, que hoje pode ser dito protagonista de um projeto educacional que, conforme sinalizado pelo PNE, tem como foco o ensino de massas. Percebe-se a intenção do Governo Federal, especialmente a partir de 2003, em investir na ampliação das instituições públicas no projeto de expansão. Em junho de 2011 o atual governo anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica com o qual, segundo o MEC (2012a), pretende criar, até 2014, mais quatro universidades públicas e 47 campus universitários federais. Entretanto, pelo

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em: 16 out. 2012

que demonstram as estatísticas, o projeto de expansão da Educação Superior no Brasil não será levado a cabo sem a continuidade de participação da iniciativa privada que, segundo dados do INEP (2011), representa 88,3% das instituições e abriga 76,3% do alunado.

As tabelas seguintes demonstram, numericamente, a evolução da Educação Superior no Brasil, e nos permitem visualizar, em termos de estabelecimentos e matrículas, como o sistema está atualmente configurado:

Evolução do Número de Instituições de Educação Superior Brasileiras  
por dependência Administrativa 1980 – 2011\*\*

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>*Públicas</b>	<b>Percentual Públicas</b>	<b>Privadas</b>	<b>Percentual Privadas</b>
1980	882	200	22,7%	682	77,3%
1985	859	233	27,1%	626	72,9%
1990	918	249	27,1%	669	72,9%
1995	894	210	23,5%	684	76,5%
2000	1.118	114	10,2%	1004	89,8%
2002	1.637	195	11,9%	1442	88,1%
2010	2.378	278	11,7%	2100	88,3%
2011	2.365	284	12%	2081	87,9%

Fonte: MEC/INEP

\*Públicas: Incluindo Instituições de Educação Superior Federais, Estaduais e Municipais

\*\*Não estão disponibilizados pelo INEP dados anteriores a 1980c

Evolução das Matrículas na Educação Superior Brasileira  
por dependência Administrativa 1980 – 2011\*\*

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>*Públicas</b>	<b>Percentual Públicas</b>	<b>Privadas</b>	<b>Percentual Privadas</b>
1980	1.377.286	492.232	35,7%	885.054	64,3%
1985	1.367.609	556.680	40,7%	810.929	59,3%
1990	1.540.080	578.625	37,6%	961.455	62,4%
1995	1.759.703	700.540	39,8%	1.059.168	60,2%
2000	2.694.245	887.026	32,9%	1.807.219	67,1%
2002	3.520.627	1.085.977	30,8%	2.434.650	69,2%
2010	6.379.299	1.643.298	25,8%	4.736.001	74,2%
2011	6.739.690	1.773.315	26,3%	4.966.374	73,6%

Fonte: MEC/INEP

\*Públicas: Incluindo Instituições de Educação Superior Federais, Estaduais e Municipais

\*\*Não estão disponibilizados pelo INEP dados anteriores a 1980

A opção do Estado em permitir que a educação fosse também explorada por entidades privadas gerou, ao longo do tempo, uma série de ações estatais para manutenção dos controles sobre o sistema, o que é fator determinante para a regulação, avaliação e supervisão do ensino superior como se encontram atualmente. Detendo o maior número de estabelecimentos e matrículas, o setor privado exerce papel fundamental na configuração do sistema nacional de educação superior e em sua moldura normativa. Não há indícios de que a postura reguladora e avaliadora do Estado retroceda. Ao contrário, é provável que ela se intensifique, sendo a aplicação das medidas cautelares administrativas aplicadas às IES e cursos de graduação com avaliações insatisfatórias um indício disto.

Articular a relação público/privado, as políticas de expansão e a promoção da educação superior com qualidade apresentam-se como grandes desafios para o poder público. Nesta cena, toma lugar de suma importância a regulação, a avaliação e a supervisão, que são os meios utilizados pelo Estado para organizar e controlar este complexo sistema, marcado pela diversidade de modelos e interesses. Verificaremos, então, como a avaliação se consolidou e assumiu papel central entre as políticas públicas para a Educação Superior no Brasil e como é utilizada para atender a diretriz de qualidade que deve reger a expansão do sistema educacional superior.

## **1.2 Políticas de avaliação da Educação Superior Brasileira**

Segundo Tavares (2011), desde antes da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 o Estado Brasileiro acompanhava o desempenho da Educação Superior por meio de mecanismos de inspeção e fiscalização das instalações físicas. Esta função fiscalizadora permaneceu na vigência da ditadura militar, mas com a Nova República iniciou-se uma série de debates sobre propostas metodológicas e usos da avaliação da Educação Superior, que levaram a Constituição de 1988, no art. 209, a dispor sobre a necessidade de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

De acordo com Barreyro e Rothen (2008), desde a década de 1980 buscam-se implantar políticas de avaliação na Educação Superior no Brasil, mas somente na década de 1990, elas se concretizaram, inicialmente com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), em 1993. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso

(1995 – 2002) o PAIUB foi substituído pelo Exame Nacional de Cursos (ENC). Em 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Na década de 1980 as primeiras iniciativas do MEC para tornar a avaliação mais sistemática se deram por meio do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), da Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior (CNES) e do Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES).

O PARU, criado em 1983, tinha como objetivo avaliar a Reforma Universitária, implantada pela Lei nº 5.540/68, e produzir um diagnóstico com o propósito de estabelecer ações, visando mudanças nas instituições e no sistema de ensino superior (QUEIROZ, 2011).

A Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior (CNES), coexistiu com o PARU, sendo instalada em 1985, com o objetivo de propor uma nova política de Educação Superior. Na proposta da CNES a avaliação serviria como subsídio à regulação, se concebendo como um contraponto à autonomia e vinculando seus resultados ao financiamento das IES. Seria realizada por membros externos, se utilizaria de indicadores de desempenho e a unidade de análise seria a instituição. (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

Em 1986, para operacionalizar as propostas da CNES, foi criado no âmbito do MEC o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES), com a função de propor uma nova lei para a Educação Superior. A minuta de lei, que não foi encaminhada ao Congresso Nacional devido à repercussão negativa no meio acadêmico, propunha uma avaliação atendendo a função de regulação, cujos resultados estariam atrelados ao financiamento das instituições. A unidade de análise seria a instituição, os agentes de avaliação seriam externos e seriam utilizados indicadores de desempenho. (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

Em 1993, o MEC criou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que trazia uma proposta de avaliação interna com fins pedagógicos, sociais e direcionados à transformação institucional, cujo processo avaliativo, por si só, se constituiria como um mecanismo de construção e melhoria da qualidade. Trazia uma proposta de avaliação democrática e formativa, contínua e sistemática, de forma a “promover o permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica”. (QUEIROZ, 2011, p. 32)

Apesar do PAIUB ser uma política de Estado, a adesão da instituição era voluntária, mediante a elaboração de projetos de auto avaliação, motivo pelo qual é reconhecido como marco referencial para a história da avaliação institucional na Educação Superior no Brasil. O PAIUB teve uma aceitação rápida das Universidades, que receberam financiamento da SESU para implementar seus projetos de avaliação de 1993 a 1996. Com a introdução do Exame Nacional de Cursos (ENC) o PAIUB extinguiu-se. (BARREYRO; ROTHEN, 2008; QUEIROZ, 2011)

No ano de 1995, o governo editou a Medida Provisória 938/95, transformada na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que criou o Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente conhecido como Provão, que, segundo Tavares (2011, p.88), “previa a realização de um exame anual obrigatório para formandos, onde constavam conteúdos mínimos e específicos para cada curso, visando mensurar os resultados do processo ensino e aprendizagem”. Os resultados do Provão permitiam a comparação dos resultados obtidos pelas diferentes instituições e cursos. Os resultados eram divulgados pela imprensa em forma de *rankings*, o que estimulava a concorrência entre as instituições.

De acordo com Barreyro e Rothen (2008), o ENC anunciou a centralidade da avaliação no governo FHC. O Provão tinha como objetivo avaliar o produto das IES e funcionar como referencial para regulação estatal e de mercado. Além da Prova realizada pelos alunos, em 2001, foram inseridos procedimentos de avaliação *in loco*, e os padrões de qualidade foram definidos pelo INEP em manuais para avaliação das instituições e cursos. (BARREYRO; ROTHEN, 2008)

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, a avaliação ganhou mais importância como política pública, uma vez que, em seu art. 9º, a lei atribuiu ao Estado a responsabilidade de zelar pela qualidade da educação. Inicialmente a avaliação era realizada pela SESU, órgão de administração direta, passando depois a ser realizada pelo INEP, uma autarquia. Apesar do Conselho Nacional de Educação (CNE) ter sido incumbido de funções normativas, deliberativas e de assessoramento, ele não cumpria a função de agência reguladora. O governo FHC optou por realizar uma redistribuição de funções no próprio Ministério da Educação, distribuindo as ações de avaliação e regulação entre seus órgãos, não sendo criada uma agência reguladora educacional. (BARREYRO; ROTHEN, 2008, p.6)

O ENC (Provão) evidenciou a centralidade da avaliação no cenário da Educação



Superior e apesar das críticas que sofreu foi considerado um grande marco na Educação Superior. Segundo Polidori (2009), as duas principais questões criticadas no sistema foram: a) o fato de utilizar o resultado do desempenho dos alunos para conceituar também as instituições; b) do resultado ser apresentado em forma de *rankings*. O ENC existiu até o ano de 2004, quando veio a ser substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES foi criado pela Lei nº 10.86, de 14 de abril de 2004, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), e instituiu a avaliação em três instâncias: instituição, curso e estudantes. Segundo Barreyro e Rothen (2011), intencionou-se criar por meio do SINAES uma combinação da visão emancipatória da avaliação com a regulação, embora o sistema objetive separar a avaliação da regulação, utilizando a primeira para fundamentar a segunda. O SINAES metamorfoseia elementos advindos das experiências avaliativas anteriores.

Uma análise histórica mostra que o SINAES é o resultado da cumulação e da metamorfose, pois os três pilares que constituem o Sistema são derivados das experiências anteriores: a) a Avaliação Institucional do PAIUB, b) a Avaliação dos Cursos de Graduação, da Avaliação das Condições de Ensino (ACE) do governo FHC e c) o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, do Provão também do governo FHC. (BARREYRO; ROTHEN, 2011, p. 8)

Desde a década de 1980 no Brasil são expressas duas concepções distintas de avaliação, uma defende a avaliação emancipatória e outra a avaliação classificatória. Segundo Tavares (2011), as concepções avaliativas receberam diferentes denominações na literatura, mas, em geral, a tradicional é chamada de classificatória ou regulatória e a emergente é denominada formativa ou emancipatória.

A concepção de avaliação classificatória (ou regulatória) tem abordagem predominantemente quantitativa e mensura desempenhos e resultados, a fim de “criar hierarquias de excelência e supervisão dos modos de funcionamento institucional. Aponta para a punição e o controle de desempenho e tem na regulação sua finalidade precípua, centrando-se em instrumentos standardizados (TAVARES, 2011, p. 83)”.

A concepção de avaliação emancipatória (ou formativa), por sua vez, tem abordagem predominantemente qualitativa, “orienta-se na direção da qualificação das instituições e do sistema por meio de mecanismos e processos que promovam a compreensão

e o desenvolvimento institucional”. Portanto, ocupa-se de “compreender e atribuir significados às atividades e processos acadêmicos, identificando formas de superar fragilidades e confirmar fortalezas”. Nos países que adotam esta concepção, a regulação sucede a avaliação e busca expandir a função de controle para outra, essencialmente educativa, pedagógica, pró-ativa e construtiva, voltada para o efeito e o sentido social das atividades acadêmicas e institucionais. (TAVARES, 2011, p. 83)

Quando da implantação do Exame Nacional de Cursos ficou evidenciada que a tônica da avaliação era regulação e controle. Em comparação ao PAIUB, o ENC revela que a avaliação deixou de ser um processo político instaurado no âmago das Instituições de Educação Superior e passou a ser de responsabilidade das agências governamentais. Deixou de ser uma ferramenta de gestão e autoconhecimento das instituições e passou a ser uma ferramenta de controle e principalmente de informação ao mercado consumidor sobre a qualidade do produto *educação* oferecido pelas instituições. (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que veio substituir o Exame Nacional de Cursos (ENC), baseia-se em uma concepção de avaliação mista, que apresenta tanto características da avaliação emancipatória quanto da regulatória. Segundo TAVARES (2011), mesmo constituindo-se como um sistema de avaliação misto, com características emancipatórias e regulatórias, o SINAES teve a preocupação de diferenciar os processos de regulação e avaliação. Neste sentido, a proposta do SINAES, estabeleceu que:

[...] O Estado supervisiona e regula a educação superior para efeitos de planejamento e garantia de qualidade do sistema. Para isso precisa estabelecer clara e democraticamente a sua política e, para viabilizá-la, os seus aparatos de controle, fiscalização, supervisão, bem como os meios de implementá-los. Seu papel não se limita à regulação no sentido de controle burocrático e ordenamento; compete-lhe também avaliar a educação superior de modo a fornecer elementos para a reflexão e propiciar melhores condições de desenvolvimento.

[...] Para superar a concepção e prática da regulação como mera função burocrática e legalista, é necessário construir uma outra lógica, com um outro sentido filosófico, ético e político: que a regulação não se esgote em si mesma, e, principalmente, articulada à avaliação educativa propriamente dita, seja também uma prática formativa e construtiva. (COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2004, p. 85)

Em relação à evolução do desenvolvimento do processo avaliativo em âmbito nacional, segundo Felix (2008) e Fonseca (2007) *apud* Polidori (2009), pode-se considerar que houve uma divisão em quatro ciclos, a saber:

- Primeiro ciclo (1986 a 1992) – houve iniciativas de organização de um processo de avaliação e a existência de avaliações isoladas no país, mas não se constituindo uma avaliação de caráter nacional (PARU, GERES);

- Segundo ciclo (1993 a 1995) – denominado de período de formulação de políticas, quando se instalou o PAIUB;

- Terceiro ciclo (1996 a 2003) – denominado período de consolidação ou implementação da proposta governamental. Ocorreu o desenvolvimento do Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão, e o da Avaliação das Condições de Oferta (ACO), a qual passou posteriormente, a ser chamada de Avaliação das Condições de Ensino (ACE). Houve ainda, neste período, algumas Portarias para regulamentarem e organizarem a avaliação das IES;

- Quarto ciclo (2003 ao atual) – denominado de construção da avaliação emancipatória, com a implantação do SINAES, numa proposta de se desenvolver uma avaliação formativa e que considerasse as especificidades das IES.

Não se pode dizer, atualmente, que o SINAES seja efetivo e que a avaliação emancipatória tenha se estabelecido. O SINAES tem sofrido acréscimos e supressões e uma sequencia de fatos apontam para uma configuração distinta da *regulação/avaliação* nele proposta.

Rothen e Barreyro (2011) apontam alguns fatos que demonstram as alterações pelas quais tem passado o SINAES e que revelam a mudança do paradigma de avaliação (de emancipatória para regulatória) e de métodos. A utilização do ENADE para selecionar cursos para serem supervisionados, no ano de 2007, marcou o início da tergiversação do SINAES e demonstrou o intuito do MEC de utilizar uma prova de larga escala para medir a qualidade dos cursos. O passo seguinte para transformar o ENADE em um elemento fundamental na avaliação de cursos foi a criação do Conceito Preliminar de Curso (CPC). A visita de comissão de especialistas, que seria um procedimento obrigatório segundo a Lei do SINAES, torna-se facultativa, à luz do disposto nas Portarias Normativas nº 40/2007 e nº 4/2008. Em setembro de 2008, cria-se o Índice Geral de Cursos (IGC), que utiliza para composição de sua nota as médias ponderadas dos CPCs e as médias ponderadas das notas emitidas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ao avaliar os programas de pós-graduação, o que aponta para uma concepção equivocada de que uma IES resume-se à soma de seus cursos. Além disto, demonstrando o intuito de prover ranqueamentos e

comparações, em 2008 o ENADE deixou de ser amostral em 2008, e passou a ser “universal” como ocorria no Provão.

A avaliação da educação superior tem uma história de “idas e vindas” entre os modelos regulatório/classificatório e emancipatório/formativo. Em tese, por meios e resultados muito distintos, o intuito de ambos os modelos avaliativos é estimular a melhoria da qualidade das IES. Os marcos regulatórios demonstram as oscilações dos métodos e mecanismos utilizados pelo Estado para efetivar as políticas que adota para avaliação da educação superior e revelam a tentativa de vincular seus resultados à regulação e a supervisão, conforme veremos a seguir.

### **1.3 As diretrizes de qualidade e as estratégias do Poder Público para sua efetivação**

A Constituição Federal de 1988, em seu título II, classifica o gênero direito e garantias fundamentais em cinco espécies: direitos individuais, direitos coletivos, direitos sociais, direito à nacionalidade e direitos políticos. A educação consta dos direitos sociais (art. 6º), que são aqueles que, segundo a doutrina moderna, acentuam o direito à igualdade e garantem o direito de se participar do bem-estar social por meio de prestações positivas do Estado. A educação consta, portanto, do título VIII da Constituição, onde estão as disposições referentes à ordem social, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social. De maneira específica, a educação é abordada dos arts. 205 ao 214 da Constituição.

Os objetivos básicos da educação brasileira estão descritos no artigo 205 da Constituição Federal que estabelece que a educação é um direito de todos os cidadãos e deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Os objetivos definidos para a educação neste artigo estão diretamente ligados aos fundamentos e objetivos do próprio Estado brasileiro, dispostos nos arts. 1º e 3º da Constituição, que demonstram ser o Brasil um Estado democrático e social de direito.

A garantia no padrão de qualidade é um princípio informador da educação

brasileira, constante do art. 206, VII<sup>12</sup>, CF. Para as entidades privadas, a qualidade é uma das exigências para a o exercício da própria atividade, conforme consta do art. 209<sup>13</sup>, CF. Para a Educação Superior a avaliação de qualidade precede a própria autorização de funcionamento. Qualquer instituição que queira funcionar e ofertar cursos dependerá de autorização prévia do poder público. O credenciamento dependerá da avaliação de qualidade e do atendimento de uma série de outras exigências burocráticas descritas minuciosamente na legislação, especialmente no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Considerando que o ensino é atividade econômica que, mediante autorização do poder público, pode ser explorada pela iniciativa privada<sup>14</sup>, lhe são aplicados os princípios gerais da atividade econômica estatuidos no art. 170 da Constituição Federal. O Estado<sup>15</sup> é o agente normativo e regulador da atividade econômica e exercerá tal atividade nos termos da lei. Desta maneira, as entidades privadas que entram no ramo da educação sofrem intensa regulação e fiscalização do poder público, especialmente no que se refere à qualidade dos serviços.

Compete à União autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior (art. 9º, IX, LDB). A LDB determina que a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação (art. 46).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a *qualidade* como um dos princípios que devem reger a Educação Nacional. Atribuiu à União a responsabilidade de garantir um padrão mínimo de qualidade no ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Determinou que o sistema nacional de educação deve se organizar em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de forma a assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas

---

<sup>12</sup> Art. 206, Constituição Federal: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VII - garantia de padrão de qualidade; [...]”.

<sup>13</sup> Art. 209, Constituição Federal: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

<sup>14</sup> Com relação à possibilidade de oferta de ensino pela iniciativa privada vide art. 209 da CF e arts. 3º, V, 7º, 16, 19 e 45 da LDB.

<sup>15</sup> Art. 174, da Constituição Federal: “Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado”.

federativas que conduzam a alguns objetivos, entre eles, a melhoria da qualidade do ensino. Possibilitou que a iniciativa privada ministrasse ensino, deste que atendidas as normas gerais da educação nacional e que fosse autorizada e avaliada pelo Poder Público. (Constituição Federal arts. 206, VII; 209, II; 211, § 1º<sup>16</sup> e 214, III<sup>17</sup>)

Nos termos do art. 16, da LDB, o sistema federal de ensino compreende: as instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; os órgãos federais de educação. A educação superior pode ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização<sup>18</sup>. As entidades mantenedoras do ensino superior podem se constituir de diversas naturezas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, conforme disposto no arts. 19 e 20 da LDB.

A necessidade de autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público foi expressa no art. 209 da Constituição Federal e ratificada pelos arts. 9º e 46 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/96, e na pela Lei nº 10.861/2004 (SINAES). O panorama legal conformado pela Constituição Federal, pela LDB e pelo SINAES consolidou a avaliação como uma política nacional, de responsabilidade da União, onde os atos autorizativos tem prazos limitados e devem ser renovados periodicamente após processo regular de avaliação.

No que tange a Educação Superior, as ações do Poder Público estruturam-se, basicamente, em um tripé de funções, quais sejam: avaliação, regulação e supervisão. As ações de regulação e a supervisão dependem da avaliação, ocupando a avaliação, portanto, lugar central na moldura normativa que rege a Educação Superior. As normativas<sup>19</sup> e a atuação estatal revelam, sobretudo a partir do ano de 2006, o intuito de vincular os atos autorizativos aos resultados satisfatórios nos processos de avaliação, de forma a concretizar a “diretriz constitucional de qualidade”, prevista no art. 209 da Constituição Federal, por meio

---

<sup>16</sup> Art. 211, Constituição Federal: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. [...] § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; [...]”.

<sup>17</sup> Art. 214, Constituição Federal: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: [...] III - melhoria da qualidade do ensino; [...]”.

<sup>18</sup> Conforme art. 45 da LDB.

<sup>19</sup> LDB, Lei do SINAES e o Decreto nº 5.773/2006.

de um controle concomitante e ativo das entidades e cursos.

Segundo Bucci (2009), o Decreto nº 5.773/2006 pode ser citado como o marco normativo que procurou estabelecer mecanismos processuais de vinculação entre as funções de avaliação, regulação e supervisão, de modo que os indicadores de qualidade insuficientes nos processos de avaliação gerem consequências diretas em termos de regulação – impedindo a abertura de novas unidades ou cursos – e de supervisão, dando origem à aplicação de penalidades.

As funções de avaliação, regulação e supervisão não se fundamentam somente nos dispositivos constantes da Constituição Federal, na LDB, na lei do SINAES e no Decreto nº 5.773/2006, sendo a Educação Superior marcada por intensa produção normativa infralegal oriunda do Ministério da Educação, expressa por meio de Portarias, Portarias Normativas, Resoluções, Pareceres, Notas Técnicas, Despachos e outros instrumentos. Podemos citar como exemplos, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que regulamenta os processos de avaliação, regulação e supervisão do sistema federal de educação; a Portaria Normativa MEC nº 4/2008, que instituiu o CPC; e a Portaria Normativa MEC nº 12/2008, que instituiu o IGC.

O modelo de avaliação, regulação e supervisão adotado pelos órgãos governamentais está amparado, de acordo com Bucci (2009), nas seguintes premissas: efetivação da diretriz constitucional de qualidade na educação; na atuação do Estado como órgão regulador e supervisor efetivo; na legitimidade do Poder Executivo para criar normas infraconstitucionais que busquem efetivar dispositivos constitucionais<sup>20</sup>; no estabelecimento de um marco regulatório que tem a avaliação como pedra angular. Somente a partir da compreensão desta lógica estatal, é possível entender porque o Poder Público, baseado em indicadores de qualidade, estabelecidos por Portarias, aplica medidas cautelares que constroem a atuação e as prerrogativas das IES e cursos.

As medidas cautelares de redução de vagas inserem-se no contexto da avaliação

---

<sup>20</sup> No entendimento de Bucci (2009), a Educação como direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal, é uma norma aberta, uma disposição de compromisso, que se efetiva por meio de disposições normativas de hierarquia inferior. Segundo ela, o *direito à educação*, não se realiza senão nos termos do *direito da educação*, isto é, os arts. 6º e 205 e seguintes da Constituição não se realizam senão por meio do conjunto de normas que concretamente regem o funcionamento das instituições educacionais de nível superior. A autora justifica que a realização de direitos sociais está condicionada a um papel ativo do Poder Público e por Poder Público, no assunto em questão, entenda-se Poder Executivo. A Administração Pública deve se investir do intuito de cumprir a Constituição e para isto pode agir como agente regulador da atuação de agentes privados com delegação pública. Assim, o quesito qualidade da educação, previsto no art. 209 da Constituição Federal, seria elemento suficiente para as medidas infraconstitucionais adotadas pelos órgãos ligados ao Poder Executivo.

da Educação Superior e se apresentam pelo MEC como uma ação do Poder Público destinada a preservar a diretrizes de qualidade. Resta-nos verificar se tais medidas, tal como foram aplicadas, guardam coerência com o ordenamento jurídico vigente, análise que faremos a partir da exposição dos fatos e da construção de aportes normativos e teóricos relativos a: procedimentos aplicáveis a cursos com resultados insatisfatórios em avaliações de qualidade, medidas cautelares judiciais e administrativas e o regime jurídico-administrativo a que se submete a Administração Pública.

Como as medidas cautelares de redução de vagas estão inseridas no contexto da avaliação da Educação Superior, passaremos a verificar, em linhas gerais, a proposta e estruturação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

#### **1.4 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e é formado, basicamente, por três componentes: a avaliação das instituições, a avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia, entre outros, os aspectos relativos ao ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e instalações. Possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, ENADE, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados da avaliação são utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) para traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País.

Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a quem compete a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Segundo o INEP (2012b), as informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas Instituições de Educação Superior (IES), para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.



Nos termos da Lei nº 10.861/2004, o SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. Os resultados da avaliação constituem-se como referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação<sup>21</sup>.

O SINAES é integrado por três momentos avaliativos: avaliação institucional, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes. Nesta perspectiva a intenção do sistema é a avaliação global da IES, de seus cursos e daquilo que ela venha agregar, a título de conhecimento, a seus alunos.

A avaliação institucional tem por objetivo identificar o perfil da IES e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais (art. 3º, Lei nº 10.861/2004). A avaliação institucional *in loco*, realizada por avaliadores externos indicados pelo INEP, gera o denominado Conceito Institucional (CI), que pode variar de um a cinco, sendo este último o maior. Pela Portaria Normativa MEC nº 12/2008, foi instituído o Índice Geral de Cursos (IGC)<sup>22</sup> que, nos termos da Portaria Normativa nº 40/2007, tem sido utilizado pelo MEC para emissão de atos autorizativos às instituições.

A avaliação dos cursos tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica (art. 4º, Lei nº 10.861/2004). Os cursos podem ser avaliados por procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais as avaliações *in loco*, realizadas por comissões especializadas designadas pelo INEP, que conduzirão ao Conceito de Curso (CC). A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de

---

<sup>21</sup> Conforme art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.861/2004.

<sup>22</sup> Portaria Normativa MEC nº 12/2008, art. 1º: “Fica instituído o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC), que consolida informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, do censo e das avaliações oficiais disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”. A referida Portaria foi revogada pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007, ante as alterações introduzidas pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010.

conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, sendo cinco o maior. Pela Portaria Normativa MEC nº 4<sup>23</sup>, de 5 de agosto de 2008, instituiu-se o Conceito Preliminar de Curso (CPC), com o propósito de definir se os cursos precisariam ou não passar pela avaliação *in loco*. Os cursos que obtiverem conceito preliminar satisfatório ficam dispensados da avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento. O CPC tem escala de um a cinco, considerando-se satisfatório o conceito igual ou superior a três, sendo cinco o conceito mais elevado.

Para a avaliação institucional e de curso o INEP se utiliza dos denominados instrumentos de avaliação que constam de um rol de indicadores e pesos, bem como das dimensões pelas quais será avaliada a instituição ou curso. Na avaliação institucional para credenciamento são avaliadas as seguintes dimensões: organização institucional, corpo social e instalações físicas. Na avaliação institucional externa, para fins de credenciamento, são avaliados: a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); a política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal docente e técnico administrativo; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos discentes e sustentabilidade financeira. Na avaliação de cursos os instrumentos verificam as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações físicas. Os instrumentos de avaliação são disponibilizados pelo INEP e sofrem alterações frequentes, a depender dos novos critérios de avaliação estabelecidos pelo próprio MEC. (INEP, 2012c; INEP, 2012d)

Nos termos da Lei nº 10.861/2004, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), integra o SINAES e tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. É componente curricular obrigatório que deve constar, inclusive, no histórico escolar do estudante. A avaliação do desempenho do aluno é expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde cinco é o maior.

Segundo Schwartzman (2008), o SINAES em sua concepção original buscava superar o caráter estatístico e fragmentado do Exame Nacional de Cursos (ENC) - conhecido como “Provão”, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei nº 9.131, de

---

<sup>23</sup> Alterada pela Portaria Normativa MEC nº 821, de 24 de agosto de 2009 e revogada pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Esta última, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010.

24 de novembro de 1995. Contudo, de acordo com o autor citado, em termos gerais o SINAES demonstrou-se complexo e muito além dos recursos humanos e materiais disponíveis pelo Ministério da Educação, o que determinou a utilização isolada do ENADE e a criação de outros indicadores de qualidade – CPC e IGC - para viabilizar as avaliações em larga escala, que se tornaram tecnicamente e financeiramente inviáveis.

### 1.5 Os indicadores de qualidade da educação superior

A Portaria Normativa MEC nº40/2007, em seu art. 33-B, elenca como indicadores de qualidade, calculados pelo INEP: o CPC, o IGC e o ENADE. O indicador de qualidade de cursos superiores é o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), o de instituições de educação superior é o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o de desempenho de estudantes é o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE. Segundo a Portaria Normativa MEC nº 40/2007, os indicadores de qualidade orientam as avaliações do ciclo avaliativo do SINAES e são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória e os níveis 2 (dois) e 1 (um) indicam qualidade insatisfatória.

A Lei do SINAES não faz referência aos indicadores de qualidade CPC e IGC, estabelecendo apenas dois conceitos de qualidade, quais sejam: o Conceito de Curso (CC) e o Conceito Institucional (CI). Dos indicadores de qualidade mencionados no art. 33-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 somente o ENADE foi estabelecido pela Lei do SINAES<sup>24</sup>, sendo os demais (CPC e IGC) estabelecidos por Portarias Normativas do Ministério da Educação<sup>25</sup>.

Os indicadores de qualidade da educação superior, CPC e IGC, foram criados pelo INEP e revelaram a necessidade que o MEC teve de processualizar a avaliação institucional e de cursos e, especialmente, de suprimir a avaliação *in loco*, que não foi realizada nos prazos e na forma prevista na lei do SINAES. (SCHWARTZMAN, 2008; FRAUCHES, 2008)

Há diferença entre os indicadores de qualidade e os conceitos de avaliação,

---

<sup>24</sup> Vide art. 5º da Lei nº 10.861/2004.

<sup>25</sup> O CPC foi instituído pela Portaria Normativa MEC nº 4/2008 e o IGC pela Portaria Normativa MEC nº 12/2008.

conforme explicita a Portaria Normativa MEC nº 40/2007<sup>26</sup>. Os conceitos de avaliação são os resultados oriundos de avaliação *in loco* realizada por Comissão de Avaliação do INEP. As avaliações atribuem conceitos aos cursos - Conceito de Curso (CC) e à instituição - Conceito de Instituição (CI). Conforme dispõem o art. 33-C da Portaria Normativa MEC nº 40, para emissão do Conceito de Curso as comissões de avaliação considerarão, em especial, as condições relativas ao perfil do corpo docente, à organização didático-pedagógica e às instalações físicas. Para emissão do Conceito de Instituição, serão consideradas as dimensões determinadas para as avaliações institucionais externas, descritas nos instrumentos de avaliação do INEP. As comissões de avaliação utilizarão o CPC e o IGC como referenciais orientadores das avaliações *in loco*<sup>27</sup>.

Os indicadores de qualidade são calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria aprovada pela CONAES. O indicador de qualidade dos cursos superiores é o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o de instituições de educação superior é o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o de desempenho de estudantes é o obtido a partir dos resultados do ENADE. Os indicadores de qualidade orientarão as avaliações do ciclo avaliativo e gerarão conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores. (Arts. 33-A, B e C da Portaria Normativa MEC nº 40/2007)

### **1.5.1 Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE**

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), integra o SINAES e tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências<sup>28</sup>. A avaliação do desempenho do aluno é expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde cinco é o maior<sup>29</sup>.

O ENADE é um componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e deve constar no histórico escolar do estudante<sup>30</sup>. O que se atesta no histórico é a *participação* do aluno e não o seu *desempenho*. Desta forma, o estudante não tem obrigação de responder à prova, pois o que ficará registrado no currículo é o comparecimento.

---

<sup>26</sup> Art. 33-A.

<sup>27</sup> Art. 33-C, parágrafo único, Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

<sup>28</sup> Conforme art. 5º, § 1º da Lei nº 10.861/2004.

<sup>29</sup> Conforme art. 5º, § 8º da Lei nº 10.861/2004.

<sup>30</sup> Conforme art. 5º, § 5º da Lei nº 10.861/2004.

O ENADE acontece anualmente, com aplicação trienal para cada um dos cursos de graduação<sup>31</sup>. É responsabilidade da IES inscrever junto ao INEP todos os alunos concluintes habilitados à participação no ENADE<sup>32</sup>.

Segundo manual dos indicadores de qualidade divulgado pelo INEP (2012), são considerados para o cálculo do ENADE: a) o desempenho médio dos concluintes e respostas do questionário do estudante sobre infraestrutura e organização didático-pedagógica; b) o desempenho médio dos ingressantes e respostas do questionário socioeconômico sobre a escolaridade dos pais dos ingressantes; c) informações sobre o corpo docente, colhidas do Censo da Educação Superior, preenchido pelas IES.

A qualidade da infraestrutura e dos recursos didático-pedagógicos são estimados a partir das respostas dos estudantes ao questionário socioeconômico. As informações sobre o desempenho dos ingressantes e respostas sobre a escolaridade de seus pais é retirada do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As informações sobre o corpo docente são retiradas do Censo da Educação Superior, respondido pelas IES. (INEP, 2012)

Em 2012, pela Portaria Normativa INEP nº 386, de 17 de outubro, houve uma significativa alteração no cálculo do ENADE, onde passou a se considerar o ENEM para mensurar o desempenho do ingressante, a partir do exame realizado em 2011. Apesar da Lei do SINAES<sup>33</sup> prever que a nota do ingressante seria utilizada para o cálculo da nota do ENADE, isto só ocorreu de 2004 a 2007. De 2008 até o ano de 2010 o ENADE considerou para seu cálculo apenas a nota dos concluintes (INEP, 2010).

O ENADE tem especial relevância na avaliação da educação superior, especialmente por subsidiar o cálculo do CPC e consequentemente do IGC (que é a média ponderada dos CPCs e das notas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*) e, consequentemente, ser o principal instrumento para a regulação da educação superior, uma vez que tais indicadores de qualidade, segundo a Portaria Normativa MEC nº 40/2007, são aptos a este fim.

A polêmica em torno do ENADE e sua utilização para medir a qualidade de cursos e instituições (vez que alimenta o CPC e por “tabela” o IGC) tem gerado muitas discussões. A UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) se recusou a participar do

---

<sup>31</sup> Conforme art. 5º, §§ 2º e 3º da Lei nº 10.861/2004.

<sup>32</sup> Conforme art. 5º, § 6º da Lei nº 10.861/2004.

<sup>33</sup> Conforme art. 5º, § 2º da Lei nº 10.861/2004.

exame por muito tempo (de 2004 até o primeiro semestre de 2010), e a USP (Universidade de São Paulo), até o momento, dele não participa<sup>34</sup>. (PORQUE..., 2009; ESTADÃO, 2010; VILAVERDE;ADES, 2012)

Várias são as críticas e questionamentos quanto ao ENADE e os fins para os quais está sendo utilizado, sendo as mais recorrentes as de que: não há a responsabilização do aluno, que pode entregar a prova em branco; a percepção do estudante quanto à infraestrutura e recursos didático-pedagógicos pode não corresponder à realidade do curso; as informações do censo da educação superior são rotativas e podem não refletir a realidade de anos posteriores ou anteriores; tomar unicamente o exame de desempenho de estudante como apto à avaliação de cursos e instituição e para fins de regulação disto da avaliação sistêmica proposta pelo SINAES. (POLIDORI, 2009; ROTHEN; BARREYRO, 2011; SCHWARTZMAN, 2008)

### 1.5.2 Conceito Preliminar de Curso – CPC

Não há consenso acerca do instrumento normativo que estabeleceu o CPC. Quando a Portaria Normativa MEC nº 40/2007 foi publicada, em 12/12/2007, dizia seu art. 35 que:

Art. 35. Superada a fase de análise documental, o Processo no Inep se iniciará com a atribuição de **conceito preliminar**, gerado a partir de informações lançadas por instituições ou cursos no Censo da Educação Superior, nos resultados do Exame Nacional de Estudantes (ENADE) e nos cadastros próprios do Inep.

§ 1º Caso o **conceito preliminar** seja satisfatório, nos casos de renovação de reconhecimento, a partir dos parâmetros estabelecidos pela Conaes, poderá ser dispensada a realização da avaliação *in loco*.

A Portaria Normativa MEC nº 40/2007, no ato de sua publicação, não trazia o CPC detalhado, não expunha sua forma de cálculo e estava se referindo a um procedimento interno a ser realizado no âmbito do próprio INEP, para aliviar sua carga de trabalho, de forma a definir quando se realizariam visitas *in loco*. A Portaria trazia uma expressão genérica, grafada em letras minúsculas, sendo um equívoco dizer que o CPC foi por ela criado, vez que sua metodologia só veio a público quase um ano depois, em agosto de 2008,

---

<sup>34</sup> Além dos critérios de participação, forma de utilização e cálculo ENADE, outro argumento que justificava a não participação na UNICAMP e USP é o fato delas serem estaduais e por não comporem o sistema federal de ensino, não estariam obrigadas a se submeter ao ENADE. Conforme explica Schwartzman(1999, p. 7), “o Estado de São Paulo tem uma tradição de autonomia em relação ao governo federal que data pelo menos da década de 30, que fez com que ele mantivesse suas próprias instituições de ensino superior e de pesquisa quando, a partir das décadas de 40 e 50, foi criado o sistema federal de ensino superior”.

por meio de uma nota técnica do INEP e sua regulamentação somente se deu em agosto de 2008, por meio da Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008. Além disto na “republicação” da Portaria Normativa nº 40/2007, em dezembro de 2010, houve a revogação do art. 35, que diz ter criado o CPC. Por isso é correto afirmar que a instituição do CPC se deu pela Portaria Normativa MEC nº 4/2008 e não pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007. (GARCIA; VIANA; SUÑE, 2012)

Pelos motivos acima expostos e por na republicação da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, em dezembro de 2010, ter sido grafado expressamente, no art. 33-B, I, que o CPC foi instituído pela Portaria Normativa nº 4/2008, assim consideramos em nosso trabalho.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4/2008, tem o intuito de definir se os cursos superiores necessitam ou não passar pela avaliação *in loco*. Na republicação da Portaria Normativa nº 40/2007, em dezembro de 2010, houve a revogação da Portaria Normativa nº 4/2008, mas não houve alteração quanto à finalidade do CPC como critério para definir a realização da visita *in loco*.

Segundo a Portaria Normativa MEC nº 40/2007, os cursos que obtiverem conceito preliminar satisfatório (igual ou superior a três) ficam dispensados de avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento. Caso o conceito for 5 (cinco) o processo de renovação de reconhecimento será encaminhado a Secretaria competente para expedição da portaria de renovação. Caso os conceitos preliminares obtidos sejam 4 (quatro) ou 3 (três) a avaliação *in loco* ficará a critério da instituição que, caso queira, poderá requerê-la no prazo de 60 (sessenta) dias, para confirmação do conceito preliminar ou sua alteração para mais ou para menos. O curso que tenha obtido conceito insatisfatório (1 ou 2) obrigatoriamente deverá passar pela visita *in loco* para renovação do reconhecimento.

Segundo o INEP (2012a), o CPC resulta da combinação de vários componentes, sendo 8 (oito) ao todo. As oito medidas de qualidade que compõem o CPC são: professores doutores, professores mestres, professores com regime de dedicação integral ou parcial, infraestrutura, organização didático-pedagógica, nota dos concluintes no ENADE, nota dos ingressantes no ENADE, o indicador da diferença entre os desempenhos esperado e obtido (IDD). A informação referente a titulação dos docentes de cada curso e seu regime de dedicação é extraída do Censo da Educação Superior que é preenchido obrigatoriamente pela IES, uma vez ao ano. Para avaliação da Infraestrutura e da organização didático-pedagógica é utilizada a informação lançada pelo aluno no questionário socioeconômico do ENADE.

O Indicador da Diferença entre os Desempenhos Esperado e Obtido (IDD), incluso no cálculo do CPC, tem por objetivo mensurar a diferença de desempenho médio obtido no ENADE e o resultado que se esperava do estudante, isto considerando também o perfil do ingressante. Basicamente, este indicador busca: 1) verificar se, no decorrer do curso, foram adicionadas competências aos estudantes concluintes, em comparação com as competências que detinham quando iniciaram seus estudos; 2) possibilitar a comparação do desempenho dos concluintes de determinada instituição em relação aos resultados obtidos por concluintes de outras IES que tenham o mesmo perfil de alunos ingressantes. (INEP, 2012)

Os resultados obtidos em cada uma das medidas de qualidade do CPC são padronizados e transformados, por meio de fórmulas matemáticas, em notas de 0 (zero) a 5 (cinco). O cálculo do CPC é extremamente complexo, há uma ponderação das medidas utilizadas para composição do conceito, aferido por meio de fórmula aritmética definida pela equipe técnica do INEP e referendada pela CONAES. O cálculo final definirá o valor do CPC para cada curso, conforme tabela seguinte:

Valor Discreto do CPC	Valor Contínuo do CPC
1	0 a 0,945
2	0,945 a 1,945
3	1,945 a 2,945
4	2,945 a 3,945
5	3,945 a 5

Fonte: INEP (2012a), manual dos indicadores de qualidade.

O cálculo do CPC é realizado no ano seguinte ao da realização do ENADE, nos termos do art. 33-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Segundo o INEP (2012a), o CPC combina três elementos relativos a qualidade do curso: os insumos (infraestrutura, recursos didáticos-pedagógicos e corpo docente); o desempenho dos estudantes concluintes do ENADE; e o Indicador de Diferença entre o Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Desta maneira, conforme explica Polidori (2009), 90% das informações para composição da nota do CPC são retiradas do ENADE, tendo em vista que 40% vem do desempenho do aluno no ENADE, 30% do IDD (que é calculado a partir do ENADE) e 30% dos insumos, que reúne



as informações referentes à infraestrutura, instalações físicas e recursos didáticos-pedagógicos, cujas informações são obtidas através do questionário preenchido pelos alunos participantes do ENADE.

De acordo com o INEP (2012a) o CPC contempla sete componentes que tem o intuito medir a qualidade do curso, quais sejam: nota de professores doutores, nota de professores mestres, nota de professores com regime de dedicação integral ou parcial, nota referente à infraestrutura, nota referente à organização didático-pedagógica, nota dos concluintes do ENADE, nota do IDD.

### **1.5.3 Índice Geral de Cursos da Instituição – IGC**

O Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC), foi criado pela Portaria Normativa MEC nº 12, de 05 de setembro de 2008. É um indicador de qualidade de instituições de educação superior, divulgado anualmente, composto pela média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). Para composição do IGC da graduação é utilizado o CPC e para a pós-graduação são utilizados os conceitos fixados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

O CPC do curso tem implicações diretas sobre o IGC e da mesma maneira o ENADE, isto porque para que o curso tenha CPC é necessário que seus alunos ingressantes e concluintes tenham realizado o ENADE. Como cada área do conhecimento é avaliada de três em três anos no ENADE, o IGC levará em conta sempre um triênio. Por exemplo, o IGC de 2010 considerou os CPC's dos cursos que participaram do ENADE em 2010, 2009 e 2008. Assim, o IGC representa sempre a média dos CPC's para o triênio de interesse.

A CAPES realiza o acompanhamento anual e avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação - SNPG. A medida de qualidade da pós-graduação que compõe o IGC é uma conversão das notas fixadas pela CAPES. As instituições de educação superior que não tenham cursos ou programas de pós-graduação avaliados pela CAPES terão o IGC calculado somente pela média ponderada dos cursos de graduação.

O resultado do IGC é apresentado em valores contínuos, que vão de 0 a 500 e em faixas de 1 a 5, sendo cinco a maior, conforme tabela seguinte:

IGC – Faixas	IGC – Contínuo
1	0 a 0,945
2	0,945 a 1,945
3	1,945 a 2,945
4	2,945 a 3,945
5	3,945 a 5

INEP (2012a), manual dos indicadores de qualidade

## 1.6 A dinâmica dos processos de avaliação e regulação das Instituições de Educação Superior

A avaliação de qualidade das instituições de educação superior é o referencial básico para os processos de regulação e supervisão<sup>35</sup>. Segundo o Decreto nº 5.773/2006, a regulação é realizada por meio dos atos administrativos autorizativos necessários ao funcionamento das instituições e cursos superiores. A supervisão é realizada com a finalidade de verificar se a oferta de educação superior está em conformidade com a legislação que lhe é aplicável. As funções de avaliação, regulação e supervisão são exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

Para funcionamento e oferta de cursos superiores deverá haver a necessária autorização pelo Poder Público. São os atos autorizativos que fixam os limites de atuação dos agentes públicos e privados na educação superior. A LDB prevê, em seu art. 46, que os atos autorizativos terão prazos limitados e que deverão ser renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. Apresentam-se como modalidades de atos autorizativos: o credenciamento e credenciamento de instituições; e autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

<sup>35</sup> Art. 2º, parágrafo único, Lei nº 10.861/2004.

### 1.6.1 Credenciamento e credenciamento

São modalidades de atos autorizativos para a instituição: o credenciamento e o credenciamento. Credenciamento é ato que possibilita o funcionamento. Credenciamento é a renovação periódica e obrigatória do credenciamento. As instituições de educação podem ser credenciadas como faculdades, centros universitários ou universidade, a depender de sua organização e prerrogativas acadêmicas. Inicialmente, a instituição de educação superior (IES) credencia-se como faculdade e, posteriormente, caso tenha funcionamento regular e padrão satisfatório de qualidade, pode credenciar-se como centro universitário ou universidade. O primeiro credenciamento terá prazo de três anos, para faculdades e centros universitários, ou de cinco anos, para universidades. (Decreto nº 5.773/2006)

De acordo com o Decreto nº 5.773/2006, o processo de credenciamento observará as seguintes fases:

I - protocolo do pedido junto à Secretaria competente, instruído com documentos da mantenedora, da instituição de educação superior e do plano de desenvolvimento institucional;

II - análise documental pela Secretaria competente, sob o aspectos da regularidade formal e mérito do pedido;

III - avaliação *in loco* pelo INEP;

IV - parecer da Secretaria competente, que utilizará como referencial o relatório de avaliação *in loco* do INEP e o conjunto de elementos que compõem o processo;

V - deliberação pelo CNE sobre a conformidade do estatuto e regimento com a legislação, a regularidade da instrução e o mérito do pedido; e

VI - homologação do parecer do CNE pelo Ministro de Estado da Educação.

A instituição de educação superior só pode iniciar suas atividades após a edição do ato de credenciamento, que terá validade até o ciclo avaliativo seguinte. No final de cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que dura três anos, deverá ser protocolizado o pedido de credenciamento. O credenciamento estará condicionado ao regular funcionamento da instituição e aos processos de avaliação do SINAES. (Decreto nº 5.773/2006)

Conforme esclarece o art. 33 da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, o ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, que subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento.

### **1.6.2 Autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento**

A oferta de cursos superiores em faculdade depende de autorização do Ministério da Educação. As universidades e os centros universitários independem de autorização para funcionamento de curso superior, tendo como obrigação informar ao órgão competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento. A autonomia para abertura dos cursos de direito, medicina, odontologia e psicologia, mesmo para nas universidades e centros universitários, depende de prévia autorização do Ministério da Educação, que solicitará a manifestação dos conselhos profissionais antes de autorizar a oferta. (Decreto nº 5.773/2006)

Nos termos do Decreto nº 5.773/2006, são fases do processo de autorização:

I - protocolo do pedido junto à Secretaria competente, instruído com documentação pertinente;

II - análise documental pela Secretaria competente;

III - avaliação *in loco* pelo INEP; e

IV - decisão da Secretaria competente.

São modalidades de atos autorizativos para os cursos superiores: reconhecimento e renovação de reconhecimento. O reconhecimento de curso é condição necessária, juntamente com o registro, para a validade nacional do diploma. O pedido de reconhecimento deve ser protocolizado pela instituição entre metade do período previsto para integralização da carga horária do curso e setenta e cinco por cento deste prazo. O pedido de reconhecimento dos cursos de direito, medicina, odontologia e psicologia, será submetido à manifestação dos conselhos profissionais respectivos, para posterior decisão do MEC. (Decreto nº 5.773/2006)

O pedido de renovação de reconhecimento deve ser protocolizado pela instituição ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES, se aplicando a ele as mesmas regras do

reconhecimento<sup>36</sup>.

O deferimento dos pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento terão como referencial básico os processos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES<sup>37</sup>.

Traçadas as linhas gerais de estruturação do ensino superior brasileiro e disposto o contexto de avaliação para fins de regulação e supervisão em que estão inseridas as medidas cautelares, passaremos a verificar os procedimentos normativos estabelecidos para os cursos de graduação que obtêm resultados insatisfatórios nas avaliações de qualidade e também os procedimentos adotados pelo MEC na aplicação das medidas cautelares de redução de vagas nos cursos de graduação em Direito com resultado insatisfatório no CPC, de forma que, ao final, possamos coteja-los.

---

<sup>36</sup> Art. 41, do Decreto nº 5.773/2006.

<sup>37</sup> Art. 2º, parágrafo único, Lei nº 10.861/2004.

## **CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS NORMATIVOS APLICÁVEIS AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO COM RESULTADOS INSATISFATÓRIOS EM AVALIAÇÕES DE QUALIDADE E A MEDIDA CAUTELAR APLICADA AOS CURSOS DE DIREITO COM RESULTADO INSATISFATÓRIO NO CPC**

Neste capítulo será exposto o que dizem as normativas educacionais quanto às avaliações de cursos superiores de graduação e, especialmente, os procedimentos aplicáveis aos cursos que obtenham resultados insatisfatórios nos processos avaliativos e nos indicadores de qualidade. Será realizada primeiramente a análise individualizada e após as normativas serão sistematizadas, de maneira que se possa se vislumbrar todo o processo de avaliação do curso que tenha a atribuição de CPC insatisfatório. A avaliação sistemática faz-se necessária porque a “legislação” educacional superior não está consolidada em um único compendio e há vasta regulamentação por normas infralegais editadas pelo Ministério da Educação e seus órgãos. Portanto, análise que partisse de um único instrumento poderia chegar à conclusões equivocadas.

Alem disto, se esclarecerá como se deu a aplicação das medidas cautelares administrativas de redução de vagas dos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no Conceito Preliminar de Curso (CPC). Far-se-á ainda um contraponto com o processo de supervisão especial que ocorreu no ano de 2007, que também culminou na redução de vagas de Cursos de Direito, de modo a se destacar a diferença de procedimentos que vem sendo utilizados pelo MEC à luz de um mesmo marco normativo.

### **2.1 Procedimentos normativos aplicáveis aos cursos de graduação com resultados insatisfatórios em avaliações de qualidade**

A Educação Superior é regida por uma complexa teia normativa. Na Constituição Federal e na LDB estão contidas diretrizes gerais e mais amplas. Conforme explica Ranieri (2000), a LDB não foi regulamentada por Decreto específico e de sua edição em diante o Legislativo praticamente saiu de cena e o ensino superior passou a ser regulado, em grande

parte, pelo Executivo e seus órgãos. No ensino superior é comum verificar-se a regulação por atos normativos infraconstitucionais (portarias, portarias normativas, resoluções, pareceres, notas técnicas, despachos e outros instrumentos) emitidos pelo Ministério da Educação e órgãos a ele ligados, como, por exemplo, Conselho Nacional de Educação (CNE), Secretaria de Educação Superior (SESU), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

Como grandes eixos para regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior tem-se a lei do SINAES, o Decreto nº 5.773/2006 e a Portaria Normativa MEC nº 40/2007. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. O Decreto nº 5.773, de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores e a Portaria Normativa MEC nº 40 que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação e dispõe sobre vários outros assuntos inerentes a avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação.

As leis estaduais e municipais são publicadas ao abrigo do art. 211 da Constituição Federal, que fixou o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A União cabe a organização do sistema federal de ensino e dos Territórios. Os Estados e Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio e os Municípios no ensino fundamental e educação infantil.

Reunimos no quadro seguinte os mais importantes dispositivos que tratam da avaliação, regulação, e supervisão das instituições do sistema federal de ensino no Brasil:

<b>PRINCIPAIS DISPOSITIVOS INERENTES À AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO</b>	
<b>Norma</b>	<b>Objeto</b>
Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988	Arts. 205 a 214 – dispõe sobre o direito à educação.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 2004	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004	Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências.
Portaria INEP/MEC nº 107, de 22 de julho de 2004	Dispõe sobre a inscrição de alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE
Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Portaria Normativa MEC nº 1, de 10 de janeiro de 2007	Institui o calendário de avaliações do ciclo avaliativo do sistema nacional de avaliação superior (SINAES) para o triênio 2007/2009
Decreto nº 6.094, de 20 de abril de 2007	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).
Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007*	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
* Republicada pela Portaria Normativa MEC nº 23, de 1º de dezembro de 2010	
Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007	Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008*	Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores (CPC), para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007.
*Revogada pela Portaria Normativa MEC nº 40 Consolidada	
Portaria Normativa MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008 *	Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC)
*Revogada pela Portaria Normativa MEC nº 40 Consolidada	
Portaria Normativa MEC nº 23, de 1º de dezembro de 2010	Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
Instrumentos de Avaliação de Cursos – Disponibilizados pelo INEP (2012)	Destinam-se a avaliação de qualidade dos cursos de graduação (presenciais e à distância), para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento
Instrumentos de Avaliação Institucional – Disponibilizados pelo INEP	Destinam-se a avaliação das condições qualitativas exigidas para credenciamento ou credenciamento de instituições de educação superior (faculdade)

Fontes: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br); [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br); [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Dados compilados pela autora.



Focados em nosso objeto de estudo, as medidas cautelares de redução de vagas aplicadas aos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC, verificaremos as previsões existentes nos principais regulamentos afetos a Educação Superior sobre os procedimentos aplicáveis aos cursos de graduação com resultados insatisfatórios em avaliações de qualidade.

### **2.1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, seu art. 9º, incumbiu a União de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. Estabelece, em seu art. 46, que os atos autorizativos terão prazos limitados e deverão ser renovados periodicamente, após processo regular de avaliação. Prevê ainda que, se a avaliação for insatisfatória, deverá ser aberto um prazo para que as deficiências sejam sanadas. Após o prazo de saneamento ocorrerá a reavaliação, que pode resultar em aplicação de penalidades às instituições ou cursos que não apresentem melhoras efetivas.

Nos termos do art. 46, § 1º da LDB, as penalidades dependerão do caso específico e poderão resultar em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou em descredenciamento.

A LDB traça as *diretrizes* para a avaliação da Educação Superior, não trazendo *minúcias* quanto ao tema. Nela não há menção ao CPC e nem a qualquer outro indicador de qualidade ou conceito de avaliação, que foram criados posteriormente à sua publicação. Os conceitos de avaliação figuram na Lei do SINAES e os indicadores de qualidade foram criados por Portarias específicas do Ministério da Educação<sup>38</sup>. Segundo, Pino (2008, p. 31), a LDB cumpre o papel de ancorar as políticas apresentadas pelo Executivo e por isso ela não “esgota” os temas, que serão regulamentados mediante medidas provisórias ou projetos de lei, decretos presidenciais, portarias e resoluções. Como âncora, a lei tomou forma genérica e excluiu matérias que passariam a ser objeto de leis específicas ou de atos do poder executivo, estabelecendo o Estado da “regulação”. Pino (2008, p. 31) considera que:

O nível de generalização da LDB é de tal envergadura que o torna menos importante

---

<sup>38</sup> O CPC foi instituído pela Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008 e o IGC pela Portaria Normativa MEC nº 12 de 5 de setembro de 2008.

como lei maior da educação nacional, isto é, as diretrizes e bases da educação nacional que reordenam de fato a educação caminham por fora da LDB: nas medidas provisórias, emendas constitucionais, projetos de lei encaminhados pontualmente ao Congresso pelo Executivo e nas resoluções e portaria do MEC. A LDB tem sobretudo um papel legitimador das grandes reformas que estão sendo feitas com bastante velocidade na educação, tanto por iniciativa do MEC quanto de alguns estados e municípios.

Neste mesmo sentido, Ranieri (2000, p. 126) esclarece que a LDB é uma lei nacional, que alcança todos os sistemas de ensino (art. 23, XXIV) e que por ser uma norma fundamental, uma diretriz, não tem natureza de legislação exaustiva. Por isso, segundo a autora, “a matéria de diretrizes e bases é identificada em face do conteúdo que, necessariamente, deve remeter às ideias de *fundamento, organização e condições de exequibilidade*”.

Adotando perfil generalista, de forma ampla, a LDB apresentou as diretrizes para avaliação da Educação Superior e para os procedimentos aplicáveis às instituições e cursos com resultados deficitários, prevendo que: a avaliação deveria ocorrer periodicamente; deveria ser concedido prazo para saneamento das deficiências encontradas; a instituição ou curso que, transcorrido o prazo para saneamento, não corrigisse suas falhas, deveria ser penalizada.

### **2.1.2 Lei do SINAES - Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Sua finalidade é a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Sua dinâmica foi apresentada no capítulo 1 e neste tópico verificaremos suas disposições no que concerne a instituições e cursos com resultados insatisfatórios nas avaliações de qualidade realizadas pelo INEP.

A Lei do SINAES estabelece, em seu art. 4º, § 2º, que as avaliações de cursos resultam na atribuição de conceitos ordenados numa escala de cinco níveis, onde 5 (cinco) é o melhor conceito. São considerados insatisfatórios os conceitos que estejam entre 1 (um) e 2 (dois) e satisfatórios os conceitos que estejam entre 3 (três) e 5 (cinco).

O art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, diz que os resultados insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação ensejam a celebração de protocolo de compromisso. O protocolo de compromisso é um documento público que deverá ser firmado pela instituição de ensino que obtiver resultado insatisfatório. Dele devem constar os encaminhamentos, processos e ações que serão adotados para superar as falhas detectadas na avaliação, vejamos:

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;

III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o caput deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

O protocolo de compromisso vincula a instituição ao cumprimento de suas metas e seu descumprimento, no todo ou em parte, sujeita a IES às penalidades descritas a seguir:

Art. 10. [...]

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

Conforme disposto no § 3º, do art. 10, as penalidades serão aplicadas, pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES)<sup>39</sup>. Contudo, nos termos do artigo citado, antes da aplicação da penalidade deverá ser aberto processo administrativo próprio onde será ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação

<sup>39</sup> Conforme Decreto nº 7.480, de 15 de maio de 2011 e Decreto nº 7.690, 2 de março de 2012.

e será assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório à IES.

Decisão que determine a aplicação de quaisquer penalidades previstas no art. 10, § 2º, é passível de recurso administrativo da IES, direcionado ao Ministro do Estado da Educação, conforme preceitua o § 4º do mesmo artigo.

Sucintamente, prevê a Lei do SINAES que: os resultados insatisfatórios nas avaliações de qualidade da instituição ou de seus cursos ensejam a celebração de protocolo de compromisso; o descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, enseja a aplicação de penalidades; a aplicação de quaisquer penalidades deverá ocorrer no bojo de um processo administrativo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

### **2.1.3 Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**

O Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação da Educação Superior. O próprio Decreto define o que se entende por regulação e supervisão.

Regulação<sup>40</sup>, de acordo com o Decreto nº 5.773/2006, é a emissão dos atos administrativos autorizativos de funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação e sequenciais, ou seja, são os atos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

O termo *regulação* também é empregado para designar atos vinculados diretamente ao Poder Público que, exercendo sua função de controle, fixa normas de organização e funcionamento e verifica e assegura seu fiel cumprimento. No processo de regulação há três dimensões envolvidas: a normativa, a verificadora e a controladora. É a dimensão normativa que estabelece o contexto e as condições gerais para as outras duas dimensões. O peso da dimensão normativa na regulação é intenso, pois determina a realização dos processos de verificação e controle. No que se refere à Educação Superior, as dimensões de *verificação* e *controle* ainda estabelecem interface com outro processo, o de avaliação, para

---

<sup>40</sup> A LDB, em seu art. 9º, IX, não se utilizou propriamente do termo “regulação” e sim das palavras “autorizar, reconhecer e credenciar” para definir a função de regulação. A Lei nº 10.861/2004, em seu art. 2º, se utilizou do termo “regulação” e explicou que ele compreende os processos de credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação. O Decreto nº 5.773/2006 e a Portaria Normativa MEC nº 40/2007, pormenorizaram e regulamentaram a função de regulação, que compreende a emissão dos atos administrativos autorizativos de instituições e cursos de graduação e sequenciais.

assim assegurar a qualidade e fomentar sua melhoria permanente. (MARTINS, 2005 *apud* Meneghel, 2006)

Supervisão, conforme o Decreto nº 5.773/2006, são os atos praticados a fim de zelar pela conformidade da oferta da educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável. Segundo Bucci (2009) a supervisão, disciplinada nos arts. 45 e seguintes do Decreto nº 5.773/2006, permite ao MEC acompanhar as instituições e os cursos, solicitando informações e determinando providências e teve como iniciativa regulamentar as “medidas de ajuste” que consistiram em estabelecer prazo para saneamento de deficiências (previsto no art. 46, § 1º da LDB) e o protocolo de compromisso (previsto no art. 10 da Lei do SINAES).

A avaliação, nos termos do Decreto nº 5.773/2006, é realizada para embasar os processos de regulação e supervisão, a fim de promover a melhoria da qualidade na Educação Superior. Segundo Rothen e Barreyro (2011), o Decreto resgata a ideia de um ciclo avaliativo, define bem a regulação e exclui a centralidade da autoavaliação, denotando oficialmente a adoção da visão regulatória da avaliação.

Na forma do Decreto, as funções de avaliação, regulação e supervisão serão exercidas pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Compete ao MEC, por intermédio de suas Secretarias, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior, em suas respectivas áreas de atuação<sup>41</sup>.

Conforme arts. 6º e 8º da Lei nº 10.861/2004 e arts. 7º e 8º do Decreto nº 5.773/2006, a avaliação está a cargo da CONAES e do INEP e, conforme art. 23 do Decreto 7.690/2012, a regulação e supervisão estão a cargo da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

A ação do poder público para a Educação Superior se estrutura no tripé disposto no Decreto nº 5.773/2006: avaliação, regulação e supervisão. Segundo Bucci (2009), é o Decreto que estabelece mecanismos processuais de conexão entre estas funções, de modo que indicadores de qualidade insuficientes nos processos de avaliação geram consequências

---

<sup>41</sup> A estrutura organizacional do Ministério da Educação e de suas Secretarias está disposta no Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012.

diretas em termos de regulação – impedindo a abertura de novas unidades ou cursos – e de supervisão – dando origem à aplicação de penalidades, podendo culminar, em casos extremos, no fechamento de instituições e cursos.

O fluxo dos processos de avaliação e regulação da Educação Superior foram apresentados no primeiro capítulo. Averiguaremos a seguir, segundo o Decreto nº 5.773/2006: 1) as previsões aplicáveis às instituições ou cursos com conceitos insatisfatórios; 2) a supervisão ordinária e extraordinária; 3) as hipóteses de aplicação da medida cautelar de suspensão preventiva de admissão de novos alunos.

#### **a) A atribuição de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação, conforme Decreto nº 5.773/2006**

Segundo o Decreto 5.773/2006, os conceitos satisfatórios ou insatisfatórios são conferidos na esfera da avaliação que, por sua vez, é realizada no âmbito do SINAES e nos termos da legislação que lhe for aplicável. A avaliação é o referencial básico para a regulação de instituições e cursos. Assim, os resultados obtidos nas avaliações tem reflexos diretos nos atos autorizativos de credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

Segundo o art. 60, a obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação, nos processos de credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento, enseja a celebração de protocolo de compromisso com a instituição de educação superior. Contudo, antes de celebrar o protocolo de compromisso é facultado à instituição propor recurso administrativo para revisão do conceito.

Caso o protocolo de compromisso seja firmado, deverá conter, conforme o art. 61 do Decreto nº 5.773/2006: o diagnóstico objetivo das condições da instituição; os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição com vistas à superação das dificuldades detectadas; a indicação expressa de metas a serem cumpridas e, quando couber, a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes; o prazo máximo para seu cumprimento; e a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Na vigência do protocolo de compromisso os processos seletivos de admissão de novos alunos poderão ser suspensos preventivamente, nos termos do art. 61, § 2º, desde que a medida de cautela seja motivada e se revele necessária para evitar prejuízos aos ingressantes. Os processos regulatórios em curso serão suspensos até realização de visita *in loco* que ateste

o cumprimento das metas estabelecidas no protocolo de compromisso, com vistas a alterar ou manter o conceito. O art. 63 do Decreto estabelece que o descumprimento do protocolo de compromisso enseja a instauração de processo administrativo para aplicação das mesmas penalidades previstas no art. 10, § 2º, da Lei do SINAES, quais sejam:

Art. 63. [...]

I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; e

III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de educação superior.

Quando da instauração do processo administrativo a instituição será cientificada e lhe será aberto prazo para apresentação de defesa. A deliberação da defesa ficará a cargo do CNE, que emitirá parecer recomendando ao não a aplicação de penalidade. Da recomendação do CNE cabe recurso administrativo. A decisão final deverá ser homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Em suma, segundo o Decreto nº 5.773/2006, a atribuição de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação ensejará a celebração de protocolo de compromisso, precedido de contraditório, e o seu descumprimento ocasionará a abertura de processo administrativo, que poderá culminar na aplicação de penalidades.

#### **b) A supervisão nos termos do Decreto nº 5.773/2006**

A LDB e a Lei do SINAES fizeram referência à supervisão, mas não trouxeram maiores especificações sobre sua abrangência e procedimentos, o que foi detalhado no Decreto nº 5.773/2006.

A LDB trouxe a supervisão das instituições de Educação Superior como incumbência da União, estabelecendo:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

[...]

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, **supervisionar** e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (grifo nosso)

A Lei do SINAES, nº 10.861/2004, em seu art. 2º, previu que os resultados das avaliações das instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, no âmbito do SINAES, se constituiriam como referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior.

O Decreto nº 5.773/2006 especifica com maior clareza o fim da supervisão e os procedimentos utilizados para sua consecução. A finalidade da supervisão, nos termos do arts. 1º, § 2º e 45, § 2º, é zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável, buscando resguardar os interesses dos envolvidos e preservar as atividades em andamento. Ou seja, é a faculdade que o Poder Público tem de, por meio dos órgãos competentes, a qualquer tempo e nos limites da lei, fiscalizar, supervisionar, controlar ativamente as instituições e cursos, desde que haja indícios de irregularidades. Consoante art. 46, do Decreto nº 5.773/2006 e art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.861/2004, a supervisão pode ser iniciada por meio de uma representação aos órgãos de supervisão ou pelos resultados das avaliações. Por este motivo, as ações de supervisão realizadas pelo MEC, por intermédio da SERES, são de dois tipos: a ordinária e a especial.

A Supervisão Ordinária é aquela que se origina de denúncias e representações e envolve casos isolados de instituições e cursos com indícios de irregularidades ou deficiências. A Supervisão Especial é aquela iniciada pelo próprio Ministério da Educação, a partir de seus indicadores de regularidade e qualidade da educação superior e envolvem mais de um curso ou instituição, agrupados de acordo com o critério escolhido para a ação de supervisão (MEC, 2012b).

O Decreto nº 5.773/2006 dispõe, dos arts. 46 ao 57, sobre os procedimentos utilizados no caso de representação (denúncia) formulada por órgãos representativos de alunos, professores e pessoal técnico-administrativo, ou seja, supervisão ordinária.

No caso de supervisão ordinária, conforme o Decreto nº 5.773/2006, se a Secretaria competente tiver ciência da irregularidade que lhe caiba sanar ou punir, pode ser instaurado, de ofício, um processo administrativo. Caso sejam necessárias averiguações, recebida a representação a Secretaria dá ciência à instituição, que pode manifestar-se por sua insubsistência ou requerer concessão de prazo para saneamento das deficiências. Em vista da manifestação da instituição, o Secretário decidirá pela admissibilidade da representação,



instaurando processo administrativo ou concedendo prazo para saneamento de deficiências. Não admitida a representação, o Secretário arquivará o processo.

Na hipótese de determinação de saneamento de deficiências, o Secretário exarará despacho, especificando as deficiências e as providências para sua correção, fixando prazo para saneamento, que não poderá ser superior a doze meses. Na vigência de prazo para saneamento de deficiências, caso seja necessário para evitar maiores prejuízos, poderá ser aplicada a medida cautelar prevista no art. 11, § 3º, com a suspensão preventiva de admissão de novos alunos em cursos e instituições irregulares.

Não saneadas as deficiências no prazo estipulado ou admitida de imediato a representação, será instaurado processo administrativo para aplicação de penalidades, quando o interessado será notificado para apresentar defesa. No curso do processo administrativo não será aberto novo prazo para saneamento de deficiências. Se a decisão for pela improcedência da defesa, o Secretário determinará a aplicação das penalidades previstas no art. 46, § 1º, da LDB, que podem variar entre: desativação de cursos e habilitações; intervenção na instituição; suspensão temporária de prerrogativas da autonomia; descredenciamento. Da decisão do Secretário caberá recurso ao CNE e a decisão administrativa final será homologada em portaria do Ministro de Estado da Educação.

O Decreto nº 5.773/2006 não descreve se as rotinas previstas para a supervisão ordinária, constantes dos arts. 46 ao 57, serão as mesmas para o caso de supervisão especial. Como não há detalhamento em outra normativa, afere-se que os procedimentos são os mesmos. A diferença residirá somente em como se iniciarão as ações. A supervisão ordinária será iniciada mediante representação e a supervisão especial será iniciada de ofício pelo MEC, a partir de seus próprios indicadores de regularidade e qualidade. A partir de então, o fluxo processual é o já exposto, onde se notifica a instituição para manifestar-se sobre os fatos e após adotam-se as providências pertinentes, nos termos do Decreto (concessão de prazo para saneamento de deficiências, abertura de processo administrativo para aplicação de sanções ou arquivamento).

Nos termos do art. 45, § 2º, do Decreto nº 5.773/2006, os atos de supervisão buscarão resguardar os interesses dos envolvidos, bem como preservar as atividades em andamento. A supervisão não tem como intento inicial a punição, mas a correção. Segundo Bucci (2009), há na supervisão uma dinâmica que combina constrição sobre a instituição e proteção dos interesses dos alunos e a ideia é que a função corretiva prepondere sobre a

atuação punitiva.

Resumidamente, na supervisão, à vista de representação ou de indicadores de qualidade e regularidade insatisfatórios, a Secretaria competente notifica a IES para manifestar-se ou abre processo administrativo de ofício, antes mesmo da manifestação da instituição, quando já tiver ciência de irregularidade que lhe caiba sanar e punir. Quando a instituição for instada a manifestar-se, antes da abertura do processo administrativo, esta pode solicitar concessão de prazo para saneamento das deficiências apontadas ou fazer outras arguições. Se a IES optar pelo saneamento e este for concedido, haverá, no máximo, 12 meses para sanar as deficiências identificadas. Na vigência do prazo para saneamento de deficiências poderá ser aplicada medida cautelar, motivada e necessária. Não saneadas as deficiências ou admitida de imediato à representação, abre-se processo administrativo para aplicação de penalidades.

### **c) A medida cautelar prevista no art. 11, § 3º, do Decreto nº 5.773/2006 e suas hipóteses de aplicação**

O Decreto nº 5.773/2006 possibilita, em seu art. 11, § 3º, a aplicação de medida cautelar, motivada, que determine a suspensão preventiva da admissão de novos alunos. A medida cautelar é direcionada a instituições irregulares, ou seja, que estejam funcionando sem o devido ato autorizativo. Diz o decreto:

**Art. 11. O funcionamento de instituição de educação superior ou a oferta de curso superior sem o devido ato autorizativo configura irregularidade administrativa, nos termos deste Decreto, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal.**

§ 1º Na ausência de qualquer dos atos autorizativos exigidos nos termos deste Decreto, fica vedada a admissão de novos estudantes pela instituição, aplicando-se as medidas punitivas e reparatorias cabíveis.

§ 2º A instituição que oferecer curso antes da devida autorização, quando exigida, terá sobrestados os processos de autorização e credenciamento em curso, pelo prazo previsto no § 1º do art. 68. (Redação dada pelo Decreto nº 6.861, de 2009)

**§ 3º O Ministério da Educação determinará, motivadamente, como medida cautelar, a suspensão preventiva da admissão de novos alunos em cursos e instituições irregulares, visando evitar prejuízo a novos alunos. (grifos nossos)**

A cautelar prevista no art. 11, § 3º, como destacado na citação anterior, tem como fito evitar prejuízos a potenciais alunos, evitando que estes venham a se matricular em instituições não credenciadas ou em cursos não autorizados pelo Ministério da Educação. A

ausência do ato autorizativo (autorização de curso ou credenciamento da instituição) pode não só vedar a admissão preventiva de novos alunos, como também implicará a aplicação das medidas cíveis e penais cabíveis, conforme disposto no art. 11, § 1º.

Além do caso de instituições irregulares (art. 11, § 3º), o Decreto admite a aplicação da medida cautelar de suspensão preventiva de admissão de novos alunos a outras duas hipóteses, a saber: na supervisão, durante a vigência de prazo para saneamento de deficiências (art. 48, § 4º); e na vigência de protocolo de compromisso, celebrado em face da obtenção de conceito insatisfatório (art. 61, § 2º).

Na supervisão, a medida cautelar é reservada para os casos onde tenha sido firmado um termo de saneamento de deficiências. No caso de celebração deste documento, durante sua vigência, poderá ser aplicada a medida cautelar de suspensão preventiva de ingresso de novos alunos, nos termos do art. 48, a seguir:

**Art. 48. Na hipótese da determinação de saneamento de deficiências, o Secretário exarará despacho, devidamente motivado, especificando as deficiências identificadas, bem como as providências para sua correção efetiva, em prazo fixado.**

§ 1º A instituição poderá impugnar, em dez dias, as medidas determinadas ou o prazo fixado.

§ 2º O Secretário apreciará a impugnação e decidirá pela manutenção das providências de saneamento e do prazo ou pela adaptação das providências e do respectivo prazo, não cabendo novo recurso dessa decisão.

§ 3º O prazo para saneamento de deficiências não poderá ser superior a doze meses, contados do despacho referido no caput.

**§ 4º Na vigência de prazo para saneamento de deficiências, poderá ser aplicada a medida prevista no art. 11, § 3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos.**

Na vigência do protocolo de compromisso, motivadamente, também poderá ser aplicada a medida cautelar de inadmissão de novos alunos, nos termos do art. 61, § 2º, transcrito:

Art. 61. [...]

§ 2º Na vigência de protocolo de compromisso, poderá ser aplicada a medida prevista no art. 11, § 3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos.

O protocolo de compromisso, por sua vez, será firmado quando a instituição ou

curso obtiver conceito insatisfatório nos processos periódicos de avaliação, nos processos de credenciamento de instituições, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, conforme prevê o art. 60, *in verbis*:

Art. 60. A obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação, nos processos de credenciamento de instituições, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação enseja a celebração de protocolo de compromisso com a instituição de educação superior.

Nota-se pelo disposto no art. 60 do Decreto nº 5.773/2006 que a medida cautelar está atrelada ao protocolo de compromisso, que está atrelado a um *conceito de avaliação insatisfatório*, não havendo menção da medida cautelar pela obtenção de *indicador de qualidade insatisfatório*.

Portanto, nos termos do Decreto nº 5.773/2006, a medida cautelar de suspensão preventiva de admissão de novos alunos, prevista no art. 11, § 3º, deverá ser motivada e terá aplicação restrita a três hipóteses: no caso instituições ou cursos irregulares<sup>42</sup>, que estejam atuando sem a devida autorização do MEC; nos processos de supervisão<sup>43</sup>, quando houver sido celebrado termo de saneamento de deficiência e durante seu decurso; e na vigência de protocolo de compromisso<sup>44</sup>, firmado por força de obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação.

#### **2.1.4 Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007**

A Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o e-MEC, um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações onde tramitam, exclusivamente por meio eletrônico, todos os processos de regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos superiores do sistema federal de educação superior. A Portaria Normativa MEC nº 40 foi republicada<sup>45</sup>, em 1º de dezembro de 2010, e apresentou uma série de alterações em relação ao texto publicado em 2007.

<sup>42</sup> Art. 11, § 3º, do Decreto nº 5.773/2006.

<sup>43</sup> Art. 48, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006.

<sup>44</sup> Art. 61, § 2º, do Decreto nº 5.773/2006.

<sup>45</sup> Fagundes (2011), faz severas críticas à “republicação”, em dezembro de 2010, da Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Segundo ele, o Ministério da Educação simulou uma republicação de ato normativo, figura destinada exclusivamente à correção de pequenos erros no texto original, para, mais de três anos depois de publicada a Portaria Normativa nº 40/2007, ampliar seu objeto, revogar dispositivos da norma original e inserir novos dispositivos em seu texto, ações estas, incompatíveis com o escopo do ato de republicação. Ele afirma que a atuação do MEC como o foi, afronta os princípios da legalidade, da irretroatividade e da hierarquia das leis, os ditames da Lei Complementar nº 95/1998 (que trata da elaboração, redação e alteração dos diplomas legais) e o Manual de Redação da Presidência da República (que entre outros assuntos, trata da elaboração e redação dos atos normativos no âmbito do Poder Executivo).

A Portaria pormenoriza uma série de rotinas e regramentos afetos à avaliação, regulação e supervisão, nos interessando, sobretudo, aqueles relacionados ao resultado insatisfatório no CPC e suas consequências às instituições e cursos.

O art. 35-A estabelece que, por deliberação da CONAES, poderá ser prorrogada a validade dos atos de credenciamento de instituição, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos que tenham, cumulativamente: CPC e IGC satisfatórios, ato autorizativo válido e inexistência de medida de supervisão em vigor. A avaliação *in loco* torna-se facultativa para os cursos que tenham CPC igual a 3 (três) ou 4 (quatro) que, somente se assim quiserem, poderão requerê-la, nos termos do art. 35-B, § 1º.

Entretanto, nos termos do art. 35-C, os cursos com CPC e as instituições com IGC insatisfatórios, deverão requerer renovação de reconhecimento ou credenciamento, respectivamente, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação do indicador. O requerimento deve ser instruído com um plano de melhorias acadêmicas e comprovante de recolhimento de taxa de avaliação *in loco*.

O art. 35-C, I, da Portaria Normativa MEC nº 40, determina que o plano de melhorias acadêmicas seja aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)<sup>46</sup> e conste de justificativas sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhoria efetiva do curso ou instituição, em prazo não superior a um ano. Após, será realizada avaliação *in loco* por Comissão de Avaliação do INEP que emitirá o Conceito de Curso (CC) ou Conceito da Instituição (CI).

De acordo com o art. 36 da Portaria, na hipótese de CC ou CI insatisfatório, exaurido o recurso cabível, em até 30 (trinta) dias da notificação deverá ser apresentado à Secretaria competente protocolo de compromisso, aprovado pela CPA da instituição, cuja execução deverá ter início imediato. Segundo o art. 36, § 4º da Portaria Normativa MEC nº 40, na vigência do protocolo de compromisso poderá ser suspensa, cautelarmente, a admissão de novos alunos, dependendo da gravidade das deficiências, a fim de se evitar prejuízos a novos alunos.

Ao final do prazo do protocolo de compromisso a instituição deverá requerer a reavaliação, nos termos do art. 37 da Portaria. Segundo o art. 38, se o conceito insatisfatório

---

<sup>46</sup> Conforme art. 11, da Lei nº 10.861/2004, cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

for mantido, exaurido o recurso cabível, será instaurado processo administrativo para aplicação das penalidades previstas no art. 10, da Lei nº 10.861/2004. A instituição terá prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa. Recebida a defesa, a Secretaria competente a apreciará, emitirá parecer e encaminhará o processo à Câmara de Educação Superior do CNE para decisão, que será aplicada por meio de Portaria específica do Ministro.

Enfim, a Portaria Normativa MEC nº 40 estabelece que os Cursos com CPC insatisfatório passarão por avaliação *in loco*, para fins de expedição do Conceito de Curso (CC). Caso o CC seja insatisfatório, será apresentado protocolo de compromisso pela instituição, cuja execução deverá ser imediata. Na vigência do protocolo de compromisso poderá ser suspensa, cautelarmente, a admissão de novos alunos, a depender da gravidade das deficiências apresentadas pelo curso. Findo o prazo do protocolo de compromisso, a instituição deverá requerer reavaliação e, se o conceito insatisfatório for mantido, será instaurado processo administrativo para aplicação das penalidades previstas na Lei do SINAES.

#### **2.1.5 O procedimento avaliativo previsto para os cursos de graduação com resultado insatisfatório no CPC**

O procedimento avaliativo dos cursos de graduação segue fluxo predeterminado nas normas educacionais, que se complementam e se “se integram” e, por isso, devem ser avaliadas de maneira sistêmica. A Constituição Federal e a LDB foram regulamentadas por Decretos e por atos infralegais, que precisam ser considerados para assimilação completa e inequívoca da lógica do processo avaliativo. Então, a partir da exposição individualizada já feita, passaremos a sistematização das normas educacionais correlatas com nosso objeto de estudo, de forma que possamos apreender o procedimento normativo aplicável aos cursos de graduação com resultado insatisfatório no CPC, o que exporemos de forma esquematizada com vistas a facilitar a compreensão e a ordem cronológica dos atos.

<b>PROCESSO AVALIATIVO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO COM RESULTADO INSATISFATÓRIO NO CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC)</b>		
	<b>Procedimento</b>	<b>Fundamento(S) Normativo(S)</b>
1º	Atribuição do Conceito Preliminar de Curso (CPC) Insatisfatório	Art. 33-B, § 1º da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 Art. 35-C da Portaria Normativa MEC nº 40/2007
2º	Pedido de renovação de reconhecimento formulado pela instituição, mediante apresentação de plano de melhorias acadêmicas e pagamento de taxa de avaliação <i>in loco</i>	Art. 35-C, inc. I e II da Portaria Normativa MEC nº 40/2007
3º	Avaliação <i>in loco</i> e expedição do Conceito de Curso	Art. 35-C, § 2º da Portaria Normativa MEC nº 40/2007
4º	Na hipótese de atribuição de Conceito de Curso insatisfatório abre-se prazo para apresentação de recurso administrativo para revisão de conceito, previamente a celebração de protocolo de compromisso	Art. 36 da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 Art. 60, parágrafo único do Decreto nº 5.773/2006
<b>SOMENTE NA HIPÓTESE ATRIBUIÇÃO DE CONCEITO DE CURSO (CC) INSATISFATÓRIO PELA COMISSÃO QUE REALIZOU A VISITA <i>IN LOCO</i></b>		
5º	Celebração de protocolo de compromisso	Art. 10 da Lei nº 10.861/2004 Art. 60 do Decreto nº 5.773/2006 Art. 36 da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 Art. 46, § 1º da Lei nº 9.394/96 - LDB
6º	Possibilidade de aplicação de medida cautelar de inadmissão de novos alunos durante a vigência do Protocolo de Compromisso	Art. 61, § 2º, do Decreto nº 5.773/2006 Art. 36, § 4º da Portaria Normativa MEC nº 40/2007
7º	Realização de visita <i>in loco</i> para reavaliação do curso e verificação do cumprimento do protocolo de compromisso	Art. 62 do Decreto nº 5.776/2006 Art. 37 da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 Art. 46, § 1º da Lei nº 9.394/96 – LDB
8º	Atribuição final de Conceito de Curso	Art. 37, § 1º da Portaria Normativa MEC nº 40/2007
<b>SOMENTE NA HIPÓTESE DE MANUTENÇÃO DE CONCEITO DE CURSO INSATISFATÓRIO</b>		
9º	Na hipótese de atribuição de Conceito de Curso insatisfatório abre-se prazo para apresentação de recurso administrativo para revisão de conceito	Art. 36 e art. 38 da Portaria Normativa MEC nº 40/2007
10º	Mantido o Conceito de Curso insatisfatório, instaura-se processo administrativo com vistas à aplicação de penalidades	Art. 10, § 3º, Lei nº 10.861/2004 Art. 63, Decreto nº 5.776/2006 Art. 38, Portaria Normativa MEC nº 40/2007
11º	Apresentação de defesa pela Instituição	Art. 10, § 4º, Lei nº 10.861/2004 Art. 63, § 1º, Decreto nº 5.773/2006 Art. 39, Portaria Normativa MEC nº 40/2007
12º	Manifestação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE)	Art. 10, § 3º, da Lei nº 10.861/2004 Art. 63, § 2º, do Decreto nº 5.776/2006 Art. 40, da Portaria Normativa MEC nº 40
13º	Da decisão do CNE, cabe recurso administrativo dirigido ao Ministro de Estado da Educação	Art. 12, § 4º da Lei nº 10.861/2004 Art. 63, § 3º do Decreto nº 5.773/2006
14º	Decisão do Ministro pela aplicação de penalidade ou arquivamento do processo administrativo	Art. 10, §§ 2º e 3º, Lei nº 10.861/2004 Art. 63, §§ 4º e 5º, Decreto nº 5.776/2006 Art. 42, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 Art. 46, § 1º da Lei nº 9.394/96 – LDB

Fontes: Lei nº 9.394/96, Lei nº 10.861/2004, Decreto nº 5.776/2006 e Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Dados compilados pela autora.

Assim, o processo avaliativo estabelecido pelas normativas educacionais para os cursos que tenham CPC insatisfatório é o seguinte:

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) varia de 1 a 5. Quando o curso alcança preliminarmente os conceitos 3, 4 ou 5 não tem necessariamente que passar por visita *in loco* de comissão de especialistas designados pelo INEP. Quando lhe é atribuído conceito insatisfatório (1 ou 2), deve requerer a renovação do reconhecimento, solicitando visita *in loco*, apresentando plano de melhorias acadêmicas e pagando taxa respectiva.

Após a visita *in loco* é expedido o Conceito de Curso (CC), que substituirá o CPC. Na hipótese de atribuição de CC insatisfatório abre-se a prazo para apresentação de recurso administrativo para revisão do conceito, antes que seja celebrado o protocolo de compromisso.

Se o recurso não for acatado e for confirmado o CC insatisfatório, abre-se a oportunidade para que a instituição firme um protocolo de compromisso, onde serão estabelecidas, entre outras coisas, as metas para melhoria da qualidade do curso.

Na vigência do protocolo de compromisso, que só é firmado após expedição do CC e se este for menor que “3”, poderá ser suspensa cautelarmente a admissão de novos alunos, a depender da gravidade das deficiências levantadas na avaliação externa *in loco*.

Esgotado o prazo do protocolo de compromisso, será realizada nova avaliação *in loco* pelo INEP para verificação do cumprimento das metas estipuladas, à vista à manutenção ou revisão do CC.

No caso de atribuição de CC insatisfatório na reavaliação, concede-se prazo de 30 dias para proposição de recurso administrativo para revisão do conceito. O improvimento do recurso e a manutenção do CC insatisfatório enseja a instauração de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas no art. 10, § 2º da Lei do SINAES, quais sejam: suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

A aplicação de quaisquer das penalidades deverá ser precedida de processo administrativo onde se assegure o contraditório e a ampla defesa e onde seja ouvida a Câmara



de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A decisão do CNE é factível de recurso administrativo dirigido ao Ministro de Estado da Educação. A decisão administrativa final será homologada em portaria expedida pelo Ministro. A decisão pelo arquivamento do processo administrativo validará o ato autorizativo em discussão (renovação de reconhecimento) e a decisão pela aplicação de penalidade ensejará a tomada de providências pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da Educação Superior.

Exposto o fluxo regular do processo de avaliação de curso, verifica-se também a possibilidade de, após a atribuição de CPC insatisfatório, inexistir protocolo de compromisso. Pode ser que na avaliação *in loco* o conceito de curso seja satisfatório, o que não recomendará a celebração do protocolo. A inteligência das normativas educacionais levam a crer que: 1) o CPC é um conceito *preliminar*, um *indicador*, que serve para definir a dispensa ou não da visita *in loco* e carece de averiguação para confirmação das reais condições de oferta do curso; 2) quando o curso tem CPC insatisfatório, o requerimento de renovação de reconhecimento é obrigatório e tem que ser instruído com um plano de melhorias acadêmicas onde se exponham medidas concretas capazes de produzir a melhora efetiva do curso, em prazo não superior a um ano, o que sugere que quando da ocorrência da visita às deficiências tenham sido, pelo menos em parte, supridas.

## **2.2 As medidas cautelares aplicadas pelo Ministério da Educação aos Cursos de Graduação em Direito, como consequência de resultado insatisfatório no Conceito Preliminar de Curso (CPC)**

A redução de vagas nos Cursos de Direito com Conceito Preliminar de Curso (CPC) insatisfatório foi dada a conhecer às IES afetadas por meio do Despacho nº 7/2011, do Secretario de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), publicado no Diário Oficial da União nº 105, de 02/06/2011, seção 1, p. 50/51. O despacho determinava a redução cautelar de vagas para ingresso nos cursos com resultado inferior a três no Conceito Preliminar de Curso (CPC).

O CPC foi calculado a partir do Exame Nacional de Desempenho do Estudante

(ENADE), realizado pelos acadêmicos de Direito no ano de 2009. O cálculo do CPC foi processado no ano seguinte ao da realização do ENADE, ou seja, em 2010, e seu resultado foi publicado em fevereiro de 2011. O ciclo avaliativo<sup>47</sup> em questão era o relativo aos anos 2007, 2008 e 2009.

Os cursos de bacharelado em Direito com resultado insatisfatório no CPC tiveram suas vagas reduzidas em percentual inversamente proporcional ao CPC contínuo (entre 0,0 a 0,94 para CPC “1” e entre 0,95 a 1,94 para CPC “2”). Os resultados obtidos em cada uma das medidas de qualidade do CPC, como exposto no primeiro capítulo, são padronizados e transformados em notas que variam de 0 (zero) a 5 (cinco). São considerados insatisfatórios os resultados do CPC com valor discreto que estejam entre 1 (um) e 2 (dois) e satisfatórios os que estejam entre 3 (três) e 5 (cinco).

O Despacho nº 7/2011/SERES determinou que a medida cautelar de redução de vagas vigorará até a divulgação do Conceito de Curso (CC) - caso este for favorável em todas as dimensões e à proporção dos resultados. No caso de Conceito de Curso insatisfatório a medida cautelar vigorará até o ato de renovação de reconhecimento, podendo haver nova redução de vagas. Previu ainda que resultado satisfatório no CPC, referente ao ciclo 2010-2012, restituirá as vagas integralmente.

O Despacho nº 7/2011/SERES, fundamentou-se: na Nota Técnica nº 13/2011 - COREG<sup>48</sup>/DESUP<sup>49</sup>/SERES/MEC; no art. 2º da Lei nº 10.861/2004 que estabelece que os resultados da avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior; nos preceitos Constitucionais que determinam a qualidade na educação<sup>50</sup>; no art. 46 da LDB que determina a renovação periódica dos atos autorizativos; no poder geral de cautela previsto no art. 45 da Lei nº 9.784/99 e nos arts. 35-C a 38, 43 e 69-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

O teor da Nota Técnica nº 13/2011 - COREG/DESUP/SERES/MEC não foi dado a conhecer às IES antes da publicação do Despacho e nem junto com ele, sendo remetido pelos correios às IES, depois da publicação do despacho e determinação da medida cautelar de redução proporcional de vagas. A justificativa constante no Despacho nº 7/2011/SERES

---

<sup>47</sup> A Portaria Normativa MEC nº 1, de 10 de janeiro de 2007, instituiu o calendário de avaliações do ciclo avaliativo do sistema nacional de avaliação superior (SINAES) para o triênio 2007/2009. A partir da edição desta Portaria cada ciclo avaliativo passou a ter duração de três anos.

<sup>48</sup> COREG: Coordenação-Geral de Regulação da Educação Superior

<sup>49</sup> DESUP: Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

<sup>50</sup> Arts. 206, VII; 209, II; 211, § 1º e 214, III da Constituição Federal.

para aplicação da medida cautelar foi de que o CPC insatisfatório poderia comprometer de maneira irreversível a formação dos estudantes e que o prejuízo futuro poderia ser irreparável, tendo em vista que os cursos com conceito insatisfatório correriam o risco, na sequência lógica do processo de regulação, de não alcançar Conceito de Curso (CC) satisfatório ou não sanear as deficiências em eventual protocolo de compromisso, o que culminaria no encerramento da oferta. Assim, segundo o MEC/SERES (2011a), havia a possibilidade ou fundado receio da ocorrência de lesão irreparável ou de difícil reparação ao direito dos alunos e possíveis ingressantes no curso, o que justificava a aplicação da medida cautelar de redução de vagas.

Para esclarecermos a afirmativa constante do Despacho nº 7/2011/SERES quanto ao risco de que *na sequência lógica do processo de regulação os cursos poderiam não obter Conceito de Curso satisfatório ou não cumprir o protocolo de compromisso*, convém explicitar, sucintamente, o desenvolvimento do processo avaliativo, a partir da divulgação do CPC. Nos termos da Portaria Normativa MEC nº 40/2007<sup>51</sup>, os cursos que alcançam resultado satisfatório (igual ou maior que três) no CPC tem a renovação de reconhecimento processada regularmente e ficam dispensados da visita *in loco*<sup>52</sup>. Entretanto, os cursos que obtêm CPC insatisfatório (menor que três), devem requerer renovação de reconhecimento no prazo de trinta dias da publicação do indicador e devem passar pela *visita in loco*, para que a comissão avaliadora emita o Conceito de Curso (CC). Na hipótese do Conceito de Curso ser insatisfatório, deverá ser apresentado um protocolo de compromisso ao Ministério de Educação, cujo cumprimento será verificado em uma nova *visita in loco*. Se na reavaliação o conceito insatisfatório for mantido, será instaurado um processo administrativo para aplicação das penalidades previstas no art. 10, § 2º, da Lei nº 10.861/2004<sup>53</sup>.

Pelo descrito no Despacho nº 7/2011/SERES e pela aplicação da medida cautelar de redução de vagas propriamente dita, percebemos que o MEC/SERES entende que os indícios de deficiência na qualidade que o CPC insatisfatório aponta (e que submetem a IES a um processo regulatório, mediante a abertura de um pedido de renovação de reconhecimento)

<sup>51</sup> Arts. 34, 35-C, 36, 37 e 38 da Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007.

<sup>52</sup> Visita *in loco* é a avaliação externa realizada por uma comissão de especialistas designada pelo MEC, para averiguar junto à instituição as condições de oferta do curso, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

<sup>53</sup> Lei nº 10.861/2003, art. 10, § 2º: “O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades: I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior”.

são suficientes para que se tomem providências acautelatórias sem que se observe o que eles designaram como “sequencia lógica do processo de regulação”. As deficiências seriam graves ao ponto de não poder se aguardar o final do processo de regulação sem a adoção de uma providência acautelatória, que se não fosse adotada poderia comprometer de maneira irreversível a formação dos alunos.

A medida cautelar abrangeu 136 Instituições de Ensino Superior Privado, que foram relacionadas nominalmente em um anexo ao Despacho nº 7/2011/SERES, que estabeleceu o número de vagas totais anuais que deveriam ser oferecidas. As IES referenciadas no anexo foram notificadas, pelo próprio Despacho, a apresentar recurso administrativo da decisão, sem efeito suspensivo<sup>54</sup>, no prazo de 30 dias. Após publicação no Diário Oficial a medida cautelar teve aplicação imediata, incluindo os processos seletivos em curso.

A medida cautelar gerou insatisfações e reações administrativas e jurídicas, basicamente, porque surpreendeu as instituições com um procedimento novo, distinto daquele estabelecido nas normativas que regem a avaliação da Educação Superior. Da obtenção do CPC, à luz da “legislação” educacional, as IES aguardavam a visita *in loco* da comissão de especialistas, a atribuição de Conceito de Curso e, em sendo o Conceito de Curso insatisfatório, a celebração do protocolo de compromisso para posterior aplicação de medida cautelar. Outra postura esperada do MEC pelas IES, era a abertura de um processo de supervisão especial a partir do resultado insatisfatório no CPC, que culminaria na celebração de um Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) e em seu curso a aplicação de uma medida cautelar, nos termos do art. 48, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006.

Como os procedimentos estabelecidos nas normativas educacionais não foram observados e o MEC se valeu do *poder geral de cautela da Administração Pública*, previsto no art. 45 da Lei nº 9.784/99, para aplicação de uma medida cautelar atípica, houve manifestações administrativas de várias entidades representativas da Educação Superior, que se posicionaram e expuseram sua insatisfação ante a aplicação das medidas cautelares de redução proporcional de vagas em virtude de CPC insatisfatório. Percebemos que as entidades envolvidas representam ou tem ligação estreita com o segmento privado, o que se justifica por

---

<sup>54</sup> Art. 36, § 6º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007: “Na hipótese da medida cautelar, caberá recurso, sem efeito suspensivo, à CES/CNE, em instância única e irrecorrível, no prazo de 30 dias”.

as cautelares não terem atingido nenhuma Instituição de Educação Superior Pública<sup>55</sup>.

Os embates não ficaram restritos a esfera administrativa e muitas IES propuseram ações judiciais com o intuito de anular os efeitos do Despacho nº 7/2011/SERES e reaver em juízo as vagas diminuídas. Garcia, Viana e Suñé (2012), citam os seguintes processos: Agravo de Instrumento nº 0021525-33.2011.4.03.0000/SP, TRF 3ª Região; Processo nº 2369.83.2011.01.3502, Justiça Federal de Anápolis/GO; Processo nº 37758-47.2011.4.01.3400, 6ª Vara Federal do Distrito Federal; Processo nº 0068203-63.2011.4.01.0000/DF, TRF 1ª Região. O Ministério da Educação não disponibiliza para consulta pública o rol de processos administrativos e/ou judiciais que tem como objeto o Despacho nº 7/2011/SERES, que determinou a medida cautelar de redução proporcional de vagas em estudo.

### **2.2.1 A Nota Técnica nº 13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC**

O Despacho nº 7/2011, do Secretario de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que determinou a redução de vagas nos Cursos de Direito com CPC inferior a três, foi publicado no Diário Oficial da União nº 105, de 02/06/2011, seção 1, p. 50/51, e fundamentou-se na Nota Técnica nº 13/2011-COREG<sup>56</sup>/DESUP<sup>57</sup>/SERES/MEC. A Nota Técnica não foi publicada no Diário Oficial e foi dada a conhecer, por meio de ofício do MEC às IES afetadas, depois de publicado o Despacho.

Na Nota Técnica nº 13/2011-COREG/DESUP/SERES/MEC, lavrada pelo Diretor de Regulação e Supervisão da Educação e aprovada pelo Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, estão expostos os motivos e fundamentos jurídicos que justificam a aplicação das medidas cautelares de redução de vagas nos cursos de Direito com resultados insatisfatórios no Conceito Preliminar de Curso (CPC 2009). A Nota Técnica nº 13/2011 divide-se em quatro tópicos: I) histórico; II) da necessidade de aplicação de medida cautelar; III) do amparo legal; IV) encaminhamento.

Sucintamente, no primeiro tópico a Nota Técnica descreve as três dimensões de avaliação de qualidade da Educação Superior advindas da Lei do SINAES: 1) a avaliação institucional, cujos resultados são disponibilizados por meio de nota atribuída pelo cálculo do

---

<sup>55</sup> Como exemplos, aleatórios, destas manifestações podemos citar: Covac (2011), Fagundes (2012a e 2012b), Flores Filho (2011); Garcia; Viana; Suñé (2012), Muriel (2011a ; 2011b) e Rodrigues (2011).

<sup>56</sup> COREG: Coordenação-Geral de Regulação da Educação Superior

<sup>57</sup> DESUP: Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

Índice Geral de Cursos (IGC) ou pelo Conceito de Curso (CI); 2) a avaliação dos cursos, que gera o Conceito Preliminar de Curso (CPC) ou o Conceito de Curso (CC); 3) a avaliação dos estudantes, objeto do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). Explica que os conceitos e indicadores permitem o acompanhamento e aprimoramento de cursos e instituições na busca da qualidade educativa e que a regulação e supervisão do Ministério da Educação – MEC atua em sintonia com a legislação, cumprindo seu dever de Estado.

No segundo tópico, o MEC/SERES (2011b, p. 2 - 3) justifica a necessidade de aplicação de medida cautelar de redução de vagas, nos termos seguintes:

[...]

Analisando a oferta de cursos de Direito no Brasil, percebe-se que o fraco desempenho em muitas instituições está diretamente associado à grande quantidade de vagas ofertadas, não sendo suficiente a apresentação de plano de melhorias acadêmicas para preservar o interesse público primário de garantia da qualidade, tornando-se necessária a aplicação de medidas preventivas ao ingresso de novos alunos aos cursos com baixo desempenho acadêmico.

Pelo exposto, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior resolve aplicar, nos processos de renovação de reconhecimento existentes ou que vierem a ser protocolados, medida cautelar de redução de vagas, fundamentada em duas premissas igualmente educativas:

Primeira: proteger novos alunos ingressantes nessas instituições de serem educados em cursos com baixo desempenho acadêmico, preservando a qualidade média da educação em Direito;

Segunda: permitir às instituições ofertantes desses cursos um completo replanejamento de ações, aprimoramento da infraestrutura, capacitação docente, com grande esforço dedicado a um menor grupo de alunos.

A criteriosa definição de quais cursos participam desse esforço de recuperação educativa, oferecido pela medida cautelar, obedece a uma detalhada análise do desempenho dos cursos no ENADE 2009, seus conceitos e indicadores. O percentual de redução de vagas é inversamente proporcional ao CPC contínuo, ou seja, o valor entre 0 e 1,94, em frações de centésimos. Assim, um curso com menor CPC contínuo terá maior percentual de redução de vagas.

A presente medida cautelar vigorará até despacho do Secretário, a ser exarado após a divulgação do CC, no regular trâmite do processo de renovação do reconhecimento, quando se decidirá sobre sua manutenção ou reconsideração.

Importante destacar que todas as vagas já preenchidas até a presente data são legítimas. A redução das vagas em oferta deverá ocorrer para o próximo processo seletivo de ingresso, considerando a oferta total anual de vagas da instituição. Assim, se uma instituição já ofertou, neste ano de 2011, quantidade igual ou superior às definidas na tabela, não mais poderá matricular alunos neste ano letivo, mesmo que estejam com processo seletivo em curso. [...]

Faz, portanto, duas afirmativas para justificar a necessidade de aplicação de medidas preventivas ao ingresso de novos alunos em cursos com baixo desempenho

acadêmico, quais sejam: 1) que o fraco desempenho está associado à grande quantidade de vagas ofertadas; 2) que o plano de melhorias acadêmicas não é suficiente para preservar o interesse público primário de garantia de qualidade.

Após tais afirmativas, explica que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior resolve aplicar a medida cautelar de redução de vagas fundamentada em duas premissas: 1) proteger novos alunos ingressantes de serem educados em instituições com baixo desempenho acadêmico, preservando a qualidade média da educação em Direito; 2) permitir às instituições ofertantes dos cursos um completo replanejamento de ações, aprimoramento da infraestrutura, capacitação docente, com grande esforço dedicado a um menor grupo de alunos.

Descreve a medida cautelar como um esforço de recuperação educativa e afirma que os cursos selecionados para sua aplicação passaram por uma detalhada análise do desempenho dos Cursos no ENADE, seus conceitos e indicadores. Informa que o critério utilizado para determinação do número de vagas reduzidas foi a aplicação inversa do CPC contínuo atribuído ao curso e que a cautelar vigorará até manifestação do Secretário de Regulação e Supervisão, que será exarado após a divulgação do Conceito de Curso (CC).

Preserva as vagas já ofertadas, no entanto, estabelece que, se ainda forem realizados processos seletivos no ano de 2011, a redução determinada deverá ser observada, inclusive nos processos que estejam em curso.

No terceiro tópico é exposto o amparo legal. A redução cautelar do ingresso de novos alunos nos cursos de graduação em Direito, teve como fundamento o poder geral de cautela da administração pública, previsto no art. 45 da Lei nº 9.784/99. Considerou-se que o CPC insatisfatório poderia comprometer de maneira irreversível a formação dos estudantes e que o prejuízo para o futuro seria irreparável, sendo prudente e necessária a adoção de providência acautelatória para proteger os potenciais estudantes.

Foram apresentados os requisitos que justificam a adoção de medidas cautelares, quais sejam o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*. O *fumus boni juris* estaria configurado pela defesa do interesse público e da qualidade dos cursos e o *periculum in mora* pela possibilidade ou fundado receio da ocorrência de lesão irreparável ou de difícil reparação da coletividade representada pelos alunos e possíveis ingressantes nos cursos de Direito com resultado insatisfatório de CPC. Quanto ao segundo requisito, a Nota Técnica frisou:

O *periculum in mora* fica mais evidente com a iminência do ingresso de novos alunos, por transferência, vestibulares ou outros processo seletivos, realizados ao longo do presente semestre, ou com previsão de formação de turmas para o segundo semestre de 2011, nos cursos de Direito ora analisados, e que correm o risco, na sequência lógica do processo de regulação, de, não apresentando melhora por meio de um CC satisfatório ou no saneamento de deficiências em eventual protocolo de compromisso, ter sua oferta encerrada. Se, não observada a medida de redução e realizados os vestibulares, processos seletivos ou de transferência, efetivadas as matrículas e iniciadas as aulas para os novos alunos, serão mais pessoas submetidas a cursos que atualmente, conforme demonstram os indicadores de qualidade, não apresentam as condições adequadas para ofertar ensino superior de qualidade razoável. (MEC/SERES; 2011b)

No que se refere aos requisitos para adoção de medida cautelar administrativa sem a prévia manifestação do interessado, que seriam a existência de risco iminente e a legitimação deflagradora de parte da Administração Pública, a SERES afirma estar configurados, à vista do exposto:

No presente caso estão configurados todos os requisitos, já que (i) existem ou existirão processos de regulação de renovação de reconhecimento dos cursos e há possibilidade de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade, caracterizando cautelar incidente; (ii) a medida de cautela será diretamente determinada pela Administração no interesse público primário de defesa e garantia da qualidade da educação, tal qual preconizado na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, como demonstrados pelos argumentos fáticos e jurídicos já apresentados; e (iii) o presente caso se mostra extremo, já que o ingresso de novas turmas de alunos em curso com indicadores de qualidade insatisfatórios, representadas pela não observância de medidas essenciais de oferta de educação superior, representaria risco à formação futura de novos estudantes e às condições de aprendizagem dos atuais, bem como a disponibilização ao mercado e à sociedade de profissionais não devidamente qualificados. (MEC/SERES; 2011b)

Ainda no terceiro tópico, determinou que as instituições afetadas que já não tivessem protocolado processo de renovação de reconhecimento, deveriam fazê-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da medida cautelar. Esclareceu por fim, que a recuperação das vagas nos cursos em referência somente poderiam ser requerida após a atribuição de CC igual ou superior a 3 (três), quando poderá haver reconsideração pela Secretaria, em caso do CC ser satisfatório em todas as dimensões e à proporção do resultado nele obtido. No caso de CC insatisfatório, a medida continuará a ter vigência até o ato de renovação de reconhecimento, sem prejuízo ao disposto no art. 36 da Portaria Normativa MEC nº 40/2007<sup>58</sup> e à nova redução de vagas, nos termos do §4º<sup>59</sup> do mesmo artigo. Qualquer

<sup>58</sup> Art. 36, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, caput: “Na hipótese de CC ou CI insatisfatório, exaurido o recurso cabível, em até 30 (trinta) dias da notificação deverá ser apresentado à Secretaria competente protocolo de compromisso, aprovado pela CPA da instituição, cuja execução deverá ter início imediatamente”.



resultado satisfatório no CPC referente ao ciclo 2010-2012 restituirá as vagas na totalidade.

No quarto tópico, denominado “encaminhamento”, o Diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior sugere à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que emita despacho determinando: a) aplicação de medida cautelar de redução de vagas de novos ingressos nos cursos de graduação em Direito – bacharelado – cuja relação nominal e o número de vagas a serem ofertadas na vigência da cautelar iam anexas; b) atualização de vagas no cadastro e-MEC, conforme despacho; c) que as instituições afetadas que já não tivessem protocolado processo de renovação de reconhecimento o fizessem em, no prazo máximo de 30 (trinta) dias; d) a notificação das instituições para apresentação de recurso, no prazo de trinta dias contados da publicação do despacho.

Os fundamentos apresentados no encaminhamento foram: os arts. 206, VII; 209, II; 211, § 1º e 214, III, da Constituição Federal; o art. 46 da LDB; os arts. 2º, I, VI e XIII e 45 da Lei nº 9.784/99; o Decreto nº 7.480/2011 e os arts. 35-C a 38, 43 e 69-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

### **2.2.2 Diferenças entre as medidas cautelares de redução de vagas aplicadas pelo Ministério de Educação aos Cursos de Graduação em Direito nos anos de 2007 e 2011**

A redução de vagas em cursos de Cursos Graduação em Direito com resultados insatisfatórios em indicadores de qualidade não é fato restrito ao ano de 2011. No ano de 2007 o Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Superior (SESU), reduziu vagas dos cursos com resultados insatisfatórios no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e no Indicador de Diferença de Desempenho Esperado e Observado (IDD) do ano de 2006. Entretanto, os procedimentos utilizados em 2007 não foram os mesmos de 2011, fazendo-se necessário explicitar a distinção para considerarmos o que isto revela.

#### **a) A redução de vagas nos Cursos de Direito em 2007**

Em outubro de 2007, foi deflagrado um processo de supervisão especial dos Cursos de Direito que tiveram resultado insatisfatório (inferior a 3) no Exame Nacional de

---

<sup>59</sup> Art. 36, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007: “Na vigência de protocolo de compromisso poderá ser suspensa, cautelarmente, a admissão de novos alunos, dependendo da gravidade das deficiências, nos termos do art. 61, § 2º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a fim de evitar prejuízo aos alunos”.

Desempenho de Estudantes (ENADE) e no Indicador de Diferença de Desempenho Esperado e Observado (IDD), relativos ao ano de 2006. Segundo Bucci (2009) e MEC (2009) motivada por diversas manifestação quanto aos Cursos de Direito com resultados insatisfatórios, a Secretaria de Educação Superior (SESU) constituiu uma Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico<sup>60</sup>, por meio da Portaria nº 904, de 26 de outubro de 2007, para colaborar na condução do processo de supervisão que se instauraria.

A Secretaria de Educação Superior (SESU) convocou 89 cursos com resultados insatisfatórios a prestar informações sobre o baixo desempenho e a propor medidas para o saneamento de deficiências. As medidas propostas foram analisadas e confrontadas com informações de alunos, professores e dirigentes, colhidas em visitas realizadas nas instituições. O cotejo resultou na exclusão de 8 das instituições inicialmente listadas e na assinatura de Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) por 75 das 79 instituições restantes, para execução de medidas de melhoria em até um ano, conforme recomendações da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico. Entre as medidas de melhoria constavam redução do número de vagas, contratação de professores com titulação acadêmica e ampliação do acervo bibliográfico. (BUCCI, 2009) e (MEC, 2009)

Para os 75 cursos que assinaram TSD, a supervisão especial culminou na redução de vagas durante o processo de saneamento. Das 45.178 vagas originalmente ofertadas nos cursos que assinaram TSD restaram apenas 24.018, ou seja, uma redução de aproximadamente 47% do total de vagas. (MEC, 2009)

Segundo o MEC (2009), entre os cursos que celebraram TSD, 60 tiveram o prazo para saneamento esgotado em 2009 e até o mês de dezembro do referido ano, apenas 18 haviam sido submetidos a visita final de reavaliação in loco das condições de oferta e cumprimento do TSD. Baseados na matriz de análise retro apresentada, em dezembro de 2009, a Comissão de Especialistas sugeriu para 14<sup>61</sup> destes 18 cursos:

- o arquivamento de 5 processos de supervisão, com a manutenção da redução de

---

<sup>60</sup> Segundo o MEC (2009), a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico era formada por membros da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por especialistas indicados pelo próprio Ministério da Educação (MEC) e incumbida da análise de manifestações das Instituições de Ensino Superior (IES) e de emitir pareceres para o encaminhamento dos processos de supervisão.

<sup>61</sup> Dos 18 cursos em referência, somente 14 tinham relatórios aprovados e 4 já haviam sido visitados, mas não tinham seus relatórios lidos e avaliados pela Comissão de Especialistas.

vagas que já havia sido processada, tendo em vista cumprimento das medidas de saneamento;

- abertura de processo administrativo para encerramento da oferta do curso para 5 instituições, com possibilidade de modulação em redução adicional de vagas, tendo em vista cumprimento insatisfatório do TSD, mas em contexto de melhorias que justifica a adequação proporcional da penalidade ao grau de descumprimento;

- abertura de processo administrativo para encerramento da oferta do curso para 4 instituições, tendo em vista descumprimento do TSD, em aspectos essenciais à organização e à reestruturação do curso;

O relatório da supervisão previa que pelo menos 49 cursos deveriam ser visitados até maio de 2010, não havendo novos dados públicos disponibilizados pelo MEC quanto aos encaminhamentos tomados entre dezembro de 2009 e setembro de 2012.

### **b) A redução de vagas nos Cursos de Direito em 2011**

Na seção 2.2 especificamos qual o procedimento utilizado pelo MEC/SERES para redução das vagas no ano de 2011. Aqui retomaremos uma narrativa breve acerca da redução de vagas realizada no ano de 2011, de maneira a facilitar a comparação entre a atuação do Ministério no ano de 2007.

Em junho de 2011, os Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC tiveram suas vagas reduzidas cautelarmente por meio do Despacho nº 7/2011/SERES. O Despacho abriu prazo de 30 dias para que as IES recorressem administrativamente da decisão.

As IES não foram notificadas a se manifestarem previamente à aplicação da medida cautelar de redução de vagas e não se cogitou da celebração de Termo de Saneamento de Deficiências.

Enfim, à guisa de facilitar o cotejo e destacar as diferenças entre os procedimentos utilizados para as reduções de vagas ocorridas nos Cursos de Direito com resultados insatisfatórios em indicadores de qualidade, nos anos de 2007 e 2011, apresentamos o quadro seguinte:

<b>DIFERENÇAS ENTRE AS MEDIDAS CAUTELARES DE REDUÇÃO DE VAGAS APLICADAS PELO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO NOS ANOS DE 2007 E 2011</b>		
	<b>2007</b>	<b>2011</b>
<b>Motivo</b>	Resultado insatisfatório no ENADE e no IDD (2006)	Resultado insatisfatório no CPC (resultante do ENADE 2009)
<b>Notificação prévia das entidades para se manifestarem</b>	Houve	Não houve
<b>Celebração de TSD ou protocolo de compromisso, com abertura de prazo para realização de melhorias qualitativas e quantitativas</b>	Houve	Não houve
<b>Redução do número de vagas</b>	Houve	Houve
<b>Momento de aplicação de medida cautelar de redução de vagas</b>	Após celebração do TSD	Após a publicação do resultado do CPC
<b>Órgão responsável</b>	SESU	SERES
<b>Fundamento Legal</b>	Art. 48, § 4º do Decreto nº 5.773/2006	Art. 45 da Lei nº 9.784/99
<b>Função</b>	Supervisão	Regulação ou Supervisão??? Não está explícito, mas o Despacho nº 7/2011/SERES e a Nota Técnica nº 13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC sugerem ser Regulação.

Fontes: MEC (2009), MEC/SERES (2012a), MEC/SERES (2012b). Dados compilados pela autora.

Do quadro comparativo e do relatório parcial da supervisão especial de 2007 resta um questionamento, que pode nos conduzir a uma importante dedução. Considerando que, tanto em 2007 como em 2011, a atuação do MEC se pautou em resultados de *indicadores de qualidade*, qual *risco iminente* passou a existir em 2011 que não existia em 2007 que justificaria a aplicação de uma medida cautelar sem a manifestação prévia do “réu” ou inobservância do devido processo legal?

Ante a “lentidão” do processo de supervisão e do regular processo de avaliação de cursos, a utilização do art. 45 da Lei nº 9.784/99 (poder geral de cautela), em detrimento das normativas educacionais, parece ser conveniente para poupar tempo e trabalho vez que alcança praticamente os mesmos resultados, uma vez que a redução de vagas foi realizada, o processo de regulação aberto, a visita *in loco* será realizada para averiguar as condições de ensino do curso e o cumprimento do plano de melhorias acadêmicas (apresentado por ocasião da atribuição do CPC insatisfatório). Isto, sem a atribuição do Conceito de Curso, sem a instauração de um processo de supervisão e seus naturais desdobramentos.

### **2.2.3 A medida cautelar de redução de vagas aplicada em 2011 e seu enquadramento – regulação ou supervisão?**

Como explicado na seção 2.2.2, a redução de vagas em cursos de Graduação em Direito como consequência de resultados insatisfatórios em indicadores de qualidade aconteceu no ano de 2007 e 2011. Em 2007, tratou-se de um processo de supervisão especial, oriundo dos resultados insatisfatórios no ENADE e IDD, que obedeceu o trâmite estabelecido no Decreto nº 5.773/2007. No ano de 2011, o MEC/SERES não denominou o procedimento como de *supervisão*. Pelo que se extrai do Despacho nº 7/2011/SERES e da Nota Técnica nº 13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC, o MEC está inserindo o procedimento de redução de vagas em virtude de CPC insatisfatório na *regulação*.

Segundo se depreende do Despacho nº 7/2011 MEC/SERES e da Nota Técnica nº 13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC, o entendimento do MEC/SERES é que a medida cautelar de redução de vagas está inserida na regulação porque o CPC insatisfatório submete o curso a um processo regulatório obrigatório, por meio da abertura de um pedido de renovação de reconhecimento. A redução de vagas estaria inserida neste contexto, de regulação, com o fito de que, no transcorrer do processo regulatório, o interesse do aluno fosse resguardado e a IES melhorasse a qualidade do curso ofertado.

Mesmo considerando o fato de que o CPC insatisfatório dispara um processo de regulação, conceitualmente e nos termos das normativas em vigor, quando o MEC intervêm em uma IES ou curso com o intuito de adequar a oferta do serviço de educação às normas de qualidade vigentes, o que ela está a fazer é *supervisão* e não *regulação*.

Conforme exposto na seção 2.1.3, b, as ações de supervisão realizadas pelo MEC são de dois tipos, ordinária e especial. De acordo com o MEC (2012b), a Supervisão Ordinária é aquela que se origina de denúncias e representações e envolve casos isolados de instituições e cursos com indícios de irregularidades ou deficiências. A Supervisão Especial é aquela iniciada pelo próprio Ministério da Educação, a partir de seus indicadores de regularidade e qualidade da educação superior e envolvem mais de um curso ou instituição, agrupados de acordo com o critério escolhido para a ação de supervisão.

Ante aos conceitos expostos, considerando que a medida cautelar de redução de vagas foi aplicada a partir de um indicador de qualidade (CPC) e envolve vários Cursos de Direito que foram agrupados de acordo com critério definido pelo MEC, ela estaria inserida

na *supervisão especial* e não na *regulação*.

Na supervisão especial, à vista do indicador de qualidade insatisfatórios, a Secretaria competente notifica a IES para manifestar-se ou abre processo administrativo de ofício, antes mesmo da manifestação da instituição, quando já tiver ciência de irregularidade que lhe caiba sanar e punir. Quando a instituição for instada a manifestar-se, antes da abertura do processo administrativo, esta pode solicitar concessão de prazo para saneamento das deficiências apontadas ou fazer outras arguições. Se a IES optar pelo saneamento e este for concedido, haverá, no máximo, 12 meses para sanar as deficiências identificadas. Na vigência do prazo para saneamento de deficiências poderá ser aplicada medida cautelar de inadmissão de novos alunos, prevista no art. 48, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006. Não saneadas as deficiências ou admitida de imediato à representação, abre-se processo administrativo para aplicação de penalidades.

Vimos que o procedimento de *supervisão especial* foi o observado no ano de 2007 para redução de vagas dos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no ENADE e IDD de 2006. A SESU convocou os cursos com resultados insatisfatórios para prestarem informações sobre o baixo desempenho e a propor medidas para o saneamento de deficiências. Após foi celebrado Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) com 75 IES, para execução de melhorias em até um ano. No TSD já fora prevista a redução de vagas dos cursos durante o processo de saneamento.

Na regulação, aberto o pedido de renovação de reconhecimento de curso à vista do CPC insatisfatório, deveria ocorrer a visita *in loco* e a atribuição do Conceito de Curso que, caso fosse insatisfatório, ensejaria a celebração do protocolo de compromisso. Na vigência do protocolo de compromisso poderia ser aplicada a medida cautelar de inadmissão de novos alunos.

O procedimento utilizado pelo MEC/SERES para aplicação da medida cautelar de redução de vagas dos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC, no ano de 2011, foi o seguinte: à vista do CPC insatisfatório a SERES publicou o Despacho nº 7/2011 onde foi determinada a redução cautelar de vagas, antes de manifestação prévia da IES, antes da visita *in loco*, antes da atribuição de Conceito de Curso e antes da celebração do protocolo de compromisso.

O procedimento utilizado pelo MEC/SERES para aplicar a medida cautelar de

redução proporcional de vagas, no ano de 2011, não se enquadra nas normativas educacionais, quer no que se refere à *supervisão especial*, quer no que se refere à *regulação*.

## **CAPÍTULO 3. AS MEDIDAS CAUTELARES À LUZ DA TEORIA GERAL DO PROCESSO E DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Para compreensão exata do objeto de estudo faz-se necessário explicitar o que é uma medida cautelar, qual sua finalidade, requisitos e particularidades. Considerando que o Ministério da Educação é um órgão da Administração Pública (Estado-Administração) e não um órgão do poder judiciário (Estado-Juiz), as medidas cautelares por ele aplicadas são “administrativas”. Conforme esclarece Freitas Mello (2003), as medidas cautelares são inerentes ao processo, seja ele judicial ou administrativo, que constituem do mesmo modo, forma de tutela cautelar, em razão de seu conteúdo e efeitos, tendo como fundamento a mesma *teoria geral do processo cautelar*.

Como não há regulamento específico para as medidas acautelatórias descritas na Lei nº 9.784/99 (lei do processo administrativo), cujo art. 45 foi o fundamento jurídico utilizado pelo MEC/SERES para aplicação da medida cautelar de redução de vagas, tem-se utilizado para seu estudo e interpretação as normas gerais aplicáveis ao processo cautelar judicial. Por este motivo, será apresentado inicialmente o magistério doutrinário da tutela cautelar judicial e depois da tutela cautelar administrativa.

Ressalta-se que não será dada atenção a detalhes muito específicos das medidas cautelares judiciais, apresentando noções gerais, dentro do que for aplicável, útil e suficiente à compreensão das medidas cautelares administrativas.

Como a determinação de redução de vagas é um ato administrativo, neste capítulo será apresentado, ainda, o regime jurídico-administrativo a que este ato se submete, de forma que haja elementos suficientes para avaliar a atuação do MEC/SERES.

### **3.1 Medidas cautelares judiciais – Noções gerais**

Há três tipos de processo: o de conhecimento, o de execução e o cautelar. O processo de conhecimento tem como função primordial a de gerar um pronunciamento



judicial, onde o juiz após *conhecer*<sup>62</sup> os fatos, aplicará o direito correspondente. No processo de execução<sup>63</sup> efetiva-se o cumprimento do mandamento judicial emitido no processo de conhecimento ou executa-se um título extrajudicial cuja força e eficácia a lei praticamente equipara a uma sentença judicial (como um cheque ou nota promissória, por exemplo). O processo cautelar, por sua vez, é aquele por meio do qual se obtêm meios de *garantir provisoriamente* a eficácia plena do provimento jurisdicional, que será obtido *em definitivo* por meio de, um futuro ou concomitante, processo de conhecimento ou processo de execução. Assim, o processo cautelar existe para garantir a eficácia do processo de conhecimento ou da execução. (WAMBIER, 2007)

O processo cautelar é uma forma e tipo de processo que, assim como o processo de conhecimento e de execução, é regulado pelo Código de Processo Civil (CPC), conforme dispõe o art. 270. O processo cautelar vem disciplinado nas normas do Livro III, do CPC, que se estendem do art. 796 ao 889. O Livro III, tem um título único, denominado “Das medidas cautelares”. (MARQUES, 2003)

Em suma, de acordo com Câmara (2010), o processo cautelar é um mecanismo capaz de assegurar a efetividade do processo, apesar de sua demora, cujo provimento jurisdicional será produzido em outro processo (de conhecimento ou execução) ao qual o processo cautelar se liga e que recebe, tradicionalmente, o nome de processo principal.

Segundo Theodoro Júnior (2012, p. 506) a medida cautelar é o meio de prevenir, no bojo de um processo cautelar, o risco de dano que afeta o interesse protegido e que pode comprometer a eventual eficácia da tutela definitiva a ser alcançada no processo de mérito. A função cautelar tem caráter de “prevenção”, de “garantia”, não antecipa a solução da lide e sim afasta o risco que pode comprometer a eficácia da decisão definitiva. O autor citado, assim define uma medida cautelar:

[...] é a providência concreta tomada pelo órgão judicial para eliminar uma situação de perigo para direito ou interesse de um litigante, mediante conservação do estado de fato ou de direito que envolve as partes, durante todo o tempo necessário para o desenvolvimento do processo principal.

---

<sup>62</sup> Segundo Wambier (2007), os fatos são “conhecidos” pelo juiz, por meio do exame das provas e da análise dos argumentos. Portanto, são características fundamentais do processo de conhecimento: produção de provas, contraditório, cognição exauriente e sentença de mérito.

<sup>63</sup> O processo de execução, conforme Wambier (2007), se caracteriza pelos atos de coerção do juiz e tem por finalidade a satisfação concreta do credor, quando retira-se do patrimônio do devedor numerário suficiente para pagamento do débito.

A função cautelar tem natureza instrumental<sup>64</sup>, não declara e nem promove direito, sendo “instrumento” que atende, provisória e emergencialmente, a necessidade de afastar situações que comprometam o resultado eficaz e operante da decisão. Assim, conforme Theodoro Júnior (2012, p. 506), “as medidas preventivas não são *satisfativas*, mas apenas *conservativas* de situações necessárias para que o processo principal alcance seu resultado realmente útil”. Por isto, o processo cautelar se ligará a um outro processo principal de natureza *satisfativa*, que versará sobre a lide e redundará na satisfação efetiva do direito da parte.

De acordo com segundo Wambier (2007), a expressão *satisfatividade* é empregada de modo a destacar, em regra, três importantes sentidos: a) a coincidência entre o provimento principal e o cautelar; b) a irreversibilidade dos efeitos da medida no plano empírico; c) a prescindibilidade de ação principal.

Medidas urgentes<sup>65</sup> que tenham natureza *satisfativa* e não provisória, regem-se pelo instituto da antecipação de tutela (arts. 273 a 461), diferindo a *tutela cautelar* da *tutela antecipatória*<sup>66</sup>. Assim, segundo Freitas Mello (2003), apesar da tutela cautelar e da tutela antecipada terem como pontos comuns: derivarem do gênero *tutela jurisdicional de urgência*, reunirem em alguns casos os mesmos requisitos de concessão, possuírem caráter provisional e serem concedidas mediante cognição sumária, elas não se confundem.

A tutela cautelar visa assegurar a eficácia prática de decisão futura (cunho preventivo), enquanto a tutela antecipada adianta o próprio pedido versado na ação (cunho satisfativo). O artigo 273<sup>67</sup> do Código de Processo Civil, expressamente diz que na tutela antecipatória o juiz antecipa, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial. De acordo com Nelson Nery Júnior (2010, p. 547):

<sup>64</sup> Segundo o STF, n a reclamação 1770-RN, os provimentos de natureza cautelar acham-se instrumentalmente destinados a conferir efetividade ao julgamento final resultante do processo principal, assegurando, desse modo, *ex ante*, plena eficácia a tutela jurisdicional, inclusive às decisões fundadas no poder geral de cautela.

<sup>65</sup> Segundo Nelson Nery Jr. (2010, p. 1.156), a ação cautelar ajuizada com objetivo de obtenção de medida de cunho *satisfativo*, tem sido denominada impropriamente pela doutrina e jurisprudência como *cautelares satisfativas*. A denominação é imprópria porque a *satisfatividade* é incompatível com a *cautelaridade*. Seria apropriado falar-se em *medidas urgentes*, tendo em vista que a situação concreta ensejaria pedido de liminar que se processasse pelo rito do processo cautelar. O autor ressalta que com a introdução da tutela antecipatória no sistema (art. 273 do CPC), o problema restou melhor resolvido.

<sup>66</sup> Neste sentido ver acórdão do STJ no REsp 159399 / SP - Recurso Especial 1997/0091539-5, relatado pela Ministra Eliana Calmon, que deixa claro que tutela antecipada não se confunde com liminar em cautelar.

<sup>67</sup> Art. 273, do CPC: “O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu”. [...]

A tutela antecipada antecipa os efeitos da sentença de mérito e não é tutela cautelar, porque não se limita a assegurar o resultado prático do processo, nem a assegurar a viabilidade da realização do direito afirmado pelo autor, mas tem por objetivo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdicional pleiteado ou seus efeitos. Ainda que fundada na urgência (CPC, 273, I), não tem natureza cautelar, pois sua finalidade precípua é adiantar os efeitos da tutela de mérito, de sorte a propiciar sua imediata execução, objetivo que não se confunde com o da medida cautelar (assegurar o resultado útil do processo de conhecimento ou de execução ou, ainda, a viabilidade do direito afirmado pelo autor). A ultra eficácia da medida para depois de encerrado o processo é circunstância que torna evidente sua natureza não cautelar.

Além disto, os requisitos legais para concessão da tutela antecipada são mais numerosos e mais rígidos que os requisitos exigidos para a tutela cautelar. Enquanto a tutela cautelar contenta-se com a comprovação do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, a tutela antecipada somente pode apoiar-se em *prova inequívoca* e *verossimilhança da alegação*<sup>68</sup>, juntamente com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu (art. 273 do Código de Processo Civil).

Antes da Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994, que alterou dispositivos do Código de Processo Civil, a denominação “cautelar satisfativa” era utilizada para designar uma medida cautelar que antecipava o mérito. O termo “cautelar satisfativa” exprimia uma contradição que foi muito discutida, visto que as cautelares não tem intuito de *satisfazer* a pretensão de mérito e sim *garanti-la, acautelá-la*. Entretanto, não havia outro instituto apto a antecipar o provimento jurisdicional pretendido, sem que fosse configurado o *desvio de poder de cautela*. Com a sistematização do instituto da *tutela antecipada* pela Lei nº 8.952/94, não há mais razão a justificar o termo “cautelar satisfativa”, vez que a antecipação de tutela, no exato sentido de provimento satisfativo antecipado e de cognição sumária, está então disciplinado. (MELLO, S. S. F., 2003)

Também há diferença entre uma medida cautelar e uma liminar. Segundo Nelson Nery Jr. (2010, p. 1.169), “embora a liminar possa apresentar natureza cautelar, não tem necessariamente essa natureza, pois nem todas as liminares são cautelares”. O autor esclarece que a medida liminar constitui-se sempre como antecipatória dos efeitos práticos da sentença, ao contrário da medida cautelar, que pode ou não apresentar caráter antecipatório. Destaca

---

<sup>68</sup> Segundo Theodoro Júnior (2012, p. 688), “verossimilhança da alegação refere-se ao juízo de convencimento a ser feito em torno de todo o quadro fático invocado pela parte que pretende a antecipação de tutela, não apenas quanto à existência de seu direito subjetivo material, mas também e, principalmente, no relativo ao perigo de dano e sua irreparabilidade, bem como ao abuso dos atos de defesa e de procrastinação praticados pelo réu”.

ainda, que a “as medidas cautelares somente podem ser concedidas pelo juiz dentro de uma ação cautelar, ao contrário da liminar, que pode ser concedida em vários tipos de ação”.

As medidas cautelares são caracterizadas por sua *provisoriedade*, ou seja, sua duração temporal limitada ao período que transcorre entre sua decretação e a superveniência do provimento principal ou definitivo. “Por sua natureza, estão destinadas a ser absorvidas ou substituídas pela solução definitiva do mérito”. (THEODORO JUNIOR, 2012, p. 507)

Da natureza emergencial, preventiva e provisória de uma medida cautelar, decorre a possibilidade de sua substituição, modificação ou revogação, a qualquer tempo, nos termos dos arts. 805<sup>69</sup> e 807<sup>70</sup> do CPC. Assim, a medida cautelar será mantida até a extinção do perigo que determinou a concessão.

Apesar de sua reconhecida *acessoriedade*, visto que, nos termos do art. 796<sup>71</sup> do CPC, depende da existência ou da probabilidade de um processo principal, o processo cautelar tem autonomia<sup>72</sup> técnica, com objetivos e razões próprias, sendo a ação cautelar acolhida ou rejeitada a depender de seus próprios argumentos e não em razão da ação principal. Neste sentido, o art. 810 do CPC estabelece que o indeferimento de medida cautelar não obsta a que a parte intente a ação principal, nem influi no julgamento desta. (THEODORO JÚNIOR, 2012)

Theodoro Júnior (2012), segundo o Código de Processo Civil, apresenta duas importes classificações<sup>73</sup> das medidas cautelares:

I – A primeira classificação divide as ações cautelares em:

---

<sup>69</sup> Art. 805, CPC: “A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente”.

<sup>70</sup> Art. 807, CPC: “As medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo do artigo antecedente e na pendência do processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas”.

<sup>71</sup> Art. 796, CPC: “O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente”.

<sup>72</sup> Alexandre Câmara (2012) defende a desnecessidade do processo cautelar como figura autônoma. Para ele, a inserção do § 7º, no art. 273 do CPC, que permitiu a “fungibilidade das tutelas de urgência”, não mais justifica a instauração de um processo autônomo, de natureza cautelar, para que a tutela jurisdicional cautelar seja prestada. A seu ver, o jurisdicionado tem a opção de postular a tutela cautelar por duas vias, incidentemente ao processo cuja efetividade se quer proteger ou por via de processo autônomo, não podendo sua opção ser rejeitada pelo juízo ou impugnada pelo demandado, à luz do art. 273, § 7º, do CPC.

<sup>73</sup> Não há consenso na doutrina quanto às classificações das medidas cautelares, que podem variar segundo os autores.

a) medidas cautelares típicas ou nominadas<sup>74</sup>, que são as ações cautelares reguladas pelo CPC em seu Capítulo II, Livro III, do art. 813 a 888, denominadas “procedimentos cautelares específicos”;

b) medidas cautelares atípicas ou inominadas, compreendendo o poder geral de cautela previsto no art. 798<sup>75</sup>.

II – A segunda classificação divide as cautelares, nos termos do art. 796, conforme o momento em que são deferidas, ante a seguinte designação:

a) medidas preparatórias, que são as que antecedem à propositura da ação principal;

b) medidas incidentes, que são as que surgem no curso do processo principal.

Conforme Marques (2003), todos os preceitos e regras gerais para as medidas cautelares nominadas (típicas) também se aplicam àquelas atípicas ou inominadas. O campo de incidência das medidas inominadas se restringe a garantir o processo de conhecimento, conforme art. 799<sup>76</sup>. As medidas inominadas são subsidiárias e somente se aplicam na ausência de medida típica.

### 3.1.1 Requisitos para concessão de uma medida cautelar

São exigidos dois requisitos para se alcançar um provimento jurisdicional de natureza cautelar, sendo eles: o *periculum in mora* (perigo na demora) e o *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito).

Segundo Câmara (2010, p. 37), a cognição realizada no processo cautelar é sumária e superficial, não se exigindo, nesta sede, a certeza quanto ao direito substancial. Assim, o *fumus boni iuris* será apreciado ante a probabilidade de existência do direito afirmado, “estando presente, no caso concreto, toda vez que se considerar provável que as alegações de fato feitas pelo demandante venham a ter sua veracidade demonstrada no

<sup>74</sup> Montenegro Filho (2012) elenca as medidas cautelares nominadas, alinhadas a partir do art. 813, num total de 16 espécies: arresto; sequestro; caução; busca e apreensão; exibição; produção antecipada de provas; alimentos provisionais; arrolamento de bens; justificação; protestos, notificações e interpelações; homologação do penhor legal, posso em nome do nascituro; atentado; protesto e apreensão de títulos.

<sup>75</sup> Art. 798, CPC: “Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.”

<sup>76</sup> Art. 799, CPC: “No caso do artigo anterior, poderá o juiz, para evitar o dano, autorizar ou vedar a prática de determinados atos, ordenar a guarda judicial de pessoas e depósito de bens e impor a prestação de caução”.

processo principal”. Na ação cautelar, portanto, não será preciso se demonstrar cabalmente a existência do direito material, que terá sua comprovação e declaração no bojo do processo principal. Neste sentido, Theodoro Júnior (2012, p. 515) afirma que:

Incertezas ou imprecisões a respeito do direito material do requerente não podem assumir a força de impedir-lhe o acesso à tutela cautelar. Se, à primeira vista, conta a parte com a possibilidade de exercer o direito de ação e se o fato narrado, em tese, lhe assegura provimento de mérito favorável, presente se acha o *fumus boni iuris*, em grau suficiente para autorizar a proteção de medidas cautelares.

É necessário consignar que somente a demonstração da *probabilidade de existência do direito afirmado (fumus boni iuris)* não é suficiente à concessão da tutela cautelar, fazendo-se necessário demonstrar-se também o *periculum in mora*.

O *periculum in mora*, segundo Wambier (2007), define a circunstância em que “ou a medida é concedida quando se a pleiteia, ou, depois de nada mais adiantará sua concessão”. É, portanto, a situação de perigo iminente de dano irreparável e de difícil reparação.

Câmara (2010), diferencia o *periculum in mora* em dois tipos: o perigo de infrutuosidade e o perigo de morosidade. Segundo ele, o perigo da infrutuosidade corresponde às situações de perigo para a efetividade do processo principal, que poderia não ser “frutuoso”, ou seja, poderia não produzir bons resultados, quando seria necessária a tutela cautelar. O perigo da morosidade, representa riscos para o direito substancial, caso em que seria necessária a tutela antecipatória.

O art. 798 do Código de Processo Civil exige que o receio de dano a justificar a medida cautelar deve ser “fundado”, ou seja, demonstrável objetivamente por meio de fatos concretos e que se trate de dano iminente de “grave e de difícil reparação”.

Assim sendo, toda vez que houver fundado receio de que a efetividade de um processo venha a sofrer dano irreparável, ou de difícil reparação, em razão do tempo necessário para que possa ser entregue a tutela jurisdicional nele buscada, estará presente o requisito do *periculum in mora*, exigido para a concessão da tutela jurisdicional cautelar. (CÂMARA, 2010, p. 39).

O perigo da demora faz com que a tutela cautelar seja urgente. Segundo, Freitas Mello (2003, p. 433), “se o Estado pudesse aguardar a decisão definitiva no processo sem que houvesse prejuízo ao cumprimento do comando final, não haveria justificativa para a tutela

cautelar”. Exige-se do Poder Público que aja antes que a ameaça potencial se transforme em prejuízo concreto. De acordo com a autora, “a *urgência* é a razão pela qual as medidas cautelares são muitas vezes adotadas sem a audiência do requerido”.

O *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* são fatores indispensáveis para o deferimento de uma medida cautelar; contudo, deve existir a análise do que Freitas Mello (2003, p. 436) denominou como *perigo inverso*, que corresponde à verificação dos efeitos que serão causados pelo deferimento da medida, que podem ser mais nocivos que a não concessão. “Se inexistência da medida acauteladora for mais favorável ao processo do que sua adoção, então considerando-se o perigo inverso, deixar-se-á de adotá-la, diante da razoabilidade na ponderação dos efeitos causados ao processo pela existência e pela inexistência da medida”.

Situações de perigo capazes de afetar o *direito substancial* e não somente à *efetividade do processo*, como também a *certeza* e não somente a *probabilidade* quanto à existência do direito, tornam a tutela cautelar inadequada, devendo ser protegidas por tutela antecipatória, nos termos do art. 273, I, do CPC. (CÂMARA, 2010)

### 3.1.2 O poder geral de cautela

Há medidas cautelares típicas e atípicas. As medidas cautelares “típicas” ou “nominadas”, são as previstas dos arts. 813 ao 889 do CPC, como por exemplo: o arresto, o sequestro e a antecipação de provas, entre outras.

As medidas cautelares atípicas, são assim chamadas por não estarem previstas e reguladas expressamente na lei. Podem ser determinadas pelo juiz, como medidas provisórias, para afastar situações de perigo que possam comprometer a eficácia do processo principal. “Esse poder de criar providências de segurança, fora dos casos típicos já arrolados pelo Código, recebe, doutrinariamente, o nome de *poder geral de cautela*” e está consagrado no art. 798 do Código de Processo Civil. (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 519)

O poder geral de cautela, de acordo com Câmara (2010, p. 49), decorre da impossibilidade de previsão de todos os casos concretos de perigo para efetividade do processo e atende às situações para as quais as medidas cautelares previstas (típicas) não se mostram adequadas. Deste modo, segundo o autor, “trata-se de um poder que deve ser exercido de forma subsidiária, pois se destina a complementar o sistema, evitando que fiquem carentes de proteção àquelas situações para as quais não se previu qualquer medida cautelar

típica”. O que significa dizer, que, “havendo medida cautelar típica que se revele adequada para o caso concreto, não poderá o juiz conceder medida cautelar atípica”.

O poder geral de cautela tem origem no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, que assegura a tutela jurisdicional adequada para todas as situações que precisem ser deduzidas em juízo<sup>77</sup>.

Segundo Theodoro Júnior (2012, p. 520), o poder geral de cautela, que deixou a critério do juiz a determinação das medidas provisórias que julgar adequadas, investiu o magistrado de um poder discricionário<sup>78</sup> de amplíssimas dimensões, pelo que recebeu também, pelo próprio Código de Processo Civil, destinação e condicionamentos que o limitam, devendo ser exercido somente quando “alguma medida provisória for necessária para coibir risco de lesão grave e de difícil reparação, que ameace o direito de uma das partes, antes do julgamento de mérito ou solução do processo principal”.

Nos termos do art. 798 do CPC, o *perigo* justificador do poder geral de cautela deve ser: a) fundado ligando-se a uma situação objetiva e demonstrável; b) relacionado a um dano próximo ou iminente, que pode ocorrer no curso do processo principal; c) grave e de difícil reparação, a um só tempo. (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 520).

Não há diferença entre a substância e natureza das medidas cautelares típicas e atípicas. Quanto aos seus requisitos, segundo Câmara (2010), a medida cautelar atípica tem três requisitos: ausência de medida cautelar típica que se revele adequada em abstrato para a hipótese deduzida em juízo, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. Enquanto a medida cautelar típica tem apenas dois requisitos, quais sejam: *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

### 3.2 Medidas cautelares administrativas

A medida cautelar como instrumento de garantia dos fins de um processo, não é

<sup>77</sup> Neste sentido, podemos citar Câmara (2010), Freitas Mello (2003) e Wambier (2007).

<sup>78</sup> Em sentido contrário Câmara (2010) afirma que o poder geral de cautela não é discricionário, uma vez que só pode ser exercido, nos exatos termos formulados pelo demandante e se estiverem presentes os requisitos de concessão de uma medida cautelar atípica, não havendo em se falar em liberdade para atuar ou não conforme o senso de conveniência e oportunidade, mas no poder-dever que o juiz tem de conceder a medida cautelar se presentes seus requisitos. O pensamento do autor representa a minoria doutrinária, como ressaltado por ele próprio, com a qual não nos coadunamos.



eminentemente jurisdicional. Pode haver medidas cautelares não expedidas pelo Estado-Juiz e sim pelo Estado-Administração, o que denominaremos de *medidas cautelares administrativas*. A medida cautelar é inerente ao *processo*, que pode acontecer tanto no âmbito do judiciário quanto no âmbito administrativo.

A processualidade transcende a função jurisdicional; o processo existe fora do âmbito do Poder Judiciário, posto que é inerente à atividade do *Estado* em todas as suas funções, e não somente no desempenho das funções do *Estado-juiz* em senso estrito. (MELLO, S. S. F., 2003, p. 517)

Sendo o processo<sup>79</sup> um conjunto de atos ordenados e encadeados, realizados em contraditório, que visam um provimento final, ele é inerente à atividade do Estado em todas as suas funções, não se restringindo ao desempenho das funções do Poder Judiciário, pelo que se tem também os processos administrativos, que se desenrolam junto aos órgãos estatais.

Entender o direito processual como instrumento para o exercício do poder estatal<sup>80</sup>, que tem um núcleo comum e essencial, estudado pela Teoria Geral do Processo ou Teoria Geral do Direito, possibilita o estudo conjunto da tutela cautelar como instituto aplicável tanto na esfera do processo judicial, como na esfera do processo administrativo, visto que tem o objetivo comum de acautelar de forma imediata o resultado útil do processo, de forma que a decisão não seja imprestável. (MAIA, 2009)

De acordo com Freitas Mello (2003), se a finalidade da tutela cautelar é garantir o bom resultado do processo, para que uma medida cautelar seja adotada é indispensável que haja processo administrativo em curso ou que este se inicie em futuro próximo.

As medidas cautelares administrativas, enquanto atos administrativos, estão sujeitas aos princípios gerais do Direito Administrativo, merecendo destaque, segundo Freitas Mello (2003, p. 463), “os princípios da isonomia e da razoabilidade/proporcionalidade, decorrentes do princípio da juridicidade ou legalidade

<sup>79</sup> É importante destacar que processo e procedimento não são termos sinônimos. Segundo Pettian (2011, p. 85) no processo se estabelece uma relação jurídica entre as partes, a qual se somam procedimentos. A autora afirma que “em todo processo há procedimento, mas a recíproca não é verdadeira, pois não há relação jurídica no processo administrativo, senão mera sucessão de atos tendentes a um resultado conclusivo”. Desta maneira o processo é mais amplo do que o de procedimento. O procedimento está contido no processo, é a forma como o processo se exterioriza, se desenrola.

<sup>80</sup> Sobre exercício do poder estatal, Freitas Mello (2003, p. 434) adverte que “não se deve confundir ato jurisdicional com ato judicial. O ato jurisdicional é praticado no exercício da função estatal de declarar o direito e executar a decisão, considerando-se que a jurisdição é atividade de dizer o direito, de decidir na sua esfera de competência. Portanto, os poderes estatais exercem jurisdição, mas somente o Poder Judiciário decide com força de coisa julgada”.

ampla – conformidade com à ordem jurídica”.

Há inúmeras medidas cautelares administrativas previstas na legislação. Freitas Mello (2003) cita como exemplos: a medida cautelar de afastamento do servidor durante o curso de processo administrativo disciplinar que o envolva (art. 147 da Lei nº 8.112/90); a determinação cautelar de afastamento temporário e indisponibilidade de bens do responsável que tenha processo administrativo perante o Tribunal de Contas da União (art. 44 da Lei nº 8.443/92); as medidas provisórias adotadas no processo administrativo *antidumping* (art. 34 do Decreto nº 1.602/95; a medida preventiva adotada no processo administrativo antitruste (arts. 14, XI e 52, da Lei nº. 8.884/94); a medida cautelar inominada passível de aplicação nos processos administrativos (art. 45 da Lei nº 9.784/99).

Freitas Mello (2003, p. 502), convencionou chamar as *medidas cautelares administrativas* de *medidas preventivas*, e as conceituou como:

Ato administrativo acautelatório motivado praticado em qualquer fase do processo administrativo, pela autoridade julgadora, *ex officio* ou mediante provocação, a fim de garantir o desenvolvimento regular do processo principal quando houver indício de que a existência, a evolução ou o resultado útil desta possa inviabilizar-se ou prejudicar-se.

Uma medida cautelar administrativa, de acordo com Freitas Mello (2003), tem como características:

- a) tratar-se de um ato administrativo;
- b) constituir-se exercício de *atividade jurisdicional em sentido amplo*, uma vez que é ato decisório praticado pela autoridade julgadora em processo administrativo;
- c) ser acautelatória, visto que tenciona resguardar os efeitos da decisão final diante do perigo que a delonga do processo pode representar;
- d) ser *duplamente instrumental*, vez que é instrumento do processo, que a seu turno também é instrumento de realização do direito material;
- e) ser temporária, porque pode ser revogada ou modificada de acordo com a alteração das circunstâncias que a fundamentaram;
- f) poder ser praticada *ex officio*, por imposição do dever-poder geral de cautela, bem como mediante provocação;

g) ser cabível quando houver *receio* de ineficácia da decisão final no processo – o que será aferido em cada caso concreto.

No processo administrativo, assim como no processo civil, a tutela cautelar tem por elemento específico a prevenção, exercendo função auxiliar de garantia do processo. Assim, a medida cautelar é o meio que possibilita, no bojo do processo administrativo, que o risco de dano ao resultado útil do processo seja afastado.

É em razão da possível frustração da prestação administrativa futura que se faz necessária a providência cautelar, na forma de medida que tenciona garantir que a solução final do processo tramitando perante a Administração produza realmente os efeitos devidos, e não se torne inútil ante as consequências previsíveis. A medida cautelar é entregue mediante provisões assecuratórias da plena utilidade da prestação jurisdicional originária requerida. (FRIEDE, 1997 *apud* MELLO S. S. F., 2003, p. 463 - 464)

### 3.2.1 O poder geral de cautela da Administração Pública

O poder geral de cautela do Estado-Juiz está disciplinado no art. 798 do Código de Processo Civil. O assunto tem vasta literatura e é abordado por inúmeras doutrinas de processo civil e teoria geral do processo.

A literatura acerca do poder geral de cautela do Estado-Administração não é tão vasta, como a que trata do poder de cautela do Estado-Juiz. Segundo Maia (2009), esta desatenção deriva da falsa impressão de pouca utilidade desse estudo, já que a Administração pode de ofício anular atos que julgar ilegais, considerando o seu poder de autotutela. Faz-se necessário considerar que o *poder de autotutela* nem sempre dá conta dos casos urgentes. Como explica a autora citada, para que a Administração exerça seu poder de autotutela é necessária a instauração e trâmite de um processo administrativo, de forma a garantir a ampla defesa, como condição para aplicação de penalidade. A finalização de um processo administrativo pode exigir tempo demais, o que pode, em determinados casos, prejudicar os direitos dos envolvidos.

Neste contexto, quando não se pode esperar o tempo empreendido entre o início e a finalização do processo administrativo regular, naturalmente demorado, ganham espaço os procedimentos de natureza cautelar, que visam afastar o risco de que a solução deduzida não tenha efetividade, assegurando eficácia e utilidade à tutela estatal prestada.

O poder geral de cautela é inerente ao exercício da atividade decisória. Daí

porque, antes mesmo da edição da Lei n. 9.784/99, já seria natural que o poder geral de cautela fosse exercido igualmente na atividade decisória administrativa (ARAÚJO, 2011).

No que se refere ao processo administrativo, a Lei nº 9.784/99, trouxe dois dispositivos relativos ao exercício do poder geral de cautela pela Administração Pública, o art. 45 e o art. 61.

O poder geral de cautela esculpido no art. 798 do Código de Processo Civil encontra ressonância no art. 45 da Lei nº 9.784/99. O art. 45 positivou, genericamente, o poder geral de cautela na esfera administrativa, determinando que em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

O art. 61, parágrafo único, excepcionou a regra que determinou que o recurso administrativo não tem efeito suspensivo. Possibilitou que, em havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá conceder o efeito suspensivo.

O art. 45 da Lei nº 9.784/99 não estipula os requisitos para exercício do poder geral de cautela pela Administração Pública, determinando apenas que se dará em caso de risco iminente e mediante motivação. Segundo Barros (2005 apud ARAÚJO, 2011), considerando que a Lei n. 9.784/1999 não expõem claramente os requisitos do poder geral de cautela, a concessão de medidas cautelares é sempre possível por aplicação subsidiária do processo civil, através dos arts. 273 e 796 e seguintes. O art. 273 trata da antecipação de tutela e estabelece como requisitos para sua concessão: a prova inequívoca, a verossimilhança da alegação, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. Dos arts. 796 ao 889 o Código de Processo Civil trata do processo cautelar, em cujo art. 798, estabelece como requisitos para concessão de medidas cautelares: “fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação”, ou seja, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

O art. 45 da Lei nº 9.784/99, utilizado pela SERES/MEC para aplicação da medida cautelar, quando faz menção a “providências acauteladoras” que podem ser adotadas pela a Administração Pública, não especifica quais são os requisitos para seu exercício, determinando apenas que se dará em caso de risco iminente e mediante motivação. Não

especifica também se o termo “providências acauteladoras”, é utilizado em termos amplos, a designar “providências urgentes” (onde estariam inclusas a tutela antecipada e a tutela cautelar), ou se deve ser interpretado *ipsis litteris*, se restringindo às tutelas cautelares. Pelo que se tem visto, e o caso em estudo é um exemplo disto, entendemos que o art. 45 se refere a *provimentos urgentes* tanto de natureza *acautelatória* como de natureza *satisfativa*.

Pela maneira com que o art. 45 da Lei nº 9.784/99 tem sido utilizado, pelo que a doutrina sugere e por não haver regulamento específico ao referido artigo, a nosso ver, os requisitos exigidos para concessão das “providências acautelatórias” dependerão da natureza da tutela de urgência: se *satisfativa* – os requisitos serão os do art. 273 do Código de Processo Civil; se *cautelar* – os requisitos serão os do art. 798 do mesmo Código. Desta forma, se a medida tiver cunho acautelatório, que vise garantir o resultado útil do processo, deve demonstrar o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Se trata-se de antecipação de tutela, deve atender os requisitos do caput do art. 273<sup>81</sup>, juntamente com uma das situações previstas nos incisos I e II do mesmo artigo, ou seja, a prova inequívoca da verossimilhança da alegação “casada” com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou com a caracterização de abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. Neste sentido, Freitas Mello (2003, p. 518), esclarece:

Considerando que o ordenamento jurídico já contém previsão de antecipação de tutela, para as hipóteses em que se torne necessária medida de urgência ligada ao mérito da causa, a concessão de providência dessa natureza torna-se excepcional, sujeitando-se à observância rigorosa dos pressupostos arrolados no Art. 273 do Código de Processo Civil.

Os requisitos para a antecipação de tutela são maiores e mais numerosos que os requisitos exigidos para a tutela cautelar. Isto porque, conforme explica Montenegro Filho (2012), como a tutela antecipada é *satisfativa*, o autor deve se desincumbir com maestria (muito mais do que o faria na ação cautelar) do ônus de demonstrar a coexistência dos requisitos determinados na legislação. O autor explica, quanto a profundidade da prova produzida, que o *fumus boni iuris* é mais frágil do que a verossimilhança da alegação, que por seu turno, é mais frágil do que o direito líquido e certo. A existência de um direito líquido e certo não demanda a produção de qualquer outra espécie de prova posterior; a

---

<sup>81</sup> Art. 273, do Código de Processo Civil: “O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

verossimilhança confere razoável grau de certeza, sendo necessária prova complementar no curso do processo; e no *fumus boni iuris* há uma possibilidade de que as alegações do autor sejam verdadeiras, mas algo ainda muito superficial, que reclama ampla produção de provas no curso do processo.

Considerando os arts. 798 e 799 do Código de Processo Civil, de acordo com Freitas Mello (2003), o poder geral de cautela pode ser exercido sem requerimento da parte, no entanto deve observar os requisitos gerais das medidas cautelares.

Segundo Osório (2010 apud ARAÚJO 2011) o poder geral de cautela deriva do poder de polícia administrativa, porém com viés preventivo, havendo diferença sensível entre as medidas de polícia<sup>82</sup> acauteladoras e as sanções administrativas. As *sanções administrativas* podem ser facilmente confundidas com *providências acautelatórias*, sendo preciso definir o que são as providências acautelatórias e no que diferem da sanção administrativa:

Providências administrativas acautelatórias são medidas que a Administração muitas vezes necessita adotar de imediato para prevenir danos sérios ao interesse público ou à boa ordem administrativa e cuja finalidade não é – como a das sanções – intimidar eventuais infratores para que não incorram em conduta ou omissão indesejada, mas diversamente, é a de paralisar comportamentos de efeitos danosos ou de abortar a possibilidade de que se desencadeiem. [...] Quase sempre tais providências precedem sanções administrativas, mas com elas não se confundem. [...] Em certos casos a compostura da providência acautelatória é prestante também a cumprir a função de sanção administrativa, mas só assumirá tal caráter, quando for o caso, após a conclusão de um processo regular, conforme dito. (MELLO, 2012, p. 875 – 876)

Conforme Maia (2009) e Hupsel (2009)<sup>83</sup>, com base nos princípios constitucionais da supremacia do interesse público, da moralidade e da instrumentalidade, o poder geral de cautela da administração também pode ser exercido na ausência de dispositivo legal expresso que dê solução ao caso concreto, quando providências acauteladoras podem ser aplicadas antes da finalização do processo administrativo respectivo.

<sup>82</sup> O ar. 78 do Código Tributário Nacional traz o seguinte conceito de Poder de Polícia da Administração Pública: “Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”. De forma sucinta, Medauar (2011, p.355) conceitua Poder de Polícia como “um poder da Administração limitar, de modo direto, com base legal, liberdades fundamentais, em prol do bem comum”.

<sup>83</sup> Segundo as autoras, na perspectiva de um positivismo legalista ou mesmo científico formalista, isto não seria possível. Entretanto, a partir da perspectiva do pós-positivismo, que recupera a discussão valorativa na interpretação jurídica e adota a ideia de sistema jurídico aberto, esta providência pode ser tomada.

### **3.2.2 A medida cautelar administrativa *ex officio*, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa**

A medida cautelar administrativa *ex officio* é expressamente prevista no art. 45 da Lei nº 9.784/99, onde está estabelecido que “em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado”. A tutela cautelar deferida sem a prévia manifestação do réu tem como fundamento o art. 804 do Código de Processo Civil. (MELLO, S. S. F., 2003)

O artigo 45 da Lei n. 9.784/1999 dispensa a prévia manifestação do interessado no caso de necessidade de adoção de medida acauteladora. No entanto, a disposição é “genérica” e não apresenta critérios jurídicos objetivos para sua adoção<sup>84</sup>. Por este motivo, deve ser interpretada restritivamente, para que não haja violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo, como garantia fundamental descrita no art. 5º, LIV, o princípio do devido processo legal. O princípio estabelece que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, ou seja, ato que atente à liberdade ou ao bens de particular só será válido se estiver inserido em um processo regular e prévio. Contudo, no que se refere à Administração Pública e aos atos administrativos que ela pratica, há de se considerar que os princípios constitucionais deverão ser contrastados com o interesse público.

Moreira (2003) explica que a Administração tem o dever irrefutável de instalar o adequado processo administrativo ante determinados casos concretos (*ex officio* ou a pedido do interessado). Entretanto, não se exige da Administração que instale o processo todas as vezes que pretenda agir, pois, se assim fosse, haveria o risco de retirar-se do ato administrativo a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a auto-executoriedade, atributos essenciais ao cumprimento do interesse público resguardado. Há casos, porém, em que a abertura de processo é da essência do próprio provimento administrativo, quando se tornará requisito obrigatório para sua regularidade. Nos casos em que o processo não for prévio, os particulares que tiverem seus bens ou liberdade atingida pelo ato administrativo detêm a prerrogativa de impugná-lo administrativamente, requerendo

---

<sup>84</sup> Freitas Mello (2003, p. 505 - 507) registra a necessidade de regulação específica da medida conservatória prevista no art. 45 da Lei nº 9.784/99, destacando a falta de parâmetros para seu cabimento, sugerindo modificação normativa ao artigo mencionado.

a abertura de processo, ao qual a Administração deverá se submeter.

Segundo Moreira (2003), há hipóteses extremas em que a administração deve agir imediatamente, não podendo se subordinar a prévia notícia ou consulta ao particular afetado, sob pena de tornar imprestável sua ação e lesar o interesse público em jogo. Tais hipóteses urgentes, derivadas do poder de polícia, são exceção, assim qualificadas pelo interesse público curado pelo Administrador. É para preservar situações desta magnitude que o art. 45 da Lei nº 9.784/99 prevê as providências acauteladoras. “Nas hipóteses de haver contraste entre o direito do particular e a necessidade pública da imprescindível prática de ato que implique supressão da liberdade ou bens, aquele poderá ser sacrificado em favor deste (Moreira, 2003, p. 263)”. Em tais provimentos cautelares ou medidas urgentes ocorrerá uma alteração excepcional do momento de instauração do devido processo, para fins de atendimento do crucial interesse público. Com o mesmo raciocínio, reforçam Ferraz e Dallari (2001, p. 121):

Não estão proibidas pela Constituição Federal as medidas cautelares, preventivas, destinadas inclusive a assegurar a própria eficácia do processo e a viabilidade de sua instrução. Mas, convém repetir, tais medidas são excepcionais e sua adoção depende sempre de robusta motivação. Além disso, havendo possibilidade material de ouvir quem for afetado por elas, isso deve ser obrigatoriamente feito, sob pena de nulidade do ato. Somente em último caso, de comprovada extrema urgência, de perigo iminente devidamente demonstrado, de situação em que não for logicamente possível agir de outra maneira, somente então é que se admitirá a adoção de medida cautelar sem audiência da parte afetada. Em caso de controvérsia sobre a esta questão o Poder Judiciário sempre pode e deve examinar profundamente as circunstâncias de fato, para aferir a razoabilidade e a proporcionalidade da medida adotada.

Verifica-se que, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.784/99, o exercício do poder geral de cautela, com a aplicação de medidas cautelares *ex officio*, reserva-se para situações excepcionais, onde haja risco eminente, que deverá ser demonstrado de maneira consistente, de forma a justificar o ato administrativo. A regra geral, continua sendo a de que nenhuma decisão deve ser adotada sem o competente e adequado processo, onde a parte afetada deve ser instada a manifestar-se. A prévia oitiva do interessado poderá ser dispensada quando o tempo despendido em tal diligência significar a irremediável materialização do dano.

Deve se ressaltar, contudo, que não haverá dispensa da ampla defesa e do contraditório, que deverão ser exercidos em momento posterior à adoção da medida cautelar. Segundo Moreira (2003, p. 295), "não há supressão do contraditório, mas inversão temporal na incidência do princípio". Primeiro o risco iminente será afastado e depois serão atendidas a



ampla defesa e o contraditório. O contraditório será pleno, mas em momento imediatamente posterior, quando “o interessado deverá ter acesso a providência e seus resultados, podendo, inclusive, questionar a legitimidade de sua adoção (MOREIRA, 2003, p. 295)”.

A inversão temporal da incidência do contraditório pela aplicação de uma medida acauteladora, somente justifica-se pelo risco iminente demonstrado e por uma motivação robusta e simultânea à providência. Neste sentido, Moreira ressalta (2003, p. 295):

Destaque-se a imperiosidade da concretização fática absolutamente incontroversa do risco iminente. Deverá ser evento sério, imediato e intransponível no tempo. Somente em casos nos quais haja iminência de danos irreparáveis e a medida acauteladora seja indispensável para os evitar é que a Administração poderia agir sem um prévio processo administrativo regular. Caso assim não seja a providência adotada pela Administração será nula de pleno direito, não podendo gerar qualquer efeito jurídico. Por outro lado, a motivação deverá ser plena (fundamentos de fato e de direito) e simultânea à “providência”. Não será possível sua adoção imotivada para, em vista de seu resultado, ser formalizada a fundamentação do ato.

Assim, na concessão de medida cautelar *ex officio*, o contraditório e a ampla defesa não são dispensados, devendo o “réu” exercê-los após a concessão da medida, mas sempre antes que o provimento se torne definitivo.

### 3.3 As normas gerais de Direito Administrativo

O foco de nosso estudo é um ato administrativo – a medida cautelar aplicada pelo MEC/SERES que determinou a redução cautelar das vagas dos cursos de direito com resultado insatisfatório no CPC – oriundo de um órgão da Administração Pública, qual seja a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que compõe a estrutura organizacional do Ministério da Educação. Cumpre-nos explicitar, o que vem a ser um ato administrativo, em que ramo do Direito está inserido e a qual regime jurídico se submete para que, depois disto, tenhamos elementos para analisar sua coerência.

O intuito nesta seção não é o de esgotar temas e conceitos, mas apresentar noções gerais e não exaustivas que possam contribuir pontualmente para nosso estudo, dentro do estritamente necessário para subsidiar uma reflexão objetiva quanto a atuação da Administração Pública no caso em apreço, que será apresentada nas considerações finais.

“É o Direito Administrativo, ramo do Direito Público<sup>85</sup>, que disciplina o exercício da função administrativa, bem como pessoas e órgãos que a desempenham (MELLO, C. A. B., 2012, p. 29)”. Conforme o citado autor, a função administrativa é a função que o Estado exerce, normalmente pelo Poder Executivo e seus sujeitos auxiliares, dentro de uma estrutura e regime hierárquicos próprios e que no sistema constitucional brasileiro caracterizam-se por ser desempenhadas mediante comportamentos *infralegais* ou, excepcionalmente, *infraconstitucionais*, submissos todos a controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

Segundo Medauar (2011), em essência, o Direito Administrativo disciplina a atuação da Administração Pública, que pode ser considerada sob o ângulo funcional e sob o ângulo organizacional. No aspecto funcional, Administração Pública significa um conjunto de atividades do Estado que auxiliam as instituições políticas de cúpula no exercício de funções de governo, que organizam a realização das finalidades públicas postas por tais instituições e que produzem serviços, bens e utilidades para a população. Sob o ângulo organizacional, Administração Pública representa o conjunto de órgãos e entes estatais que produzem serviços, bens e utilidades para a população, coadjuvando as instituições políticas de cúpula no exercício das funções de governo.

O Direito Administrativo, de acordo com Bandeira de Mello (2012, p. 43 - 47), não é um Direito concebido em favor do Poder, a fim de que ele possa vergar os administrados, ao contrário deve ser considerado como um conjunto de limitações aos poderes do Estado ou, muito mais acertadamente, como um conjunto de deveres da Administração em face dos administrados. Ele nasce com o Estado de Direito, porque é o Direito que regula o comportamento da Administração. É ele que disciplina as relações entre a Administração e administrados. Enfim,

O Direito Administrativo não é um Direito criado para subjugar os interesses ou os direitos dos cidadãos aos do Estado. É, pelo contrário, um Direito que surge exatamente para regular a conduta do Estado e mantê-la afivelada às disposições legais, dentro desse espírito protetor do cidadão contra descomedimentos dos detentores do exercício do Poder estatal. (MELLO, C. A. B., 2012, p. 47)

O Direito Administrativo tem um conjunto de princípios e regras peculiares que guardam entre si relação lógica de coerência e unidade, compondo um sistema designado como *regime jurídico-administrativo*. Conforme Bandeira de Mello (2012), o Direito

<sup>85</sup> Conforme Medauar (2011, p. 38), o direito administrativo inclui-se entre os ramos do direito público, por tratar primordialmente da organização, meios de ação, formas e relações jurídicas da Administração Pública, um dos campos da atividade estatal.

Administrativo reproduz, no geral, as características do Direito Público, ramo em que se insere, com o acréscimo de especificações próprias. O regime de direito público resulta da caracterização normativa de determinados interesses como pertinentes à sociedade e não aos particulares considerados em sua individuada singularidade. Estas características refletem no Direito Administrativo na atribuição de uma disciplina normativa peculiar, que se constrói baseada em dois princípios: a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.

O Direito Público e o Direito Administrativo se ocupam essencialmente da realização do interesse público e qualquer ato administrativo que dele se desencontre será inválido. A expressão interesse público é muito utilizada em direito administrativo, em especial como fundamento, fim e limite de atos e medidas, mas é de difícil conceituação pela amplitude de seus termos. Segundo Medauar (2011, p. 148), “se é difícil enunciar um conceito jurídico preciso de interesse público, parece, no entanto, possível associa-lo ao que deveria ser o bem de toda a população, a uma percepção geral das exigências da sociedade”.

Conforme explica Bandeira de Mello (2012), o interesse público pode ser entendido como o interesse do todo, do próprio corpo social, se considerado que o interesse deste conjunto social é a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto parte da sociedade. O autor esclarece que o interesse público é uma faceta dos interesses individuais, sua faceta coletiva, é um interesse dos vários membros do corpo social e não apenas o interesse de um todo abstrato, concebido desligadamente dos interesses de cada qual.

O interesse público deve ser conceituado como o interesse resultante do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados em sua qualidade de membros da Sociedade e pelo simples fato de o serem. (MELLO, C. A. B., 2012, p. 62)

Percebe-se que os interesses públicos são interesses do Estado. Entretanto, segundo Bandeira de Mello (2012), nem todo interesse do Estado (e demais pessoas de Direito Público) seriam *ipso facto* um interesse público. Portanto, não existe coincidência necessária entre interesse público e interesse do Estado.

Posto, em apertadas linhas, o que é interesse público, passaremos ao exame dos dois princípios que marcam o regime jurídico-administrativo: a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.

*A supremacia do interesse público sobre o privado* é o princípio que proclama a superioridade e prevalência do interesse da coletividade sobre o interesse particular. Conforme Bandeira de Mello (2012), deste princípio procedem as seguintes consequências: a) a posição privilegiada do órgão encarregado de zelar pelo interesse público e de exprimi-lo nas relações com os particulares; b) a posição de supremacia do órgão público<sup>86</sup>, que se encontrará em situação de autoridade, comando, em relação ao particular, como indispensável condição para gerir os interesses públicos; c) restrições ou sujeições especiais no desempenho da atividade de natureza pública, que impõem à liberdade de quem esteja no desempenho de atividade estatal sujeições mais estritas que as que se submetem os particulares em suas relações entre si.

Na conceituação de Bandeira de Mello (2012), o princípio da indisponibilidade dos interesses públicos veda ao órgão administrativo o direito de dispor de interesses que são próprios da coletividade e que, por isto, não estão à disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. A Administração tem o dever de curar dos interesses públicos na estrita conformidade do que dispuser a lei.

Os órgãos e entes da Administração na realização de suas atividades sempre se regerão por normas. A atividade administrativa será, portanto, condicionada à lei, por meio da qual a vontade estatal será consagrada. A norma jurídica, segundo Petian (2011), encerrará uma prescrição de variável grau de abstração e generalidade, que se imporá coercitivamente para qualificar situações jurídicas e prescrever comportamentos humanos obrigatórios, permitidos ou proibidos.

Conforme Petian (2012, p. 32), em sua acepção ampla, a norma jurídica compreende tanto as *regras* como os *princípios* que compõem o ordenamento jurídico, pois ambos são prescrições que autorizam a coerção. Apesar de princípios e regras identificarem-se como normas jurídicas, há diferenças entre os dois preceitos. A autora citada, diferenciando regras de princípios, esclarece que “as regras têm menor grau de abstração e são prescrições normativas diretas que impõem um comportamento obrigatório, proibido ou permitido, ou ainda, que qualificam uma situação jurídica”, enquanto os princípios “são valores albergados pelo sistema jurídico que apresentam maior grau de abstração e generalidade, isto porque de seu conteúdo não é possível inferir, em regra, um mandamento de direito para situações

---

<sup>86</sup> De acordo com Bandeira de Mello (2012), a posição de supremacia é expressada através da afirmação metafórica de que vigora a verticalidade nas relações entre a Administração e particular, ao contrário da horizontalidade, típica das relações entre estes últimos.

específicas”.

O significado do termo *princípio* colhido na Ciência do Direito avizinha-se do significado vulgar ou comum de origem, começo, início. Os princípios são realmente o início do sistema normativo, as premissas originárias, as vigas mestras das quais são deduzidas outras normas, de menor generalidade e abstração, que podem ser conceituadas como subprincípios, das quais, por sua vez, decorrem outras normas, ainda menos abstratas e genéricas, e assim sucessivamente até a conformação completa do ordenamento jurídico (PETIAN, 2011, p. 33).

A Constituição Federal, em seu art. 37, faz menção expressa a alguns princípios a que se submete a Administração Pública Direita e Indireta, a saber, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e da eficiência.

A Lei nº 9.784/99, que disciplina os processos administrativos, em seu art. 2º, determina que a Administração Pública obedecerá os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Há outros princípios inerentes ao regime jurídico-administrativo dispostos em legislações específicas, como exemplifica Pietro (2012) ao citar as licitações e contratos, disciplinados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as concessões e permissões de serviços públicos, disciplinadas pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Os princípios desempenham papel importante no Direito Administrativo, permitindo, à Administração e ao Judiciário estabelecer o necessário equilíbrio entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da administração.

Visto que há um regime jurídico-administrativo específico a que se submete à Administração Pública, composto por princípios e regras peculiares e marcado por prerrogativas e sujeições estabelecidas ao Administrador, verificaremos de que forma o Estado atua e expressa suas “vontades”.

### **3.3.1 O ato administrativo e a discricionariedade**

A sujeição da Administração à lei confere moldes à atuação do Estado, determinando que os atos por ela praticados obedeçam parâmetros previamente fixados, que visam assegurar o respeito a direitos dos particulares. “A submissão do Executivo à lei só se realizou com o surgimento do Estado Democrático de Direito, que tem como um dos seus postulados básicos o princípio da legalidade, aí incluída a sujeição ao direito (MEDAUAR, 2011, p. 142)”. O *ato administrativo* é principal meio pelo qual o Estado e os órgãos

administrativos atuam e expressam suas “vontades”.

Bandeira de Mello (2012), conceitua o ato administrativo como a declaração do Estado, ou de quem lhe faça as vezes, no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares a lei a título de lhe dar cumprimento e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional.

O ato administrativo, de acordo com Medauar (2011), se constitui como um dos modos de expressão das decisões tomadas por órgãos e autoridades da Administração Pública, com observância à legalidade, que produz efeitos jurídicos, reconhecendo, modificando, extinguindo direitos ou impondo restrições e obrigações.

São atributos<sup>87</sup> do ato administrativo, segundo Pietro (2012), a *presunção de legitimidade* ou de *veracidade*, a *imperatividade*, a *executoriedade*, a *autoexecutoriedade* e a *tipicidade*, que correspondem também a verdadeiras prerrogativas do poder público, dentre muitas que o colocam em posição de supremacia sobre o particular.

*Presunção de legitimidade ou de veracidade* diz respeito à conformidade do ato com a lei e em decorrência deste atributo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância a lei. A *imperatividade* é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância. A *autoexecutoriedade* consiste no atributo que permite que o ato administrativo seja posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Na *executoriedade* a Administração emprega meios diretos de coerção para compelir materialmente o administrado a fazer algo. A *tipicidade* é o atributo pelo o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas em lei. Para cada finalidade que a Administração pretenda alcançar deve existir uma definição legal. A tipicidade é uma decorrência do princípio da legalidade, que afasta da Administração a possibilidade de praticar atos inominados, o que representa uma garantia ao administrado, pois impede a prática de atos administrativos dotados de imperatividade e executoriedade, vinculados ao particular, sem que haja previsão legal. A tipicidade também afasta a possibilidade de ser praticado ato totalmente discricionário pela administração, pois a lei ao prever o ato, já define os limites em que a discricionariedade poderá ser exercida. (PIETRO, 2012)

O ato administrativo forma-se pela conjugação de alguns elementos, que devem

---

<sup>87</sup> Não há uniformidade entre os doutrinadores quanto aos atributos do ato administrativo, pelo que pode se encontrar atributos distintos dos indicados pela autora referenciada.

atender preceitos legais para produção de efeitos jurídicos válidos. São cinco os elementos do ato administrativo: agente competente, objeto, forma, motivo e fim<sup>88</sup>.

*Agente competente* significa o representante do poder público a quem o texto legal confere atribuições para edição de determinados atos administrativo. *Objeto* (ou conteúdo) significa o efeito prático pretendido com a edição do ato administrativo ou a modificação por ele trazida ao ordenamento jurídico. O objeto deve ser lícito, moral e possível. A *forma* significa a exteriorização da vontade ou da decisão com o fim de produzir efeitos jurídicos. *Motivo* significa as circunstâncias de fato e os elementos de direito que provocam e precedem a edição do ato administrativo. Segundo a *teoria dos motivos determinantes* os motivos apresentados como fundamento do ato administrativo determinarão sua validade e vincularam o agente público. O *fim* do ato administrativo pode ser traduzido como o interesse público, ou seja, o ato administrativo terá como finalidade a proteção do interesse público, impedindo a atuação pessoal do agente. (MEDAUAR, 2011)

Para desempenho de suas funções e para prática dos atos administrativo, da mesma forma que o Estado dispõe de poderes que lhe asseguram supremacia sobre o particular, para que atinja seus fins, sua atuação é limitada pela lei, de forma a coibir abusos e arbitrariedades que poderiam vir a ser perpetradas. “Isto significa que os poderes que exerce o administrador público são regrados pelo sistema jurídico vigente. Não pode a autoridade ultrapassar os limites que a lei traça à sua atividade, sob pena de ilegalidade (PIETRO, 2012, p. 218).”

Nas hipóteses em que o regramento legal atingir os vários aspectos da atividade administrativa e não deixar outras opções ao Administrador, por ter estabelecido todos os requisitos para a sua ação de tal e qual forma, se estará diante de um poder da Administração *vinculado*. Quando a lei deixar certa margem de liberdade de decisão ao administrador diante de um caso concreto, de modo que ele possa optar dentre várias soluções possíveis, todas válidas perante o direito, o poder da Administração é *discricionário*. O poder discricionário não é totalmente livre, porque a lei lhe imporá limites, no mínimo, quanto à competência, forma e finalidade<sup>89</sup>. A discricionariedade implica, portanto, na liberdade de atuação nos

---

<sup>88</sup> A doutrina diverge quanto aos elementos. Nos baseamos em Medauar (2011), Pietro (2012) e na Lei nº 4.717/65, que mencionam os elementos como aqui destacados.

<sup>89</sup> Bandeira de Mello (2012, p. 435) entende, contrariamente a opinião que pacificamente prevalece na jurisprudência e doutrina brasileiras, que pode haver certa discricionariedade quanto a finalidade. Mesmo considerando que o fim do ato administrativo é sempre o interesse público, defende que na maior parte das

limites traçados na lei, se a Administração ultrapassar esses limites, a decisão será considerada contrária à lei e por isso arbitrária. (PIETRO, 2012, p. 218 – 219)

No Estado de Direito a Administração só pode agir em obediência à lei e com o objetivo de cumprir a finalidade descrita na norma. Os atos administrativos que não se conformem com a lei, poderão ser declarados nulos pelo judiciário.

A Constituição Federal prevê no art. 5º, XXXV, que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Conforme Bandeira de Mello (2012, p. 124), isto significa dizer que nenhuma contenda entre Administração e administrado poderá ser excluída da apreciação do Poder Judiciário que, no Brasil, detêm a universalidade da jurisdição, quer no que respeita à legalidade ou à consonância das condutas públicas com atos normativos infralegais, quer no que atina à constitucionalidade delas.

Em face à Administração Pública, o Poder Judiciário detêm as prerrogativas de anular os atos inválidos, impor os comportamentos a que ela esteja por direito obrigada e de proferir e lhe impor condenações pecuniárias (MELLO, C. A. B., 2012).

### **3.3.2 Lei nº 9.784/99 - Lei do Processo Administrativo**

A Lei nº 9.784/99 disciplina, de forma genérica, o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Conforme descrito em seu art. 1º, esta lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

O art. 45 da referida lei foi o fundamento jurídico utilizado pelo MEC/SERES para aplicar a medida cautelar de redução proporcional de vagas dos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC, fazendo-se necessária, por isto, sua análise. Consideraremos ainda o artigo 69 desta lei, pois também traz significativa contribuição ao deslinde de nosso estudo.

O art. 45 da Lei nº 9.784/99 dispõe que em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado. É este artigo que positiva o poder geral da cautela da Administração Pública. O poder geral de cautela estabelecido pelo art. 798 do Código de

---

vezes a apreciação do que é interesse público depende de certa medida, de uma apreciação subjetiva, ou seja, de uma investigação insuscetível de se reduzir a uma objetividade absoluta.



Processo Civil é o mesmo que repercute nos processos administrativos e encontra respaldo no art. 45 da Lei nº 9.784/99.

Conforme exposto no capítulo 2, há medidas cautelares típicas e atípicas. As típicas ou nominadas são as medidas previstas e regulamentadas expressamente na lei. Enquanto as atípicas ou inominadas são as que não estão previstas no ordenamento jurídico, mas podem ser decretadas para afastar a ocorrência de prejuízo ao processo principal. Por óbvio, não seria possível ao legislador prever todas as situações fáticas e casos concretos que colocariam em risco a efetividade do processo e justificariam a intervenção imediata do juiz, motivo pelo qual o art. 798 do Código de Processo Civil possibilitou ao magistrado que, além dos procedimentos cautelares específicos, pudesse determinar as medidas de segurança provisórias que julgasse necessárias aos casos não especificados. Esse poder de criar providências de segurança, que não estejam arroladas na legislação, recebe o nome de *poder geral de cautela*, e foi deferido também à Administração Pública, por meio do art. art. 45 da Lei nº 9.784/99.

O poder geral de cautela deve ser exercido de forma subsidiária e complementar, uma vez que atenderá somente às situações para as quais não haja medidas cautelares típicas, pelo que, segundo Câmara (2010), havendo medida cautelar típica adequada para o caso concreto, não poderá o juiz conceder medida cautelar atípica. Por este motivo, de acordo com o mesmo autor, os requisitos para a concessão de uma medida cautelar atípica são: ausência de medida cautelar típica que se revele adequada para a hipótese deduzida, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

No caso da Lei nº 9.784/99 a subsidiariedade não se reserva somente ao poder geral de cautela, mas a todo conteúdo da lei. É esta conclusão que se extrai de seu art. 69 que estabelece que os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos Lei nº 9.784/99. Ou seja, a Lei nº 9.784/99 somente será aplicada aos processos para os quais não haja norma processual específica.

Prevalece para a Lei nº 9.784/99 a regra disposta no art. 2º, § 2º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/42), que prevê que a lei especial tem aplicação prioritária e que a lei geral tem aplicação subsidiária no que couber e não a contrariar a lei específica.

### 3.3.3 A correlação das normas educacionais com as normas de Direito Administrativo

A supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade dos interesses públicos, princípios que embasam o regime jurídico-administrativo, possibilitam uma atuação diferenciada e ampla à Administração, o que tem reflexos nas atividades educacionais públicas e privadas.

A atividade educacional é função pública, mas não é privativa do Estado, conforme evidenciam os arts. 205 e 206, III da Constituição Federal. Neste sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), na ADI 1.226:

Os serviços de educação, seja os prestados pelo Estado, seja os prestados por particulares, configuram serviço público não privativo, podendo ser prestados pelo setor privado independentemente de concessão, permissão ou autorização. Tratando-se de serviço público, incumbe às entidades educacionais particulares, na sua prestação, rigorosamente acatar as normas gerais de educação nacional e as dispostas pelo Estado-membro, no exercício de competência legislativa suplementar (§ 2º do art. 24 da Constituição do Brasil). (ADI 1.266, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 6-4-2005, Plenário, *DJ* de 23-9-2005)

O exercício de função pública de forma não exclusiva, com a colaboração da sociedade e de entidades privadas, conferem à educação tratamento especial, com importantes consequências práticas. Conforme explica Ranieri (2000, p. 131) a correlação de normas educacionais com o Direito Público resulta nas seguintes consequências:

a) a especificidade da matéria legal educacional permite tratamento jurídico menos rígido das formas e processos, privilegiando a atividade e a garantia do direito individual; b) a prestação sob o regime do Direito Privado não elide a incidência dos princípios constitucionais especiais (CF, art. 206); c) a natureza pública da atividade educacional, na esfera privada, determina a derrogação parcial de prerrogativas inerentes ao regime privatístico por normas de direito público, dada a prevalência da finalidade pública sobre o interesse particular, muito embora, em tese, o interesse público e interesse particular se confundam em face dos fins da atividade educacional.

A prestação de serviços de natureza pública por entidades privadas submete-as ao controle do Estado, a interpretação especializada de suas normas, a derrogação parcial das normas do regime privado por normas de direito público, quando necessário à proteção da finalidade pública e à manutenção da prevalência do interesse público sobre o privado, além de não elidir a incidência dos princípios constitucionais especiais nos arts. 206 e 209. Entretanto, eventual interpretação especializada que pode se dar às normas educacionais e à

derrogação de normas de regime privatístico por normas de direito público, deve se dar nos estritos limites da lei. Na lei sempre se encontrarão os limites de atuação da Administração Pública. (RANIERI, 2000)

No que concerne à Administração Pública, parece haver um alargamento do princípio da legalidade em direção ao “princípio da juridicidade”, que seria dizer, sem abrir mão do princípio da precedência da lei (que impede que a Administração atue contra a lei) nem o da reserva da lei (que impede que a Administração se conduza fora da lei), que a Administração tem diferentes graus de subordinação à lei, sem que haja fórmulas muito rígidas para ela. Há doutrinadores, como Eisenmann, que defendem que a aplicação do princípio da legalidade, no que respeita a atuação da Administração Pública, deve se dar por meio de uma relação expressa na exigência de “não contradição” à legislação, mais ampla do que a exigência de “não contrariedade”. Estes fatos ficariam demonstrados no Brasil, por exemplo, pela introdução do princípio da eficiência dentre os princípios informadores da Administração Pública que, associado ao princípio da razoabilidade, permite interpretações mais substanciais e menos formais do regime jurídico administrativo. (RANIERI, 2000)

Segundo Ranieri (2000), as atribuições da Administração Pública vinculadas ao princípio da eficiência, descrito no art. 37<sup>90</sup> da CF, promove a emergência de um Estado regulador forte, que se volta mais ao controle de resultados que ao controle de processos. Antes da edição da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 98, a eficiência não poderia prevalecer sobre o princípio da legalidade, mas a inserção do princípio da eficiência no caput do art. 37 redimensionou todos os demais princípios inerentes à atuação da Administração Pública, sendo que todas as ações do Administrador, devem prestigiar, concomitantemente, todos os princípios elencados no artigo citado.

O “alargamento” do princípio da legalidade e à ampliação da capacidade normativa do Poder Executivo, de acordo com Ranieri (2000), altera qualitativamente as relações da Administração com os particulares, com a diminuição de direitos subjetivos, o que implica na previsão novas formas de garantir os direitos dos particulares, além da tradicional reserva legal, como a criação da Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), por exemplo, que tem como fito à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

---

<sup>90</sup> Art. 37 Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”

Mesmo a considerar as prerrogativas da Administração Pública, Ranieri (2000) esclarece que, a derrogação do regime privado pelo interesse público não justifica, a adoção de procedimentos administrativos *contra legem* ou *praeter legem*, sob qualquer pretexto, uma vez que não há *interesse público* a cargo do Administrador a não se os que a lei defina expressa ou implicitamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção nos capítulos anteriores foi a de expor e analisar as normas correlacionadas com a medida cautelar de redução proporcional de vagas aplicada, no ano de 2011, aos Cursos de Graduação em Direito com resultado insatisfatório no CPC, para concluirmos pela coerência ou divergência entre o disposto no sistema normativo e a atuação prática do Ministério da Educação.

O procedimento adotado pelo MEC/SERES para a aplicação da medida cautelar de redução de vagas dos cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC, em resumo, foi o seguinte: Após a divulgação do Conceito Preliminar de Curso, por meio do Despacho nº 7/2011, a SERES/MEC determinou a redução do número de vagas dos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no referido indicador de qualidade, em percentual inversamente proporcional ao CPC contínuo. A medida cautelar de redução de vagas foi aplicada antes da visita *in loco* e, portanto, antes da atribuição do Conceito de Curso e sem que houvesse protocolo de compromisso celebrado. Antes da aplicação da medida cautelar as IES não foram instadas a se manifestar, não foi celebrado termo de saneamento de deficiências e não foi instaurado processo administrativo. Foi aberto prazo para recurso administrativo, sem efeito suspensivo, e determinado às IES que protocolizassem seus pedidos de renovação de reconhecimento, para fins de posterior visita *in loco*. O fundamento jurídico utilizado para aplicação da medida cautelar, sem a prévia manifestação das IES, foi o poder geral de cautela disposto no art. 45 da Lei nº 9.784/99, que pode ser utilizado pela Administração Pública para afastar o risco iminente.

Vista a forma de atuação do MEC/SERES, passaremos a cotejá-la com as condicionantes teóricas e normativas a que se submetem as medidas cautelares, utilizando a mesma ordem expositiva dos capítulos, ou seja, primeiro à vista das normas educacionais, depois da teoria geral do processo cautelar e após do direito administrativo.

### **1) A medida cautelar à luz das normas educacionais**

Da análise das normas educacionais, quer individualmente, quer de maneira sistêmica, verifica-se a dissonância entre o procedimento sugerido pelas normativas e o procedimento utilizado pelo MEC/SERES na aplicação das medidas cautelares de redução proporcional aos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC.

O regramento educacional, analisado sistematicamente, prevê com minúcias o procedimento avaliativo que deve ser adotado para os cursos com resultado insatisfatório no CPC, conforme se detalhou no capítulo 2. Segundo as normativas educacionais, para aplicação de uma medida cautelar de inadmissão de novos alunos deveria haver protocolo de compromisso em curso que, por sua vez, deveria ser precedido de avaliação *in loco* (onde fosse atribuído Conceito de Curso insatisfatório) e de contraditório. Portanto, a medida cautelar de redução de vagas baseada no CPC insatisfatório, não se harmoniza com as etapas estabelecidas nas normas educacionais para o processo regular de avaliação de curso, visto que foi aplicada antes da visita *in loco*, antes da atribuição do Conceito de Curso, antes da celebração de protocolo de compromisso e sem que fosse exercido o contraditório.

Percebemos ainda que a obtenção do CPC insatisfatório poderia desencadear um processo de supervisão especial, onde haveria de se realizar a notificação da IES, aguardar sua manifestação, celebrar um termo de saneamento de Deficiências, para então aplicar-se medida cautelar, o que também não ocorreu.

Verificamos que as normativas possibilitam a aplicação de medidas cautelares de inadmissão de novos alunos, reservadas a três hipóteses: instituições ou cursos irregulares<sup>91</sup>, que estejam atuando sem a devida autorização do MEC; processos de supervisão<sup>92</sup>, quando houver sido celebrado termo de saneamento de deficiências e durante seu decurso; e na vigência de protocolo de compromisso<sup>93</sup>, firmado por força de resultados insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação. Não há previsão nas normativas educacionais para aplicação de medida cautelar de redução proporcional de vagas a partir de CPC insatisfatório.

Ao teor das Portarias Normativas MEC nº 40/2007<sup>94</sup> e nº 4/2008<sup>95</sup>, percebemos que o CPC não está sendo utilizado para os fins que fora idealizado, ou seja, como um critério de triagem para a dispensa ou não da visita *in loco* e orientação das atividades da comissão de avaliação *in loco*<sup>96</sup>. Ante a lógica do sistema de avaliação de cursos exposta nas normativas educacionais verifica-se que, na prática, a utilização do CPC está sendo alterada e ampliada. Está sendo atribuído ao *indicador de qualidade* - status de *Conceito de Curso*, sem que haja, contudo, o regular processo de avaliação.

<sup>91</sup> Art. 11, § 3º, do Decreto nº 5.773/2006.

<sup>92</sup> Art. 48, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006.

<sup>93</sup> Art. 61, § 2º, do Decreto nº 5.773/2006 e art. 36, § 4º da Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

<sup>94</sup> Arts. 17-J; 33-A; 33-C, parágrafo único, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

<sup>95</sup> Revogada pela Portaria Normativa nº 40/2007, quando das alterações trazidas pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010.

<sup>96</sup> Art. 17-J e Art. 33-C, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

A análise das normativas educacionais e dos documentos oficiais do Ministério da Educação e seus órgãos revelaram, ainda, um descompasso entre o modelo de avaliação proposto pelo SINAES e algumas *práxis* e normativas do MEC, por exemplo:

- a utilização de um único indicador (ENADE) para a avaliação do estudante, do curso e da instituição e não de uma avaliação sistêmica que reconheça a diversidade, respeite a identidade, a missão e a história das instituições e cursos;

- a utilização de uma mesma métrica e critérios para o cálculo dos indicadores de qualidade para faculdades, centros universitários e universidades, o que não considera a identidade, a diversidade e concepções pedagógicas distintas de instituições e cursos;

- a utilização de *indicadores de qualidade* e não de *conceitos de qualidade* como aptos para subsidiar processos de regulação e a supervisão;

- a obrigatoriedade de visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento para avaliação de curso, dispensada pela obtenção de resultados satisfatórios nos indicadores de qualidade;

- a prevalência da avaliação regulatória em detrimento da emancipatória, não sendo praticado o “*mix*” de modelos avaliativos sugerido pelo SINAES.

Considerando que a avaliação ocupa lugar central na Educação Superior e é uma política de Estado que tem o intuito de subsidiar ações que repercutem sobre todo o sistema federal de ensino, deve se refletir sobre a redefinição e inaplicação prática SINAES. A mudança de ênfase do SINAES e da concepção de avaliação pode representar um retrocesso ético-epistemológico na forma de conceber e implementar a avaliação como política pública<sup>97</sup>.

Não pretendemos aqui apontar qual seja o modelo de avaliação adequado para a Educação Superior, mas, ante as divergências destacadas, devemos refletir acerca da utilização “mitigada” do SINAES e das consequências que isto pode ocasionar em termos de definição e implementação de políticas públicas para a Educação Superior.

---

<sup>97</sup> Neste sentido ver Sordi (2010).

## 2) A medida cautelar à luz da teoria geral do processo cautelar

À luz da teoria geral do processo cautelar, analisamos a medida cautelar sob quatro aspectos: a *finalidade* da providência; a *natureza* da tutela de urgência; os *requisitos* necessários à sua concessão e à *subsidiariedade* do exercício do poder geral de cautela.

No que se refere à *finalidade* da medida cautelar de redução proporcional de vagas, observamos de que forma ela poderia contribuir para a conservação do resultado útil do processo de regulação, que se desencadeou pela atribuição do CPC insatisfatório. Analisamos o que poderia se perder com o decurso do tempo que deveria ser preservado pela cautelar e que não poderia aguardar a visita *in loco*, a atribuição do Conceito de Curso, a celebração do protocolo de compromisso ou, até mesmo, a decisão final do processo regulatório.

No Despacho nº 7/2011 MEC/SERES e a Nota Técnica nº 13/2011-COREG/DESUP/SERES/MEC, está expresso que:

- a finalidade da cautelar seria proteger alunos de serem educados em cursos com baixo desempenho acadêmico, preservando a qualidade média da educação em Direito e permitindo às instituições ofertantes oportunidade de aprimorar suas ações;

- a redução de vagas contribuiria para expor menos pessoas a cursos com condições inadequadas para ofertar ensino, visto que os cursos com o CPC insatisfatório pode comprometer de maneira irreversível a formação dos estudantes.

Com relação aos prejuízos que a inaplicabilidade da cautelar poderia causar ao processo de regulação<sup>98</sup> ou ao processo administrativo, propriamente ditos, não há esclarecimentos no Despacho e a Nota Técnica.

Da análise do Despacho nº 7/2011 MEC/SERES e a Nota Técnica nº 13/2011-COREG/DESUP/SERES/MEC, verifica-se que não há demonstração de que a medida cautelar de redução proporcional de vagas, antes da visita *in loco* e da atribuição do Conceito de Curso (que poderia vir a ser satisfatório), contribuiria para que o resultado do processo não fosse comprometido pelo decurso do tempo. Neste sentido, estamos nos fixando exatamente na *finalidade* da cautelar que, segundo Câmara (2010), não se presta a realizar o *direito*

---

<sup>98</sup> O processo de regulação deverá ser iniciado por determinação do art. 35-C da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 e também pela disposição constante do Despacho nº 7/2011/SERES/MEC, que dispõem que os cursos com CPC insatisfatório deverão protocolizar pedido de renovação de reconhecimento.



*substantial* afirmado (no caso o direito à qualidade) e sim para assegurar a eficácia da decisão futura.

A finalidade da cautelar exposta no Despacho nº 7/2011 SERES/MEC e na Nota Técnica nº 13/2011-COREG/DESUP/SERES/MEC, seria a busca de efetivação de qualidade supostamente não existente e que poderia comprometer a formação dos alunos. Estes documentos descrevem a medida cautelar como “um esforço de recuperação educativa” e “oportunidade de aprimorar ações”, demonstrando que a cautelar tem caráter pedagógico e corretivo e por isso sua finalidade não seria a de assegurar a efetividade da decisão exarada no processo de regulação (no caso, renovação de reconhecimento do curso) ou do processo administrativo que, aparentemente, se desencadeou, uma vez que foi aberto prazo de 30 dias, contados da publicação do Despacho, para apresentação de recurso administrativo.

No que se refere à *natureza* do provimento cautelar, considerando que a medida cautelar de redução de vagas antecipou o momento de aplicação de providências acautelatórias que, conforme normativas educacionais, se reservam ao curso do processo de regulação ou supervisão, podemos dizer que houve a *antecipação da tutela* pretendida, se revelando a natureza *satisfativa* da medida. Esta conclusão é ratificada também pelo caráter corretivo/pedagógico da medida cautelar aplicada, que acaba por se confundir com “penalidade”, que se reversaria para o decurso ou para o final do processo avaliativo da instituição ou curso<sup>99</sup>.

O descrito no Despacho nº 7/2011 SERES/MEC e na Nota Técnica nº 13/2011-COREG/DESUP/SERES/MEC, aliado à supressão de Financiamento Estudantil (FIES) dos Cursos com CPC insatisfatório<sup>100</sup>, indicam que a natureza da medida cautelar extrapola o caráter *conservativo* e atinge patamar *punitivo*, satisfazendo antecipadamente, mesmo que em parte, os efeitos que estariam reservados ao curso ou ao final do processo de avaliação.

Portanto, no caso em análise, não estamos diante de uma tutela cautelar, mas diante de uma tutela antecipada. Conforme Freitas Mello (2003), as medidas cautelares servem para assegurar a eficácia útil de decisão vindoura e não para antecipar diretamente no

<sup>99</sup> Conforme art. 10, § 2º da Lei nº 10.861/2004, o resultado insatisfatório nas avaliações de instituições ou cursos podem resultar nas seguintes penalidades: I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

<sup>100</sup> Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010 e Lei nº 10.260/2001, art. 1º, § 2º alterado pela Lei nº 12.202/2010.

plano substancial o efeito da decisão e que, mesmo havendo características comuns, a tutela antecipatória e a tutela cautelar são diferentes.

Não poderíamos dizer que se trata de medida cautelar *satisfativa*. Como já existe regramento que contempla o instituto de antecipação de tutela (art. 273, do Código de Processo Civil) não se justificaria a utilização do termo *medida cautelar* ou *medida cautelar satisfativa*, para nos referirmos ao instituto da tutela antecipada. “As *medidas satisfativas* por anterioridade não são, sob nenhum ponto de vista, *medidas cautelares*, motivo pelo qual não há razoabilidade em chamar de *cautelar satisfativa* providência que de cautelar só tem o nome (FREITAS MELLO, 2002, p. 409).”

Os *requisitos* necessários para aplicação de um provimento cautelar, tanto na esfera jurisdicional como na administrativa, são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso apreço, para justificar a adoção da medida cautelar de redução de vagas, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), apresentou como *fumus boni iuris* a defesa do interesse público e da qualidade na educação e como *periculum in mora* a possibilidade ou fundado receio da ocorrência de lesão irreparável ou de difícil reparação da coletividade representada pelos alunos e possíveis ingressantes nos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC, que correm o risco de na sequencia lógica do processo de regulação não apresentarem CC satisfatório ou não sanarem as deficiências em eventual protocolo de compromisso, tendo assim sua oferta encerrada. (MEC/SERESa, 2011)

O CPC, na concepção das Portarias Normativas MEC nº 40/2007 e nº 4/2008<sup>101</sup>, é uma avaliação prévia, preliminar, para fins de determinar se a visita *in loco* ocorrerá ou não. Segundo o disposto nas referidas Portarias, a medida cautelar é precedida de um protocolo de compromisso, que só será firmado se na visita *in loco* e lhe for atribuído Conceito de Curso insatisfatório. A visita *in loco* manterá ou alterará o CPC, que será substituído pelo Conceito de Curso (CC). Ante ao disposto na Portaria Normativa MEC nº 40/2007, a *cautelaridade* reserva-se a momento posterior à visita *in loco* para que sejam averiguadas e confirmadas, primeiro, as reais condições de oferta do curso, o que determinará a suspensão cautelar de admissão de novos alunos. O § 4º, do art. 36 da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, não

<sup>101</sup> A Portaria Normativa MEC nº 4/2008, foi revogada na “republicação” da Portaria Normativa nº 40/2007, em dezembro de 2010. Fazemos aqui menção a ela por ser sido o documento que primeiro regulamentou o Conceito Preliminar de Curso.

estabelece a medida cautelar como obrigatória, mas como facultativa, reservando-se aos casos extremos, quando se revelar necessária a evitar prejuízos aos novos alunos.

Segundo as normativas educacionais, o resultado trazido pelo CPC é um “indicativo” preliminar da qualidade do curso e por isso carece de averiguação e confirmação *in loco* para ser tido como fático e preciso. Somente se o CPC insatisfatório for confirmado por meio da atribuição de um Conceito de Curso também insatisfatório poderá ser aplicada uma medida cautelar de inadmissão de novos alunos. Desta maneira, segundo a Portaria Normativa MEC nº 40/2007, somente haveria *fumus boni iuris*, após a visita *in loco* e atribuição do Conceito de Curso, pois antes disto a prova de falta de qualidade seria tão frágil, tão duvidosa, que não se prestaria a configurá-lo.

Além disso, se considerarmos a redução de vagas como um provimento de natureza *satisfativa*, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* não seriam suficientes à sua aplicação havendo de se observar os requisitos descritos no art. 273 do Código de Processo Civil, ou seja, a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o dano irreparável ou de difícil reparação ou; a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e a caracterização de abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório.

Não se pode formular pretensão de antecipar efeitos do julgamento de mérito, em sede de ação cautelar, porque isto ensejaria à parte obter a tutela excepcional do art. 273 do CPC, sem se submeter às suas exigências e condicionamentos típicos, o que significaria fraudar o art. 273 do Código de Processo Civil que, para satisfazer antecipadamente, supõe cognição em nível mais aprofundado, pois exige *verossimilhança* construída sobre *prova inequívoca*. (Watanabe, 1996 *apud* Theodoro Júnior, 2012, p. 693)

No que se refere ao *periculum in mora* há de se considerar que a medida cautelar aplicada não afastou o risco de dano de toda a coletividade, mas somente de uma parte dela. A medida cautelar aplicada foi de “redução proporcional de vagas” e não de “suspensão preventiva de admissão de novos alunos”. Há aqui um contrassenso quanto o risco iminente, pois se a deficiência de qualidade é grave, a ponto de recomendar a intervenção imediata do Estado sem a manifestação prévia da parte contrária, a vedação de ingresso de novos estudantes deveria ser integral e não parcial. É importante destacar que as normativas educacionais não fazem menção à “redução parcial de vagas”. As normativas educacionais sugerem que quando a deficiência de qualidade for grave a ponto de demandar medida cautelar ou mesmo a aplicação de penalidades, todos os alunos do curso em questão devem

ser protegidos do eventual prejuízo. É esta a conclusão que se extrai da leitura conjunta do art. 46, § 1º da LDB, art. 10, § 2º da Lei nº 10.861/2004; arts. 11, § 3º; 48, § 4º; 61, § 2º, do Decreto nº 5.773/2006 e art. 36, § 4º da Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

Quanto à *subsidiariedade* do poder geral de cautela, verificamos que admitir o exercício do poder geral de cautela, e a consequente aplicação de uma medida cautelar atípica, é admitir que não existe no ordenamento jurídico prestação que socorra o caso concreto adequadamente, ou seja, é dizer que não há no sistema previsão de medida cautelar específica capaz de evitar, antes da solução da lide, o dano irreparável.

O poder geral de cautela estabelecido pelo art. 798 do Código de Processo Civil é o mesmo que repercute nos processos administrativos e encontra respaldo no art. 45 da Lei nº 9.784/99, fundamento utilizado para aplicação da medida cautelar de redução de vagas dos Cursos de Direito com CPC insatisfatório.

Há vasta normatização que contempla os processos de avaliação, regulação e supervisão da Educação Superior, contemple foi especificado. No que se refere aos cursos com CPC insatisfatório, os arts. 35-C<sup>102</sup> e 36<sup>103</sup> da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, descrevem os procedimentos que lhe são aplicáveis, havendo previsão no § 4º, do art. 36, da medida cautelar de inadmissão de novos alunos para os casos em que o CPC insatisfatório for

---

<sup>102</sup> Art. 35-C Os cursos com CPC insatisfatório e as instituições com IGC insatisfatório em qualquer dos anos do ciclo deverão requerer renovação de reconhecimento ou credenciamento, respectivamente, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação do indicador, na forma do art. 34, instruído com os seguintes documentos: I - plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva do curso ou instituição, em prazo não superior a um ano, aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; II - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco, ressalvadas as hipóteses legais de isenção. § 1º Não recolhida a taxa de avaliação in loco ou não preenchido o formulário eletrônico de avaliação no prazo regulamentar, o CC ou CI reproduzirá o valor do CPC ou IGC insatisfatório, respectivamente, adotando-se o procedimento descrito no art. 34, § 9º. § 2º Realizada avaliação in loco, será expedido o CC ou CI, informado à instituição por meio do sistema eletrônico, com a possibilidade de impugnação, na forma do art. 16.

<sup>103</sup> Art. 36. Na hipótese de CC ou CI insatisfatório, esgotado o recurso cabível, em até 30 (trinta) dias da notificação deverá ser apresentado à Secretaria competente protocolo de compromisso, aprovado pela CPA da instituição, cuja execução deverá ter início imediatamente. § 1º A Secretaria competente poderá se manifestar sobre o protocolo de compromisso e validar seu prazo e condições ou determinar alterações, considerando o relatório da Comissão de Avaliação ou outros elementos de instrução relevantes. § 2º Não havendo manifestação da Secretaria, presumem-se aceitas as condições fixadas no protocolo de compromisso, cujo resultado será verificado na reavaliação in loco prevista no art. 37. § 3º A celebração do protocolo de compromisso suspende o processo de credenciamento ou de renovação de reconhecimento em tramitação. § 4º Na vigência de protocolo de compromisso poderá ser suspensa, cautelarmente, a admissão de novos alunos, dependendo da gravidade das deficiências, nos termos do no art. 61, § 2º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a fim de evitar prejuízo aos alunos. § 5º [revogado] § 6º Na hipótese da medida cautelar, caberá recurso, sem efeito suspensivo, à CES/CNE, em instância única e irrecurável, no prazo de 30 dias. § 7º O recurso será recebido pela Secretaria competente, que, em vista das razões apresentadas, poderá reconsiderar a decisão, no todo ou em parte.

confirmado pela atribuição de Conceito de Curso também insatisfatório e por isso for celebrado protocolo de compromisso.

Portanto, no caso em estudo a *subsidiariedade* do poder geral de cautela não foi observada. Isto porque, não estamos diante de um caso para o qual não haja previsão no ordenamento jurídico que justifique o exercício deste poder de amplas dimensões. A medida cautelar atípica, com fulcro no art. 45 da Lei nº 9.784/99, não poderia ser aplicada pelo simples motivo de que a providência típica e adequada para o caso concreto já existe e está inscrita na Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Admitir a aplicação irrestrita do poder geral de cautela afrontaria a garantia do devido processo legal, ante a possibilidade de criação de parâmetros novos e graves que substituíam os já existentes. Quanto às medidas cautelares atípicas e sua utilização, é importante contribuição de Marques (2003, p. 412 – 413):

Sendo atípicas, essas medidas gerais e inominadas apresentam variado e imprevisível conteúdo. Seus parâmetros são o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, como pressupostos indeclináveis das medidas atípicas e as garantias do devido processo legal, como limite ao poder cautelar, uma vez que as exigências da tutela, celeridade ou urgência não podem causar dano ou gravame, indevidamente, às partes. As antecipações cautelares não podem criar riscos novos e graves para o litigante que lhes sofre os efeitos, pois, se isto fosse permitido, se acabaria substituindo o *periculum in mora* por outro *periculum in mora*.

O poder geral de cautela não se propõe ao abandono da normatividade para fins de *inovação* do ordenamento jurídico. A determinação irrestrita de medidas cautelares atípicas, sem observância dos limites traçados na lei, poderia culminar no extremo de sua utilização para justificar arbitrariedades e para apresentar soluções diferentes daquelas já determinadas pela legislação. Conforme Theodoro Júnior (2012), a outorga deste poder apenas possibilita escolhas ou opções dentro dos limites traçados pela lei e não significa um *bill* para desvencilhar o julgador dos princípios e parâmetros que serviram de fundamento à própria outorga de medida cautelar atípica.

### **3) A medida cautelar à luz das normas gerais de Direito Administrativo**

É cediço, no caso de IES particulares, que a natureza pública da atividade educacional pode determinar a derrogação parcial de prerrogativas inerentes ao regime privado, dada à prevalência do interesse público. É fato que a Administração Pública dispõe de poderes que lhe asseguram supremacia sobre o particular, sem os quais ela não atingiria seus fins. No entanto, no Estado de Direito, que tem como postulado básico o princípio da

legalidade, os poderes da Administração Pública são limitados pela lei, de forma a impedir abusos e arbitrariedades.

Nos termos do que dispõe o art. 37 da Constituição Federal e o 2º da Lei nº 9.784/99, que disciplina os processos administrativos, a Administração Pública está adstrita a observância do princípio da legalidade.

O Estado de Direito trouxe o governo das leis e o princípio da legalidade é de completa submissão da administração a elas. A expressão *legalidade* deve ser entendida, portanto, como conformidade à lei e, sucessivamente, às subsequentes normas que, com base nela, a Administração expeça para regular mais estritamente sua própria discricção. O princípio da legalidade resume a determinação de que a Administração nada pode fazer senão o que a lei antecipadamente autorize ou determine, ao contrário dos particulares que podem fazer tudo o que a lei não proíbe. (MELLO, C. A. B., 2012)

Segundo o art. 209 da Constituição Federal e o art. 7º da LDB a atuação da Administração Pública no âmbito educacional superior ficará circunscrito às *normas gerais da educação nacional* e ao controle de qualidade do ensino superior expresso por meio dos atos de autorização e avaliação.

Explicitadas nos capítulos 1 e 3 as principais normas inerentes à avaliação, a regulação e a supervisão da Educação Superior, pode se dizer que a atuação do MEC/SERES, na aplicação das medidas cautelares de redução de vagas aos Cursos de Direito com resultado insatisfatório no CPC, não observou as normas gerais da educação nacional e consequentemente o princípio da legalidade.

Como as normas referentes aos processos de avaliação, regulação e supervisão estão todas dispostas na LDB, na Lei do SINAES, no Decreto nº 5.773/2006 e na Portaria Normativa MEC nº 40/2007 e não deixam dúvidas quanto aos requisitos e ao modo de aplicação da medida cautelar em estudo, não haveria margem para exercício de discricionariedade administrativa, ou seja, não haveria margem de liberdade de decisão ao MEC/SERES diante do caso concreto, de modo que ele pudesse optar dentre várias soluções possíveis e válidas perante o direito. As leis, o Decreto e as normas infralegais não deixaram opções/espacos para apreciação de oportunidade e conveniência pela Administração, uma vez que já houve a completa especificação dos moldes de ação do MEC e seus órgãos de apoio.

Conforme ratifica Bandeira de Mello (2012, p. 980), “discrecionariedade só existe nas hipóteses em que, perante situação vertente, seja impossível reconhecer de maneira pacífica e incontrovertível qual a solução idônea para cumprir excelentemente a finalidade legal.”

Considerada a impossibilidade de exercício de poder discricionário, restaria ao MEC/SERES à atuação vinculada aos dispositivos normativos educacionais quanto a aplicação de medidas cautelares.

Ainda que houvesse discordância sobre se tratar ou não de um ato discricionário, a conveniência e a oportunidade decorrem da própria vontade da lei, que nos processos avaliativos da educação superior não deixam restar dúvidas quanto ao momento e as hipóteses em que se facultam as medidas cautelares.

Mesmo considerando que o sistema federal de ensino superior e a avaliação de sua qualidade são altamente complexos e que podem exigir medidas que possibilitem a eficiência<sup>104</sup> da Administração Pública na busca da qualidade, este princípio deve ser analisado em consonância com os demais princípios dispostos no art. 37 da Constituição Federal<sup>105</sup>.

Segundo o Ministro do STF, Marco Aurélio Melo (STF, 2005), os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal, devem nortear as atividades da Administração Pública de forma a conduzirem à segurança jurídica<sup>106</sup>.

O princípio da eficiência deve ser concebido em intimidade com o princípio da legalidade. A busca de eficiência não pode ser utilizada de forma a justificar a postergação do dever administrativo e nem para suscitar o errôneo entendimento de que em nome da

---

<sup>104</sup> Segundo Medauar (2011, p. 137), “o princípio da eficiência determina que a Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população. Eficiência contrapõem-se a lentidão, descaso, negligência, a omissão”.

<sup>105</sup> Art. 37 da Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

<sup>106</sup> “A administração pública é norteadada por princípios conducentes à segurança jurídica – da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. A variação de enfoques, seja qual for a justificativa, não se coaduna com os citados princípios, sob pena de grassar a insegurança.” (MS 24.872, voto do Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 30-6-2005, Plenário, *DJ* de 30-9-2005.)

eficiência a legalidade pode ser sacrificada, advertem Bandeira de Mello (2012) e Medauar (2011).

Assim, a busca pela preservação das diretrizes de qualidade previstas na Constituição Federal, na LDB e na Lei do SINAES, deve acontecer. Contudo, a consecução deste objetivo deve guardar respeito às normas pré-estabelecidas de maneira a prestigiar o Estado de Direito, a legalidade, a segurança jurídica, a lealdade e a boa-fé.

O princípio da segurança jurídica agasalha os conceitos de certeza e estabilidade. Segundo Bandeira de Mello (2012), a ordem jurídica corresponde a um quadro normativo proposto exatamente para que as pessoas possam se orientar, sabendo de antemão o que devem ou não fazer, tendo em vista as possíveis consequências imputáveis a seus atos. O Direito propõe-se a ensejar certa estabilidade, um mínimo de certeza na regência da vida social. Daí o chamado princípio da segurança jurídica, o qual bem por isso, se não for o mais importante dos princípios gerais de Direito, está entre os mais importantes.

Por força deste princípio (conjugadamente com os da presunção de legitimidade dos atos administrativos e da lealdade e boa-fé), firmou-se o correto entendimento de que orientações firmadas pela Administração em dada Matéria não podem, sem prévia e pública notícia, ser modificadas em casos concretos para fins de sancionar, agravar a situação dos administrados ou denegar-lhes pretensões, de tal sorte que só se aplicam aos casos ocorridos depois de tal notícia (MELLO C. A. B., 2012, p. 128).

O princípio da moralidade administrativa encerra a obrigação que a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade com princípios éticos, motivo pelo qual, compreendem-se em seu âmbito os princípios da lealdade e boa-fé. Segundo a lealdade e a boa-fé a administração terá de agir em relação a seus administrados com honestidade, sendo-lhe vedado comportamento que inoportuno que possa confundir, enganar, dificultar ou minimizar direitos dos administrados.

Bandeira de Mello (2012) explica que, por força dos princípios da lealdade e boa-fé, consolidou-se o entendimento de que orientações firmadas pela Administração em dada matéria não podem, sem prévia e pública notícia, ser modificadas em casos concretos para fins de sancionar, agravar situação dos administrados ou denegar-lhes pretensões, de tal sorte que só se aplicam aos casos ocorridos depois de tal notícia.

Desta maneira, a não observância das normativas educacionais e a determinação de medida cautelar em momento e condições distintas daquelas estabelecidas pelo legislativo



e pelo próprio Ministério da Educação, demonstra divergência com o Estado de Direito e, pelo menos, com os princípios da legalidade, moralidade e segurança jurídica.

No que tange a Lei do Processo Administrativo (lei nº 9.784/99) e da utilização de seu art. 45 para justificar a aplicação de medida cautelar de redução de vagas, há de se considerar *o caráter subsidiário* do poder geral de cautela e da Lei nº 9.784/99.

Para os processos administrativos o poder geral de cautela, que é o poder que tem o administrador de determinar providências acauteladoras que não estejam arroladas na legislação, está estabelecido no art. 45 da Lei nº 9.784/99, fundamento utilizado para aplicação da medida cautelar de redução de vagas dos Cursos de Direito com CPC insatisfatório. Para o regular exercício do poder geral de cautela, que possibilita a aplicação de medidas cautelares atípicas, verificamos segundo Câmara (2010) que é necessária a ausência de medida cautelar típica que se revele adequada para a hipótese deduzida. Isto porque, o poder geral de cautela se destina a complementar o sistema, de maneira a evitar que fiquem carentes de proteção àquelas situações para as quais não se previu qualquer medida cautelar típica.

Corroborando o que foi exposto à luz da teoria geral do processo, entendemos que a utilização do art. 45 da Lei nº 9.784/99, ou seja, do poder geral de cautela da Administração Pública, se reserva a hipóteses excepcionais e para as quais não haja previsão no ordenamento jurídico, com estrita observância a seu caráter subsidiário e complementar. A utilização do artigo 45 da Lei nº 9.784/99 para a aplicação de medida cautelar de redução de vagas para cursos com resultado insatisfatório no CPC não nos parece adequada, vez que existe disciplina para a hipótese deduzida, descrita na Lei do SINAES, no Decreto nº 5.773/2006 e na Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Concordar com a utilização irrestrita do art. 45 da Lei nº 9.784/99 seria consentir com a incerteza e insegurança jurídica vez que, sob este fundamento, o *modus operandi* do MEC/SERES poderia ser alterado todas as vezes se entendesse que isto fosse necessário para benefício da qualidade na educação, o que poderia gerar uma situação extrema.

No caso da Lei nº 9.784/99 a subsidiariedade não se reserva somente ao poder geral de cautela, mas a todo conteúdo da lei. O art. 69 é expresso em estabelecer que os preceitos da Lei do Processo Administrativo serão aplicados *subsidiariamente* aos processos administrativos que não tiverem regramento específico. Portanto, os preceitos da Lei nº 9.784/99 não serão aplicados aos processos com disciplina própria, como é o caso da

avaliação, regulação e supervisão da Educação Superior. Os processos de avaliação de instituições e cursos encontram-se disciplinados pela LDB, Lei do SINAES, Decreto nº 5.773/2006 e Portaria Normativa MEC nº 40/2007, pelo que não se justifica a utilização de preceito constante da Lei nº 9.784/99 (especificamente o art. 45) para reger tais processos em detrimento das normativas educacionais.

Enfim, não restam dúvidas que o Estado tem se empenhado na efetivação das diretrizes de qualidade, dispostas na Constituição Federal e na LDB, e tem se articulado para vincular os atos autorizativos das instituições e cursos superiores às avaliações de qualidade, o que é legítimo. O marco legal demonstra com clareza que a avaliação de qualidade deve subsidiar os processos de regulação e supervisão, onde também ficam evidenciadas as várias etapas que compõem o complexo sistema de avaliação da Educação Superior. No entanto, no que se refere às medidas cautelares em estudo, há de se pensar até que ponto os fins justificam ou os meios.

Da análise das normativas educacionais concluímos que, para a manutenção da pretensa qualidade, o CPC tem sido utilizado para fins diversos daqueles para os quais foi idealizado e as medidas cautelares de redução de vagas nele baseadas, para os Cursos de Direito no ano de 2011, não observaram as etapas do processo avaliativo previamente estabelecido. No caso, pode se dizer que as IES foram colhidas de surpresa, vez que a atuação prática do MEC/SERES não se pautou nem nas normas que regem formalmente o processo de regulação e nem o de supervisão. A utilização do CPC insatisfatório para determinar a aplicação de medida cautelar de redução proporcional de vagas não guarda coerência com as normativas educacionais (que devem ser respeitadas, segundo o art. 209 da CF) e nem com o processo regular de avaliação (que deve ser observado, segundo o art. 46 da LDB), o que desencadeia problemas normativos outros, como alguns que suscitamos no âmbito do direito processual civil e do direito administrativo.

O paradoxo que se estabeleceu, entre a atuação do Ministério da Educação e o sistema normativo, merece debate mais amplo e providências efetivas para sua correção. Se o SINAES tem se mostrado inviável operacionalmente, os marcos legais devem ser repensados de forma a refletir a realidade prática e a contribuir para a implementação de uma política pública consistente e transparente para a Educação Superior. Acréscimos ou supressões súbitas no sistema normativo ou seu deliberado descumprimento não privilegiam, sob qualquer pretexto, o Estado de Direito, a legalidade, a moralidade e a segurança jurídica, além

de muitos outros princípios constitucionais que aqui não foram abordados, e propiciam a judicialização das relações entre as IES e o MEC.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Eduardo Diniz. O poder geral de cautela da administração pública. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2801, 3 mar. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18613>>. Acesso em: 9 ago. 2012.

BARREYRO, Gladys; ROTHEN, José. *Política de Avaliação e Regulação da Educação Superior Brasileira*. Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto: Universidade do Porto, 2008, p. 1 - 13. Disponível em: <[http://www.umcpo.com.br/centraldoaluno/arquivos/03\\_03\\_2011\\_129/Politica\\_de\\_avaliacao\\_e\\_regulacao\\_da\\_educacao.pdf](http://www.umcpo.com.br/centraldoaluno/arquivos/03_03_2011_129/Politica_de_avaliacao_e_regulacao_da_educacao.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.690 de 02 de março de 2012*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Brasília. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm#art5)>. Acesso em: 16 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.480 de 16 de maio de 2011*. Brasília. 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm)>. Acesso em: 16 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 9.784/99 de 4 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Brasília. 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del4657.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.861 de 14 abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm)>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em: 14 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999*. Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm)>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm)>. Acesso em 16 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa MEC nº 23 de 10 de dezembro de 2010*. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <[advcovac.wordpress.com/2011/01/06/portaria-normativa-n-...](http://advcovac.wordpress.com/2011/01/06/portaria-normativa-n-...)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa MEC nº 1 de 22 de janeiro de 2010*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/portarias.html>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa MEC nº 12 de 5 de setembro de 2008*. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/51>>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa MEC nº 4 de 5 de agosto de 2008*. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/document/id/16>>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa MEC nº 40 de 12 de dezembro de 2007* (com incorreção no original e republicada em 29 de dezembro de 2010). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação,

avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Portaria Normativa MEC nº 01 de 10 de janeiro de 2007*. Estabelece o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES para o triênio 2007-2009. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/index/busca?pesquisa=Portaria+Normativa+1>>. Acesso em: 16 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA). *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior*. Brasília: MEC/INEP/SESU, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.rothen.pro.br/documentos/sinaes-sistemanacionaldeavaliacao-proposta-70989.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Manual dos Indicadores de Qualidade 2011*. Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinaes*. Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Instrumentos/Downloads*. Brasília, 2012c. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao\\_institucional-instrumentos](http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Instrumentos*. Brasília, 2012d. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-manuais>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Cálculo do Conceito Enade*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 14 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Expansão da Educação Superior e Tecnológica e Profissional*. Brasília: MEC, 2012a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao/>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Supervisão*. Brasília: MEC, 2012b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13384&Itemid=992](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13384&Itemid=992)>. Acesso em: 21 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Supervisão Especial dos Cursos de Direito* - Relatório Parcial. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=368&limitstart=15](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=368&limitstart=15)>. Acesso em: 14 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Despacho nº 7/2011, *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 105, 02 junho 2011a. Seção 1. p. 50/51.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. *Nota Técnica nº13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC*. Brasília: MEC, 1º jun. 2011b.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança. Voto Ministro Marco Aurélio. *MS 24.872-6 Distrito Federal*. Tribunal Pleno. Impetrante: Heloisa Elaine Pigatto. Impetrado: Presidente da República. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 6 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp#resultado>>. Acesso em: 20 de nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Ação Direita de Inconstitucionalidade. Os serviços de educação, seja os prestados pelo Estado, seja os prestados por particulares, configuram serviço público não privativo, podendo ser prestados pelo setor privado independentemente de concessão, permissão ou autorização. Tratando-se de serviço público, incumbe às entidades educacionais particulares, na sua prestação, rigorosamente acatar as normas gerais de educação nacional e as dispostas pelo Estado-membro, no exercício de competência legislativa suplementar (§ 2º do art. 24 da Constituição do Brasil). *ADI 1.266- 5 Bahia*. Tribunal Pleno. Requerente: Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Confenem. Requerido: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 6 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp>>. Acesso em: 15 de nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Reclamação. Reclamação – Antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional em face do poder público (Lei nº 9.497/07, art. 1º) – Outorga de medida cautelar, em sede de ação declaratória de constitucionalidade (ADC – 4DF) – Decisão plenária revestida de eficácia vinculante – interpretação do art. 102, § 2º da Constituição da República – inobservância, por órgão de jurisdição inferior, do efeito vinculante derivado desse julgamento plenário – hipótese legitimadora do uso da reclamação (CF, art. 102, I, L) – Reclamação Procedente. *Reclamação n. 1.770-1 Rio Grande do Norte*. Tribunal Pleno. Reclamante: Estado do Rio Grande do Norte. Reclamado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 29 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em: 15 de nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. 1. Os pressupostos para concessão de tutela antecipada (art. 273 do CPC), não se confundem com o exercício do poder geral de cautela do art. 804 do CPC. 2. Concessão de antecipação para realização de depósito acautelatório. 3. A tutela antecipada é antecipação de efeitos de sentença meritória e exige presença de direito material. 4. Recurso especial conhecido e provido. *Resp 159399/SP*. Segunda Turma. Relatora: Min. Eliana Calmon. Brasília, 23 de maio de 2000. Disponível em:

[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=159399&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=159399&b=ACOR). Acesso em: 12 de nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *A UFRJ - História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=HISTORIA](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA)>. Acesso em: 13 ago. 2012.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O art. 209 da Constituição 20 anos depois. Estratégias do Poder Executivo para efetivação da diretriz da qualidade da educação superior. *Fórum Administrativo – Direito Público*. Ano 9, n. 105 (Dez. 2009). Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 48 a 63.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil – Vol. III*. 16ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

COVAC, José Roberto. Orientação Técnica – Redução de Vagas de Cursos de Direito. *Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular*. Brasília: 16 jun. 2011. Disponível em: [http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/index.php?option=com\\_content&view=article&id=110:orientacao-tecnica-vagas-direito&catid=38:documentosdoforum&Itemid=58](http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=110:orientacao-tecnica-vagas-direito&catid=38:documentosdoforum&Itemid=58) Acesso em: 10 out. 2012.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. *Dicionário de Filosofia*. 3.ed. São Paulo: Papirus, 1999.

ESTADÃO. Estadão.com.br/educação. *Unicamp Decide Participar do ENADE*. 2 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,unicamp-decide-participar-do-enade,560614,0.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

FAGUNDES, Gustavo Monteiro. *A Republicação da Portaria Normativa nº 40/2007*. Brasília: 1º fev. 2011. Disponível em: <<http://www.abmeseduca.com/?p=1468>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Medidas Cautelares de Redução de Vagas e Desconhecimento da PN 40/2007*. Brasília: 31 jan. 2012. Disponível em: <<http://abmeseduca.com/?p=3160>>. Acesso em: 10 out. 2012a.

\_\_\_\_\_. *Arbitrariedades Cometidas pelo MEC no Processo de Avaliação da IES*. Brasília: 26 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ilape.edu.br/artigos/gustavo-fagundes?start=5>>. Acesso em: 20 ago. 2012b.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. *Processo Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2001.

FLORES FILHO, Edgar Gastón Jacobs. *Redução das Vagas nos Cursos de Direito e as Medidas Cautelares baseadas nos Índices*. 03 jun. 2011. Disponível em: <[http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25515:reducao-das-vagas-nos-cursos-de-direito-e-as-medidas-cautelares-baseadas-nos-indices&catid=269:275&Itemid=21](http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25515:reducao-das-vagas-nos-cursos-de-direito-e-as-medidas-cautelares-baseadas-nos-indices&catid=269:275&Itemid=21)>. Acesso em: 10 out. 2012.



FRAUCHES, Celso da Costa. Comentários e Anotações Preliminares para um Conceito Preliminar. In: *Estudos Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*. Ano 26, n. 38. Brasília: ABMES, 2008. p. 34 a 42.

GARCIA, Maurício (coord.); VIANNA, Nadja Maria Valente; SUÑÉ, Letícia Soares de Vasconcelos. Diagnósticos e Propostas para a Avaliação da Educação Superior no Brasil. In: *ABMES Cadernos 23*. Brasília: ABMES, 2012.

HUPSEL, Edite. Poder de Cautela da Administração – Legitimidade da Adoção de Medidas Cautelares, Mesmo na Falta de Dispositivos Legais Expressos – Novos Rumos do Direito Administrativo. In: *Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC*. Ano XVI, nº 189, nov. 2009. p. 1007 a 1011.

MAIA, Lizea Magnavita. *Enquanto há tempo - A Suspensão Cautelar do Direito das Empresas de Licitar e Contratar com o Estado*. Disponível em: [http://www.pge.ba.gov.br/Images/upload/File/Artigos/2009/Lizia\\_Magnavita/Lizea\\_Magnavita\\_Maia.pdf](http://www.pge.ba.gov.br/Images/upload/File/Artigos/2009/Lizia_Magnavita/Lizea_Magnavita_Maia.pdf) Acesso em: 02 out. 2012.

MARQUES, José Frederico. *Manual de Direito Processual Civil*. 9ª ed., Campinas – SP: Millennium, 2003. v.3

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 14, n. 1, mar. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 jun. 2012.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 15ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 29ª ed., São Paulo: Malheiros, 2012.

MELLO, Shirley Silmara de Freitas. *Tutela Cautelar no Processo Administrativo*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

MENEGHEL, Stela M.; ROBL, Fabiane; SILVA, Tattiana T. Freitas da. *A relação entre avaliação e regulação na educação superior: elementos para o debate*. Educ. rev., Curitiba, n. 28, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602006000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2012.

MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de Direito Processual Civil*. 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2012. v.3.

MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo Administrativo: Princípios Constitucionais e a Lei 9.784/1999*. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

MURIEL, Roberta. *Que Papelão! Mais uma vez...* 06 jun. 2011a. Disponível em: <<http://abmeseduca.com/?p=2065#more-2065>>. Acesso em: 19 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *O que parece ser não é!* 28 nov. 2011b. Disponível em:  
<<http://abmeseduca.com/?p=2792>>. Acesso em: 19 out. 2012.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante*. 11ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PETIAN, Angélica. *Regime Jurídico dos Processos Administrativos Ampliativos e Restritivos de Direito*. São Paulo: Malheiros, 2011.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. 25ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.

PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a Ruptura do Espaço Social e a Organização da Educação Nacional. In: BRZEZINSKI, Iria. (Org.). *LDB Dez Anos Depois: Reinterpretação sob Diversos Olhares*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17 a 41.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC E... OUTROS ÍNDICES. In: *Avaliação*. Campinas: Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 439 a 452, jul. 2009.

POR QUE a USP e a UNICAMP não entram no ranking do MEC. 2009. Disponível em:  
<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI12438-15254,00-POR+QUE+A+USP+E+A+UNICAMP+NAO+ENTRAM+NO+RANKING+DO+MEC.html>  
<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/08/24/ult1812u195.jhtm>>. Acesso em: 14 out. 2012

QUEIROZ, Kelli Consuêlo Almeida de Lima. *Eu Avalio, Tu Avalias, nós nos avaliamos?: uma experiência proposta pelo SINAES*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *Educação Superior, Direito e Estado*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

RODRIGUES, Gabriel Mário. Ofício – Suspensão Medidas Cautelares. *Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular*. Brasília: 16 dez. 2011. Disponível em:  
[http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/index.php?option=com\\_content&view=article&id=120:oficio-suspensao-medidas-cautelares&catid=38:documentosdoforum&Itemid=58](http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=120:oficio-suspensao-medidas-cautelares&catid=38:documentosdoforum&Itemid=58)  
Acesso em: 15 ago. 2012.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. *Avaliação da Educação Superior no Segundo Governo Lula: "provão II" ou a reedição de velhas práticas?*. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 114, mar. 2011. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 nov. 2012.

SAMPAIO, Helena. *Ensino Superior no Brasil: O Setor Privado*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Ensino Superior Privado: Reprodução e Inovação no Padrão. In: *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*; Ano 27, n. 39 (Dez. 2010). Brasília: ABMES, 2007. p. 45 a 58.

SCHWARTZMAN, Simon. O “Conceito Preliminar” e as Boas Práticas de Avaliação do Ensino Superior. In: *Estudos Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*. Ano 26, n. 38. Brasília: ABMES, 2008. p. 10 a 32.

\_\_\_\_\_. *O Ensino Superior no Brasil - 1998*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

SILVA, Ana Maria; REAL, Giselle Cristina Martins. As Configurações das Políticas para Educação Superior e as Reformas do Ensino Superior Brasileiro. In: *Inter-Ação Revista da Faculdade de Educação, UFG*, v. 35, n. 1, jan./jun./2011. Goiânia: UFG, 2011. p. 141 a 157.

SORDI, Maria Regina Lemes de. O Lugar da Avaliação na Cena Universitária: Em Busca das Referências Perdidas. In: *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*; Ano 27, n. 39 (Dez. 2010). Brasília: ABMES, 2007. p. 99 a 102.

SOUSA, José Vieira. Educação Superior no Brasil: Expansão, Avaliação e Tendências na Formação do Professor. [CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira; SILVA, Maria Abádia da. (Orgs.)]. In: *Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 191 a 240.

SOUSA, Ana Maria Costa de; COVAC, José Roberto; CAPELATO, Rodrigo. O Conceito preliminar de Cursos e o Índice Geral de Cursos das IES no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. In: *Estudos Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*. Ano 26, n. 38. Brasília: ABMES, 2008. p. 48 a 75.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros, et al. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil Pós-LDB/96 – Desafios para a Avaliação. In: *Inter-Ação Revista da Faculdade de Educação, UFG*, v. 35, n. 1, jan./jun./2011. Goiânia: UFG, 2011. p. 81 a 99.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 47ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012. v. 2.

VILAVERDE, Carolina; ADES, DANIELA. *Porque a USP Não Participa do ENADE* São Paulo: 13 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2012/06/por-que-a-usp-nao-participa-do-enade/#indice>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coord.); ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil – Processo Cautelar e Procedimentos Especiais*. 8ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

## ANEXO I - MEDIDAS CAUTELARES APLICADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO ANO DE 2011<sup>107</sup>

Ato	Destinatários	Fundamento	Determinações
Despacho nº 5/2011 – CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado no Diário Oficial da União nº 10, de 14/01/2011, seção 1, p. 18/19	Universidades e Centros Universitários que apresentaram <b>dois resultados insatisfatórios no IGC</b> referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009.	Nota técnica nº 5/2011-CGSUP/DE SUP/SESu/MEC	a) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação aos cursos em referência; b) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação aos cursos em referência; c) vedação de matrículas em número superior às vagas ocupadas no ano de 2010.
Despacho nº 7 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 105, de 02/06/2011, seção 1, p. 50/51	IES cujos <b> cursos de Direito</b> que obtiveram resultado insatisfatório no CPC referente ao ciclo 2007 a 2009.	Nota técnica nº 13/2011-COREG/DE SUP/SERES /MEC	Redução do número de vagas para ingresso de novos alunos nos cursos de Direito em referência.
Despacho nº 161, do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 182, de 21/09/2011, seção 1, p. 53/54	IES que apresentem <b>Conceitos Institucional (CI) e Índice Geral de Cursos (IGC) insatisfatórios.</b>	Nota técnica nº 224/2011-CGSUP/SER ES/MEC	a) sobrestamento de todos os processos de regulação em trâmite no e-MEC das IES em referência no despacho; b) suspensão integral de ingressos de novos estudantes nos cursos das IES em referência, que apresentem CC inferior a 3; c) limitação da quantidade de novos ingressos das IES em referência, que apresentem CC igual ou superior a 3, durante a vigência da cautelar.
Despacho nº 234 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 221, de 18/11/2011, seção 1, p. 35	IES cujos cursos de <b>graduação em Medicina (bacharelado)</b> obtiveram resultados insatisfatórios (menores que 3) no CPC referente ao ano de 2010.	Nota técnica nº 316/2011-CGSUP/SER ES/MEC	a) redução de vagas para novos ingressos; b) sobrestamento dos processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos aos curso de graduação em Medicina das IES em referência no despacho; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação aos cursos em referência; d) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação aos cursos em referência.
Despacho nº 236 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 223, de 22/11/2011, seção 1, p.	Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO e Universidade Vale do Rio	Nota técnica nº 314/2011-CGSEAD/S ERES/MEC	a) limitação das quantidades de vagas para os cursos superiores ofertados a distância; b) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e

<sup>107</sup> A relação pode não ser exaustiva, vez que os dados foram coletados e compilados pela autora após pesquisa individualizada e livre junto a internet, vez que o Ministério da Educação não disponibiliza para consulta pública relação desta natureza.

27	Verde/UNINCOR.		IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação aos cursos superiores ofertadas a distancia; c) sobrestamento de processos de regulação referentes à modalidade à distância em trâmite no e-MEC;
Despacho nº 237 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 223, de 22/11/2011, seção 1, p. 27	Universidades e Centros Universitários que obtiveram dois <b>resultados insatisfatórios no IGC referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010</b> , sendo um desses resultados insatisfatórios, necessariamente, de 2010.	Nota técnica nº 315/2011-CGSUP/SER ES/MEC	a) limitação das quantidades de novos ingressos de estudantes nos cursos referidos no anexo I do despacho; b) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação aos cursos em referencia; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação aos cursos em referencia; d) sobrestamento de processos de regulação referentes a credenciamento e autorização em trâmite no e-MEC.
Despacho nº 238 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 223, de 22/11/2011, seção 1, p. 27/28	Faculdades que apresentaram <b>IGC contínuo em referência 2010</b> inferior ou igual a 1,45, cumulativamente a resultados insatisfatórios nos IGC na referência do biênio 2008 e 2009.	Nota técnica nº 317/2011-CGSUP/SER ES/MEC	a) limitação das quantidades de novos ingressos de estudantes nos cursos das IES referidas no anexo I do despacho; b) sobrestamento dos processos de credenciamento e autorização de cursos em trâmite no e-MEC das IES em referencia no despacho.
Despacho nº 241 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 228, de 29/11/2011, seção 1, p. 18/19	Instituições de Educação Superior cujos cursos de <b>graduação em Odontologia</b> obtiveram resultados insatisfatórios (menores que 3) no CPC referente ao ano de 2010.	Nota técnica nº 320/2011-CGSUP/SER ES/MEC.	a) redução de vagas de novos ingressos; b) sobrestamento de processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso em referencia; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação ao curso de odontologia; d) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação ao curso de odontologia das IES que sejam Centro Universitário.
Despacho nº 242 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 228, de 29/11/2011, seção 1, p. 19	Instituições de Educação Superior cujos cursos de <b>graduação em Enfermagem</b> (bacharelado) obtiveram resultados insatisfatórios (menores que 3) no CPC referente ao ano	Nota técnica nº 321/2011-CGSUP/SER ES/MEC.	a) redução de vagas de novos ingressos; b) sobrestamento de processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso em referência; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação ao curso de enfermagem; d) suspensão das prerrogativas de

	de 2010.		autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação ao curso de enfermagem das IES que sejam Centro Universitário.
Despacho nº 243 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 228, de 29/11/2011, seção 1, p. 20	Instituições de Educação Superior cujos cursos de <b>graduação em Farmácia</b> (bacharelado) obtiveram resultados insatisfatórios (menores que 3) no CPC referente ao ano de 2010.	Nota técnica nº 322/2011-CGSUP/SERES/MEC.	a) redução de vagas de novos ingressos; b) sobrestamento de processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso em referência; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação ao curso de enfermagem; d) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação ao curso de enfermagem das IES que sejam Centro Universitário.
Despacho nº 248 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 230, de 1º/12/2011, seção 1, p. 44/47	Instituições de Educação Superior cujos cursos de <b>graduação em Biomedicina</b> (bacharelado) obtiveram resultados insatisfatórios (menores que 3) no CPC referente ao ano de 2010.	Nota técnica nº 333/2011-CGSUP/SERES/MEC.	a) redução de vagas de novos ingressos; b) sobrestamento de processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso em referência; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação ao curso de enfermagem; d) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação ao curso de enfermagem das IES que sejam Centro Universitário.
Despacho nº 249 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 230, de 1º/12/2011, seção 1, p. 44/47	Instituições de Educação Superior cujos cursos de <b>graduação em Fisioterapia</b> (bacharelado) obtiveram resultados insatisfatórios (menores que 3) no CPC referente ao ano de 2010.	Nota técnica nº 333/2011-CGSUP/SERES/MEC.	a) redução de vagas de novos ingressos; b) sobrestamento de processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso em referência; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação ao curso de enfermagem; d) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação ao curso de enfermagem das IES que sejam Centro Universitário.
Despacho nº 250 do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicado no Diário Oficial da União nº 230, de 1º/12/2011, seção 1, p. 44/47	Instituições de Educação Superior cujos cursos de <b>graduação em Nutrição</b> (bacharelado) obtiveram resultados insatisfatórios (menores que 3) no CPC referente ao ano de 2010.	Nota técnica nº 337/2011-CGSUP/SERES/MEC.	a) redução de vagas de novos ingressos; b) sobrestamento de processos de regulação em trâmite no e-MEC relativos ao curso em referência; c) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 53, I e IV, e parágrafo único, I e II, da LDB, em relação ao curso de enfermagem; d) suspensão das prerrogativas de autonomia previstas no art. 2º do Decreto nº 5.786/2006, em relação ao curso de enfermagem das IES que sejam Centro Universitário.

# ANEXO II - DESPACHO SERES Nº 7, DE 1º DE JUNHO DE 2011



50

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 105, quinta-feira, 2 de junho de 2011

## DESPACHO DO SECRETÁRIO Em 1º de junho de 2011

INTERESSADO: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR CUJOS CURSOS DE DIREITO OBTIVERAM RESULTADO INSATISFATORIO NO CONCURSO PRELIMINAR DE CURSOS - CPC - 2009.  
IDENTIFICAÇÃO: Modificação. Redução de vagas de Cursos de Direito - bacharelado - de instituições de educação superior com resultados insatisfatórios no CPC referente ao ciclo 2009-2010.

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - MEC, tendo em vista os fundamentos da Nota Técnica nº 13/2011-COREG/DESUP/SERES/MEC e considerando: (i) a determinação da Lei nº 10.561/2004, contida em seu art. 2º, de que os resultados de avaliações do SINAES constituirão referência básica dos processos de regulação e supervisão da educação superior, incluindo os processos de credenciamento e reconhecimento de IES, bem como os do autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de seus cursos; (ii) que o Conselho Preliminar de Cursos - CPC inferior a três (03) pode comprometer de maneira irreversível a formação dos estudantes, e que o prejuízo que se apresenta é irreparável no futuro, tendo em vista que estes cursos correm o risco, na equidade lógica do processo de regulação, de não apresentarem melhoria por meio de um CC satisfatório ou no atendimento de deficiências em eventual protocolo de compromisso, ter sua oferta encerrada; (iii) haver, portanto, possibilidade ou fimidade razoável da ocorrência de lesão irreparável ou de difícil reparação ao direito da coletividade representada pelos alunos e possíveis ingressantes nos cursos, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, com fundamento expresso nos arts. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, nos arts. 2º, I, VI e XIII, e 45 da Lei nº 9.784/1999, no Decreto 7.480/2011 e nos arts. 35-C a 38, 43 e 69-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, determina que:

I - Sejam, imediatamente, reduzidas as vagas para ingresso de novos alunos nos cursos de graduação em Direito - bacharelado relacionados em anexo, obedecendo percentual de redução de vagas inversamente proporcional ao CPC contínuo, ou seja, expresso entre 0 e 1,94, em frações de centésimos.

II - A redução prevista no item I refere-se ao total de vagas anuais oferecidas em processo seletivo, ingresso de portadores de diploma, transferência ou quaisquer outras formas de inscrição de alunos nos cursos de Direito, devendo esta redução ser considerada nos editais de ingresso para o presente ano letivo, inclusive.

III - A medida cautelar referida no item I vigorará até decisão da Secretaria, a ser exarada com base na divulgação do CC, oportunidade em que a medida poderá ser reconsiderada em caso de CC satisfatório em todas as dimensões e a proporção do resultado obtido nas dimensões do CC. No caso de CC insatisfatório, a medida cautelar terá vigência até o ato de renovação de reconhecimento, sem prejuízo do disposto no art. 36 da Portaria Normativa 40/2007 e sem prejuízo de nova redução de vagas, nos termos do § 4º do mesmo artigo. Qualquer resultado satisfatório no CPC referente ao ciclo 2010-2012 restará as vagas da instituição em sua totalidade.

IV - Seja feita anulação de vagas no cadastro e-MEC, conforme relação em anexo; V - Que as IES que ainda não o fizeram, protocolizem pedido de renovação de reconhecimento de seu(s) curso(s) de direito referido(s) na tabela em anexo, no prazo de 30 (trinta) dias e na forma dos arts. 35-C e 69-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007;

VI - Sejam as instituições de ensino superior referidas no item I e relacionadas em anexo notificadas para apresentação de recurso, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação deste despacho.

LUIZ FERNANDO MASSONETTO

### ANEXO

#### RELAÇÃO DE CURSOS E VAGAS TOTAIS ANUAIS A SEREM OFERTADAS DURANTE A VIGÊNCIA DA MEDIDA CAUTELAR

Ordem	IES - Sigla - Código	Município e UF de oferta do curso	CPC contínuo	Código do Curso	Vagas totais anuais ofertadas	Redução de vagas	Vagas totais anuais ofertadas a partir de 2011
1	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FACSIS (11370)	ITAMARAJU - BA	0,67	39668	100	63	33
2	FACULDADE NACIONAL - FENAC (1441)	VITÓRIA - ES	0,72	21232	150	98	52
3	UNIVERSIDADE SÃO MARCOS - USM (254)	SÃO PAULO - SP	0,82	6353	280	180	100
4	UNIVERSIDADE SÃO MARCOS - USM (254)	SÃO PAULO - SP	0,82	110944	160	104	56
5	UNIVERSIDADE SÃO MARCOS - USM (254)	SÃO PAULO - SP	0,82	63844	160	104	56
6	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAI - FCTC (1019)	UNAI - MG	1,01	18730	100	60	40
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - UNIDESC (160)	LUZIANHA - GO	1,01	17110	234	134	100
8	FACULDADE PROTEÇÃO - FAPRO (1153)	BRASÍLIA - DF	1,01	109464	60	30	30
9	FACULDADE PROTEÇÃO - FAPRO (1153)	BRASÍLIA - DF	1,01	57322	140	90	50
10	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES APRENDIZ - CESA (1177)	BARBACENA - MG	1,08	58316	120	78	42
11	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO (563)	CAJAMÍ DOS GUAYACAZES - RJ	1,12	15277	800	400	400
12	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO (563)	RECIFE - PE	1,18	43427	800	400	400
13	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE MACÉIO - CESA (1611)	MACÉIO - AL	1,20	14876	600	300	300
14	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE ALAGOAS - FCAJ (1159)	PENEDON - AL	1,24	81314	30	20	10
15	FACULDADE AFIRMATIVO - FAFI (1172)	CUJUBA - MT	1,26	20022	80	30	50
16	FACULDADE SUL-AMERICANA - FASAM (1192)	GOIÂNIA - GO	1,26	48439	160	80	80
17	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR UNIVALE DE BARREIRAS - IESUB (1124)	BARREIRAS - BA	1,27	51678	100	40	60
18	FACULDADE PADRÃO - FAP (1529)	GOIÂNIA - GO	1,31	68452	200	80	120

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011060200050

19	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO - CUNSP (1149)	SALTO - SP	1,32	48549	300	120	180
20	FACULDADE DE MONTES BELLOS - FMB (2330)	SÃO LUIS DE MONTES BELLOS - GO	1,32	67112	200	80	120
21	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE BELO HORIZONTE - FESB (1529)	BELO HORIZONTE - MG	1,32	57802	200	80	120
22	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO (563)	JOZEBOI - RJ	1,33	15241	800	320	480
23	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIO ABREU - FIVRA (1458)	ITAPORA - PR	1,34	57990	160	64	96
24	FACULDADES INTEGRADAS BARROS MELO - FIBAM (1442)	OLINDA - PE	1,37	8291	300	120	180
25	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS - CULM (1551)	MANAUS - AM	1,42	50318	60	24	36
26	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO - ESTÁGIO UNIRADIAL (172)	SÃO PAULO - SP	1,44	111782	420	170	250
27	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO - ESTÁGIO UNIRADIAL (172)	SÃO PAULO - SP	1,44	106772	420	170	250
28	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO - ESTÁGIO UNIRADIAL (172)	SÃO PAULO - SP	1,44	106780	420	170	250
29	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO - ESTÁGIO UNIRADIAL (172)	SÃO PAULO - SP	1,44	21270	200	80	120
30	FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA - FIC (1058)	CARATINGA - MG	1,44	21133	100	40	60
31	FACULDADE NOVO MILÊNIO - FNM (1108)	VILA VELHA - ES	1,44	43834	240	96	144
32	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA DE ITUUBA - ISEPI (1469)	ITUUBA - MG	1,45	11663	150	60	90
33	UNIVERSIDADE BANDEIRANTES DE SÃO PAULO - UNIBAN (457)	SÃO PAULO - SP	1,45	107186	180	72	108
34	UNIVERSIDADE BANDEIRANTES DE SÃO PAULO - UNIBAN (457)	SÃO PAULO - SP	1,45	116112	180	72	108
35	UNIVERSIDADE BANDEIRANTES DE SÃO PAULO - UNIBAN (457)	SÃO PAULO - SP	1,45	89095	90	36	54
36	UNIVERSIDADE BANDEIRANTES DE SÃO PAULO - UNIBAN (457)	SÃO PAULO - SP	1,45	44502	180	72	108
37	UNIVERSIDADE BANDEIRANTES DE SÃO PAULO - UNIBAN (457)	SÃO PAULO - SP	1,45	44500	90	36	54
38	UNIVERSIDADE BANDEIRANTES DE SÃO PAULO - UNIBAN (457)	SÃO PAULO - SP	1,45	55100	180	72	108
39	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAPITAL - UNICAPIT (254)	SÃO PAULO - SP	1,46	6231	300	120	180
40	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC (253)	UBA - MG	1,47	7136	240	96	144
41	FACULDADE FAPAN - FAPAN (1111)	SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP	1,48	56718	240	96	144
42	FACULDADE ANHANGUERA DE TABOÃO DA SERRA - FAS (1499)	TABOÃO DA SERRA - SP	1,49	72663	160	64	96
43	FACULDADES UNICADAS DOCTUM DE GUARAPARI - FACULDADES DOCTUM (1515)	GUARAPARI - ES	1,49	67981	100	40	60
44	FACULDADE GUARAPUAVA - FGA (1618)	GUARAPUAVA - PR	1,49	22106	240	96	144
45	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE VITÓRIA - FESV (1449)	VITÓRIA - ES	1,49	54997	200	80	120
46	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE - UNIVAG (261)	VÁRZEA GRANDE - MT	1,49	17594	250	100	150
47	FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL - FAO (2343)	BOA VISTA - AC	1,50	54042	60	20	40
48	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - UNIPAC (253)	UBA - MG	1,50	69144	120	40	80
49	FACULDADE DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS DE MONTES GERAIS - FEADM (1129)	BELO HORIZONTE - MG	1,50	66121	150	50	100
50	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO (563)	BELO HORIZONTE - RJ	1,50	70530	800	300	500
51	INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE ITUMBARA - ILES (1526)	ITUMBARA - GO	1,50	51676	120	40	80
52	FACULDADE DE DIREITO DE ITABIRA - FDI (2619)	ITABIRA - MG	1,50	55328	100	40	60
53	FACULDADE DE RONDONIA - FARD (178)	PORTO VELHO - RO	1,51	16885	350	166	384
54	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO - UNIEURO (1113)	BRASÍLIA - DF	1,53	73357	630	190	440
55	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO - UNIEURO (1113)	BRASÍLIA - DF	1,53	18239	828	250	578
56	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO - UNIEURO (1113)	BRASÍLIA - DF	1,53	120558	270	80	190
57	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF (163)	BRAGANÇA PAULISTA - SP	1,54	12468	350	105	245
58	FACULDADE ANGIETA - FANGI (1478)	SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP	1,55	46750	100	30	70
59	FACULDADES INTEGRADAS FAIVERT - FAIVERT (1440)	LAGOES - SC	1,56	56382	160	48	112
60	FACULDADE PAULENSE - FAP (1529)	PARNAGUA - PI	1,57	49417	80	24	56

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

Nº 105, quinta-feira, 2 de junho de 2011

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

51



61	FACULDADES UNIFICADAS DOCTUM DE LEOPOLDINA - FACULDADES DOCTUM (1310)	LEOPOLDINA - MG	1,57	48447	180	54	126
62	FACULDADE DE MINAS - FAFMINS (1011)	MURIAE - MG	1,58	57400	180	54	126
63	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PLANALTO - IESPLAN (1501)	BRASILIA - DF	1,59	57682	200	60	140
64	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO PARANAÍ - CENESUP (1050)	TERESINA - PI	1,59	92009	200	60	140
65	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE - IESUPER (1700)	RIO VERDE - GO	1,60	67957	200	60	140
66	CENTRO UNIVERSITÁRIO CÂNDIDO RONDON - UNICORON (1131)	CUIABÁ - MT	1,61	19750	216	64	152
67	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS - FUMU (1010)	SÃO PAULO - SP	1,62	7940	1350	400	950
68	UNIVERSIDADE DO GRANDE ABC - UNIGRAB (1130)	SANTO ANDRÉ - SP	1,62	9737	320	96	224
69	UNIVERSIDADE METODISTA DE PRACICABA - UNIMEP (1250)	LINS - SP	1,62	38617	110	33	77
70	UNIVERSIDADE DE MOÇI DAS CRUZES - UNIC (1211)	SÃO PAULO - SP	1,63	72753	350	166	384
71	FACULDADE DE DIREITO DO CONSULADO LAFAYETTE - FDC (101)	CONSULADO LAFAYETTE - MO	1,63	4148	200	60	140
72	UNIVERSIDADE SANTA URSULA - USU (1240)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,63	6130	480	146	334
73	FACULDADE REGIONAL DA BARRA - FAREB (0970)	SALVADOR - BA	1,63	83265	200	60	140
74	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORESTA - FARESP (1110)	FLORESTA - PI	1,64	80201	60	18	42
75	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR UNYAHONA DE SALVADOR - IESUS (1140)	SALVADOR - BA	1,64	50179	200	60	140
76	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS DO ARAQUÁRIA - FACULDADES CATESTRAL (1190)	BARRA DO GARÇAS - MT	1,64	63471	160	48	112
77	FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA (1170)	CURITIBA - PR	1,64	66383	200	60	140
78	FACULDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE TERESINA - FATEP (1110)	TERESINA - PI	1,65	68911	240	72	168
79	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO - UNIFEMAS (091)	BELO HORIZONTE - MG	1,65	64842	120	36	84
80	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF (1010)	SÃO PAULO - SP	1,66	15484	280	84	196
81	FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FACCG (0900)	CAMPINA GRANDE - PB	1,66	80094	240	72	168
82	FACULDADE SANTO ANTONIO DE PADUA - FASP (1010)	SANTO ANTONIO DE PADUA - RJ	1,68	80154	80	24	56
83	UNIVERSIDADE TIGRE DO PARANÁ - UTP (030)	CURITIBA - PR	1,68	7715	480	146	334
84	FACULDADE DE DIREITO DE CACHOEIRO DO ITAPEMERIM - FDC (1000)	CACHOEIRO DE ITAPEMERIM - RJ	1,68	14690	200	60	140
85	FACULDADE FERNÃO DUES - FADUE (1000)	OSASCO - SP	1,69	63565	200	60	140
86	FACULDADE INTEGRADA DE PERNAMBUCO - FAPIC (1100)	RECIFE - PE	1,69	79782	200	60	140
87	FACULDADE BATISTA DE VITÓRIA - BAV (1060)	VITÓRIA - ES	1,70	66159	200	60	140
88	UNIVERSIDADE TIGREDO - UNT (090)	ESTÂNCIA - SE	1,70	53027	120	36	84
89	FACULDADE MARINGÁ - FCMAR (1120)	MARINGÁ - PR	1,72	20119	175	53	140
90	FACULDADE DE DIREITO PADRE ARNALDO JANSENSEN - FAJANSSEN (1070)	BELO HORIZONTE - MG	1,72	51293	300	60	240
91	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA - IESIT (1150)	TERESINA - PI	1,73	66409	200	60	140
92	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - UNIPAC (090)	JATINGÁ - MG	1,73	7133	200	60	140
93	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS FACITEC (1160)	BRASILIA - DF	1,74	68924	160	32	128
94	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS - IESA (090)	MACEIO - AL	1,74	58756	100	30	80
95	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	MACEIO - RJ	1,74	63526	200	60	140
96	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRA MANSA - UBM (1110)	BARRA MANSA - RJ	1,75	46986	42	9	33
97	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRA MANSA - UBM (1110)	BARRA MANSA - RJ	1,75	10392	170	34	136
98	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANAPOLIS - UNIVANOLIS (1110)	ANAPOLIS - GO	1,75	8101	300	60	240
99	FACULDADES INTERIORES DE JAU - FIJ (1150)	JAU - SP	1,76	20200	200	60	160
100	UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR (1170)	PARANAVAI - PR	1,77	9041	169	34	133
101	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNISO (100)	GOIANIA - GO	1,78	21125	242	110	432
102	FACULDADE DE DIREITO DE VARDINHA - FADVA (1110)	VARDINHA - MG	1,79	4332	360	72	288
103	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA - FVC (1160)	VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	1,79	67987	200	60	140
104	UNIVERSIDADE POTIGUAR - UNP (1110)	NATAL - RN	1,80	16244	1260	250	1010
105	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE (1110)	BELO HORIZONTE - MG	1,80	66117	200	60	140
106	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI - UAM (1160)	SÃO PAULO - SP	1,80	120916	133	27	108
107	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI - UAM (1160)	SÃO PAULO - SP	1,80	93061	155	31	124
108	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE ITABIRA - FACH (1140)	ITABIRA - MG	1,81	50063	150	30	120
109	UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR (1170)	GOIANIA - GO	1,82	9043	97	19	78
110	FACULDADE ALVES FARIAS - FAF (1190)	SANTOS - SP	1,84	17668	200	60	140
111	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS - UNISANTOS (100)	RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS	1,84	39566	180	36	144
112	ESCOLA DE ESTUDOS SUPERIORES DE VÍCOÇA - ESUV (1120)	VÍCOÇA - MG	1,85	48942	180	36	144
113	FACULDADE METROPOLITANA DE CURITIBA - FAMEC (1160)	SÃO JOSÉ DOS RIOS - PR	1,85	68440	100	30	80
114	CENTRO UNIVERSITÁRIO MODULO - MODULO (1180)	CARAGUATUBA - SP	1,86	22001	180	36	144
115	UNIVERSIDADE BRAZ CULAS - UBC (100)	MOGI DAS CRUZES - SP	1,86	10735	1040	210	830
116	FACULDADE CAMPO REAL (1110)	GUARAPUAVA - PR	1,86	37289	200	60	140
117	CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE PAULISTA - UNOMP (1120)	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	1,88	4701	340	68	272
118	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	111464	80	16	64
119	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	49636	620	120	500
120	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	40343	100	20	80
121	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	19306	100	20	80
122	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	41122	100	20	80
123	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	41251	340	68	272
124	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	4964	380	76	304
125	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	4923	320	65	255
126	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	37792	180	36	144
127	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	41155	260	52	208
128	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	19307	340	68	272
129	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	41315	340	68	272
130	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	49725	220	44	176
131	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SA - UNESA (110)	RIO DE JANEIRO - RJ	1,89	21916	180	36	144
132	CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA - CULM (110)	RIBEIRÃO PRETO - SP	1,90	18997	160	32	128
133	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - UNIPAC (090)	UBERLÂNDIA - MG	1,90	84780	340	68	272
134	FACULDADE METROPOLITANA DE CAMAÇARI - FAMBIC (110)	CAMAÇARI - BA	1,91	68903	100	30	80
135	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARBEIRAS - FASB (1120)	BARBEIRAS - BA	1,92	48567	200	60	140

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 667, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.002532/2011-61, resolve:

Procurar pelo período de 28-06-2011 a 27-06-2012, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor de 3º Grau, Classe Assistente, Nível I, realizado através do Edital nº 041/2010, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 056/2010, de 24-06-2010, publicado no DOU de 28-06-2010, Seção 3, fls. 37.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÕES DE 1º DE JUNHO DE 2011

Nº 1.244 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 241ª reunião ordinária, realizada em 13 de maio de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 10.757/2010; resolve: Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 167, de 13 de dezembro de 2010, publicado no DOU em 14 de dezembro de 2010 e retificado no DOU de 15.12.2010, 16.12.2010, 20.12.2010, 22.12.2010 e 24.12.2010, realizado para o cargo de Assistente Social, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, para os campi Ouro Preto/Mariana, os candidatos Carmélia Vaz Pezma, Aline da Silva Gomes, Luciana de Souza Pereira,

Priscila Souza Gonçalves, Valéria de Lima Quintão, Maristela Dias Queiroz, Allysson de Alencar Moreira, Norma Consuelo Caldeira, Rogério Willa Santiago Cabrita, Adriana Sales Carneiro e Patrícia Jolene Santos. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de que trata o presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 1.251 - O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 241ª reunião ordinária, realizada em 13 de maio de 2011, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da Comissão Examinadora do referido Concurso e a documentação constante do processo UFOP nº 10.756/2010; resolve: Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 167, de 13 de dezembro de 2010, publicado no DOU em 14 de dezembro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/ufal/ufal.html>, pelo código 00012011060200051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**ANEXO III – NOTA TÉCNICA Nº 13/2011 – COREG/DESUP/SERES/MEC**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**  
**DIRETORIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Brasília, 1º de junho de 2011.

**NOTA TÉCNICA Nº 13/2011- COREG/DESUP/SERES/MEC**

**INTERESSADO:** Instituições de ensino superior cujos cursos de direito obtiveram resultado insatisfatório no CPC referente ao ciclo 2007 - 2009.

**EMENTA:** Redução de vagas de Cursos de Direito – bacharelado - de instituições de educação superior com resultados insatisfatórios no CPC referente ao ciclo 2007-2009.

**I – HISTÓRICO**

- 1 Trata-se de redução de vagas dos cursos de bacharelado em Direito conforme planilha anexa, que obtiveram resultado insatisfatório no Conceito Preliminar de Curso (CPC 2009), calculado a partir do Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE 2009, dentre os 1.098 (mil e noventa e oito) cursos cadastrados no sistema e-MEC, correspondentes a 215.114 (duzentas e quinze mil cento e quarenta e quatro) vagas totais anuais em oferta.
- 2 Com o advento da Lei 10.861/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, três dimensões de avaliação da qualidade educativa subsidiam, além de decisões regulatórias, um conjunto de ações e estudos sobre os desafios da educação em sintonia às demandas do desenvolvimento nacional.
- 3 A primeira das dimensões trata da Avaliação Institucional, que pondera indicadores sobre o contexto educacional das instituições, suas condições de oferta educativa, planejamento, cumprimento de requisitos legais, participação da comunidade e integração de ações, gerando o indicador de qualidade “Índice Geral de Cursos” (IGC) e o conceito de avaliação institucional (CI). O IGC é calculado anualmente, considerando (i) a média dos últimos CPCs disponíveis dos cursos avaliados da instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; (ii) a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; e (iii) a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, excluindo as informações do requisito anterior para as instituições que não oferecerem pós-graduação

*stricto sensu*. O CI é resultado de verificação *in loco* realizada na instituição.

4 A segunda das dimensões trata da Avaliação de Cursos, que tem por objetivo medir a qualidade do ensino, analisando o projeto pedagógico, corpo docente e infraestrutura de cada curso de graduação, gerando o indicador de qualidade "Conceito Preliminar de Curso" (CPC) e o conceito de avaliação de curso – CC. O CPC é calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES. O CC é resultado de verificação *in loco* do curso avaliado.

5 A terceira das dimensões trata do desempenho dos estudantes, objeto do Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE, que avalia o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências adquiridas em sua formação, gerando o Conceito ENADE.

6 Os conceitos supracitados geram vários indicadores aplicados à compreensão e comparação dos resultados educativos da educação superior, permitindo o acompanhamento e aprimoramento de cursos e instituições na busca da qualidade educativa. Assim a regulação e supervisão do Ministério da Educação – MEC atuam em sintonia à legislação cumprindo seu dever de Estado.

## II – DA NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR

7 Com o advento da publicação do resultado do ENADE 2009, em fevereiro de 2011, em que foram avaliados os cursos da área de ciências sociais aplicadas, incluindo o Direito, inicia-se um novo ciclo avaliativo trienal para esses cursos. Ao longo desse ciclo todos esses cursos devem ser submetidos ao ato autorizativo de renovação de reconhecimento. Os cursos com resultados satisfatórios, ou seja, CPC igual ou maior que 3 (três), passarão por procedimento regular para renovação de reconhecimento. Aqueles com avaliação insatisfatória, com conceito CPC menor que 3 (três), conforme art. 35-C da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, deverão requerer renovação de reconhecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação do indicador, na forma do art. 34, instruído com os seguintes documentos: (i) plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva do curso ou instituição, em prazo não superior a um ano, aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; e (ii) comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*, ressalvadas as hipóteses legais de isenção.

8. Analisando a oferta de Cursos de Direito no Brasil, percebe-se que o fraco desempenho em muitas instituições está diretamente associado à grande quantidade de vagas ofertadas, não sendo suficiente a apresentação de plano de melhorias acadêmicas para preservar o interesse público primário de garantia da qualidade, tornando-se necessária a aplicação de medidas preventivas ao ingresso de novos alunos aos cursos

*[Assinatura]*

com baixo desempenho acadêmico.

9. Pelo exposto, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior resolve aplicar, nos processos de renovação de reconhecimento existentes ou que vierem a ser protocolados, medida cautelar de redução de vagas, fundamentada em duas premissas igualmente educativas:

Primeira: proteger novos alunos ingressantes nessas instituições de serem educados em cursos com baixo desempenho acadêmico, preservando a qualidade média da educação em Direito;

Segunda: permitir às Instituições ofertantes desses cursos um completo replanejamento de ações, aprimoramento da infraestrutura, capacitação docente, com grande esforço dedicado a um menor grupo de alunos.

10. A criteriosa definição de quais cursos participam desse esforço de recuperação educativa, oferecido pela medida cautelar, obedece a uma detalhada análise do desempenho dos cursos no ENADE 2009, seus conceitos e indicadores. O percentual de redução de vagas é inversamente proporcional ao CPC contínuo, ou seja, o valor entre 0 e 1,94, em frações de centésimos. Assim, um curso com menor CPC contínuo terá maior percentual de redução de vagas.

11. A presente medida cautelar vigorará até despacho do Secretário, a ser exarado após a divulgação do CC, no regular trâmite do processo de renovação do reconhecimento, quando se decidirá sobre sua manutenção ou reconsideração.

12. Importante destacar que todas as vagas já preenchidas até a presente data são legítimas. A redução das vagas em oferta deverá ocorrer para o próximo processo seletivo de ingresso, considerando a oferta total anual de vagas da instituição. Assim, se uma instituição já ofertou, neste ano de 2011, quantidade igual ou superior às definidas na tabela, não mais poderá matricular alunos neste ano letivo, mesmo que estejam com processo seletivo em curso.

### III – DO AMPARO LEGAL

13. A avaliação de qualidade de cursos e instituições de educação superior é um mandamento constitucional, decorrente dos art. 206, inciso VII; 209, inciso II; 211, § 1º; e 214, III, da Constituição Federal de 1988. Em relação ao ensino superior, a avaliação de qualidade está especificamente prevista no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), e nas disposições contidas na Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

14. Mais importante, porém, é a determinação da Lei nº 10.861/2004, contida em seu art. 2º, de que os resultados de avaliações do SINAES constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, incluindo os processos de credenciamento e credenciamento de IES, bem como os de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de seus cursos.

15. Considerando-se, pois, que o Conceito Preliminar de Curso – CPC inferior a

*f*<sup>3</sup>

três (03) pode comprometer de maneira irreversível a formação dos estudantes, e que o prejuízo que se apresenta é irreparável no futuro, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso de suas atribuições, entende como necessária e prudente a redução cautelar do ingresso de novos alunos nos cursos de graduação em Direito, abaixo relacionados, com fundamento no poder geral de cautela da Administração Pública, previsto no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, visando à proteção dos potenciais estudantes.

16. Conforme previsto pelo art. 45 da Lei nº 9.784/1999: "*Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado*".

17. Salvo melhor julzo, e pelas razões expostas na presente Nota Técnica, esta Diretoria acredita que a situação dos cursos de Direito sob análise enseja a aplicação de medida cautelar administrativa de redução de vagas totais anuais ofertadas, conforme indicada pela legislação.

18. Assim sendo, conclui-se que estão configurados os requisitos que justificam a adoção de medidas cautelares, quais sejam: a relevância dos motivos em que se assenta a determinação da SERES, relacionada à defesa do interesse público e dos alunos pela qualidade da educação oferecida naquele curso (*fumus boni juris*); e a possibilidade ou fundado receio da ocorrência de lesão irreparável ou de difícil reparação da coletividade representada pelos alunos e possíveis ingressantes nos cursos de Direito com resultado insatisfatório de CPC para fins de regulação (*periculum in mora*).

19. O *periculum in mora* fica mais evidente com a iminência do ingresso de novos alunos, por transferência, vestibulares ou outros processos seletivos, realizados ao longo do presente semestre, ou com previsão de formação de turmas para o segundo semestre de 2011, nos cursos de Direito ora analisados, e que correm o risco, na sequência lógica do processo de regulação, de, não apresentando melhora por meio de um CC satisfatório ou no saneamento de deficiências em eventual protocolo de compromisso, ter sua oferta encerrada. Se, não observada a medida de redução e realizados os vestibulares, processos seletivos ou de transferência, efetivadas as matrículas e iniciadas as aulas para novos alunos, serão mais pessoas submetidas a cursos que atualmente, conforme demonstram os indicadores de qualidade, não apresentam as condições adequadas para ofertar ensino superior de qualidade razoável.

20. Os requisitos para medida cautelar administrativa sem a prévia manifestação do interessado submetem-se a duplo condicionamento, presentes na situação fática que se apresenta: a existência de situação de risco iminente e a legitimação deflagrada de parte da Administração Pública. Tais requisitos são da seguinte forma pontuados por Sérgio Ferraz e Adilson Abreu Dallari<sup>1</sup>:

"(a) Ao contrário das medidas urgentes, conectadas ao poder de polícia administrativa abordadas no começo deste segmento, a providência cautelar da Lei 9.784/1999 (art. 45) supõe a existência de um processo administrativo (incidente), ou sua imediatamente previsível instauração (preventiva).

<sup>1</sup> FERRAZ, Sérgio e DALLARI, Adilson Abreu. *Processo Administrativo*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 151.

4  


(b) A cautela do art. 45 não é diretamente detonada pela Administração-parte, somente se validando após autorização pela Administração-juiz, à vista de solicitação devidamente fundamentada e motivada.

(c) A motivação do requerimento há de ser uma situação de interesse público primário (não valendo, para tanto, o interesse secundário, identificado aqui como aquele pertinente exclusivamente à Administração-parte) passível de grave sacrifício ou mesmo de perecimento se não concedida a garantia de urgência; Ademais disso, terá de ser considerado que a demora no procedimento se afigure potencialmente passível de frustrar a efetividade do processo.

(d) Apenas em casos extremos, de supino interesse público primário posto sob risco patentemente grave, se poderá cogitar de tutelar plenamente satisfativa."

21. No presente caso estão configurados todos os requisitos, já que (i) existem ou existirão processos de regulação de renovação de reconhecimento dos cursos e há possibilidade de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade, caracterizando cautelar incidente; (ii) a medida de cautela será diretamente determinada pela Administração no interesse público primário de defesa e garantia da qualidade da educação, tal qual preconizado na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, como demonstrados pelos argumentos fáticos e jurídicos já apresentados; e (iii) o presente caso se mostra extremo, já que o ingresso de novas turmas de alunos em curso com indicadores de qualidade insatisfatórios, representadas pela não observância de medidas essenciais de oferta de educação superior, representaria risco à formação futura de novos estudantes e às condições de apredizagem dos atuais, bem como a disponibilização ao mercado e à sociedade de profissionais não devidamente qualificados.

22. Vale destacar a necessidade de se levar em conta a redução de vagas prevista na medida para os ingressos por vestibular, outros processos seletivos ou de transferência, já realizados ou em curso, bem como o início das atividades letivas de novas turmas, devendo, essa redução, perdurar até que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior comprove, por meio de despacho do Secretário, e após a divulgação do CC, a existência de condições favoráveis para oferta das vagas originalmente estabelecidas. As instituições deverão considerar a Nota Técnica DAES/INEP – ENADE 2009, disponível no sítio eletrônico do INEP.

23. Dessa forma, as instituições mencionadas em anexo e que ainda não tenham protocolado processo (s) de renovação de reconhecimento de seu (s) curso (s) de graduação em Direito – bacharelado, deverão fazê-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta medida cautelar.

24. A recuperação de vagas dos cursos aqui referidos somente poderá ser solicitada após atribuição de conceito de avaliação de curso igual ou superior a 3 (três), oportunidade em que a medida poderá ser reconsiderada pela Secretaria em caso de CC satisfatório em todas as dimensões e à proporção do resultado obtido no CC. No caso de CC insatisfatório, a medida cautelar terá vigência até o ato de renovação de reconhecimento, sem prejuízo do disposto no art. 36 da Portaria Normativa 40/2007 e sem prejuízo de nova redução de vagas, nos termos do § 4º do mesmo artigo. Qualquer resultado satisfatório no CPC referente ao ciclo 2010-2012 restitui as vagas da instituição em sua totalidade.

*[Assinatura]*

#### IV – ENCAMINHAMENTO

25. Ante o exposto e considerando os Conceitos Preliminares de Cursos insatisfatórios, e, que há possibilidade ou fundado receio da ocorrência de lesão irreparável ou de difícil reparação ao direito da coletividade representada pelos alunos e possíveis ingressantes nos cursos; esta Diretoria de Regulação da Educação Superior sugere que a Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Direito, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, nos art. 2º, I, VI e XIII, e 45 da Lei nº 9.784/1999, , no Decreto 7.480/2011 e nos arts. 35-C a 38, 43 e 69-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007, emita Despacho determinando:

- a) Medida Cautelar de redução de vagas de novos ingressos nos cursos de graduação em Direito – bacharelado – conforme tabela anexa, até que seja exarado Despacho do Secretário, após a divulgação de CC, reconsiderando a medida em caso de CC satisfatório em todas as suas dimensões, à proporção do resultado obtido no CC, determinando o prosseguimento do pedido de renovação;
- b) atualização de vagas no cadastro e-MEC, conforme despacho publicado;
- c) que as IES que ainda não o fizeram, protocolem pedido de renovação de reconhecimento de seu(s) curso(s) de direito referido(s) na tabela em anexa, no prazo de 30 (trinta) dias e na forma dos arts. 35-C e 69-B da Portaria Normativa MEC nº 40/2007;
- d) notificação das instituições para apresentação de recurso, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação do despacho;

  
**PAULO ROBERTO WOLLINGER**  
 Diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior

Aprovo. Emita-se e publique-se o Despacho.

  
**LUIS FERNANDO MASSONETTO**  
 Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior

**Orientação técnica:**

O despacho em referência é de caráter eminentemente punitivo, despido da mínima razoabilidade esperada para todo e qualquer ato administrativo, afastando-se formalmente e materialmente até mesmo do escopo e das competências atribuídas à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, recentemente criada pelo Decreto nº 7.480 de 2011. Diante desse cenário, cumpre esclarecer que **as IES que se sentirem prejudicadas possuem alternativas administrativas e judiciais para evitar que o referido ato, de forma ilegal, venha ocasionar prejuízos das mais diversas ordens, inclusive com a diminuição do acesso de alunos ao ensino superior.**

Nessa esteira, a despeito da repercussão coletiva decorrente do ato da Secretaria de Regulação, a justificada irrisignação de cada IES deve ser objeto de medida individualizada diante das especificidades que ensejaram a aplicação da medida, estas ligadas a cada uma das entidades relacionadas no Anexo do despacho.

Assim, diante a latente irregularidade do ato, decorrente de sua irrazoabilidade, desproporcionalidade e evidente ausência de fundamento normativo, deve motivar para que o possível prejuízo instantâneo à ciência da punição não sirva de obstáculo para que as IES deixem de exercer seus direitos.

**Apresentam-se como mecanismos para o exercício do direito das IES a interposição de recurso ao Conselho Nacional de Educação, cujo prazo de 30 (trinta dias) se encerra no próximo dia 2 de julho, e, concomitantemente, impetrando Mandado de Segurança para assegurar a manutenção do número de vagas, uma vez que o recurso ao CNE não goza de efeito suspensivo.**

A presente orientação tem natureza técnica e visa orientar as instituições em face dos questionamentos formulados pelos associados da entidade.

## ANEXO IV – ALGUNS DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

[...]

#### CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010](#))

[...]

#### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995](#))

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

#### Seção I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996](#))

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996](#))

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009](#)) ([Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009](#))

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996](#))

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009\)](#)

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996\)](#)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996\)](#)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996\)](#)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009\)](#)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009\)](#)

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#) [\(Vide Decreto nº 6.003, de 2006\)](#)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009\)](#)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009\)](#)

[...]

## **ANEXO V – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

### **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

##### **Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

#### **TÍTULO II**

##### **Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

### TÍTULO III

#### Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - universalização do ensino médio gratuito; [\(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. [\(Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008\).](#)

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. [\(Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005\)](#)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

#### TÍTULO IV

##### Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: [\(Regulamento\)](#)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. [\(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003\)](#)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. [\(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003\)](#)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; [\(Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009\)](#)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001\)](#)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.



Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

- I - as instituições de ensino mantidas pela União;
- II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

- I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;
- II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;
- III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: [\(Regulamento\)](#)

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: [\(Regulamento\)](#)

- I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; [\(Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009\)](#)
- III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV - filantrópicas, na forma da lei.

## Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

### CAPÍTULO I

#### Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

### CAPÍTULO II

#### DA EDUCAÇÃO BÁSICA

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010\)](#)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [\(Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

II – maior de trinta anos de idade; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

V – [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

VI – que tenha prole. [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008\)](#)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. [\(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008\).](#)

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

## Seção II

### Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

### Seção III

#### Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. [\(Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007\).](#)

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. [\(Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011\).](#)

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. [\(Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997\)](#)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

## Seção IV

### Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV - serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008\)](#)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

## Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio  
([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

I - articulada com o ensino médio; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. ([Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008](#))

## Seção V

### Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

## CAPÍTULO III

### DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

#### Da Educação Profissional e Tecnológica [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

II – de educação profissional técnica de nível médio; [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)



§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. [\(Regulamento\)](#)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

## CAPÍTULO IV

### DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [\(Regulamento\)](#)

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; [\(Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007\).](#)

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. [\(Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006\)](#)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. [\(Regulamento\)](#)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. [\(Regulamento\)](#)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. [\(Regulamento\)](#)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: [\(Regulamento\)](#)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. [\(Regulamento\)](#)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; [\(Regulamento\)](#)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

- I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
- IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. [\(Regulamento\)](#)

## CAPÍTULO V

### DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

## TÍTULO VI

### Dos Profissionais da Educação

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. [\(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009\).](#)

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. [\(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009\).](#)

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. [\(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009\).](#)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: [\(Regulamento\)](#)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. [\(Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006\)](#)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. [\(Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006\)](#)

## TÍTULO VII

### Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;



IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

## TÍTULO VIII

### Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. [\(Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011\)](#)

Art. 79-A. [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. [\(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003\)](#)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. ([Regulamento](#))

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. ([Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008](#))

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

## TÍTULO IX

### Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º O poder público deverá censurar os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. ([Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006](#))

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: ([Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006](#))

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; ([Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006](#))

a) (Revogado) ([Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006](#))

b) (Revogado) ([Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006](#))

c) (Revogado) ([Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006](#))

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. ([Regulamento](#))

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das [Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e [5.540, de 28 de novembro de 1968](#), não alteradas pelas [Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995](#) e [9.192, de 21 de dezembro de 1995](#) e, ainda, as [Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971](#) e [7.044, de 18 de outubro de 1982](#), e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO  
Paulo Renato Souza

HENRIQUE

CARDOSO

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.1996

## **ANEXO VI – LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

### **LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.**

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

§ 1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

## CAPÍTULO III DOS DEVERES DO ADMINISTRADO

Art. 4º São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - expor os fatos conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

## CAPÍTULO IV DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 7º Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Art. 8º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

## CAPÍTULO V DOS INTERESSADOS

Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;
- II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 10. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

## CAPÍTULO VI DA COMPETÊNCIA

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

- I - a edição de atos de caráter normativo;
- II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

## CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

## CAPÍTULO VIII DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.



§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 23. Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

Art. 25. Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

## CAPÍTULO IX DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 27. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado.

Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

## CAPÍTULO X DA INSTRUÇÃO

Art. 29. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

§ 1º O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os dados necessários à decisão do processo.

§ 2º Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

Art. 30. São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1º A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2º O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

Art. 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Art. 34. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.

Art. 35. Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução provará, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 39. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Art. 41. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§ 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§ 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Art. 43. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 44. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Art. 47. O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

## CAPÍTULO XI DO DEVER DE DECIDIR

Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

## CAPÍTULO XII DA MOTIVAÇÃO

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

§ 3º A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

### CAPÍTULO XIII DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

§ 1º Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

### CAPÍTULO DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

XIV

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

## CAPÍTULO XV DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. [\(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006\).](#)

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;

II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 62. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.

Art. 63. O recurso não será conhecido quando interposto:

- I - fora do prazo;
- II - perante órgão incompetente;
- III - por quem não seja legitimado;
- IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1º Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.

§ 2º O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

Art. 64-A. Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. [\(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006\).](#)

Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal. [\(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006\).](#)

Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

## CAPÍTULO XVI DOS PRAZOS

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 67. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

## CAPÍTULO XVII DAS SANÇÕES

Art. 68. As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

## CAPÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.

Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental; [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

III – [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo. [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas. [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária. [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 3º [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 4º [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

Art. 70. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília 29 de janeiro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Renan Calheiros*

*Paulo Paiva*

*Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 1.2.1999 e [Retificado no D.O.U de 11.3.1999](#)*

## **ANEXO VII – LEI DO SINAES**

### **LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.**

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no caput deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;



III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no caput deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4o A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5o O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6o Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7o A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2o do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8o A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9o Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6o Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7o A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do caput deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do caput deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do caput deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do caput deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do caput deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;

III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o caput deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do caput do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a alínea a do § 2º do art. 9º da Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e os arts 3º e 4º da Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995.

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 15.4.2004

## **ANEXO VIII – DECRETO Nº 5.773/2006**

### **DECRETO Nº 5.773, DE LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.**

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º, incisos VI, VIII e IX, e 46, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e,

#### **DECRETA:**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

§ 1º A regulação será realizada por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação e sequenciais.

§ 2º A supervisão será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.

§ 3º A avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

Art. 2º O sistema federal de ensino superior compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior.

Art. 3º As competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, na forma deste Decreto.

Parágrafo único. As competências previstas neste Decreto serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na estrutura regimental do Ministério da Educação e do INEP, bem como nas demais normas aplicáveis.

Art. 4º Ao Ministro de Estado da Educação, como autoridade máxima da educação superior no sistema federal de ensino, compete, no que respeita às funções disciplinadas por este Decreto:

I - homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior;

II - homologar os instrumentos de avaliação elaborados pelo INEP;

III - homologar os pareceres da CONAES;

IV - homologar pareceres e propostas de atos normativos aprovadas pelo CNE; e

V - expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos.

Art. 5º No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao Ministério da Educação, por intermédio de suas Secretarias, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior, em suas respectivas áreas de atuação.

§ 1º No âmbito do Ministério da Educação, além do Ministro de Estado da Educação, desempenharão as funções regidas por este Decreto a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância, na execução de suas respectivas competências.

§ 2º À Secretaria de Educação Superior compete especialmente:

I - instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior, promovendo as diligências necessárias;

II - instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, promovendo as diligências necessárias;

III - propor ao CNE diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições;

IV - estabelecer diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para autorização de cursos de graduação e sequenciais;

V - aprovar os instrumentos de avaliação para autorização de cursos de graduação e sequenciais, elaborados pelo INEP, e submetê-los à homologação pelo Ministro de Estado da Educação;

VI - exercer a supervisão de instituições de educação superior e de cursos de graduação, exceto tecnológicos, e sequenciais;

VII - celebrar protocolos de compromisso, na forma dos arts. 60 e 61; e

VIII - aplicar as penalidades previstas na legislação, de acordo com o disposto no Capítulo III deste Decreto.

§ 3º À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete especialmente:

I - instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior tecnológica, promovendo as diligências necessárias;

II - instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, promovendo as diligências necessárias;

III - propor ao CNE diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições de educação superior tecnológica;

IV - estabelecer diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para autorização de cursos superiores de tecnologia;

V - aprovar os instrumentos de avaliação para autorização de cursos superiores de tecnologia, elaborados pelo INEP, e submetê-los à homologação pelo Ministro de Estado da Educação;

VI - elaborar catálogo de denominações de cursos superiores de tecnologia, para efeito de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia;

VII - apreciar pedidos de inclusão e propor ao CNE a exclusão de denominações de cursos superiores de tecnologia do catálogo de que trata o inciso VI;

VIII - exercer a supervisão de instituições de educação superior tecnológica e de cursos superiores de tecnologia;

IX - celebrar protocolos de compromisso, na forma dos arts. 60 e 61; e

X - aplicar as penalidades previstas na legislação, de acordo com o disposto no Capítulo III deste Decreto.

§ 4º À Secretaria de Educação a Distância compete especialmente:

I - instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições específico para oferta de educação superior a distância, promovendo as diligências necessárias; ([Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007](#))

II - instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância, promovendo as diligências necessárias; ([Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007](#))

III - propor ao CNE, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições específico para oferta de educação superior a distância;

IV - estabelecer diretrizes, compartilhadamente com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para autorização de cursos superiores a distância; e

V - exercer a supervisão dos cursos de graduação e sequenciais a distância, no que se refere a sua área de atuação. ([Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007](#))

Art. 6º No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao CNE:

I - exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento do Ministro de Estado da Educação;

II - deliberar, com base no parecer da Secretaria competente, observado o disposto no art. 4º, inciso I, sobre pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e específico para a oferta de cursos de educação superior a distância;

III - recomendar, por sua Câmara de Educação Superior, providências das Secretarias, entre as quais a celebração de protocolo de compromisso, quando não satisfeito o padrão de qualidade específico para credenciamento e credenciamento de universidades, centros universitários e faculdades;

IV - deliberar sobre as diretrizes propostas pelas Secretarias para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições;

V - aprovar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições, elaborados pelo INEP;

VI - deliberar, por sua Câmara de Educação Superior, sobre a exclusão de denominação de curso superior de tecnologia do catálogo de que trata o art. 5º, § 3º, inciso VII;

VII - aplicar as penalidades previstas no Capítulo IV deste Decreto;

VIII - julgar recursos, nas hipóteses previstas neste Decreto;

IX - analisar questões relativas à aplicação da legislação da educação superior; e

X - orientar sobre os casos omissos na aplicação deste Decreto, ouvido o órgão de consultoria jurídica do Ministério da Educação.

Art. 7º No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao INEP:

I - realizar visitas para avaliação in loco nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;

II - realizar as diligências necessárias à verificação das condições de funcionamento de instituições e cursos, como subsídio para o parecer da Secretaria competente, quando solicitado;

III - realizar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes;

IV - elaborar os instrumentos de avaliação conforme as diretrizes da CONAES;

V - elaborar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições e autorização de cursos, conforme as diretrizes do CNE e das Secretarias, conforme o caso; e

VI - constituir e manter banco público de avaliadores especializados, conforme diretrizes da CONAES.

Art. 8º No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete à CONAES:

I - coordenar e supervisionar o SINAES;

II - estabelecer diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação de cursos de graduação e de avaliação interna e externa de instituições;

III - estabelecer diretrizes para a constituição e manutenção do banco público de avaliadores especializados;

IV - aprovar os instrumentos de avaliação referidos no inciso II e submetê-los à homologação pelo Ministro de Estado da Educação;

V - submeter à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos para aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI - avaliar anualmente as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes do SINAES;

VII - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

VIII - ter acesso a dados, processos e resultados da avaliação; e

IX - submeter anualmente, para fins de publicação pelo Ministério da Educação, relatório com os resultados globais da avaliação do SINAES.

## CAPÍTULO II

### DA REGULAÇÃO

#### Seção I

##### Dos Atos Autorizativos



Art. 9º A educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 10. O funcionamento de instituição de educação superior e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Poder Público, nos termos deste Decreto.

§ 1º São modalidades de atos autorizativos os atos administrativos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como suas respectivas modificações.

§ 2º Os atos autorizativos fixam os limites da atuação dos agentes públicos e privados em matéria de educação superior.

§ 3º A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação, nos termos da [Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.](#)

§ 4º Qualquer modificação na forma de atuação dos agentes da educação superior após a expedição do ato autorizativo, relativa à mantenedora, à abrangência geográfica das atividades, habilitações, vagas, endereço de oferta dos cursos ou qualquer outro elemento relevante para o exercício das funções educacionais, depende de modificação do ato autorizativo originário, que se processará na forma de pedido de aditamento.

§ 5º Havendo divergência entre o ato autorizativo e qualquer documento de instrução do processo, prevalecerá o ato autorizativo.

§ 6º Os prazos contam-se da publicação do ato autorizativo.

§ 7º Os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 8º O protocolo do pedido de credenciamento de instituição de educação superior, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso superior prorroga a validade do ato autorizativo pelo prazo máximo de um ano.

§ 9º Todos os processos administrativos previstos neste Decreto observarão o disposto na [Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.](#)

§ 10. Os pedidos de ato autorizativo serão decididos tendo por base o relatório de avaliação e o conjunto de elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria em sua atividade instrutória. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Art. 11. O funcionamento de instituição de educação superior ou a oferta de curso superior sem o devido ato autorizativo configura irregularidade administrativa, nos termos deste Decreto, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal.

§ 1º Na ausência de qualquer dos atos autorizativos exigidos nos termos deste Decreto, fica vedada a admissão de novos estudantes pela instituição, aplicando-se as medidas punitivas e reparatorias cabíveis.

§ 2º A instituição que oferecer curso antes da devida autorização, quando exigida, terá sobrestados os processos de autorização e credenciamento em curso, pelo prazo previsto no § 1º do art. 68. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.861, de 2009\)](#)

§ 3º O Ministério da Educação determinará, motivadamente, como medida cautelar, a suspensão preventiva da admissão de novos alunos em cursos e instituições irregulares, visando evitar prejuízo a novos alunos.

§ 4º Na hipótese do § 3º, caberá recurso administrativo ao CNE, no prazo de trinta dias, sem efeito suspensivo.

## Seção II

### Do Credenciamento e Recredenciamento de Instituição de Educação Superior

#### Subseção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

I - faculdades;

II - centros universitários; e

III - universidades.

Art. 13. O início do funcionamento de instituição de educação superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação.

§ 1º A instituição será credenciada originalmente como faculdade.

§ 2º O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

§ 3º O indeferimento do pedido de credenciamento como universidade ou centro universitário não impede o credenciamento subsidiário como centro universitário ou faculdade, cumpridos os requisitos previstos em lei.

§ 4º O primeiro credenciamento terá prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para universidades.

Art. 14. São fases do processo de credenciamento:

I - protocolo do pedido junto à Secretaria competente, instruído conforme disposto nos arts. 15 e 16;

II - análise documental pela Secretaria competente;

III - avaliação in loco pelo INEP;

IV - parecer da Secretaria competente;

V - deliberação pelo CNE; e

VI - homologação do parecer do CNE pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 15. O pedido de credenciamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - da mantenedora:

a) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

c) comprovante de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando for o caso;

- d) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- e) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- f) demonstração de patrimônio para manter a instituição;
- g) para as entidades sem fins lucrativos, demonstração de aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição mantida; não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes e, em caso de encerramento de suas atividades, destinação de seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente; e
- h) para as entidades com fins lucrativos, apresentação de demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes;

II - da instituição de educação superior:

- a) comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco, prevista na [Lei no 10.870, de 19 de maio de 2004](#);
- b) plano de desenvolvimento institucional;
- c) regimento ou estatuto; e
- d) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um.

Art. 16. O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- II - projeto pedagógico da instituição;
- III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;
- IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;
- V - perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;
- VI - organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos;
- VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:
  - a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação

pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

- b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e
- c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e pólos de apoio presencial;

IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Art. 17. A Secretaria de Educação Superior ou a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme o caso, receberá os documentos protocolados e dará impulso ao processo.

§ 1º A Secretaria competente procederá à análise dos documentos sob os aspectos da regularidade formal e do mérito do pedido.

§ 2º A Secretaria, após análise documental, encaminhará o processo ao INEP para avaliação in loco.

§ 3º A Secretaria poderá realizar as diligências necessárias à completa instrução do processo, visando subsidiar a deliberação final das autoridades competentes.

§ 4º A Secretaria competente emitirá parecer, ao final da instrução, tendo como referencial básico o relatório de avaliação do INEP e considerando o conjunto de elementos que compõem o processo. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Art. 18. O processo será encaminhado ao CNE, para deliberação, em ato único, motivadamente, sobre a conformidade do estatuto ou do regimento com a legislação aplicável, a regularidade da instrução e o mérito do pedido.

Parágrafo único. Da decisão do CNE caberá recurso administrativo, na forma de seu regimento interno.

Art. 19. O processo será restituído ao Ministro de Estado da Educação para homologação do parecer do CNE. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Educação poderá restituir o processo ao CNE para reexame, motivadamente.

## Subseção II

### Do Recredenciamento

Art. 20. A instituição deverá protocolar pedido de recredenciamento ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído, no prazo previsto no § 7º do art. 10.

Parágrafo único. O processo de credenciamento observará as disposições processuais referentes ao pedido de credenciamento, no que couber.

Art. 21. O pedido de credenciamento de instituição de educação superior deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - quanto à mantenedora, os documentos referidos no art. 15, inciso I; e

II - quanto à instituição de educação superior, a atualização do plano de desenvolvimento institucional, do regimento ou estatuto e das informações relativas ao corpo dirigente, com destaque para as alterações ocorridas após o credenciamento.

Art. 22. O deferimento do pedido de credenciamento é condicionado à demonstração do funcionamento regular da instituição e terá como referencial básico os processos de avaliação do SINAES.

§ 1º A Secretaria competente considerará, para fins regulatórios, o último relatório de avaliação disponível no SINAES.

§ 2º Caso considere necessário, a Secretaria solicitará ao INEP realização de nova avaliação in loco.

Art. 23. O resultado insatisfatório da avaliação do SINAES enseja a celebração de protocolo de compromisso, na forma dos arts. 60 e 61 deste Decreto.

Parágrafo único. Expirado o prazo do protocolo de compromisso sem o cumprimento satisfatório das metas nele estabelecidas, será instaurado processo administrativo, na forma do art. 63, inciso II, ficando suspensa a tramitação do pedido de credenciamento até o encerramento do processo.

### Subseção III

[\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

#### Do Credenciamento de Campus Fora de Sede

Art. 24. As universidades poderão pedir credenciamento de campus fora de sede em Município diverso da abrangência geográfica do ato de credenciamento em vigor, desde que no mesmo Estado. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 1º O campus fora de sede integrará o conjunto da universidade e não gozará de prerrogativas de autonomia. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 2º O pedido de credenciamento de campus fora de sede processar-se-á como aditamento ao ato de credenciamento, aplicando-se, no que couber, as disposições processuais que regem o pedido de credenciamento. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 3º É vedada a oferta de curso em unidade fora da sede sem o prévio credenciamento do campus fora de sede e autorização específica do curso, na forma deste Decreto. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

### Subseção IV

#### Da Transferência de Manutenção

Art. 25. A alteração da manutenção de qualquer instituição de educação superior deve ser submetida ao Ministério da Educação.

§ 1º O novo mantenedor deve apresentar os documentos referidos no art. 15, inciso I, além do instrumento jurídico que dá base à transferência de manutenção. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 2º O pedido tramitará na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento da instituição, sujeitando-se a deliberação específica das autoridades competentes.

§ 3º É vedada a transferência de cursos ou programas entre mantenedoras.

§ 4º Não se admitirá a transferência de manutenção em favor de postulante que, diretamente ou por qualquer entidade mantida, tenha recebido penalidades, em matéria de educação superior, perante o sistema federal de ensino, nos últimos cinco anos.

§ 5º No exercício da atividade instrutória, poderá a Secretaria solicitar a apresentação de documentos que informem sobre as condições econômicas da entidade que cede a manutenção, tais como certidões de regularidade fiscal e outros, visando obter informações circunstanciadas sobre as condições de autofinanciamento da instituição, nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei nº 9.394, de 1996, no intuito de preservar a atividade educacional e o interesse dos estudantes. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

#### Subseção V

##### Do Credenciamento Específico para Oferta de Educação a Distância

Art. 26. A oferta de educação a distância é sujeita a credenciamento específico, nos termos de regulamentação própria.

§ 1º O pedido observará os requisitos pertinentes ao credenciamento de instituições e será instruído pela Secretaria de Educação Superior ou pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme o caso, com a colaboração da Secretaria de Educação a Distância.

§ 2º O pedido de credenciamento de instituição de educação superior para a oferta de educação a distância deve ser instruído com o comprovante do recolhimento da taxa de avaliação in loco e documentos referidos em regulamentação específica.

§ 3º Aplicam-se, no que couber, as disposições que regem o credenciamento e o recredenciamento de instituições de educação superior.

#### Seção III

##### Da Autorização, do Reconhecimento e da Renovação de Reconhecimento de Curso Superior

#### Subseção I

##### Da Autorização

Art. 27. A oferta de cursos superiores em faculdade ou instituição equiparada, nos termos deste Decreto, depende de autorização do Ministério da Educação.

§ 1º O disposto nesta Subseção aplica-se aos cursos de graduação e sequenciais.

§ 2º Os cursos e programas oferecidos por instituições de pesquisa científica e tecnológica submetem-se ao disposto neste Decreto.

Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput a novas turmas, cursos congêneres e toda alteração que importe aumento no número de estudantes da instituição ou modificação das condições constantes do ato de credenciamento.

§ 2º A criação de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deverá ser submetida, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde, previamente à autorização pelo Ministério da Educação. ([Redação dada pelo Decreto nº 5.840 de 2006](#))

§ 3º O prazo para a manifestação prevista no § 2º é de sessenta dias, prorrogável por igual período, a requerimento do Conselho interessado.

Art. 29. São fases do processo de autorização:

I - protocolo do pedido junto à Secretaria competente, instruído conforme disposto no art. 30 deste Decreto;

II - análise documental pela Secretaria competente;

III - avaliação in loco pelo INEP; e

IV - decisão da Secretaria competente.

Art. 30. O pedido de autorização de curso deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco;

II - projeto pedagógico do curso, informando número de alunos, turnos, programa do curso e demais elementos acadêmicos pertinentes;

III - relação de docentes, acompanhada de termo de compromisso firmado com a instituição, informando-se a respectiva titulação, carga horária e regime de trabalho; e

IV - comprovante de disponibilidade do imóvel.

Art. 31. A Secretaria competente receberá os documentos protocolados e dará impulso ao processo.

§ 1º A Secretaria realizará a análise documental, as diligências necessárias à completa instrução do processo e o encaminhará ao INEP para avaliação in loco.

§ 2º A Secretaria solicitará parecer da Secretaria de Educação a Distância, quando for o caso.

§ 3º A Secretaria oficiará o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou o Conselho Nacional de Saúde, nas hipóteses do art. 28.

§ 4º A Secretaria procederá à análise dos documentos sob os aspectos da regularidade formal e do mérito do pedido, tendo como referencial básico o relatório de avaliação do INEP, e ao final decidirá o pedido.

Art. 32. O Secretário competente poderá, em cumprimento das normas gerais da educação nacional:

I - deferir o pedido de autorização de curso;

II - deferir o pedido de autorização de curso, em caráter experimental, nos termos do [art. 81 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#); ou

III - indeferir, motivadamente, o pedido de autorização de curso.

Art. 33. Da decisão do Secretário, caberá recurso administrativo ao CNE, no prazo de trinta dias.

## Subseção II

### Do Reconhecimento

Art. 34. O reconhecimento de curso é condição necessária, juntamente com o registro, para a validade nacional dos respectivos diplomas.

Parágrafo único. O reconhecimento de curso na sede não se estende às unidades fora de sede, para registro do diploma ou qualquer outro fim. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Art. 35. A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento de curso, no período entre metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 1º O pedido de reconhecimento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco;

II - projeto pedagógico do curso, incluindo número de alunos, turnos e demais elementos acadêmicos pertinentes;

III - relação de docentes, constante do cadastro nacional de docentes; e

IV - comprovante de disponibilidade do imóvel.

§ 2º Os cursos autorizados nos termos deste Decreto ficam dispensados do cumprimento dos incisos II e IV, devendo apresentar apenas os elementos de atualização dos documentos juntados por ocasião da autorização.

§ 3º A Secretaria competente considerará, para fins regulatórios, o último relatório de avaliação disponível no SINAES.

§ 4º Caso considere necessário, a Secretaria solicitará ao INEP realização de nova avaliação in loco.

Art. 36. O reconhecimento de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, deverá ser submetido, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º O prazo para manifestação prevista no caput é de sessenta dias, prorrogável por igual período. [\(Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 2º Nos processos de reconhecimento dos cursos de licenciatura e normal superior, o Conselho Técnico Científico da Educação Básica, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, poderá se manifestar, aplicando-se, no que couber, as disposições procedimentais que regem a manifestação dos conselhos de regulamentação profissional. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Art. 37. No caso de curso correspondente a profissão regulamentada, a Secretaria abrirá prazo para que o respectivo órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, querendo, ofereça subsídios à decisão do Ministério da Educação, em sessenta dias.

§ 1º Decorrido o prazo fixado no caput, a Secretaria abrirá prazo para manifestação do requerente, por trinta dias.

§ 2º Instruído o processo, a Secretaria examinará os documentos e decidirá o pedido.

Art. 38. O deferimento do pedido de reconhecimento terá como referencial básico os processos de avaliação do SINAES.



Art. 39. O resultado insatisfatório da avaliação do SINAES enseja a celebração de protocolo de compromisso, na forma do arts. 60 e 61.

Parágrafo único. Expirado o prazo do protocolo de compromisso sem o cumprimento satisfatório das metas nele estabelecidas, será instaurado processo administrativo de cassação de autorização de funcionamento na forma do art. 63, inciso II.

Art. 40. Da decisão, caberá recurso administrativo ao CNE, no prazo de trinta dias.

### Subseção III

#### Da Renovação de Reconhecimento

Art. 41. A instituição deverá protocolar pedido de renovação de reconhecimento ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído, no prazo previsto no § 7º do art. 10.

§ 1º O pedido de renovação de reconhecimento deverá ser instruído com os documentos referidos no art. 35, § 1º, com a atualização dos documentos apresentados por ocasião do pedido de reconhecimento de curso.

§ 2º Aplicam-se à renovação do reconhecimento de cursos as disposições pertinentes ao processo de reconhecimento.

§ 3º A renovação do reconhecimento de cursos de graduação, incluídos os de tecnologia, de uma mesma instituição deverá ser realizada de forma integrada e concomitante.

### Subseção IV

[\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

#### Da Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Tecnologia

Art. 42. A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia terão por base o catálogo de denominações de cursos publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Art. 43. A inclusão no catálogo de denominação de curso superior de tecnologia com o respectivo perfil profissional dar-se-á pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, de ofício ou a requerimento da instituição.

§ 1º O pedido será instruído com os elementos que demonstrem a consistência da área técnica definida, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.

§ 2º O CNE, mediante proposta fundamentada da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, deliberará sobre a exclusão de denominação de curso do catálogo.

Art. 44. O Secretário, nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, poderá, em cumprimento das normas gerais da educação nacional: [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

I - deferir o pedido, com base no catálogo de denominações de cursos publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

II - deferir o pedido, determinando a inclusão da denominação do curso no catálogo;

III - deferir o pedido, mantido o caráter experimental do curso;

IV - deferir o pedido exclusivamente para fins de registro de diploma, vedada a admissão de novos alunos; ou

V - indeferir o pedido, motivadamente.

Parágrafo único. Aplicam-se à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia as disposições previstas nas Subseções II e III. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

### CAPÍTULO III

#### DA SUPERVISÃO

Art. 45. A Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância exercerão as atividades de supervisão relativas, respectivamente, aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância.

§ 1º A Secretaria ou órgão de supervisão competente poderá, no exercício de sua atividade de supervisão, nos limites da lei, determinar a apresentação de documentos complementares ou a realização de auditoria.

§ 2º Os atos de supervisão do Poder Público buscarão resguardar os interesses dos envolvidos, bem como preservar as atividades em andamento.

Art. 46. Os alunos, professores e o pessoal técnico-administrativo, por meio dos respectivos órgãos representativos, poderão representar aos órgãos de supervisão, de modo circunstanciado, quando verificarem irregularidades no funcionamento de instituição ou curso superior.

§ 1º A representação deverá conter a qualificação do representante, a descrição clara e precisa dos fatos a serem apurados e a documentação pertinente, bem como os demais elementos relevantes para o esclarecimento do seu objeto.

§ 2º A representação será recebida, numerada e autuada pela Secretaria competente e em seguida submetida à apreciação do Secretário.

§ 3º O processo administrativo poderá ser instaurado de ofício, quando a Secretaria competente tiver ciência de irregularidade que lhe caiba sanar e punir.

Art. 47. A Secretaria dará ciência da representação à instituição, que poderá, em dez dias, manifestar-se previamente pela insubsistência da representação ou requerer a concessão de prazo para saneamento de deficiências, nos termos do art. 46, § 1º, da Lei nº 9.394, de 1996, sem prejuízo da defesa de que trata o art. 51.

§ 1º Em vista da manifestação da instituição, o Secretário decidirá pela admissibilidade da representação, instaurando processo administrativo ou concedendo prazo para saneamento de deficiências.

§ 2º Não admitida a representação, o Secretário arquivará o processo.

Art. 48. Na hipótese da determinação de saneamento de deficiências, o Secretário exarará despacho, devidamente motivado, especificando as deficiências identificadas, bem como as providências para sua correção efetiva, em prazo fixado.

§ 1º A instituição poderá impugnar, em dez dias, as medidas determinadas ou o prazo fixado.

§ 2º O Secretário apreciará a impugnação e decidirá pela manutenção das providências de saneamento e do prazo ou pela adaptação das providências e do respectivo prazo, não cabendo novo recurso dessa decisão.

§ 3º O prazo para saneamento de deficiências não poderá ser superior a doze meses, contados do despacho referido no caput.

§ 4º Na vigência de prazo para saneamento de deficiências, poderá ser aplicada a medida prevista no art. 11, § 3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos.

Art. 49. Esgotado o prazo para saneamento de deficiências, a Secretaria competente poderá realizar verificação in loco, visando comprovar o efetivo saneamento das deficiências.

Parágrafo único. O Secretário apreciará os elementos do processo e decidirá sobre o saneamento das deficiências.

Art. 50. Não saneadas as deficiências ou admitida de imediato a representação, será instaurado processo administrativo para aplicação de penalidades, mediante portaria do Secretário, da qual constarão:

I - identificação da instituição e de sua mantenedora;

II - resumo dos fatos objeto das apurações, e, quando for o caso, das razões de representação;

III - informação sobre a concessão de prazo para saneamento de deficiências e as condições de seu descumprimento ou cumprimento insuficiente;

IV - outras informações pertinentes;

V - consignação da penalidade aplicável; e

VI - determinação de notificação do representado.

§ 1º O processo será conduzido por autoridade especialmente designada, integrante da Secretaria competente para a supervisão, que realizará as diligências necessárias à instrução.

§ 2º Não será deferido novo prazo para saneamento de deficiências no curso do processo administrativo.

Art. 51. O representado será notificado por ciência no processo, via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado, para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa, tratando das matérias de fato e de direito pertinentes.

Art. 52. Recebida a defesa, o Secretário apreciará o conjunto dos elementos do processo e proferirá decisão, devidamente motivada, arquivando o processo ou aplicando uma das seguintes penalidades previstas no [art. 46, § 1o, da Lei no 9.394, de 1996](#):

I - desativação de cursos e habilitações;

II - intervenção;

III - suspensão temporária de prerrogativas da autonomia; ou

IV - descredenciamento.

Art. 53. Da decisão do Secretário caberá recurso ao CNE, em trinta dias.

Parágrafo único. A decisão administrativa final será homologada em portaria do Ministro de Estado da Educação.

Art. 54. A decisão de desativação de cursos e habilitações implicará a cessação imediata do funcionamento do curso ou habilitação, vedada a admissão de novos estudantes.

§ 1º Os estudantes que se transferirem para outra instituição de educação superior têm assegurado o aproveitamento dos estudos realizados.

§ 2º Na impossibilidade de transferência, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do curso, exclusivamente para fins de expedição de diploma.

Art. 55. A decisão de intervenção será implementada por despacho do Secretário, que nomeará o interventor e estabelecerá a duração e as condições da intervenção.

Art. 56. A decisão de suspensão temporária de prerrogativas da autonomia definirá o prazo de suspensão e as prerrogativas suspensas, dentre aquelas previstas nos [incisos I a X do art. 53 da Lei no 9.394, de 1996](#), constando obrigatoriamente as dos incisos I e IV daquele artigo.

Parágrafo único. O prazo de suspensão será, no mínimo, o dobro do prazo concedido para saneamento das deficiências.

Art. 57. A decisão de descredenciamento da instituição implicará a cessação imediata do funcionamento da instituição, vedada a admissão de novos estudantes.

§ 1º Os estudantes que se transferirem para outra instituição de educação superior têm assegurado o aproveitamento dos estudos realizados.

§ 2º Na impossibilidade de transferência, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do curso, exclusivamente para fins de expedição de diploma.

## CAPÍTULO IV

### DA AVALIAÇÃO

Art. 58. A avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes será realizada no âmbito do SINAES, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º O SINAES, a fim de cumprir seus objetivos e atender a suas finalidades constitucionais e legais, compreende os seguintes processos de avaliação institucional:

I - avaliação interna das instituições de educação superior;

II - avaliação externa das instituições de educação superior;

III - avaliação dos cursos de graduação; e

IV - avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.

§ 2º Os processos de avaliação obedecerão ao disposto no [art. 2o da Lei no 10.861, de 2004](#).

Art. 59. O SINAES será operacionalizado pelo INEP, conforme as diretrizes da CONAES, em ciclos avaliativos com duração inferior a:

I - dez anos, como referencial básico para credenciamento de universidades; e

II - cinco anos, como referencial básico para credenciamento de centros universitários e faculdades e renovação de reconhecimento de cursos.

§ 1º [\(Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 2º [\(Revogado pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 3º A avaliação, como referencial básico para a regulação de instituições e cursos, resultará na atribuição de conceitos, conforme uma escala de cinco níveis.[\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Art. 60. A obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação, nos processos de credenciamento de instituições, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação enseja a celebração de protocolo de compromisso com a instituição de educação superior.

Parágrafo único. Caberá, a critério da instituição, recurso administrativo para revisão de conceito, previamente à celebração de protocolo de compromisso, conforme normas expedidas pelo Ministério da Educação. ([Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007](#))

Art. 61. O protocolo de compromisso deverá conter:

- I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição com vistas à superação das dificuldades detectadas;
- III - a indicação expressa de metas a serem cumpridas e, quando couber, a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV - o prazo máximo para seu cumprimento; e
- V - a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º A celebração de protocolo de compromisso suspende o fluxo do processo regulatório, até a realização da avaliação que ateste o cumprimento das exigências contidas no protocolo. ([Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007](#))

§ 2º Na vigência de protocolo de compromisso, poderá ser aplicada a medida prevista no art. 11, § 3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos.

Art. 62. Esgotado o prazo do protocolo de compromisso, a instituição será submetida a nova avaliação in loco pelo INEP, para verificar o cumprimento das metas estipuladas, com vistas à alteração ou à manutenção do conceito.

§ 1º O INEP expedirá relatório de nova avaliação à Secretaria competente, vedadas a celebração de novo protocolo de compromisso.

§ 2º A instituição de educação superior deverá apresentar comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco para a nova avaliação até trinta dias antes da expiração do prazo do protocolo de compromisso.

Art. 63. O descumprimento do protocolo de compromisso enseja a instauração de processo administrativo para aplicação das seguintes penalidades previstas no art. 10, § 2º, da Lei nº 10.861, de 2004:

- I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
- II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; e
- III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de educação superior.

§ 1º A instituição de educação superior será notificada por ciência no processo, via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado, para, no prazo de dez dias, apresentar defesa, tratando das matérias de fato e de direito pertinentes.

§ 2º Recebida a defesa, o Secretário apreciará o conjunto dos elementos do processo e o remeterá ao CNE para deliberação, com parecer recomendando a aplicação da penalidade cabível ou o seu arquivamento.

§ 3º Da decisão do CNE caberá recurso administrativo, na forma de seu regimento interno.

§ 4º A decisão de arquivamento do processo administrativo enseja a retomada do fluxo dos prazos previstos nos §§ 7º e 8º do art. 10.

§ 5º A decisão administrativa final será homologada em portaria do Ministro de Estado da Educação.

Art. 64. A decisão de suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação definirá o prazo de suspensão, que não poderá ser menor que o dobro do prazo fixado no protocolo de compromisso.

Art. 65. À decisão de cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos de graduação por ela oferecidos, aplicam-se o disposto nos arts. 57 ou 54, respectivamente.

Art. 66. A decisão de advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de educação superior, será precedida de processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### Seção I

##### Das Disposições Finais

Art. 67. O pedido de credenciamento de instituição de educação superior tramitará em conjunto com pedido de autorização de pelo menos um curso superior, observando-se as disposições pertinentes deste Decreto, bem como a racionalidade e economicidade administrativas.

Art. 68. O requerente terá prazo de doze meses, a contar da publicação do ato autorizativo, para iniciar o funcionamento do curso, sob pena de caducidade.

§ 1º Nos casos de caducidade do ato autorizativo e de decisão final desfavorável em processo de credenciamento de instituição de educação superior, inclusive de campus fora de sede, e de autorização de curso superior, os interessados só poderão apresentar nova solicitação relativa ao mesmo pedido após decorridos dois anos contados do ato que encerrar o processo. [\(Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

§ 2º Considera-se início de funcionamento do curso, para efeito do prazo referido no caput, a oferta efetiva de aulas. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.303, de 2007\)](#)

Art. 69. O exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional.

Parágrafo único. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

#### Seção II

##### Das Disposições Transitórias

Art. 70. O disposto no § 7º do art. 10 não se aplica a atos autorizativos anteriores a este Decreto que tenham fixado prazo determinado.

Art. 71. O catálogo de cursos superiores de tecnologia será publicado no prazo de noventa dias.

§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia em tramitação deverão adequar-se aos termos deste Decreto, no prazo de sessenta dias, contados da publicação do catálogo.

§ 2º As instituições de educação superior que ofereçam cursos superiores de tecnologia poderão, após a publicação deste Decreto, adaptar as denominações de seus cursos ao catálogo de que trata o art. 42.

Art. 72. Os campi fora de sede já criados e em funcionamento na data de publicação do [Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001](#), preservarão suas prerrogativas de autonomia pelo prazo de validade do ato de credenciamento, sendo submetidos a processo de credenciamento, que se processará em conjunto com o credenciamento da universidade, quando se decidirá acerca das respectivas prerrogativas de autonomia.

Art. 73. Os processos iniciados antes da entrada em vigor deste Decreto obedecerão às disposições processuais nele contidas, aproveitando-se os atos já praticados.

Parágrafo único. Serão observados os princípios e as disposições da legislação do processo administrativo federal, em especial no que respeita aos prazos para a prática dos atos processuais pelo Poder Público, à adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados e à interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige.

Art. 74. Os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos em tramitação no CNE e já distribuídos aos respectivos Conselheiros relatores seguirão seu curso regularmente, na forma deste Decreto.

Parágrafo único. Os processos ainda não distribuídos deverão retornar à Secretaria competente do Ministério da Educação.

Art. 75. As avaliações de instituições e cursos de graduação já em funcionamento, para fins de credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento, serão escalonadas em portaria ministerial, com base em proposta da CONAES, ouvidas as Secretarias e o INEP.

Art. 76. O Ministério da Educação e os órgãos federais de educação revogarão expressamente os atos normativos incompatíveis com este Decreto, em até trinta dias contados da sua publicação.

Art. 77. Os arts. 1º e 17 do Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

[§ 1o](#) Os CEFET são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

.....” (NR)

“Art. 17.....

.....

[§ 4o](#) Os CEFET poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do [§ 2o do art. 54 da Lei no 9.394, de 1996.](#)

§ 5º A autonomia de que trata o § 4º deverá observar os limites definidos no plano de desenvolvimento institucional, aprovado quando do seu credenciamento e credenciamento.” (NR)

Art. 78. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 79. Revogam-se os [Decretos nos 1.845, de 28 de março de 1996, 3.860, de 9 de julho de 2001, 3.864, de 11 de julho de 2001, 3.908, de 4 de setembro de 2001, e 5.225, de 1o de outubro de 2004.](#)

Brasília, 9 de maio de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.5.2006



## **ANEXO IX – PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 40/2007**

### **PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007(\*).**

\* Consolidada pela Portaria Normativa MEC nº 23, de 1º dezembro de 2010

Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 e pelo Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de cursos e instituições e cursos superiores; bem como a conveniência de simplificar, racionalizar e abreviar o trâmite dos processos relacionados, utilizando ao máximo as possibilidades oferecidas pela tecnologia da informação; e o disposto nas Leis nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; nº 10.861, de 14 de abril de 2004; e nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010, resolve determinar a publicação da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada, conforme se segue:

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A tramitação dos processos de regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos superiores do sistema federal de educação superior será feita exclusivamente em meio eletrônico, no sistema e-MEC, e observará as disposições específicas desta Portaria e a legislação federal de processo administrativo, em especial os princípios da finalidade, motivação, razoabilidade, moralidade, interesse público, economia e celeridade processual e eficiência, aplicando-se, por analogia, as disposições pertinentes da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. (NR)

§ 1º A comunicação dos atos se fará em meio eletrônico, com observância aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

§ 2º As notificações e publicações dos atos de tramitação dos processos pelo e-MEC serão feitas exclusivamente em meio eletrônico.

§ 3º A contagem de prazos observará o disposto no art. 66 da Lei nº 9.784, de 1999, em dias corridos, excluído o dia da abertura da vista e incluído o do vencimento, levando em consideração o horário de disponibilidade do sistema, que será devidamente informado aos usuários.

§ 4º A indisponibilidade do e-MEC na data de vencimento de qualquer prazo acarretará a prorrogação automática deste para o primeiro dia subsequente em que haja disponibilidade do sistema.

§ 5º A não utilização do prazo pelo interessado desencadeia o restabelecimento do fluxo processual.

§ 6º Os processos no e-MEC gerarão registro e correspondente número de transação, mantendo informação de andamento processual própria.

§ 7º A tramitação dos processos no e-MEC obedecerá à ordem cronológica de sua apresentação, ressalvada a hipótese de diligência pendente e admitida a apreciação por tipo de ato autorizativo, devidamente justificadas, observadas a impessoalidade e isonomia.

Art. 2º A movimentação dos processos se fará mediante a utilização de certificados digitais.

§ 1º O acesso ao sistema, para inserção de dados pelas instituições, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pelos conselhos nacionais de regulamentação profissional mencionados nos arts. 28, 36 e 37 do Decreto nº 5.773, de 2006, bem como por quaisquer outros agentes habilitados, dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, mediante a celebração de termo de compromisso.

§ 2º O acesso ao sistema, para inserção de dados pelos agentes públicos competentes para atuar nos processos de regulação, avaliação e supervisão também se dará pela atribuição de chave de identificação e senha de acesso, pessoal e intransferível, com a celebração de termo de compromisso.(NR)

§ 3º O acesso ao e-MEC deverá ser realizado com certificação digital, padrão ICP Brasil, com o uso de Certificado tipo A3 ou superior, emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da legislação específica.

§ 4º A assinatura do termo de compromisso com o provedor do sistema implica responsabilidade legal do compromissário e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações no e-MEC.

§ 5º O uso da chave de acesso e da senha gera presunção da autenticidade, confiabilidade e segurança dos dados, a cargo do usuário.

§ 6º O uso da chave de acesso e da senha é de responsabilidade exclusiva do compromissário, não cabendo ao provedor do sistema responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 7º A perda da chave de acesso ou da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema e à Autoridade Certificadora, para bloqueio de acesso.

Art. 3º Os documentos que integram o e-MEC são públicos, ressalvadas informações exclusivamente de interesse privado da instituição, expressamente referidas nesta Portaria.

§ 1º Serão de acesso restrito os dados relativos aos itens III, IV e X do art. 16, do Decreto nº 5773, de 2006, que trata do PDI.

§ 2º Os arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais e permanecerão à disposição das auditorias internas e externas do Ministério da Educação (MEC).

Art. 4º O e-MEC será implantado em ambiente acessível pela internet, de modo a permitir informação ao público sobre o andamento dos processos, bem como a relação de instituições credenciadas e de cursos autorizados e reconhecidos, além dos dados sobre os atos autorizativos e os elementos relevantes da instrução processual.

§ 1º O sistema gerará e manterá atualizadas relações de instituições credenciadas e recredenciadas no e-MEC, informando credenciamento específico para educação a distância (EAD), e cursos autorizados, reconhecidos ou com reconhecimento renovado, organizadas no Cadastro e-MEC, nos termos do art. 61-A. (NR)

§ 2º O sistema possibilitará a geração de relatórios de gestão, que subsidiarão as atividades decisória e de acompanhamento e supervisão dos órgãos do MEC (MEC).

Art. 5º Os documentos a serem apresentados pelas instituições poderão, a critério do MEC, ser substituídos por consulta eletrônica aos sistemas eletrônicos oficiais de origem, quando disponíveis.

Art. 6º Os dados informados e os documentos produzidos eletronicamente, com origem e signatário garantidos por certificação eletrônica, serão considerados válidos e íntegros, para todos os efeitos legais, ressalvada a alegação fundamentada de adulteração, que será processada na forma da legislação aplicável.

## CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS SOBRE O E-MEC

Art. 7º A coordenação do e-MEC caberá a pessoa designada pelo Ministro da Educação, competindo às Diretorias de Tecnologia da Informação do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sua execução operacional.( NR)

§ 1º Após a fase de implantação, o desenvolvimento ulterior do sistema será orientado por Comissão de Acompanhamento, integrada por representantes dos seguintes órgãos:

I -Gabinete do Ministro (GM);

II - Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI); (NR)

III - Secretaria de Educação Superior (SESu);

IV - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC);

V - Secretaria de Educação a Distância (SEED);

VI - INEP, por suas Diretorias de Avaliação da Educação Superior (DAES) e de Tecnologia e Desenvolvimento de Informação Educacional; (NR)

VII - Conselho Nacional de Educação (CNE);

VIII - Consultoria Jurídica (CONJUR).

§ 2º Compete à Comissão apreciar as alterações do sistema necessárias à sua operação eficiente, bem como à sua atualização e aperfeiçoamento.

§ 3º Os órgãos referidos nos incisos II, III, e VI do § 1º organizarão serviços de apoio ao usuário do e-MEC visando solucionar os problemas que se apresentem à plena operabilidade do sistema.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CURSO

Art. 8º O protocolo do pedido de credenciamento de instituição ou autorização de curso será obtido após o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - pagamento da taxa de avaliação, prevista no art. 3º, caput, da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, exceto para instituições de educação superior públicas, isentas nos termos do art. 3º, § 5º, da mesma lei, mediante documento eletrônico, gerado pelo sistema;

II - preenchimento de formulário eletrônico;

III - apresentação dos documentos de instrução referidos no Decreto nº 5.773, de 2006, em meio eletrônico, ou as declarações correspondentes, sob as penas da lei.

§ 1º O pedido de credenciamento deve ser acompanhado do pedido de autorização de pelo menos um curso, nos termos do art. 67 do Decreto nº 5.773, de 2006, e de no máximo 5 (cinco) cursos. (NR)

§ 2º O sistema não aceitará alteração nos formulários ou no boleto após o protocolo do processo.

§ 3º Os pedidos de credenciamento de centro universitário ou universidade deverão ser instruídos com os atos autorizativos em vigor da instituição proponente e com os demais documentos específicos, não se lhes aplicando o disposto no § 1º.

§ 4º O credenciamento para EAD, nos termos do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, obedecerá a procedimento específico, observado o Decreto nº 5.622, de 2005, e as disposições desta Portaria Normativa, cabendo à SEED a apreciação dos requisitos próprios para oferta dessa modalidade de educação.

§ 5º O protocolo do pedido não se completará até o pagamento da taxa, observado o art. 14-A, podendo o formulário respectivo ficar aberto pelo prazo máximo de 60 dias, após o quê perderá efeito.

Art. 9º A instituição ou o curso terá uma identificação perante o MEC, que será a mesma nas diversas etapas de sua existência legal e também nos pedidos de aditamento ao ato autorizativo.

§ 1º A instituição integrante do sistema federal de educação superior manterá a identificação nos processos de credenciamento para EAD.

§ 2º As instituições dos sistemas estaduais que solicitarem credenciamento para EAD terão identificação própria.

§ 3º O descredenciamento ou o cancelamento da autorização, resultantes de pedido da instituição ou de decisão definitiva do MEC, resultará na baixa do código de identificação, após a expedição dos diplomas ou documentos de transferência dos últimos alunos, observado o dever de conservação do acervo escolar. (NR)

#### Seção I Da análise documental

Art. 10. Após o protocolo, os documentos serão submetidos a análise.

§ 1º A análise dos documentos fiscais e das informações sobre o corpo dirigente e o imóvel, bem como do Estatuto ou Regimento, será realizada pela Secretaria competente. (NR)

§ 2º Caso os documentos sejam omissos ou insuficientes à apreciação conclusiva, o órgão poderá determinar ao requerente a realização de diligência, a qual se prestará unicamente a esclarecer ou sanar o aspecto apontado.

§ 3º A diligência deverá ser atendida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento do processo.

§ 4º O atendimento à diligência restabelece imediatamente o fluxo do processo.

§ 5º O não atendimento da diligência, no prazo, ocasiona o arquivamento do processo, nos termos do art. 11, § 3º.

§ 6º As diligências serão concentradas em uma única oportunidade em cada fase do processo, exceto na fase de avaliação, em que não caberá a realização de diligência, a fim de assegurar objetividade e celeridade processual.

Art. 11. Concluída a análise dos documentos, o processo seguirá ao Diretor de Regulação competente, para apreciar a instrução, no seu conjunto, e determinar a correção das irregularidades sanáveis, se couber, ou o arquivamento do processo, quando a insuficiência de elementos de instrução impedir o seu prosseguimento.(NR)

§ 1º Não serão aceitas alterações do pedido após o protocolo.

§ 2º Em caso de alteração relevante de qualquer dos elementos de instrução do pedido de ato autorizativo, o requerente deverá solicitar seu arquivamento, nos termos do § 3º, e protocolar novo pedido, devidamente alterado.

§ 3º O arquivamento do processo, nos termos do caput ou do § 2º não enseja o efeito do art. 68, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 2006, e gera, em favor da requerente, crédito do valor da taxa de avaliação recolhida correspondente ao pedido arquivado, a ser restituído na forma do art. 14, § 3º.

§ 4º Caso o arquivamento venha a ocorrer depois de iniciada a fase de avaliação, em virtude de qualquer das alterações referidas no § 2º, não haverá restituição do valor da taxa, observado o art. 14-B. (NR)

Art. 11-A Nos pedidos de autorização de cursos presenciais, a avaliação in loco poderá ser dispensada, por decisão do Diretor de Regulação competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado, condicionada ao Conceito Institucional (CI) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) da instituição mais recentes iguais ou superiores a 3 (três), cumulativamente.

§ 1º O disposto no caput não se aplica aos pedidos de autorização dos cursos referidos no art. 28, § 2º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

§ 2º Na hipótese de CI ou IGC inferiores a 3 (três), em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição, a autorização de cursos poderá ser indeferida, motivadamente, independentemente de visita de avaliação in loco.

§ 3º A reduzida proporção, correspondente a menos de 50% (cinquenta por cento), de cursos reconhecidos em relação aos cursos autorizados e solicitados é fundamento suficiente para o arquivamento do processo.

§ 4º Na ausência de CI, poderá ser considerado apenas o IGC da instituição.

Art. 11-B Nos pedidos de autorização de cursos em EAD, a aplicação da regra do art. 11-A é condicionada ao CI e IGC da instituição mais recentes iguais ou superiores a 4 (quatro), cumulativamente.

§ 1º Nos pedidos de credenciamento de pólos de apoio presencial poderá ser adotada a visita de avaliação in loco por amostragem, após análise documental, mediante despacho fundamentado, condicionada aos indicadores referidos no caput, observadas as proporções do art. 55, § 2º.

§ 2º Na hipótese de CI ou IGC inferiores a 3 (três), em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição, os pedidos de credenciamento institucional para a modalidade de EAD, credenciamento de novos pólos de apoio presencial e de autorização de cursos nessa modalidade poderão ser indeferidos, motivadamente, independentemente de visita de avaliação in loco.

Art. 12. Do despacho de arquivamento caberá recurso ao Secretário competente no prazo de dez dias.

Parágrafo único. A decisão do Secretário referida no caput é irrecorrível.

Art. 13. Encerrada a fase de instrução documental, com o despacho do Diretor ou do Secretário, conforme o caso, o processo seguirá ao INEP, para realização da avaliação in loco.

Parágrafo único. Na hipótese de múltiplos endereços, a avaliação in loco poderá ser feita por amostragem, a juízo da Diretoria de Regulação competente, a quem competirá assinalar os locais a serem visitados pelo INEP.

## Seção II

### Da avaliação pelo INEP

#### Subseção I

#### Da tramitação do processo na fase de avaliação

Art. 13-A A atividade de avaliação, sob responsabilidade do INEP, para fins de instrução dos processos de autorização e reconhecimento de cursos, bem como credenciamento de instituições, e suas respectivas renovações, terá início a partir do despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório da Secretaria competente, nos termos do art. 13, e se concluirá com a inserção do relatório de avaliação, após a apreciação pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), nas hipóteses de impugnação.

Parágrafo único. As decisões sobre os procedimentos de avaliação de responsabilidade do INEP cabem à DAES.

Art. 14. A tramitação do processo no INEP se iniciará com a geração de código de avaliação no sistema e-MEC e abertura e formulário eletrônico de avaliação para preenchimento pela instituição.(NR)

§ 1º As Comissões de Avaliação in loco de instituições serão compostas por três avaliadores e as de curso, por dois avaliadores, sorteados pelo sistema e-MEC dentre os integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES (Basis), observados os arts. 17-A a 17-H. (NR)

§ 2º Caso necessário, o requerente efetuará o pagamento do complemento da taxa de avaliação. (NR)

§ 3º O não pagamento do complemento da taxa de avaliação após o vencimento do prazo do boleto enseja o arquivamento do processo, nos termos do art. 11.(NR)

§ 4º [revogado]

Art. 14-A Deverá ser paga uma taxa de avaliação para cada processo aberto no sistema e-MEC, observado o art. 14-B.

§ 1º O valor da taxa básica de avaliação in loco é de R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais), nos processos de autorização e reconhecimento de cursos, e R\$ 10.440,00 (dez mil quatrocentos e quarenta reais), nos processos de credenciamento, e nas respectivas renovações.

§ 2º O valor da taxa para credenciamento de pólo de apoio presencial de EAD é de R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais) por pólo.

§ 3º As receitas obtidas com a taxa de avaliação in loco serão aplicadas exclusivamente no custeio das despesas com as Comissões de Avaliação.

Art. 14-B O arquivamento do processo ou dispensa de avaliação in loco, nos termos dos arts. 11, 11-A, 11-B, 35 e 35-A desta Portaria Normativa, poderá gerar em favor do requerente crédito do valor da taxa de avaliação correspondente, caso não tenham sido efetuadas despesas de custeio pelo INEP.

§ 1º O crédito gerado na forma do caput, após o encerramento do processo, poderá ser reaproveitado no sistema e-MEC em outra avaliação da instituição ou de seus cursos.

§ 2º O módulo Taxa de Avaliação do sistema e-MEC registrará o histórico de pagamento dos processos e a situação da instituição, indicando quitação ou pendência e saldo eventualmente existente.

§ 3º Havendo crédito, o reaproveitamento deverá ser requerido no sistema, com indicação do número do processo cedente e do beneficiário, esse em fase de protocolo.

§ 4º Havendo pendência, ficará suspenso o fluxo processual pelo prazo de 30 (trinta) dias, após o quê, não havendo quitação, o processo será arquivado.

§ 5º Realizada avaliação in loco, não caberá ressarcimento de valores, independentemente do número de avaliadores designados.

§ 6º Nas hipóteses de unificação de mantidas ou transferência de manutenção, poderão ser reaproveitados os créditos, considerada a nova situação da instituição.

§ 7º Quando não houver interesse em reaproveitar crédito eventualmente existente para outras avaliações dentro do sistema, o ressarcimento do valor poderá ser requerido à DAES, por ofício da instituição firmado por seu representante legal.

Art. 14-C As avaliações in loco durarão, em regra, 2 (dois) dias, para subsidiar atos de autorização, reconhecimento de curso e credenciamento de polo de apoio presencial para EAD, e 3 (três) dias, para atos de credenciamento, excluídos os dias de deslocamento, e idêntico prazo nas respectivas renovações, quando for o caso.

Parágrafo único. A avaliação in loco deverá ocorrer no endereço constante do processo eletrônico de solicitação do ato autorizativo, observado o parágrafo único do art. 13.

Art. 15. A Comissão de Avaliadores procederá à avaliação in loco, utilizando o instrumento de avaliação previsto art. 7º, V, do Decreto nº 5.773, de 2006, e respectivos formulários de avaliação.

§ 1º O requerente deverá preencher os formulários eletrônicos de avaliação, disponibilizados no sistema do INEP.

§ 2º O não preenchimento do formulário de avaliação de cursos no prazo de 15 (quinze) dias e de instituições, no prazo de 30 (trinta) dias ensejará o arquivamento do processo, nos termos do art. 11, § 2º.

§ 3º O INEP informará no e-MEC a data designada para a visita.

§ 4º O trabalho da Comissão de Avaliação deverá ser pautado pelo registro fiel e circunstanciado das condições concretas de funcionamento da instituição ou curso, incluídas as eventuais deficiências, em relatório que servirá como referencial básico à decisão das Secretarias competentes ou do CNE, conforme o caso.

§ 5º A Comissão de Avaliação, na realização da visita in loco, aferirá a exatidão dos dados informados pela instituição, com especial atenção ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quando se tratar de avaliação institucional, ou Projeto Pedagógico de Curso (PPC), quando se tratar de avaliação de curso.

§ 6º É vedado à Comissão de Avaliação fazer recomendações ou sugestões às instituições avaliadas, ou oferecer qualquer tipo de aconselhamento que influa no resultado da avaliação, sob pena de nulidade do relatório, além de medidas específicas de exclusão dos avaliadores do banco, a juízo do INEP.

§ 7º Do arquivamento do processo por não preenchimento do formulário eletrônico caberá recurso à Secretaria competente, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da notificação pelo sistema.

§ 8º Sendo o recurso provido, o processo receberá novo código de avaliação, na fase correspondente.

Art. 16. Realizada a visita à instituição, a Comissão de Avaliadores elaborará relatório, atribuindo conceito de avaliação. (NR)

§ 1º O relatório será produzido pela Comissão no sistema e-MEC e o INEP notificará a instituição e simultaneamente a Secretaria competente. (NR)

§ 2º A instituição e as Secretarias terão prazo comum de 60 dias para impugnar o resultado da avaliação.

§ 3º Havendo impugnação, será aberto prazo comum de 20 dias para contra-razões das Secretarias ou da instituição, conforme o caso.

§ 4º Após o recebimento do relatório, a DAES atestará o trabalho realizado para fins de encaminhamento do pagamento do Auxílio Avaliação Educacional (AAE) a que faz jus o avaliador, nos termos da Lei 11.507, de 20 de julho de 2007.

Art. 17. Havendo impugnação, o processo será submetido à CTAA, instituída nos termos da Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006, que apreciará conjuntamente as manifestações da instituição e das Secretarias competentes, e decidirá, motivadamente, por uma dentre as seguintes formas:

I - manutenção do parecer da Comissão de Avaliação;

II - reforma do parecer da Comissão de Avaliação, com alteração do conceito, para mais ou para menos, conforme se acolham os argumentos da instituição ou da Secretaria competente; (NR)

III - anulação do relatório e parecer, com base em falhas na avaliação, determinando a realização de nova visita, na forma do art. 15.

§ 1º A CTAA não efetuará diligências nem verificação in loco, em nenhuma hipótese.

§ 2º A decisão da CTAA é irrecorrível, na esfera administrativa, e encerra a fase da avaliação.

§ 3º Somente serão apreciadas pela CTAA as manifestações regularmente inseridas no sistema e-MEC.

## Subseção II

### Dos avaliadores e instrumentos de avaliação

Art. 17-A O avaliador é um docente da educação superior, membro da comunidade universitária que, em nome de seus pares e por delegação do MEC, afere a qualidade de instituições e cursos da educação superior.

Parágrafo único. As avaliações in loco destinam-se a conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais, não tendo o avaliador delegação do INEP ou de qualquer órgão do MEC para aconselhar ou orientar a instituição em relação à atividade educacional.

Art. 17-B Os avaliadores integrarão o Banco de Avaliadores do SINAES (Basis), instituído pela Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006, cadastro nacional, único e público de avaliadores da educação superior, selecionados e capacitados pelo INEP.

Parágrafo único. A administração do Basis caberá à DAES, que procederá às inclusões e exclusões pertinentes, ouvida a CTAA, nos termos desta Portaria Normativa.

Art. 17-C São requisitos para candidatar-se ao Basis:

I - ser docente inscrito no Cadastro Nacional de Docentes, instituído pela Portaria nº 327, de 1º de fevereiro de 2005, portador de titulação universitária não inferior a mestre;

II - comprovar exercício da docência, em nível superior, de pelo menos 3 (três) anos, em instituição e curso regulares conforme o Cadastro e-MEC;

III - possuir produção científica nos últimos 3 (três) anos, registrada no currículo Lattes;

IV - ter disponibilidade para participar de pelo menos três avaliações anuais; e

V - não ter pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias.

Art. 17-D A inscrição de docentes para o Basis será voluntária e se fará em módulo próprio do sistema e-MEC.

§ 1º O candidato a avaliador indicará a sua formação em nível de graduação e de pós-graduação stricto sensu, nos termos das informações contidas no Cadastro Nacional de Docentes, que se considera apto a avaliar, assinalando, quando a formação ou experiência permitirem, a modalidade a distância ou os cursos superiores de tecnologia.

§ 2º A DAES selecionará os candidatos inscritos no sistema, de acordo os perfis de avaliadores necessários ao atendimento da demanda de avaliação de instituições e cursos.

§ 3º Os candidatos selecionados serão convocados para capacitação presencial inicial pelo INEP.

§ 4º A capacitação será voltada à aplicação dos instrumentos de avaliação, devendo ser atualizada na hipótese de modificações substanciais no conteúdo desses.

§ 5º Ao final do processo de capacitação, o candidato, se convocado pelo INEP, firmará o Termo de Compromisso previsto na Portaria nº 156, de 14 de janeiro de 2005, devendo observá-lo enquanto perdurar sua participação no Basis.

§ 6º Após a assinatura do Termo de Compromisso, o docente será admitido como avaliador e inserido no Basis, por ato da DAES, homologado pela CTAA e devidamente publicado.

Art. 17-E O avaliador deve observar conduta ética, especialmente em relação aos seguintes deveres:

I - comparecer à instituição na data designada e cumprir rigorosamente os cronogramas de avaliação, apresentando relatórios claros, objetivos e suficientemente densos;

II - manter sob sua responsabilidade as senhas de acesso aos sistemas de informação do MEC, pessoais e intransferíveis;

III - manter sigilo sobre as informações obtidas em função da avaliação in loco, disponibilizando-as exclusivamente ao MEC;

IV - reportar ao INEP quaisquer dificuldades ou embaraços encontrados na avaliação in loco;

V - participar, sempre que convocado, de atividades de capacitação no âmbito do SINAES, promovidas pelo INEP;

VI - atuar com urbanidade, probidade, idoneidade, comprometimento, seriedade e responsabilidade.

Art. 17-F São vedadas ao avaliador as seguintes condutas, cuja prática ensejará a exclusão do Basis:

I - receber valores, presentes ou qualquer forma de ajuda de custo ou apoio da instituição avaliada;

II - fazer recomendações ou qualquer forma de aconselhamento à instituição;

III - promover atividades de consultoria e assessoria educacional, eventos, cursos e palestras, bem como produzir materiais de orientação sobre os procedimentos de avaliação do INEP;

IV - realizar avaliações em situação de impedimento, suspeição ou conflito de interesses.

§ 1º Caracterizam impedimento e suspeição as hipóteses previstas nos arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784, de 1999, e, subsidiariamente nos arts. 134 a 138 do Código de Processo Civil.

§ 2º Caracterizam conflito de interesse as situações definidas na Resolução nº 08, de 25 de setembro de 2003, da Comissão de Ética Pública, sem prejuízo de outras que a complementem.

§ 3º A participação do avaliador em qualquer atividade remunerada pela instituição ou curso por ele avaliados, desde um ano antes e até um ano depois da realização da avaliação, implica a nulidade do relatório para todos os fins, além de descumprimento dos deveres éticos, com a consequência de exclusão do Basis, nos termos desta Portaria Normativa, sem prejuízo de outras medidas penais e civis previstas na legislação própria.

Art. 17-G O avaliador será excluído do Basis, por decisão da CTAA, nas seguintes hipóteses:

I - voluntariamente, a pedido do avaliador;

II - em casos de inadequação reiterada dos relatórios às diretrizes de avaliação aplicáveis;

III - para conformidade com as exigências pertinentes à atividade de avaliação, observadas as diretrizes desta Portaria Normativa; ou

IV - pelo descumprimento de deveres, ou do Termo de Compromisso, ou inobservância de vedações referidas no art. 17-F desta Portaria Normativa, assegurados defesa e contraditório.

§ 1º Caberá à DAES processar as denúncias ou manifestações circunstanciadas que cheguem ao seu conhecimento a respeito dos integrantes do Basis.

§ 2º Na hipótese do inciso II, a CTAA poderá optar pela recapacitação do avaliador, uma única vez.

§ 3º A exclusão do avaliador com base no inciso IV perdurará pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e impedirá sua participação na Comissão Própria de Avaliação (CPA) de instituição pelo mesmo período.

Art. 17-H A designação de avaliadores para composição da Comissão de Avaliação será feita por sorteio eletrônico e será orientada pela diretriz da avaliação por pares, assegurando:

I - a aplicação dos seguintes parâmetros de mérito:

a) na avaliação de cursos, os avaliadores devem ter formação correspondente ao curso avaliado, com referência nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia, além de critérios usualmente adotados pela comunidade acadêmica;

b) na avaliação de cursos e instituições de EAD, os avaliadores devem ter experiência de pelo menos um ano nessa modalidade de educação;

c) na avaliação de cursos superiores de tecnologia, os avaliadores devem ter pelo menos três anos de experiência acadêmica na área específica do curso a ser avaliado;

d) na avaliação institucional, os avaliadores devem ter experiência em gestão acadêmica de, no mínimo, um ano;

e) na avaliação institucional de universidades, a Comissão de Avaliação deverá ser composta por pelo menos um avaliador oriundo de universidade;

II - a aplicação dos seguintes critérios eliminatórios operacionais aos avaliadores:

a) não possuir qualquer vínculo com a IES a ser avaliada;

b) residir em estado distinto do local de oferta a ser avaliado;

c) não ter pendência com a Receita Federal;

d) ter sido capacitado no instrumento a ser utilizado na avaliação;

e) não participar de mais de uma Comissão de Avaliação simultaneamente;

f) não exceder o número máximo de avaliações anuais fixado pelo INEP;

III - a aplicação de critérios classificatórios entre os avaliadores:

a) avaliadores com maior titulação;

b) avaliadores que possuem menor número de avaliações no ano corrente;

c) avaliadores que residem na mesma região da avaliação, mas em estados diferentes.

Parágrafo único. Nas áreas em que haja carência de docentes para capacitação como avaliadores, será admitida a composição da Comissão de Avaliação por professores com formação afim.

Art. 17-I O avaliador deverá, a cada designação, firmar Termo de Aceitação da Designação, no qual:

I - confirmará sua disponibilidade para participar da visita no dia e hora fixados;

II - atestará a inexistência de impedimento, suspeição ou qualquer razão que caracterize conflito de interesses;

III - declarará estar ciente da proibição de receber, a qualquer título, benefícios adicionais, pecuniários ou não, providos pelas instituições ou cursos em processo de avaliação.

IV - declarará estar ciente dos deveres éticos e das vedações relacionadas no art. 17-F desta Portaria Normativa.

§ 1º Caso não seja firmado o Termo de Aceitação da Designação no prazo de 48h (quarenta e oito horas) da designação, será realizado novo sorteio.

§ 2º Caso a avaliação in loco venha a ser cancelada após a assinatura do Termo de Aceitação, os motivos deverão ser formalizados, para registro e processamento das medidas operacionais devidas.

Art. 17-J A atividade da Comissão de Avaliação será orientada pelos indicadores de avaliação referidos no art. 33-B, quando disponíveis, e por instrumentos de avaliação elaborados segundo diretrizes da CONAES.

§ 1º Os formulários de avaliação extraídos dos instrumentos conterão espaço para o processamento de dados quantitativos e outro, para a apreciação qualitativa dos avaliadores.

§ 2º Os dados quantitativos precisamente exigíveis sempre que possível serão processados eletronicamente pelo sistema, com base nas informações apresentadas pelas instituições.

§ 3º As demais informações serão inseridas nos formulários de avaliação pela instituição e verificadas pela Comissão de Avaliação.

§ 4º A avaliação qualitativa será elaborada pela Comissão de Avaliação, com base na apreciação dos dados colhidos na avaliação in loco.

Art. 17-K Deverão estar disponíveis para análise pela Comissão de Avaliação previamente à realização da visita, além do formulário eletrônico de avaliação, outros documentos, que permitam considerar a instituição ou curso no conjunto, tais como:

I - relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação da instituição;

II - relatórios de avaliação dos cursos da instituição disponíveis;

III - informações sobre protocolos de compromisso e termos de saneamento de deficiências e seus relatórios de acompanhamento, bem como sobre os planos de melhorias referidos no art. 35-C, I, quando for o caso;

IV - dados de avaliação dos programas de pós-graduação da instituição pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando houver;

V - informações sobre o credenciamento e o último recredenciamento da instituição, considerando especialmente o seu PDI;

VI - indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE;

VII - os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;



VIII - os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro e-MEC; e

IX - outros considerados pertinentes pela CONAES.

Parágrafo único. Ao final da avaliação, será facultado à instituição informar sobre a atuação da Comissão de Avaliação, em campo próprio do sistema.

### Seção III

#### Da análise de mérito e decisão

Art. 18. O processo seguirá à apreciação da Secretaria competente, que analisará os elementos da instrução documental, a avaliação do INEP e o mérito do pedido e preparará o parecer do Secretário, pelo deferimento ou indeferimento do pedido, bem como a minuta do ato autorizativo, se for o caso. (NR)

§ 1º Caso a Diretoria de Regulação competente considere necessária a complementação de informação ou esclarecimento e ponto específico, poderá baixar o processo em diligência, observado o art. 10, §§ 2º a 6º, vedada a reabertura da fase de avaliação. (NR)

§ 2º Exarado o parecer do Secretário, o processo seguirá ao CNE, na hipótese de pedido de credenciamento, acompanhados dos pedidos de autorização que o instruem, na forma do art. 8º, § 1º, devidamente apreciados pelas Secretarias competentes. (NR)

§ 3º No caso de pedido de autorização, formalizada a decisão pelo Secretário competente, o ato autorizativo será encaminhado à publicação no Diário Oficial.

§ 4º No caso de pedido de autorização relacionado a pedido de credenciamento, após a homologação, pelo Ministro, do parecer favorável ao credenciamento, expedido o ato respectivo, a Secretaria competente encaminhará à publicação a portaria de autorização do curso.

§ 5º Indeferido o pedido de credenciamento, o pedido de autorização relacionado será arquivado.

Art. 19. Após a expedição do ato autorizativo a instituição deverá manter, no mínimo, as condições informadas ao MEC e verificadas por ocasião da avaliação in loco.

§ 1º Qualquer alteração relevante nos pressupostos de expedição do ato autorizativo deve ser processada na forma de pedido de aditamento, observando-se os arts. 55 e seguintes.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo caracteriza irregularidade, nos termos do art. 11 do Decreto nº 5.773, de 2006.

### Seção IV

#### Do processo no CNE

Art. 20. Na hipótese de recurso, o processo seguirá seu fluxo, no CNE, com o sorteio eletrônico de Conselheiro relator, necessariamente integrante da Câmara de Educação Superior (CES/CNE), observada a equanimidade de distribuição entre os Conselheiros, no que diz respeito aos processos que tramitam pelo e-MEC, nos termos do Regimento Interno do CNE. (NR)

Art. 21. O relator poderá manifestar-se pelo impedimento ou suspeição, nos termos dos arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784, de 1999, ou, subsidiariamente dos arts. 134 a 138 do Código de Processo Civil, ou ainda pela modificação da competência, também por aplicação analógica do Código de Processo Civil, arts. 103 a 106.

§ 1º Outras hipóteses de modificação de competência serão decididas pela CES/CNE.

§ 2º O impedimento ou a suspeição de qualquer Conselheiro não altera o quorum, para fins do sistema e-MEC.

Art. 22. O relator inserirá minuta de parecer no sistema, com acesso restrito aos membros da Câmara e pessoas autorizadas, podendo solicitar revisão técnica, e submeterá o processo à apreciação da CES/CNE.

Parágrafo único. O sistema informará a data de apreciação do processo pela CES/CNE, conforme calendário das sessões e inclusão em pauta pelo Presidente da Câmara.

Art. 23. A CES/CNE apreciará o parecer do Conselheiro relator e proferirá sua decisão, nos termos do Regimento Interno.

§ 1º O processo poderá ser baixado em diligência, para a apresentação de esclarecimentos ou informações relevantes, observado o art. 10, §§ 4º a 6º, nos termos do Regimento Interno.

§ 2º O prazo para atendimento da diligência será de 30 dias.

§ 3º Não caberá a realização de diligência para revisão da avaliação.

§ 4º Os integrantes da CES/CNE poderão pedir vista do processo, pelo prazo regimental.

Art. 24. Da deliberação caberá recurso ao Conselho Pleno (CP/CNE), nos termos do Regimento Interno do CNE.

§ 1º Havendo recurso, o processo será distribuído a novo relator, observado o art. 20, para apreciação quanto à admissibilidade e, se for o caso, quanto ao mérito, submetendo a matéria ao CP/CNE.

§ 2º O recurso das decisões denegatórias de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso será julgado em instância única, pela CES/CNE e sua decisão será irrecurável, na esfera administrativa.

Art. 25. A deliberação da CES/CNE ou do CP/CNE será encaminhada ao Gabinete do Ministro, para homologação.

§ 1º O Gabinete do Ministro poderá solicitar nota técnica à Secretaria competente e parecer jurídico à Consultoria Jurídica, a fim de instruir a homologação.

§ 2º O Ministro poderá devolver o processo ao CNE para reexame, motivadamente.

§ 3º No caso do parágrafo 2º, a CES/CNE ou o CP/CNE reexaminará a matéria.

§ 4º O processo retornará ao Gabinete, a fim de que o Ministro homologue o parecer e, se for o caso, expeça o ato autorizativo, que será encaminhado ao Diário Oficial da União, para publicação.

§ 5º Expedido o ato autorizativo ou denegado, motivadamente e de forma definitiva, o pedido, e informada no sistema a data de publicação no DOU, encerra-se o processo na esfera administrativa.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES PECULIARES AOS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO OU RECONHECIMENTO DE CURSO

Art. 26. Para a solicitação de autorização ou reconhecimento, é indispensável que o curso conste de PDI já submetido à apreciação dos órgãos competentes do MEC, por ocasião do credenciamento ou credenciamento da instituição, ou por aditamento, nos termos do art. 57, V. (NR)

§ 1º [revogado]

§ 2º [revogado]

Art. 27. O pedido de autorização deverá ser instruído com a relação de docentes comprometidos com a instituição para a oferta de curso, no Cadastro Nacional de Docentes. (NR)

Parágrafo único O pedido de reconhecimento deverá ser instruído com a relação de docentes efetivamente contratados para oferta do curso, devidamente cadastrados no Cadastro Nacional de Docentes.(NR)

Art. 28. Nos processos de autorização ou reconhecimento de cursos superiores de tecnologia o requerente informará se o pedido tem por base o catálogo instituído pela Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006, com base no art. 42 do Decreto nº 5.773, de 2006, ou tem caráter experimental, nos termos do art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996.

Parágrafo único. Os cursos experimentais sujeitam-se a consulta prévia à SETEC, que, ao deferir a tramitação do pedido com esse caráter, indicará a área do curso, para efeito de definição do perfil da Comissão de Avaliação pelo INEP.(NR)

Art. 29. Os pedidos de autorização de cursos de Direito, Medicina, Odontologia e os demais referidos no art. 28, § 2º do Decreto nº 5.773, de 2006, sujeitam-se a tramitação própria, nos termos desta Portaria Normativa. (NR)

§ 1º Nos pedidos de autorização e reconhecimento de curso de graduação em Direito, será aberta vista para manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pelo prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, a requerimento da OAB.

§ 2º Nos pedidos de autorização de cursos de graduação em Medicina, Odontologia e os demais referidos no art. 28, § 2º do Decreto nº 5.773, de 2006, será aberta vista para manifestação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, a requerimento do CNS. (NR)

§ 3º Nos pedidos de autorização e reconhecimento de curso correspondente a profissão regulamentada, será aberta vista para que o respectivo órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, querendo, ofereça subsídios à decisão da Secretaria competente, no prazo de 60 dias, nos termos do art. 37 do Decreto nº 5.773, de 2006. (NR)

§ 4º Nos pedidos de reconhecimento dos cursos de licenciatura, o Conselho Técnico Científico da Educação Básica, da CAPES, poderá se manifestar, aplicando-se, no que couber, as disposições procedimentais que regem a manifestação dos conselhos de regulamentação profissional.

§ 5º O processo no MEC tramitará de forma independente e simultânea à análise pelos entes referidos nos §§ 1º a 4º, conforme o caso, cuja manifestação subsidiará a apreciação de mérito da Secretaria competente, por ocasião da impugnação ao parecer da Comissão de Avaliação do INEP. (NR)

§ 6º Caso a manifestação da OAB ou CNS, referida nos §§ 1º ou 2º, observado o limite fixado no Decreto nº 5.773, de 2006, extrapole o prazo de impugnação da Secretaria, este último ficará sobrestado até o fim do prazo dos órgãos referidos e por mais dez dias, a fim de que a Secretaria competente possa considerar as informações e elementos por eles referidos.

§ 7º Nos pedidos de autorização de curso de Direito sem parecer favorável da OAB ou de Medicina, Odontologia e os demais referidos no art. 28, § 2º do Decreto nº 5.773, de 2006, sem parecer favorável do CNS, quando o conceito da avaliação do INEP for satisfatório, a SESu impugnará, de ofício, à CTAA. (NR)

§ 8º Os pedidos de autorização de cursos de Medicina deverão ser instruídos com elementos específicos de avaliação, que possam subsidiar a decisão administrativa em relação aos seguintes aspectos:

I - demonstração da relevância social, com base na demanda social e sua relação com a ampliação do acesso à educação superior, observados parâmetros de qualidade;

II - demonstração da integração do curso com a gestão local e regional do Sistema Único de Saúde - SUS;

III - comprovação da disponibilidade de hospital de ensino, próprio ou conveniado por período mínimo de dez anos, com maioria de atendimentos pelo SUS;

IV - indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores:

a) com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu;

b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e

c) com experiência docente.

§ 9º Os pedidos de autorização de cursos de Direito deverão ser instruídos com elementos específicos de avaliação, que possam subsidiar a decisão administrativa em relação aos seguintes aspectos:

I - a demonstração da relevância social, com base na demanda

social e sua relação com a ampliação do acesso à educação superior, observados parâmetros de qualidade;

II - indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores:

a) com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu;

b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e

c) com experiência docente na instituição e em outras instituições.

Art. 30. A instituição informará a época estimada para reconhecimento do curso, aplicando a regra do art. 35, caput, do Decreto nº 5.773, de 2006, ao tempo fixado de conclusão do curso.

§ 1º A portaria de autorização indicará o prazo máximo para pedido de reconhecimento.

§ 2º Até 30 dias após o início do curso, a instituição informará a data da oferta efetiva.

Art. 31. Aplicam-se ao processo de reconhecimento, no que couber, as disposições pertinentes ao processo de autorização de curso, observadas as disposições deste artigo.

§ 1º Os cursos oferecidos por instituições autônomas, não sujeitos a autorização, serão informados no Cadastro e-MEC, no prazo de até 30 (trinta) dias da aprovação pelo Conselho Superior competente da instituição, acompanhados do respectivo PPC, na forma do art. 61-C, e receberão código de identificação, que será utilizado no reconhecimento e nas demais funcionalidades do cadastro. (NR)

§ 2º Na hipótese de insuficiência de documentos, na fase de instrução documental, a decisão de arquivamento do processo, exaurido o recurso, implicará o reconhecimento do curso apenas para fim de expedição e registro de diploma, vedado o ingresso de novos alunos, ou o indeferimento do pedido de reconhecimento, com a determinação da transferência de alunos.

§ 3º A avaliação realizada por ocasião do reconhecimento do curso aferirá a permanência das condições informadas por ocasião da autorização, bem como o atendimento satisfatório aos requisitos de qualidade definidos no instrumento de avaliação apropriado.

§ 4º Na hipótese de avaliação insatisfatória, observar-se-á o disposto no § 2º deste artigo. (NR)

§ 5º À decisão desfavorável do Secretário competente ao pedido de autorização ou reconhecimento se seguirá a abertura do prazo de 30 dias para recurso ao CNE.

§ 6º O recurso das decisões denegatórias de autorização ou reconhecimento de curso será julgado, em instância única, pela Câmara de Educação Superior do CNE e sua decisão será irrecorrível, na esfera administrativa, sendo submetida à homologação do Ministro, na forma do art. 25.

§ 7º Mantido o entendimento desfavorável pela CES/CNE, com a homologação ministerial, a decisão importará indeferimento do pedido de autorização ou reconhecimento e, neste caso, de transferência dos alunos ou deferimento para efeito de expedição de diplomas, vedado, em qualquer caso, o ingresso de novos alunos.

§ 8º Aplicam-se à renovação de reconhecimento, no que couber, as disposições relativas ao reconhecimento.

Art. 32. Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.

§ 1º A instituição deverá afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:

I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;

II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;

III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;

IV - matriz curricular do curso;

V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;

VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.

§ 2º A instituição manterá em página eletrônica própria, e também na biblioteca, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no §1º, além dos seguintes elementos:

I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;

II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;

III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;

IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.

§ 3º O edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção, deverá conter pelo menos as seguintes informações:

I - denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo;(NR)

II - ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no Diário Oficial da União, observado o regime da autonomia, quando for o caso;

III - número de vagas autorizadas, por turno de funcionamento, de cada curso, observado o regime da autonomia, quando for o caso; (NR)

IV - número de alunos por turma;

V - local de funcionamento de cada curso;

VI - normas de acesso;

VII - prazo de validade do processo seletivo.

§ 4º A expedição do diploma e histórico escolar final considera-se incluída nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno.

## CAPÍTULO V

### DO CICLO AVALIATIVO E DAS DISPOSIÇÕES PECULIARES AOS PROCESSOS DE RECRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS

#### Seção I

##### Da periodicidade do ciclo, dos indicadores de qualidade e conceitos de avaliação

Art. 33. O ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de recrenciamento e de renovação de reconhecimento.(NR)

§ 1º Os atos de credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos superiores são considerados atos de entrada no sistema e sujeitam-se a avaliação específica, não condicionada pelas normas que regem o ciclo avaliativo, salvo disposição expressa nesse sentido. (NR)

§ 2º O retardamento do pedido de credenciamento ou renovação de reconhecimento caracteriza irregularidade administrativa, nos termos do art. 11 do Decreto nº 5.773, de 2006, sendo vedada a admissão de novos estudantes até o saneamento da irregularidade. (NR)

§ 3º As hipóteses de dispensa de avaliação in loco referidas nesta Portaria Normativa não excluem a visita para fins de supervisão, quando pertinente. (NR)

Art. 33-A As avaliações do ciclo avaliativo serão orientadas por indicadores de qualidade e gerarão conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores, expedidos periodicamente pelo INEP, em cumprimento à Lei nº 10.861, de 2004, na forma desta Portaria Normativa.

§ 1º Os conceitos de avaliação serão expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória.

§ 2º Os indicadores de qualidade serão expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória e, no caso de instituições também serão apresentados em escala contínua.

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa no 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infra-estrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando:

I - a média dos últimos CPCs disponíveis dos cursos avaliados da instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

II - a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes;

III - a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do inciso II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.

§ 3º O ENADE será realizado todos os anos, aplicando-se aos estudantes de cada área por triênios, conforme descrito no art. 33-E.

§ 4º Nos anos em que o IGC da instituição não incorporar CPC de cursos novos, será informada a referência do último IGC atualizado.

§ 5º O IGC será calculado e divulgado na forma desta Portaria

Normativa, independentemente do número de cursos avaliados.

§ 6º O CPC dos cursos com oferta nas modalidades presencial e a distância será divulgado de maneira unificada, considerando a soma dos estudantes das duas modalidades e seus respectivos resultados.

§ 7º Nas hipóteses de unificação de mantidas, transferência de manutenção ou outras ocorrências que possam interferir no cálculo do IGC, serão considerados, para efeito de cálculo, os cursos que integrem a instituição até a data de referência, considerada essa como o prazo final de inscrição de alunos no ENADE.

Art. 33-C São conceitos de avaliação, os resultados após avaliação in loco realizada por Comissão de Avaliação do INEP:

I - de curso: o Conceito de Curso (CC), consideradas, em especial, as condições relativas ao perfil do corpo docente, à organização didático-pedagógica e às instalações físicas;

II - de instituição, o Conceito de Instituição (CI), consideradas as dimensões analisadas na avaliação institucional externa.

Parágrafo único. As Comissões de Avaliação utilizarão o CPC e o IGC como referenciais orientadores das avaliações in loco de cursos e instituições, juntamente com os instrumentos referidos no art. 17-J e demais elementos do processo.

## Do ENADE

Art. 33-D O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências adquiridas em sua formação.

§ 1º O ENADE será realizado pelo INEP, sob a orientação da CONAES, e contará com o apoio técnico de Comissões Assessoras de Área.

§ 2º O INEP constituirá um banco de itens, elaborados por um corpo de especialistas, conforme orientação das Comissões Assessoras de Área, para composição das provas do ENADE.

Art. 33-E O ENADE será realizado todos os anos, aplicando-se trienalmente a cada curso, de modo a abranger, com a maior amplitude possível, as formações objeto das Diretrizes Curriculares Nacionais, da legislação de regulamentação do exercício profissional e do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia.

§ 1º O calendário para as áreas observará as seguintes referências:

- a) Ano I- saúde, ciências agrárias e áreas afins;
- b) Ano II- ciências exatas, licenciaturas e áreas afins;
- c) Ano III- ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins.

§ 2º O calendário para os eixos tecnológicos observará as seguintes referências:

- a) Ano I- Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança;
- b) Ano II- Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infra-estrutura, Produção Industrial;
- c) Ano III- Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

§ 3º A relação de cursos que compõem o calendário anual de provas do ENADE, com base nas áreas constantes do § 1º poderá ser complementada ou alterada, nos termos do art. 6º, V, da Lei nº 10.861, de 2004, por decisão da CONAES, ouvido o INEP, mediante ato homologado pelo Ministro da Educação, considerando como critérios, entre outros, a abrangência da oferta e a quantidade de alunos matriculados.

Art. 33-F O ENADE será aplicado aos estudantes ingressantes e concluintes de cada curso a ser avaliado, conforme lançados no Cadastro e-MEC, observados os respectivos códigos e os locais de oferta informados.

§ 1º O ENADE será composto de uma prova geral de conhecimentos e uma prova específica de cada área, voltada a aferir as competências, habilidades e conteúdos agregados durante a formação.

§ 2º Os alunos ingressantes participarão apenas da prova geral, que será elaborada com base na matriz de referência do Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM).

§ 3º Os alunos ingressantes que tiverem realizado o ENEM, aplicado com metodologia que permita comparação de resultados entre edições do exame, poderão ser dispensados de realizar a prova geral do ENADE, mediante apresentação do resultado válido.

§ 4º Os alunos concluintes realizarão a prova geral de conhecimentos e a prova específica da área.

Art. 33-G O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos desta Portaria Normativa.

§ 1º O estudante que tenha participado do ENADE terá registrada no histórico escolar a data de realização da prova.

§ 2º O estudante cujo ingresso ou conclusão no curso não coincidir com os anos de aplicação do ENADE respectivo, observado o calendário referido no art. 33-E terá no histórico escolar a menção, "estudante dispensado de realização do ENADE, em razão do calendário trienal".

§ 3º O estudante cujo curso não participe do ENADE, em virtude da ausência de Diretrizes Curriculares Nacionais ou motivo análogo, terá no histórico escolar a menção "estudante dispensado de realização do ENADE, em razão da natureza do curso".

§ 4º O estudante que não tenha participado do ENADE por motivos de saúde, mobilidade acadêmica ou outros impedimentos relevantes de caráter pessoal, devida e formalmente justificados perante a instituição, terá no histórico escolar a menção "estudante dispensado de realização do ENADE, por razão de ordem pessoal".

§ 5º O estudante que não tiver sido inscrito no ENADE por ato de responsabilidade da instituição terá inscrito no histórico escolar a menção "estudante não participante do ENADE, por ato da instituição de ensino."

§ 6º A situação do estudante em relação ao ENADE constará do histórico escolar ou atestado específico, a ser fornecido pela instituição na oportunidade da conclusão do curso, de transferência ou quando solicitado.

§ 7º A ausência de informação sobre o ENADE no histórico escolar ou a indicação incorreta de dispensa caracteriza irregularidade da instituição, passível de supervisão, observado o disposto no art. 33-H.

§ 8º A soma dos estudantes concluintes dispensados de realização do ENADE nas situações referidas nos §§ 4º e 5º deverá ser informada anualmente ao INEP e caso ultrapasse a proporção de 2% (dois por cento) dos concluintes habilitados por curso, ou o número de 10 (dez) alunos, caracterizará irregularidade, de responsabilidade da instituição.

Art. 33-H A inscrição dos estudantes habilitados a participar do ENADE é responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior.

§ 1º Devem ser inscritos na condição de ingressantes todos os estudantes que tenham iniciado o curso com matrícula no ano de realização do ENADE.

§ 2º Devem ser inscritos na condição de concluintes todos os estudantes que tenham expectativa de conclusão do curso no ano de realização do ENADE, além daqueles que tenham completado mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária do curso.

Art. 33- I A instituição deverá divulgar amplamente junto ao corpo discente de cada curso a realização do ENADE respectivo, a fim de que o processo de inscrição abranja todos os estudantes habilitados.

§ 1º A instituição efetuará as inscrições de seus alunos em sistema eletrônico próprio do INEP, disponível por 10 (dez) dias após o encerramento do período regular de inscrições, para consulta dos estudantes.

§ 2º No período previsto no § 1º, o estudante que não identificar seu nome na lista de inscritos sem estar incluído nas situações de dispensa referidas no art. 33-G, poderá solicitar à instituição que envie pedido de inscrição ao INEP.

§ 3º Após período para verificação e retificação de dados, compreendendo as inclusões referidas no § 2º, o INEP divulgará a relação definitiva de inscrições e os locais de prova.

§ 4º O sistema eletrônico de inscrição no ENADE será orientado pela interoperabilidade com as bases de dados do Censo da Educação Superior e do ENEM, visando a simplificação do processo de inscrição pelas instituições.

Art. 33-J O INEP disponibilizará, em meio eletrônico, questionários destinados a conhecimento do perfil dos estudantes inscritos, como subsídio para melhor compreensão dos resultados, conforme diretrizes definidas pela CONAES.

§ 1º O preenchimento dos questionários pelos estudantes é obrigatório e deve ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias que antecedem a realização do ENADE.

§ 2º Os coordenadores de cursos informados no Cadastro e-MEC preencherão questionários próprios, destinados às informações gerais sobre o curso, no prazo de até 15 dias após a realização da prova.

§ 3º Os coordenadores de curso poderão consultar relatório gerencial no sistema, acompanhando o número de questionários de estudantes em aberto ou já finalizados para envio ao INEP.

Art. 33-K O estudante fará o ENADE no município de funcionamento do curso, conforme constar do Cadastro e-MEC.

§ 1º O estudante de curso na modalidade de EAD realizará o exame no município do pólo de apoio presencial ao qual esteja vinculado.

§ 2º A indicação do município para realização do exame, na hipótese do § 1º, é de responsabilidade da instituição.

Art. 33-L Os resultados do ENADE serão expressos numa escala de cinco níveis e divulgados na forma do art. 34, passando a integrar o conjunto das dimensões avaliadas quando da avaliação dos cursos de graduação e dos processos de auto-avaliação.

Parágrafo único. A informação dos resultados individuais aos estudantes será feita em boletim de acesso reservado, nos termos do § 9º do art. 6º da Lei nº 10.861, de 2004.

Art. 33-M Os estudantes habilitados que não tenham sido inscritos ou não tenham realizado o ENADE fora das hipóteses de dispensa referidas nesta Portaria Normativa estarão em situação irregular, não podendo receber o histórico escolar final.

§ 1º Após a realização do ENADE, o estudante inscrito que não tenha participado do ENADE pelos motivos previstos no art. 33-G, § 4º, terá 10 (dez) dias para apresentar no sistema a justificativa de ausência.

§ 2º O INEP analisará a justificativa e comunicará à instituição o deferimento ou indeferimento da dispensa, para os efeitos do art. 33-G, § 4º.

§ 3º O estudante que permanecer em situação irregular deverá ser inscritos no ENADE no ano seguinte, nesta condição.

§ 4º Quando a responsabilidade pela não inscrição for da instituição, extrapolado o limite previsto no art. 33-G, § 8º, a instituição estará sujeita à suspensão do processo seletivo, com fundamento no art. 10, § 2º da Lei nº 10.861, de 2004, nos termos do art. 5º, § 7º da mesma lei.

§ 5º No caso das instituições públicas, os responsáveis pela não inscrição sujeitam-se a processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 10, § 2º, III, da Lei nº 10.861, de 2004.

§ 6º Quando a responsabilidade pela não realização do exame for do estudante, esse deve requerer a regularização de sua situação, mediante a realização da prova geral de conhecimentos no ano seguinte.

§ 7º Os estudantes em situação irregular não serão considerados para o cálculo do indicador baseado no ENADE.

### Seção III

#### Da divulgação dos indicadores e conceitos

Art. 34. O procedimento de divulgação dos indicadores de qualidade e conceitos de avaliação às instituições e ao público observará o disposto neste artigo.(NR)

§ 1º O CPC e o IGC serão calculados por sistema informatizado do INEP, considerando os insumos coletados nas bases de dados oficiais do INEP e do MEC, associados aos respectivos códigos de cursos e instituições, bem como locais de oferta, quando pertinente, e informados às instituições por meio do sistema eletrônico.

§ 2º Na hipótese de questionamento sobre a exatidão dos indicadores, poderá ser requerida a sua retificação, em campo próprio do sistema e-MEC, no prazo de até 10 (dez) dias da ciência.

§ 3º Inexistindo pedido de retificação, o INEP publicará os indicadores no Cadastro e-MEC e no Diário Oficial da União.

§ 4º Quando houver pedido de retificação, o INEP fará a análise devida, publicando, se for o caso, o indicador retificado, que passará a ser exibido em lugar do original.

§ 5º Após a etapa de avaliação in loco, o relatório de avaliação bem como os conceitos CC e CI serão disponibilizados para a exibição no Cadastro e-MEC.

§ 6º Ocorrendo revisão do conceito, por decisão da CTAA, o CC ou CI revisto deverá ser lançado pela DAES no Cadastro e-MEC, passando a ser exibido.

§ 7º Nas hipóteses de dispensa da avaliação in loco previstas nesta Portaria Normativa, com base em CPC ou IGC satisfatórios, o Cadastro e-MEC exibirá a menção "dispensado" nos campos correspondentes ao CC ou CI, respectivamente.

### Seção IV

#### Da avaliação de cursos e instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de renovação de reconhecimento e credenciamento

Art. 35. [revogado]

Art. 35-A Em cada ciclo avaliativo, por deliberação da CONAES, homologada pelo Ministro da Educação, poderá ser prorrogada a validade dos atos de credenciamento de instituição, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso em vigor, desde que observados os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - indicador satisfatório; no caso de cursos, o CPC, e de instituição, os IGCs dos três anos que integram o ciclo;

II - ato autorizativo válido;

III - inexistência de medida de supervisão em vigor.

§ 1º A CONAES poderá, ouvido o INEP, definir critérios de seleção de grupos de cursos ou instituições para submeterem-se a renovação do ato autorizativo naquele ciclo, que se acrescerão às hipóteses de renovação obrigatória referidas nos arts. 35-B e 35-C.

§ 2º Na hipótese de IGC insatisfatório em qualquer ano do ciclo, fica sem efeito a prorrogação referida no caput, devendo ser protocolado pedido de credenciamento, na forma do art. 35-C.

Art. 35-B Os cursos sem CPC deverão requerer renovação de reconhecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação dos indicadores das grandes áreas correlatas do ENADE, conforme art. 33-E.



§ 1º Os cursos com CPC igual a 3 (três) ou 4 (quatro) poderão requerer avaliação in loco, protocolando pedido de renovação de reconhecimento no prazo do caput, acompanhado da taxa respectiva, de que resultará atribuição de CC, maior ou menor que o CPC, cabendo impugnação à CTAA, na forma do art. 17.

§ 2º Os cursos referidos no § 1º que venham a obter CC insatisfatório submetem-se ao disposto nos arts. 36 e 37.

Art. 35-C Os cursos com CPC insatisfatório e as instituições com IGC insatisfatório em qualquer dos anos do ciclo deverão requerer renovação de reconhecimento ou recredenciamento, respectivamente, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação do indicador, na forma do art. 34, instruído com os seguintes documentos:

I - plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva do curso ou instituição, em prazo não superior a um ano, aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004;

II - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco, ressalvadas as hipóteses legais de isenção.

§ 1º Não recolhida a taxa de avaliação in loco ou não preenchido o formulário eletrônico de avaliação no prazo regulamentar, o CC ou CI reproduzirá o valor do CPC ou IGC insatisfatório, respectivamente, adotando-se o procedimento descrito no art. 34, § 9º.

§ 2º Realizada avaliação in loco, será expedido o CC ou CI, informado à instituição por meio do sistema eletrônico, com a possibilidade de impugnação, na forma do art. 16.

Art. 36. Na hipótese de CC ou CI insatisfatório, exaurido o recurso cabível, em até 30 (trinta) dias da notificação deverá ser apresentado à Secretaria competente protocolo de compromisso, aprovado pela CPA da instituição, cuja execução deverá ter início imediatamente.(NR)

§ 1º A Secretaria competente poderá se manifestar sobre o protocolo de compromisso e validar seu prazo e condições ou determinar alterações, considerando o relatório da Comissão de Avaliação ou outros elementos de instrução relevantes. (NR)

§ 2º Não havendo manifestação da Secretaria, presumem-se aceitas as condições fixadas no protocolo de compromisso, cujo resultado será verificado na reavaliação in loco prevista no art. 37.(NR)

§ 3º A celebração do protocolo de compromisso suspende o processo de recredenciamento ou de renovação de reconhecimento em tramitação. (NR)

§ 4º Na vigência de protocolo de compromisso poderá ser suspensa, cautelarmente, a admissão de novos alunos, dependendo da gravidade das deficiências, nos termos do no art. 61, § 2º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a fim de evitar prejuízo aos alunos.

§ 5º [revogado]

§ 6º Na hipótese da medida cautelar, caberá recurso, sem efeito suspensivo, à CES/CNE, em instância única e irrecurável, no prazo de 30 dias.

§ 7º O recurso será recebido pela Secretaria competente, que, em vista das razões apresentadas, poderá reconsiderar a decisão, no todo ou em parte.

Art. 37. Ao final do prazo do protocolo de compromisso, deverá ser requerida reavaliação, acompanhada de relatório de cumprimento do protocolo de compromisso até o momento, ainda que parcial, aprovado pela CPA da instituição e do recolhimento da taxa respectiva. (NR)

§ 1º A reavaliação adotará o mesmo instrumento aplicável às avaliações do curso ou instituição e atribuirá CC ou CI reavaliados, destacando os pontos constantes no protocolo de compromisso e na avaliação precedente, sem se limitar a eles, considerando a atividade educacional globalmente.

§ 2º Não requerida reavaliação, ao final do prazo do protocolo de compromisso, considerar-se-á mantido o conceito insatisfatório, retomando-se o andamento do processo, na forma do art. 38.(NR)

Art. 38. A manutenção do conceito insatisfatório, exaurido o recurso cabível, enseja a instauração de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas no art. 10, § 2º, da Lei nº 10.861, de 2004.

Art. 39. A instituição será notificada da instauração do processo e terá prazo de 10 dias para apresentação da defesa.

Art. 40. Recebida a defesa, a Secretaria competente apreciará os elementos do processo e elaborará parecer, encaminhando o processo à Câmara de Educação Superior do CNE, nos termos do art. 10, § 3º da Lei nº 10.861, de 2004, com a recomendação de aplicação de penalidade, ou de arquivamento do processo administrativo, se considerada satisfatória a defesa.

§ 1º No caso de credenciamento, diante de conceito insatisfatório ou deficiências que persistam, a Secretaria competente emitirá parecer pelo desc credenciamento da instituição, encaminhando o processo à decisão da CES/CNE.

§ 2º Em se tratando de limitações de menor gravidade, no caso de centro universitário, a Secretaria poderá opinar pelo credenciamento como faculdade, e no caso de universidade, como centro universitário ou faculdade.

§ 3º A CES/CNE decidirá sobre o processo de credenciamento, não cabendo a concessão de novo prazo, assinatura de novo protocolo de compromisso ou termo de saneamento de deficiências.

Art. 41. Recebido o processo na CES/CNE, será sorteado relator dentre os membros da CES/CNE e observado o rito dos arts. 20 e seguintes.

Parágrafo único. Não caberá a realização de diligência para revisão da avaliação.

Art. 42. A decisão de aplicação de penalidade ensejará a expedição de Portaria específica pelo Ministro.

Art. 43. A obtenção de conceito satisfatório, após a reavaliação in loco, provocará o restabelecimento do fluxo processual sobrestado, na forma do art. 36.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES PECULIARES AOS PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO, AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO PARA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

### Seção I

#### Disposições gerais

Art. 44. O credenciamento de instituições para oferta de educação na modalidade a distância deverá ser requerido por instituições de educação superior já credenciadas no sistema federal ou nos sistemas estaduais e do Distrito Federal, conforme art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e art. 9º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

§ 1º O pedido de credenciamento para EAD observará, no que couber, as disposições processuais que regem o pedido de credenciamento.

§ 2º O pedido de credenciamento para EAD tramitará em conjunto com o pedido de autorização de pelo menos um curso superior na modalidade a distância, nos termos do art. 67 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 3º O credenciamento para EAD tramitará em conjunto com o pedido de credenciamento de instituições de educação superior.

§ 4º O credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado na modalidade a distância sujeita-se à competência normativa da CAPES e à expedição de ato autorizativo específico.

Art. 45. O ato de credenciamento para EAD considerará como abrangência geográfica para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização das atividades presenciais obrigatórias, a sede da instituição acrescida dos pólos de apoio presencial.

§ 1º Pólo de apoio presencial é a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância, conforme dispõe o art. 12, X, c, do Decreto nº 5.622, de 2005.

§ 2º As atividades presenciais obrigatórias, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, do Decreto nº 5.622, de 2005, serão realizados na sede da instituição ou nos pólos de apoio presencial credenciados.

§ 3º Caso a sede da instituição venha a ser utilizada para a realização da parte presencial dos cursos a distância, deverá submeter-se a avaliação in loco, observados os referenciais de qualidade exigíveis dos pólos.

§ 4º As atividades presenciais obrigatórias dos cursos de pós-graduação lato sensu a distância poderão ser realizadas em locais distintos da sede ou dos pólos credenciados.

### Seção II

#### Do processo de credenciamento para educação a distância

Art. 46. O pedido de credenciamento para EAD será instruído de forma a comprovar a existência de estrutura física e tecnológica e recursos humanos adequados e suficientes à oferta da educação superior a

distância, conforme os requisitos fixados pelo Decreto nº 5.622, de 2005 e os referenciais de qualidade próprios, com os seguintes documentos:

I - ato autorizativo de credenciamento para educação superior presencial;

II - comprovante eletrônico de pagamento da taxa de avaliação, gerado pelo sistema, considerando a sede e os pólos de apoio presencial, exceto para instituições de educação superior públicas;

III - formulário eletrônico de PDI, no qual deverão ser informados os pólos de apoio presencial, acompanhados dos elementos necessários à comprovação da existência de estrutura física, tecnológica e de recursos humanos adequados e suficientes à oferta de cursos na modalidade a distância, conforme os requisitos fixados pelo Decreto nº 5.622, de 2005, e os referenciais de qualidade próprios.

§ 1º As instituições integrantes do sistema federal de educação já credenciadas ou recredenciadas no e-MEC poderão ser dispensadas de apresentação do documento referido no inciso I.

§ 2º O pedido de credenciamento para EAD deve ser acompanhado do pedido de autorização de pelo menos um curso superior na modalidade.

§ 3º O cálculo da taxa de avaliação deverá considerar as comissões necessárias para a verificação in loco de cada pólo presencial requerido.

### Seção III

#### Do credenciamento especial para oferta de pós-graduação lato sensu a distância

Art. 47. As instituições de pesquisa científica e tecnológica credenciadas para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu poderão requerer credenciamento específico para EAD, observadas as disposições desta Portaria, além das normas que regem os cursos de especialização.

Art. 48. O credenciamento para EAD que tenha por base curso de pós-graduação lato sensu ficará limitado a esse nível.

Parágrafo único. A ampliação da abrangência acadêmica do ato autorizativo referido no caput, para atuação da instituição na modalidade EAD em nível de graduação, dependerá de pedido de aditamento, instruído com pedido de autorização de pelo menos um curso de graduação na modalidade a distância.

### Seção IV

#### Do credenciamento de instituições de educação superior integrantes dos sistemas estaduais para oferta de educação a distância

Art. 49. Os pedidos de credenciamento para EAD de instituições que integram os sistemas estaduais e do Distrito Federal de educação superior serão instruídos com a comprovação do ato de credenciamento pelo sistema competente, além dos documentos e informações previstos no art. 46. (NR)

Art. 50. A oferta de curso na modalidade a distância por instituições integrantes dos sistemas estaduais e do Distrito Federal sujeita-se a credenciamento prévio da instituição pelo MEC, que se processará na forma desta Portaria, acompanhado do pedido de autorização de pelo menos um curso perante o sistema federal, cujos elementos subsidiarão a decisão do MEC sobre o pedido de credenciamento. (NR)

§ 1º O curso de instituição integrante do sistema estadual que acompanhar o pedido de credenciamento em EAD receberá parecer opinativo do MEC sobre autorização, o qual poderá subsidiar a decisão das instâncias competentes do sistema estadual. (NR)

§ 2º A supervisão da instituição credenciada na forma do caput caberá à autoridade competente do sistema federal.

Art. 51. Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância de instituições integrantes dos sistemas estaduais e do Distrito Federal, nos termos do art. 17, I e II, da Lei nº 9.394, de 1996, devem tramitar perante os órgãos estaduais e do Distrito Federal competentes, aos quais caberá a respectiva supervisão. (NR)

Parágrafo único. Os cursos referidos no caput cuja parte presencial for executada fora da sede, em pólos de apoio presencial, devem requerer o credenciamento prévio do pólo, com a demonstração de suficiência da estrutura física e tecnológica e de recursos humanos para a oferta do curso, pelo sistema federal.

Art. 52. Os cursos das instituições integrantes dos sistemas estaduais e do Distrito Federal cujas atividades presenciais obrigatórias forem realizadas em pólos localizados fora da unidade da federação sujeitam-

se a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e supervisão pelas autoridades do sistema federal, sem prejuízo dos atos autorizativos de competência das autoridades do sistema estadual. (NR)

#### Seção V

##### Da autorização e reconhecimento de cursos de educação a distância

Art. 53. A oferta de cursos superiores na modalidade a distância, por instituições devidamente credenciadas para a modalidade, sujeita-se a pedido de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, dispensada a autorização para instituições que gozem de autonomia, exceto para os cursos referidos no art. 28, § 2º, do Decreto nº 5.773, de 2006, na forma da legislação. (NR)

§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância de instituições integrantes do sistema federal devem tramitar perante os órgãos próprios do MEC.

§ 2º A existência de cursos superiores reconhecidos na modalidade presencial, ainda que análogos aos cursos superiores a distância ofertados pela IES, não exclui a necessidade de processos distintos de reconhecimento de cada um desses cursos pelos sistemas de ensino competentes.

§ 3º Os cursos na modalidade a distância devem ser considerados de maneira independente dos cursos presenciais para fins dos processos de regulação, avaliação e supervisão.

§ 4º Os cursos na modalidade a distância ofertados pelas instituições dos sistemas federal e estaduais devem estar previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional apresentado pela instituição por ocasião do credenciamento.

Art. 54. O pedido de autorização de curso na modalidade a distância deverá cumprir os requisitos pertinentes aos demais cursos superiores, informando projeto pedagógico, professores comprometidos, tutores de EAD e outros dados relevantes para o ato autorizativo, em formulário eletrônico do sistema e-MEC.

Parágrafo único. No processo de reconhecimento de cursos na modalidade a distância realizados em diversos pólos de apoio presencial, as avaliações in loco poderão ocorrer por amostragem, observado o procedimento do art. 55, § 2º.

#### Seção VI

##### Da oferta de cursos na modalidade a distância em regime de parceria

Art. 55. A oferta de curso na modalidade a distância em regime de parceria, utilizando pólo de apoio presencial credenciado de outra instituição é facultada, respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes no pólo.

§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade a distância em regime de parceria deverão informar essa condição, acompanhada dos documentos comprobatórios das condições respectivas e demais dados relevantes.

§ 2º Deverá ser realizada avaliação in loco aos pólos da instituição ofertante e da instituição parceira, por amostragem, da seguinte forma:

I - até 5 (cinco) pólos, a avaliação in loco será realizada em 1 (um) pólo, à escolha da SEED;

II - de 5 (cinco) a 20 (vinte) pólos, a avaliação in loco será realizada em 2 (dois) pólos, um deles à escolha da SEED e o segundo, definido por sorteio;

III - mais de 20 (vinte) pólos, a avaliação in loco será realizada em 10% (dez por cento) dos pólos, um deles à escolha da SEED e os demais, definidos por sorteio.

§ 3º A sede de qualquer das instituições deverá ser computada, caso venha a ser utilizada como pólo de apoio presencial, observado o art. 45, § 3º.

### CAPÍTULO VII

#### DOS PEDIDOS DE ADITAMENTO AO ATO AUTORIZATIVO

##### Seção I

##### Disposições gerais

Art. 56. O aditamento se processará como incidente dentro de uma etapa da existência legal da instituição ou curso.

§ 1º Qualquer ampliação da abrangência original do ato autorizativo, resguardada a autonomia universitária, condiciona-se à comprovação da qualidade da prestação educacional oferecida pela instituição em relação às atividades já autorizadas.

§ 2º As alterações relevantes dos pressupostos que serviram de base à expedição do ato autorizativo, aptas a produzir impactos significativos sobre os estudantes e a comunidade acadêmica, dependerão de aditamento, na forma dos arts. 57 e 61.

§ 3º As alterações de menor relevância dispensam pedido de aditamento, devendo ser informadas imediatamente ao público, de modo a preservar os interesses dos estudantes e da comunidade universitária, e apresentadas ao MEC, na forma de atualização, posteriormente integrando o conjunto de informações da instituição ou curso a serem apresentadas por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor. (NR)

§ 4º Os pedidos voluntários de descredenciamento de instituição ou desativação do curso se processarão como aditamentos e resultarão na baixa do código da instituição ou curso. (NR)

§ 5º O pedido de aditamento será decidido pela autoridade que tiver expedido o ato cujo aditamento se requer, observados os procedimentos pertinentes ao processo originário, com as alterações deste Capítulo.

§ 6º Após análise documental, realização de diligências e avaliação in loco, quando couber, será reexaminada a Portaria de ato autorizativo com a alteração dos dados objeto do aditamento.

§ 7º [revogado]

## Seção II Das atualizações

Art. 56-A As alterações de menor relevância deverão ser processadas mediante simples atualização, a qualquer tempo, dispensando pedido de aditamento, e serão apreciadas com o conjunto das informações pertinentes ao curso ou instituição, por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor.

§ 1º Poderão ser processadas como atualizações, entre outras, as seguintes situações:

I - remanejamento de vagas já autorizadas entre turnos de um mesmo curso presencial ou a criação de turno, nas mesmas condições;

II - aumento de vagas em cursos oferecidos por instituições com autonomia, com IGC e CI satisfatórios, comprovando-se aprovação pelo órgão competente da instituição em campo próprio do sistema;

III - alteração da situação do curso de "em funcionamento" para "em extinção" ou "extinto";

IV - inserção de novos endereços de instituições com autonomia dentro do mesmo município, com exceção da criação de novos pólos de apoio presencial, sujeita a credenciamento, nos termos do art. 57, III.

§ 2º A alteração da situação do curso de "em extinção" para "extinto" só poderá ocorrer no caso de cursos reconhecidos.

## Seção III Dos aditamentos ao ato de credenciamento

Art. 57. Devem tramitar como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento os seguintes pedidos:

I - transferência de manutenção;

II - criação de campus fora de sede;

III - alteração da abrangência geográfica, com credenciamento ou descredenciamento voluntário de pólo de EAD;

IV - unificação de mantidas ou alteração de denominação de mantida;

V - alteração relevante de PDI;

VI - alteração relevante de Estatuto ou Regimento;

VII - descredenciamento voluntário de instituição, acompanhado da extinção de todos os seus cursos; (NR)

VIII - alteração de categoria administrativa.

§ 1º As hipóteses dos incisos I, IV, V, VI, VII e VIII serão processadas mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela Secretaria competente após a apreciação dos documentos. (NR)

§ 2º As hipóteses dos incisos II e III dependem de avaliação in loco e pagamento da taxa respectiva.

§ 3º O aditamento ao ato de credenciamento para credenciamento de pólo de EAD observará as disposições gerais que regem a oferta de educação a distância.

§ 4º O pedido de aditamento, após análise documental, realização das diligências pertinentes e avaliação in loco, quando couber, será apreciado pela Secretaria competente, que elaborará parecer e minuta da Portaria de

ato autorizativo com a alteração dos dados objeto do aditamento, encaminhando o processo ao CNE, para deliberação.

§ 5º A alteração do PDI para inclusão de cursos bem como as hipóteses arroladas nos incisos do caput são sempre relevantes. A relevância das demais alterações no PDI, Estatuto ou Regimento ficará a critério da instituição, que optará, com base nesse entendimento, por submeter a alteração ao MEC na forma de aditamento ou no momento da renovação do ato autorizativo em vigor.

§ 6º O descredenciamento voluntário de instituição somente poderá ocorrer após a emissão de todos os diplomas e certificados, bem como da organização do acervo acadêmico.

Art. 58. O pedido de transferência de manutenção será instruído com os elementos referidos no art. 15, I, do Decreto nº 5.773, de 2006, do adquirente da manutenção, acrescido do instrumento de aquisição, transferência de quotas, alteração do controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora.

§ 1º No curso da análise documental, a SESu ou SETEC poderá baixar o processo em diligência, solicitando documentos complementares que se façam necessários para comprovar a condição de continuidade da prestação do serviço educacional pelo adquirente.(NR)

§ 2º As alterações do controle societário da mantenedora serão processadas na forma deste artigo, aplicando-se, no que couber, as suas disposições.

Art. 59. O pedido de credenciamento de campus fora de sede será instruído com os seguintes documentos:

I - alteração do PDI, relativa à ampliação da área de abrangência, com indicação dos cursos previstos para o novo campus;

II - pedido de autorização de pelo menos um curso no novo campus;

III - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação, na forma do art. 8º, I.

§ 1º A oferta de curso fora de sede em unidade credenciada sem regime de autonomia depende de autorização específica.

§ 2º O reconhecimento de curso não autorizado oferecido em campus fora de sede condiciona-se à demonstração da regularidade do regime de autonomia, nos termos do art. 72 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 3º O curso oferecido por centro universitário em unidade fora de sede credenciada ou autorizada antes da edição do Decreto nº 3.860, de 2001, depende de autorização específica, em cada caso.

Art. 60. A instituição poderá requerer a ampliação da abrangência de atuação, por meio do aumento do número de pólos de apoio presencial, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para EAD.

§ 1º O pedido de aditamento será instruído com documentos que comprovem a existência de estrutura física e recursos humanos necessários e adequados ao funcionamento dos pólos, observados os referenciais de qualidade, além do comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco.

§ 2º No caso do pedido de aditamento ao ato de credenciamento para EAD visando o funcionamento de pólo de apoio presencial no exterior, o recolhimento da taxa será complementado pela instituição com a diferença do custo de viagem e diárias dos avaliadores no exterior, conforme cálculo do INEP.

§ 3º O pedido de ampliação da abrangência de atuação, nos termos deste artigo, somente poderá ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição.

§ 4º A disposição do parágrafo 3º não se aplica às instituições vinculadas à Universidade Aberta do Brasil, nos termos do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006.

#### Seção IV

##### Dos aditamentos ao ato de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento

Art. 61. Devem tramitar como aditamento ao ato de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento os seguintes pedidos:

I - aumento de vagas ou criação de turno, observados os §§ 3º e 4º;

II - alteração da denominação de curso;

III - mudança do local de oferta do curso;

IV - [revogado];

V - ampliação da oferta de cursos a distância, em pólos credenciados;

VI - desativação voluntária do curso.

§ 1º As hipóteses dos incisos I, II, IV, V e VI serão processadas mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela Secretaria competente após a apreciação dos documentos.

§ 2º A hipótese do inciso III depende de avaliação in loco pelo INEP, na forma desta Portaria, e pagamento da taxa respectiva,

ressalvada a alteração para endereço que já possua ato autorizativo expedido, constante do Cadastro e-MEC, a ser verificada em análise documental. (NR)

§ 3º O aumento de vagas em cursos oferecidos por instituições autônomas, devidamente aprovado pelo órgão competente da instituição, compatível com a capacidade institucional e as exigências do meio, nos termos do art. 53, IV, da Lei nº 9.394, de 1996, não depende de aditamento, devendo ser informado como atualização, na forma do art. 56-A. (NR)

§ 4º O remanejamento de vagas já autorizadas entre turnos de um mesmo curso presencial ou a criação de turno, nas mesmas condições, dispensa aditamento do ato autorizativo, devendo ser processado na forma do art. 56, § 3º.

§ 5º O aditamento para mudança de endereço de oferta de curso poderá ser deferido mediante análise documental, independentemente de avaliação in loco, conforme § 2º, a juízo da Secretaria competente, na hipótese de endereços associados ao mesmo agrupador, entendido como endereço principal de um campus ou unidade educacional, registrado no Cadastro e-MEC.

## CAPÍTULO VIII DO CADASTRO E-MEC

### Seção I

#### Do cadastro e-MEC de instituições e cursos de educação superior

Art. 61-A Fica instituído o Cadastro e-MEC, cadastro eletrônico de consulta pública pela internet, base de dados oficial e única de informações relativas às instituições e cursos de educação superior, mantido pelo MEC.

§ 1º Os dados que integram o Cadastro e-MEC são públicos, com as ressalvas previstas na legislação.

§ 2º O Cadastro e-MEC atribuirá para cada instituição, curso e local de oferta de educação superior código próprio, a ser utilizado nos demais sistemas eletrônicos do MEC.

§ 3º Em relação aos cursos, deverá ser feito um registro correspondente a cada projeto pedagógico que conduza a diploma a ser expedido pela instituição, independentemente do compartilhamento de disciplinas, percursos formativos ou formas de acesso entre eles.

§ 4º O Cadastro e-MEC deve ser estruturado para garantir a interoperabilidade com os demais sistemas do MEC, em especial os seguintes programas e sistemas: PROUNI, FIES, SISU, ENADE, Censo da Educação Superior e PingIfes, UAB, SisCEBAS, além do sistema e-MEC, de tramitação de processos de regulação, avaliação e supervisão.

§ 5º As informações do Cadastro e-MEC constituirão a base de dados de referência a ser utilizada pelos órgãos do MEC e autarquias vinculadas sobre instituições e cursos de educação superior, com precedência sobre quaisquer outras bases, evitando-se duplicação de coleta quando não expressamente justificada.

§ 6º A inserção de informações pelas instituições e pelos órgãos e instâncias do MEC deverá considerar as referências conceituais contidas no Manual de Conceitos de Referência para as Bases de Dados sobre Educação Superior que integra esta Portaria Normativa como Anexo I.

§ 7º Os arquivos e registros digitais do Cadastro e-MEC serão válidos para todos os efeitos legais e permanecerão à disposição das auditorias internas e externas do MEC, em que se manterá histórico de atualizações e alterações.

Art. 61-B Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos das instituições e cursos de educação superior, editados com base nos processos regulatórios competentes.

§ 1º A alteração dos dados constantes do Cadastro e-MEC depende de aditamento ou atualização, na forma das normas que regem o processo regulatório.

§ 2º O Cadastro e-MEC poderá agregar outras informações de interesse público sobre as instituições e cursos de educação superior, tais como as relativas à avaliação, a juízo dos órgãos responsáveis.

Art. 61-C Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da instituição ou curso, campo para inserção de versão atualizada do PDI ou PPC, para simples informação, sem vínculo com processo regulatório.

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da instituição, campo para inserção de relatório de auto-avaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo.

Art. 61-E A instituição deverá indicar um Procurador Educacional Institucional (PI), que será o responsável pelas respectivas informações no Cadastro e-MEC e nos processos regulatórios correspondentes, bem como pelos elementos de avaliação, incluídas as informações necessárias à realização do ENADE.

§ 1º O PI deverá, preferencialmente, estar ligado à Reitoria ou à Pró-Reitoria de Graduação da instituição ou órgãos equivalentes, a fim de que a comunicação com os órgãos do MEC considere as políticas, procedimentos e dados da instituição no seu conjunto.

§ 2º O PI deverá ser investido de poderes para prestar informações em nome da instituição, por ato de seu representante legal ao identificá-lo no sistema e-MEC, articulando-se, na instituição, com os responsáveis pelos demais sistemas de informações do MEC.

§ 3º O PI poderá indicar Auxiliares Institucionais (AIs) para compartilhar tarefas de inserção de dados, sob responsabilidade do PI.

§ 4º As informações prestadas pelo PI e pelos AIs presumem-se válidas, para todos os efeitos legais.

Art. 61-F No âmbito do MEC, a responsabilidade pela orientação e gestão do Cadastro e-MEC caberá à SESu, por sua Diretoria de Regulação, que procederá a inserção de informações das instituições e cursos de educação superior.

§ 1º As informações relativas às instituições credenciadas para oferta de educação superior tecnológica e aos cursos superiores

de tecnologia serão inseridas pela Diretoria de Regulação da SETEC.

§ 2º As informações relativas às instituições credenciadas para oferta de educação superior a distância e cursos superiores nessa modalidade serão inseridas pela Diretoria de Regulação da SEED.

§ 3º As informações relativas aos processos de avaliação e seus resultados caberá a DAES do INEP.

## Seção II

### Das bases de dados sobre estudantes e docentes da educação superior

Art. 61-G O Cadastro Nacional de Docentes, base de dados oficial sobre os docentes vinculados a instituição de ensino superior regular, terá precedência sobre outros repositórios de informações sobre professores da educação superior no âmbito do MEC e autarquias vinculadas.

§ 1º As instituições serão responsáveis pela atualização periódica e validação dos dados, quando solicitadas pelos órgãos do MEC ou autarquias vinculadas.

§ 2º Poderão ser inseridos no Cadastro Nacional de Docentes os professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela CAPES, para fins de inscrição no Basis.

Art. 61-H As informações coletadas pelo Censo da Educação Superior, a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) constituirão a base de dados de referência a ser utilizada pelos órgãos do MEC e autarquias vinculadas sobre estudantes da educação superior, com precedência sobre quaisquer outras, evitando-se duplicação de coleta quando não expressamente justificada.

Parágrafo único. A coleta de dados relativos a docentes e estudantes da educação superior no período de referência será feita por indivíduo, identificado pelo número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a fim de evitar duplicidades.

## CAPÍTULO IX

### DO REGIME DE COOPERAÇÃO DOS SISTEMAS ESTADUAIS COM O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 61-I A cooperação com os sistemas de ensino superior dos Estados e do Distrito Federal, para os processos de avaliação de instituições e cursos, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com base no art. 1º, § 2º da Lei nº 10.861, de 2004, será realizada nos termos desta Portaria Normativa.

Art. 61-J A cooperação será formalizada mediante acordo firmado entre o Conselho Estadual de Educação (CEEs) ou instância correspondente do sistema estadual ou do Distrito Federal e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a interveniência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Parágrafo único. Firmado o acordo de cooperação, o órgão estadual ou do Distrito Federal responsável informará a relação de instituições e cursos a serem avaliados.



Art. 61-K O cadastro de instituições e cursos superiores dos sistemas estaduais e do Distrito Federal observará as disposições pertinentes desta Portaria Normativa, sendo facultado aos CEEs ou autoridades regulatórias competentes validar os dados respectivos.

Parágrafo único. As informações lançadas pelas instituições dos sistemas estaduais ou do Distrito Federal presumem-se válidas até a confirmação referida no caput.

Art. 61-L A realização de avaliações no sistema nacional não elide as atribuições de regulação e supervisão das instituições e cursos superiores, que permanecerão no âmbito das autoridades do sistema estadual ou do Distrito Federal, observados os limites de sua competência territorial.

§ 1º Na hipótese de atividades que transcendam os limites do Estado ou do Distrito Federal, as competências de regulação e supervisão pertencem às autoridades do sistema federal.

§ 2º A fiscalização do cumprimento de prazos para requerimento de avaliação institucional ou de curso no sistema eletrônico do MEC insere-se nas atribuições de supervisão da autoridade estadual ou do Distrito Federal.

Art. 61-M Na ausência do acordo de cooperação referido no art. 61-G, as instituições integrantes dos sistemas estaduais e do Distrito Federal poderão submeter-se a avaliação no sistema nacional voluntariamente, por adesão.

§ 1º A adesão da instituição do sistema estadual ou do Distrito Federal ao SINAES implica a avaliação institucional e avaliação de todos os cursos da instituição segundo as regras e procedimentos do SINAES.

§ 2º É vedada a exclusão de cursos ou modalidades do processo de avaliação.

§ 3º Na hipótese de denúncia do acordo de cooperação, as instituições do sistema estadual ou do Distrito Federal que o desejarem poderão permanecer submetidas às avaliações do SINAES, na forma do caput.

Art. 61-N A cooperação com os sistemas estaduais e do Distrito Federal abrange os procedimentos relativos ao ciclo avaliativo, conforme arts. 33 a 43.

§ 1º A tramitação dos processos observará, no que couber, as regras e rotinas do sistema nacional aplicáveis à fase de avaliação dos processos de credenciamento, no caso de instituições, e renovação de reconhecimento, no caso de cursos.

§ 2º Os resultados da avaliação ficarão disponíveis ao sistema estadual e do Distrito Federal, a quem incumbirão as análises documental e de mérito, como fundamento para as decisões de cunho regulatório.

§ 3º A aprovação e acompanhamento do protocolo de compromisso, quando for o caso, cabe à autoridade regulatória estadual ou do Distrito Federal.

§ 4º Os processos de que trata este artigo são isentos de taxa de avaliação, nos termos da Lei nº 10.870, de 2004.

## CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62 O ingresso de processos regulatórios no sistema observará calendário previamente definido em Portaria do Ministro da Educação.

Art. 63 Os cursos cujos pedidos de reconhecimento tenham sido protocolados dentro do prazo e não tenham sido decididos até a data de conclusão da primeira turma consideram-se reconhecidos, exclusivamente para fins de expedição e registro de diplomas.

§ 1º A instituição poderá se utilizar da prerrogativa prevista no caput enquanto não for proferida a decisão definitiva no processo de reconhecimento, tendo como referencial a avaliação. (NR)

§ 2º As instituições que foram credenciadas experimentalmente, nos termos do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, na modalidade de EAD, para atuação no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, constantes dos anexos das Portarias nºs 858, de 04 de setembro de 2009, e 1.050, de 22 de agosto de 2008, poderão se utilizar da prerrogativa prevista no caput, para os processos de reconhecimento dos respectivos cursos a distância, protocolados até o dia 31 de janeiro de 2011.

Art. 64. O sistema Sapiens será progressivamente desativado, à medida que suas funcionalidades forem absorvidas pelo sistema e-MEC.

§ 1º Os processos iniciados no Sapiens, incluindo-se os respectivos aditamentos, seguirão tramitando naquele sistema até a expiração do ato autorizativo em vigor.

§ 2º Os pedidos de atos autorizativos novos ou em renovação, bem como os aditamentos dos atos autorizativos expedidos no e-MEC deverão ser protocolados nesse sistema.

§ 3º Por ocasião do protocolo de pedido de ato autorizativo de instituição ou curso cujos dados não integrem o e-MEC, deverão ser preenchidos os formulários respectivos.

§ 4º Por ocasião do protocolo, no sistema e-MEC, quando disponível, de pedido de aditamento de ato autorizativo gerado no Sapiens, deverão ser preenchidos os formulários completos, para fins de atualização do banco de dados.

§ 5º Os formulários constantes de sistemas próprios do MEC ou do INEP relacionados às funções objeto do sistema e-MEC deverão progressivamente ser reorientados no sentido da plena interoperabilidade, visando eliminar a duplicidade de alimentação de dados por parte dos usuários.

Art. 65. Para fins do sistema estabelecido nesta Portaria, os pedidos de avaliação relacionados à renovação dos atos autorizativos de instituições reconhecidas segundo a legislação anterior à edição da Lei nº 9.394, de 1996, serão equiparados aos pedidos de credenciamento e tramitarão na forma desses.

Art. 66. Na hipótese de reestruturação de órgãos do MEC que não afete substancialmente o fluxo de processos disciplinados nesta Portaria, as menções a Secretarias e suas Diretorias deverão ser aplicadas em relação a órgãos equivalentes que vierem a desempenhar as suas funções.

Art. 67. Quando possível e conveniente, visando minimizar o desconforto dos usuários, evitar duplicidade de lançamento de informações e obter os melhores resultados da interoperabilidade dos sistemas de acompanhamento da educação superior, serão aproveitados os números de registros e informações lançados em outros sistemas do MEC e seus órgãos vinculados.

Art. 68. O sistema será implantado à medida da conclusão e comprovação da segurança de cada um de seus módulos, com base em critérios técnicos próprios da tecnologia da informação.

§ 1º O aditamento do ato de credenciamento, para inclusão de novos cursos no PDI não será exigido nas avaliações realizados no ciclo avaliativo 2007/2009 e atos autorizativos correspondentes.

§ 2º A certificação digital não será exigida até o ano de 2010, inclusive. (NR)

§ 3º Os módulos não disponíveis de imediato no sistema e-MEC, tais como credenciamento especial de instituições para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e pedidos de aditamento, poderão ser transitoriamente supridos pelas funcionalidades correspondentes no sistema Sapiens, até a sua completa desativação.

Art. 69. O funcionamento de pólo não constante do Cadastro e-MEC caracteriza irregularidade, nos termos do art. 11 do Decreto nº 5.773 de 2006. (NR)§ 1º [revogado]

§ 2º [revogado]

§ 3º [revogado]

Art. 69-A O ano I do primeiro ciclo avaliativo após a vigência desta Portaria Normativa, conforme art. 33-E, § 1º, será o de 2010.

Art. 69-B No ciclo avaliativo 2010-2012, será considerada prorrogada a validade do ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos em vigor, dispensada qualquer formalidade, desde que o curso preencha os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - CPC satisfatório;

II - ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento expedido a partir de 2009, inclusive;

III - não estar submetido às hipóteses de apresentação obrigatória de novo PPC ou documentos relevantes, em virtude de desmembramento ocorrido no cadastramento, conforme o art. 69-D.

Art. 69-C No ciclo avaliativo 2010-2012, será considerada prorrogada a validade de ato de credenciamento em vigor, dispensada qualquer formalidade, desde que a instituição preencha os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - IGC satisfatório nos três anos do ciclo;

II - ato de credenciamento expedido a partir de 2009, inclusive.

§ 1º Na hipótese de IGC insatisfatório em qualquer ano do ciclo, ficam sem efeito a prorrogação de validade e dispensa de requerimento referidas no caput.

§ 2º A prorrogação de validade e dispensa de requerimento referidas no caput também não se aplicam às instituições que tenham campus ou unidade fora de sede não avaliados no ciclo avaliativo 2007-2009, as quais deverão protocolar pedido de credenciamento no prazo de 02 de outubro a 15 de dezembro de 2012.

Art. 69-D Nos processos anteriores à publicação desta Portaria Normativa, na hipótese de alteração do local de oferta do curso ou instituição após o protocolo do pedido, quando a decisão do processo não depender da análise documental relativa ao imóvel, a avaliação in loco poderá ocorrer no endereço constante do Cadastro e-MEC, condicionada à informação no formulário eletrônico de avaliação, antes de sua realização.

§ 1º Quando houver decorrido prazo superior a 12 meses entre o protocolo do pedido e a abertura do formulário eletrônico de avaliação respectivo, será admitida a atualização do PPC ou PDI respectivos, em formulário associado ao Cadastro e-MEC, nos termos do art. 61-C.

§ 2º A excepcionalidade do caput não se aplica aos pedidos de credenciamento e autorizações associadas, os quais deverão ser arquivados na hipótese de alteração do endereço antes de finalizado o processo respectivo.

Art. 70. Revogam-se as seguintes normas, ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos: (NR)

I - Portarias no 1.885, de 27 de junho de 2002, no 1.037, de 07 de julho de 1999 e no 18, de 23 de março de 2000, mantendo-se para histórico e consulta os dados lançados no Cadastro de Instituições de Educação Superior (SiedSup);

II - Portarias nº 2.051, de 9 de julho de 2004; e nº 1.027, de 15 de maio de 2006, consolidando-se suas disposições nesta Portaria Normativa;

III - Portarias Normativas nº 4, de 5 de agosto de 2008; nº 12, de 5 de setembro de 2008; e nº 10 de 2 de julho de 2009, consolidando-se suas disposições nesta Portaria Normativa;

IV - Portaria nº 514, de 27 de agosto de 1974;

V - Portaria nº 726, de 21 de outubro de 1977;

VI - Portaria nº 95, de 5 de fevereiro de 1986;

VII - Portaria nº 375, de 4 de março e 2.141, de 14 de novembro de 1991;

VIII - Portarias do ano de 1993: 1.583, de 9 de novembro; 1.405, de 27 de setembro; e 1.790, de 22 de dezembro;

IX - Portarias do ano de 1994: 1.792, 1.793 e 1.794, de 27 de dezembro;

X - Portaria nº 75, de 3 de fevereiro de 1995;

XI - Portaria nº 247, de 18 de março de 1996;

XII - Portaria nº 469, de 25 de março de 1997;

XIII - Portaria nº 524, de 12 de junho de 1998;

XIV - Portarias de 1999: 322, de 26 de fevereiro; 653, de 15 de abril;

XV - Portarias de 2000: 1.843, de 31 de dezembro; e 2.004 a 2.006, de 19 de dezembro;

XVI - Portarias de 2001: 1 a 21, de 4 de janeiro; 1.222, de 20 de junho; 1.466, de 12 de julho; 2.026, de 12 de setembro; 3.017 a 3.021, de 21 de dezembro;

XVII - Portarias de 2002: 335, de 6 de fevereiro; 1.037, de 9 de abril; 2.578, de 13 de setembro; 2.805, de 3 de outubro; 2.905, de 17 de outubro; 3.478, de 12 de dezembro, 3.647 a 3.651, de 19 de dezembro; 3.776, de 20 de dezembro; e 3.802 a 3.819, de 24 de dezembro;

XVIII - Portarias de 2003: 1.756, de 08 de julho; e 3.111, de 31 de outubro;

XIX - Portarias de 2004: 411, de 12 de fevereiro; 695, de 18 de março; 7, de 19 de março; 983, de 13 de abril; 1.753, de 17 de junho; 3.672, de 12 de novembro; 3.799, de 17 de novembro; 3.850, de 23 de novembro; 4.327, de 22 de dezembro; e 4.361, de 29 de dezembro;

XX - Portarias de 2005: 327, de 1º de fevereiro; 328, de 1º de fevereiro; 1.779, de 25 de maio; 1.874, de 2 de junho; 2.413, de 07 de julho de 2005; 3.160, de 13 de setembro; e 4.271, de 12 de dezembro;

XXI - Portarias de 2006: 240, de 25 de janeiro; 1.026, de 12 de maio; e 1.309, de 14 de julho;

XXII - Portarias de 2007: 147, de 02 de fevereiro; 546, de 31 de maio;

XXIII - Portaria de 2009: 821, de 24 de agosto.

Art. 71. Revogam-se as Portarias relacionadas abaixo, ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos:

1.670-A, de 30 de novembro de 1994;

1.120, de 16 de julho de 1999;

3.486, de 12 de dezembro de 2002;

2.477, de 18 de agosto de 2004;

4.359, de 29 de dezembro de 2004;

398, de 03 de fevereiro de 2005;

1.850, de 31 de maio de 2005;

2.201, de 22 de junho de 2005;

2.864, de 24 de agosto de 2005;

3.161, de 13 de setembro de 2005;

3.722, de 21 de outubro de 2005,

Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, e Portaria SESu nº 408, de 15 de maio de 2007.

Art. 72. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 29.12.2010.

#### ANEXO

#### Quadro de conceitos de referência para as bases de dados do Ministério da Educação sobre educação superior

1. Manutenção da instituição
  - 1.1. Mantenedora - pessoa jurídica que provê os recursos necessários ao funcionamento da instituição de ensino e a representa legalmente.
  - 1.2. Mantida - instituição de ensino superior que realiza a oferta da educação superior.
2. Categoria administrativa da instituição
  - 2.1. Pública
    - 2.1.1. Federal- instituição mantida pelo Poder Público Federal, com gratuidade de matrículas e mensalidades;
    - 2.1.2. Estadual- instituição mantida pelo Poder Público Estadual, com gratuidade de matrículas e mensalidades;
    - 2.1.3. Municipal- instituição mantida pelo Poder Público Municipal, com gratuidade de matrículas e mensalidades;
  - 2.2. Privada
    - 2.2.1. com fins lucrativos - instituição mantida por ente privado, com fins lucrativos;
    - 2.2.2. sem fins lucrativos não beneficente- instituição mantida por ente privado, sem fins lucrativos; pode ser confessional ou comunitária, conforme o art. 20 da LDB;
    - 2.2.3. beneficente: instituição mantida por ente privado, sem fins lucrativos, detentora de Certificado de Assistência Social, nos termos da legislação própria. Pode ser confessional ou comunitária.
  - 2.3. Especial (art. 242 da Constituição Federal)- instituição educacional oficial criada por lei estadual ou municipal e existente na data da promulgação da Constituição Federal, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto não gratuita.
3. Organização acadêmica da instituição
  - 3.1. Faculdade- categoria que inclui institutos e organizações equiparadas, nos termos do Decreto nº 5.773, de 2006;
  - 3.2. Centro universitário- dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral;
  - 3.3. Universidade- dotada de autonomia na sede, pode criar campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral;
  - 3.4. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia para efeitos regulatórios, equipara-se a universidade tecnológica;
  - 3.5. Centro Federal de Educação Tecnológica- para efeitos regulatórios, equipara-se a centro universitário.
4. Tipos de cursos e graus
  - 4.1. Graduação - cursos superiores que conferem diplomas, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, conferindo os graus de Bacharelado, Licenciatura ou Tecnologia.

4.1.1. Bacharelado - curso superior generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel.

4.1.2. Licenciatura- curso superior que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado.

4.1.3. Tecnologia - cursos superiores de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo.

4.2. Pós-graduação stricto sensu- cursos de educação superior compreendendo os programas de mestrado e doutorado acadêmico ou profissional, que conferem diploma aos concluintes.

4.3. Especialização ou pós-graduação lato sensu- programas abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino, observada a carga horária mínima e requisitos fixados nas normas próprias, e conferem certificados aos concluintes.

4.3.1. Residência médica- programa de pós-graduação lato sensu, especialização na área médica, caracterizado como treinamento em serviço.

4.3.2. Residência multiprofissional em saúde- programa de pós-graduação lato sensu, especialização nas áreas de saúde distintas da medicina, caracterizados como treinamento em serviço.

4.4. Extensão- programa de formação da educação superior, voltado a estreitar a relação entre universidade e sociedade, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, que confere certificado aos estudantes concluintes. Compreende programas, projetos e cursos voltados a disseminar ao público externo o conhecimento desenvolvido e sistematizado nos âmbitos do ensino e da pesquisa e, reciprocamente, compreender as demandas da comunidade relacionadas às competências acadêmicas da instituição de educação superior.

## 5. Turnos de oferta dos cursos

5.1. Matutino - curso em que a maior parte da carga horária é oferecida até às 12h todos os dias da semana;

5.2. Vespertino - curso em que a maior parte da carga horária é oferecida entre 12h e 18h todos os dias da semana;

5.3. Noturno - curso em que a maior parte da carga horária é oferecida após as 18h todos os dias da semana;

5.4. Integral - curso ofertado inteira ou parcialmente em mais de um turno (manhã e tarde, manhã e noite, ou tarde e noite) exigindo a disponibilidade do estudante por mais de 6 horas diárias durante a maior parte da semana.

## 6. Temporalidade dos cursos

6.1. Periodicidade - intervalo de tempo em que se organizam as atividades de ensino perfazendo a carga horária determinada pelo projeto pedagógico do curso para um conjunto de componentes curriculares. Usualmente semestral ou anual; em casos específicos, justificados pelas características do projeto pedagógico, pode ter outro regime, como trimestral ou quadrimestral.

6.2. Integralização - duração do curso, prazo previsto para que o estudante receba a formação pretendida; o tempo total deve ser descrito em anos ou fração.

## 7. Modalidade dos cursos

7.1. Presencial- modalidade de oferta que pressupõe presença física do estudante às atividades didáticas e avaliações;

7.2. A distância- modalidade educacional na qual a mediação nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

## 8. Locais de oferta

8.1. Campus - local onde se oferece uma gama ampla de atividades administrativas e educacionais da instituição, incluindo espaços para oferta de cursos, bibliotecas, laboratórios e áreas de prática para estudantes e professores, e também reitorias, pró-reitorias, coordenação de cursos, secretaria, funcionamento de colegiados acadêmicos e apoio administrativo.

8.2. Unidade - local secundário da instituição, onde se exercem apenas atividades educacionais ou administrativas.

8.3. Campus sede - local principal de funcionamento da instituição, incluindo os órgãos administrativos e acadêmicos centrais, a oferta dos cursos e as demais atividades educacionais. Para fins regulatórios, o Município em que se situa a sede da instituição delimita o exercício de prerrogativas de autonomia, no caso de universidades e centros universitários.

8.4. Campus fora de sede - local secundário de funcionamento da instituição, fora do Município onde se localiza a sede da instituição e se oferecem cursos e realizam atividades administrativas. É restrito às universidades e depende de credenciamento específico, em regra não gozando de prerrogativas de autonomia.

8.5. Unidade educacional na sede - local secundário de oferta de cursos e atividades educacionais no Município em que funciona a sede da instituição;

8.6. Unidade educacional fora de sede - local secundário de oferta de cursos e atividades educacionais em Município distinto daquele em que funciona a sede da instituição, incluindo fazendas, hospitais e qualquer outro espaço em que se realizem atividades acadêmicas, conforme previsão no ato de credenciamento do campus fora de sede.

8.7. Unidade administrativa - local secundário de realização de atividades exclusivamente administrativas.

8.8. Núcleo de educação a distância (EAD) - unidade responsável pela estruturação da oferta de EAD na instituição, compreendendo as atividades educacionais e administrativas, incluídas a criação, gestão e oferta de cursos com suporte tecnológico, bem como a administração, produção de materiais didáticos e recursos próprios da EAD. Aplica-se, ao Núcleo de EAD, para fins regulatórios, no que couber, a disciplina correspondente ao campus sede.

8.9. Pólo de apoio presencial de EAD- unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados na modalidade de educação a distância.

8.10. Agrupador - endereço principal de um campus ou unidade educacional, que agrega endereços vizinhos ou muito próximos, no mesmo município, no qual as atividades acadêmicas ou administrativas se dão com algum nível de integração.

## 9. Docentes

9.1. Tempo integral - docente contratado com 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

9.2. Tempo parcial - docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

9.3. Horista - docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho acima definidos.

9.4. Núcleo docente estruturante- conjunto de professores da instituição responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu, contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso, e com experiência docente.

## 10. Estudantes

10.1. Matrícula- vínculo de estudante a curso superior.

10.1.1. Matrícula ativa- vínculo de estudantes a curso superior, que corresponde à realização de disciplinas ou atividades previstas no projeto pedagógico ou ainda à conclusão do curso no ano de referência.

10.1.2. Matrícula não ativa - vínculo formal de estudante a curso superior, sem correspondência com atividades acadêmicas.

10.2. Matriculado- estudante vinculado formalmente a curso superior. Atributo referido ao estudante, diferentemente do conceito de matrícula, atributo referido ao curso.

10.3. Ingressante- estudante que efetiva a matrícula inicial no curso.

10.3.1. por processo seletivo- estudante que efetiva a primeira matrícula no curso, após aprovação em processo seletivo;

10.3.2. por outras formas de ingresso que dispensam processo seletivo- estudante que efetiva a matrícula no curso na condição de portador de diploma de curso superior ou em virtude de mudança de curso dentro da mesma instituição, transferência de outra instituição, ou acordo internacional, como PEC-G.

10.4. Concluinte - estudante que tenha expectativa de concluir o curso no ano de referência, considerando o cumprimento de todos os requisitos para a integralização do curso em todos os componentes curriculares.

10.5. Inscrito - estudante que se inscreve para participar de processo seletivo de ingresso em curso superior.

10.6. Desistente -estudante que interrompe o vínculo formal com o curso em que estava matriculado.

#### 11. Vagas

11.1. vagas autorizadas- número de lugares destinados ao ingresso de estudantes em curso superior, expressas em ato autorizativo, correspondente ao total anual, que a instituição pode distribuir em mais de um processo seletivo. No caso das instituições autônomas, consideram-se autorizadas as vagas aprovadas pelos colegiados acadêmicos competentes e regularmente informadas ao Ministério da Educação, na forma do art. 28 do Decreto 5.773, de 2006;

11.2. vagas oferecidas- número total de vagas disponibilizadas nos processos seletivos constantes dos editais expedidos pela instituição.

## **ANEXO X – PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 4/2008**

### **PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 4, DE 5 DE AGOSTO DE 2008(\*)**

\* Revogada pela Portaria Normativa MEC nº 40, na consolidação que ocorreu em dezembro de 2010, por meio da Portaria Normativa MEC nº 23

**Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007.**

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e no Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006 e na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º A avaliação in loco nos processos de renovação de reconhecimento de cursos superiores, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES, instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007, poderá ser dispensada, com base no conceito preliminar, previsto no art. 35 da Portaria Normativa nº 40, de 2007, observados os procedimentos descritos nesta Portaria Normativa.

Parágrafo único. O Inep divulgará os conceitos preliminares de cursos a cada ano, segundo as áreas avaliadas pelo ENADE.

Art. 2º Os cursos que tenham obtido conceito preliminar satisfatório ficam dispensados de avaliação in loco nos processos de renovação de reconhecimento respectivos.

§ 1º Considera-se conceito preliminar satisfatório o igual ou superior a três.

§ 2º Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que tenham obtido conceito preliminar 5 (cinco), em tramitação nos sistemas Sapiens ou e-MEC, serão encaminhados à Secretaria competente, para expedição da Portaria de renovação de reconhecimento.

§ 3º Nos processos de renovação de reconhecimento dos cursos que tenham obtido conceitos preliminares 4 (quatro) ou 3 (três) poderá ser requerida avaliação in loco, no prazo de 60 (sessenta) dias, a qual resultará na confirmação do conceito preliminar ou na sua alteração, para mais ou para menos, cabendo recurso à CTAA, segundo a regulamentação pertinente.

§ 4º Na hipótese do § 3º, não sendo requerida avaliação in loco, o conceito será considerado definitivo, encaminhando-se o processo à Secretaria competente, para expedição do ato autorizativo.

§ 5º A avaliação in loco prevista no § 3º será condicionada aos seguintes requisitos procedimentais:

I. para os processos de renovação de reconhecimento em tramitação no sistema Sapiens, protocolo do pedido no sistema e- MEC, com o recolhimento da taxa de avaliação respectiva, exceto nas hipóteses legais de isenção, arquivando-se o processo Sapiens;

II. para os processos em tramitação no sistema e-MEC, preenchimento dos formulários de avaliação, no prazo legal.



§ 6º A inobservância dos requisitos procedimentais referidos no § 5º implicará o indeferimento do requerimento de avaliação e a conseqüente confirmação do conceito preliminar satisfatório, encaminhando-se o processo à Secretaria competente para expedição do ato de renovação de reconhecimento do curso.

§ 7º Satisfeitos os requisitos procedimentais referidos no § 5º, a avaliação será programada no calendário do Inep, para realização em momento subsequente ao destinado aos processos de renovação de reconhecimento de cursos com conceito preliminar insatisfatório, nos termos do art. 3º.

§ 8º Na hipótese de não realização da avaliação in loco, o valor da taxa eventualmente recolhida será restituído, nos termos do art. 11, § 3º da Portaria Normativa no 40, de 2007.

Art. 3º Os cursos que tenham obtido conceito preliminar insatisfatório deverão obrigatoriamente submeter-se a avaliação in loco, nos processos de renovação de reconhecimento respectivos.

§ 1º Considera-se insatisfatório o conceito preliminar inferior a 3 (três).

§ 2º Os requerimentos de avaliação in loco nos processos de renovação de reconhecimento de cursos deverão observar os seguintes requisitos procedimentais, no prazo de 30 (trinta) dias:

I. para os processos em tramitação no sistema Sapiens:

a) protocolo do pedido no sistema e-MEC, com o recolhimento da taxa de avaliação respectiva, exceto nas hipóteses legais de isenção, arquivando-se o processo Sapiens correspondente;

b) apresentação de relatório de auto-avaliação, considerando o conceito preliminar insatisfatório e

c) indicação de medidas concretas capazes de produzir melhoria efetiva do curso, em prazo não superior a um ano;

II. para os processos em tramitação no sistema e-MEC:

a) apresentação de relatório de auto-avaliação, considerando o conceito preliminar insatisfatório e

b) indicação de medidas concretas capazes de produzir melhoria efetiva do curso em prazo não superior a um ano.

§ 3º Os processos instruídos na forma do § 2º serão analisados pela Secretaria competente e encaminhados ao Inep, para avaliação in loco, a qual poderá confirmar o conceito preliminar ou modificá-lo, para mais ou para menos.

§ 4º Concluída a fase de avaliação pelo Inep, o processo será encaminhado à Secretaria, para eventual apreciação de protocolo de compromisso e seguimento do processo.

§ 5º O curso com conceito insatisfatório que não instruir a avaliação in loco nos termos deste artigo será considerado em situação irregular, conforme o art. 11, § 3º do Decreto 5.773, de 2006.

Art. 4º Excetuam-se da aplicação do art. 2º, §§ 2º, 4º e 6º desta Portaria Normativa os processos de renovação de reconhecimento dos cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, que deverão ser encaminhados à apreciação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou Conselho Nacional de Saúde, respectivamente, nos termos dos arts. 36 e 41, § 2º, do Decreto no 5.773, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD